



Os reformados

Trajetos e quotidianos de pobreza em Portugal

Fernando Diogo, coord.

Ana Cristina Palos

Carlos F. Rodrigues

Elvira Pereira

Fernando Bessa Ribeiro

Francisco Branco

Gabriela Trevisan

Lídia Fernandes

Oswaldo Silva

Pedro Perista

Inês Amaro, colab.

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081
Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Director de publicações: António Araújo
Director da colecção Estudos da Fundação: Gonçalo Saraiva Matias
Título: A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos
Autores: Fernando Diogo (coordenação), Ana Cristina Palos,
Carlos Farinha Rodrigues, Elvira Pereira, Fernando Bessa
Ribeiro, Francisco Branco, Gabriela Trevisan, Lídia Fernandes,
Osvaldo Silva, Pedro Perista e Inês Amaro (colaboração)
Revisão de texto: Rita Cabral
Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Abril de 2021

ISBN: 978-989-9064-75-1

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adotam o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

Índice

Conteúdo

Índice.....	3
Introdução.....	5
Metodologia	12
1. Dos perfis às quotas.....	14
2. Procedimentos de construção e aferição do guião.....	18
3. Seleção e formação das entrevistadoras	26
4. O acesso e a recolha de dados	29
5. Aferição da grelha de análise	37
1. Enquadramento familiar na infância	47
1.1. Recordações e contextos da infância	48
1.2. Eventos e situações potenciadores de pobreza na infância	58
2. Relação com o sistema educativo	64
2.1. Percorso escolar durante a infância/juventude.....	66
2.2. Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar	71
2.3. Representações sobre escola e futuro	74
3. Transição para a vida adulta	80
3.1. Transição escola-trabalho	81
3.2. Formação: o gosto de aprender e a aquisição de competências.....	91
3.3. Transições familiares.....	95
3.3.1. Transição para a conjugalidade	97
3.3.2. Transição para a parentalidade.....	101
4. Relação com o mundo do trabalho	107
4.1. Vivências no mercado de trabalho e trajetória de (des)emprego	107
4.2. Identidade e satisfação em relação ao trabalho	116
5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada	129
5.1. Perceções sobre a adequação de níveis de rendimento	129
5.2. Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento	134
6. Sistemas de proteção social e redes de solidariedade informal	143
6.1. Idosos em situação de pobreza e (des)proteção social: os efeitos geracionais.....	143

6.2.	Proteção social na velhice e satisfação das necessidades humanas	152
6.3.	Pessoas idosas em situação de pobreza e perceção da proteção social.....	160
6.4.	Pessoas idosas em situação de pobreza e experiência de relação com os serviços sociais.....	164
7.	Redes de apoio não institucional e território	173
7.1.	Redes informais de apoio e vizinhança	173
7.2.	Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência	188
8.	Perceção de si como pobre e do combate à pobreza	201
8.1.	Autoperceção da situação pessoal de pobreza e do agregado	201
8.2.	Identificação das situações de discriminação/exclusão social	208
8.3.	Identificação de medidas de política social e no combate à pobreza	209
9.	Perspetivas face ao futuro.....	216
	Conclusão	242
	Bibliografia	250
	Anexos	262
A.	Tabela dos perfis.....	262
B.	Distribuição dos perfis por quotas	266
C.	Distribuição territorial das quotas (primeira aproximação)	270
D.	Credencial de identificação.....	284
E.	Consentimento informado	285
F.	Guião de entrevista.....	286
G.	Grelha de codificação (versão base)	295

Introdução

Este livro resulta do projeto *Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal*, tendo sido desenvolvido por uma equipa multidisciplinar e multi-institucional para a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Do relatório final de investigação resultaram um resumo alargado para o público em geral, intitulado *Faces da Pobreza em Portugal*, e um livro principal intitulado *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*. Nesse livro, o leitor encontra informação detalhada sobre o projeto. Complementarmente, extraíram-se quatro livros, fornecendo a base empírica para os perfis encontrados: Reformados; Precários; Desempregados e Trabalhadores.

Cada um destes livros tem uma introdução onde se enquadra o projeto e se refere brevemente os seus principais produtos. Nesta introdução, a primeira parte é comum aos quatro e a segunda recupera a introdução sobre cada perfil específico que se encontra no livro principal, de forma a fundamentar teoricamente os capítulos empíricos. O leitor encontra também um capítulo metodológico comum a estas publicações, no qual se podem melhor compreender as questões em que se basearam os procedimentos de seleção do grupo de entrevistados, bem como o processo de tratamento da informação. Naturalmente, a maior parte do conteúdo de cada um destes livros é dedicada a uma análise aprofundada de um dos perfis acima identificados. Os diversos capítulos foram extraídos do relatório geral do projeto, tendo os autores procedido a uma extensa revisão que incluiu numerosas alterações, considerando as exigências decorrentes da publicação. Por sua vez, a conclusão resulta, novamente, da conclusão do respetivo capítulo no livro principal articulada com a conclusão equivalente do relatório final.

O livro principal é constituído por dois grandes tipos de materiais: nos primeiros capítulos é feita uma reflexão acerca do conceito de pobreza usado no projeto, seus pontos fortes e limitações, bem como uma revisão dos principais indicadores de pobreza em Portugal e a exploração dos microdados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) do INE. Os quatro capítulos finais dizem respeito aos quatro perfis de pobreza em Portugal. Estes capítulos são constituídos sobretudo pelas conclusões parcelares de cada um dos pontos dos quatro livros ora apresentados, adaptadas e enriquecidas por trechos ilustrativos. É este conjunto articulado de seis livros que apresenta os resultados do projeto.

Passando da organização das publicações para os aspetos mais relevantes da investigação, começamos por referir que o projeto procurou responder à seguinte questão: Quem são e como vivem os pobres em Portugal?

Este projeto teve como objetivo desenvolver uma análise de cariz qualitativo capaz de complementar os trabalhos com base no ICOR que se têm produzido com alguma regularidade em Portugal, até sob os auspícios da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Em concreto, foi nosso objetivo proporcionar aos mais diversos atores (individuais, coletivos e institucionais) novos dados e reflexões que possam contribuir para uma visão mais aprofundada da pobreza no país, complementando as análises qualitativas realizadas ao longo dos anos (das quais destacamos, entre outras: Amaro & Branco, 2010; Castro, *et al.*, 2002a; 2002b e 2010; Capucha, 2005; Diogo, 2007). Este estudo aprofunda os resultados já conhecidos, atualiza-os, sendo, sobretudo, o primeiro a basear-se num desenho de investigação que articula estreitamente a pesquisa qualitativa com uma sólida análise quantitativa, com validade estatística para o conjunto do país.

Deste modo, espera-se que a investigação possa concorrer para uma discussão alargada deste problema em Portugal, bem como para o desenho de políticas públicas de combate à pobreza centradas nas pessoas em situação de pobreza, por contraponto à aplicação exclusiva de políticas generalistas. Estas últimas são centrais para se assegurar a universalização do acesso básico aos direitos sociais, mas, ao mesmo tempo, promovem desigualdades, ao darem respostas iguais a problemas diferentes, pelo que têm de ser complementadas com políticas específicas (*targeted policies*).

Assim, no que ao desenho da investigação se refere, optou-se por uma estratégia mista sucessiva. Começou-se, portanto, por analisar os principais indicadores de pobreza em Portugal disponibilizados pelo INE (dados do ICOR). De seguida, mobilizaram-se os microdados do ICOR (2017), usando duas metodologias de análise quantitativa pouco utilizadas para interrogar os dados sobre a pobreza em Portugal: a Análise Probit e a Análise das Correspondências Múltiplas (ACM). As técnicas e os resultados obtidos são apresentados no livro *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. Depois de afinados em confronto com os estudos qualitativos anteriormente feitos em Portugal envolvendo perfis de indivíduos em situação de pobreza, estes resultados conduziram aos quatro perfis de pobreza aqui referenciados.

A realização desta fase quantitativa teve três objetivos principais, aqui apresentados pela ordem com que aparecem no livro acima identificado: em primeiro lugar, proporcionar uma visão diacrónica atualizada dos principais indicadores de pobreza em Portugal, contribuindo-se, assim, para caracterizar de forma mais aprofundada a população em causa; em segundo, aplicar ferramentas estatísticas aos microdados do ICOR em ordem a compreender de forma mais aprofundada a pobreza em Portugal, numa perspetiva extensiva e inovadora; e, em terceiro, definir os perfis de pobreza a mobilizar para a análise qualitativa. Foi o cumprimento deste último objetivo que fundamentou, no essencial, a fase qualitativa do projeto.

Os resultados respeitam a indivíduos com 18 ou mais anos, quer na fase quantitativa, quer na qualitativa. Não obstante, as crianças e os jovens são considerados na fase qualitativa (o alvo deste livro) de duas maneiras: primeiro, quando se interroga a infância dos próprios respondentes e, segundo, quando no decorrer das entrevistas surgem referências aos filhos dos entrevistados.

Seguiu-se um intenso e cuidado processo de operacionalização, muito assente na definição meticulosa das características das pessoas a entrevistar bem como nas estratégias do seu recrutamento. Estas duas questões são particularmente sensíveis, dado que é com muita facilidade que rapidamente um estudo deste género se pode acantonar nos utentes dos serviços de apoio social. Sendo certo que estes constituem parte apreciável das pessoas em situação de pobreza, não esgotam, de todo, a totalidade dos casos. Aliás, as principais fontes de rendimento das famílias, apresentadas no ICOR, permitem perceber isso mesmo, mas a maior facilidade de acesso poderia vir a ditar esse desfecho. Nesse sentido, a estratégia adotada procurou minimizar esses problemas. No capítulo metodológico deste livro é dada ampla nota desse procedimento, assim como é referenciada a distribuição das entrevistas no território nacional, complementando-se as notas sobre estes assuntos presentes no capítulo metodológico do livro *A Pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*.

Além disso, o processo de operacionalização teve também como importante objetivo dar conta da diversidade da pobreza em Portugal. Assim, este processo foi desenvolvido de forma a considerar a diversidade interna de cada perfil, o que implicou reduziu a coerência interna dos perfis encontrados. Esta coerência poderia ter sido melhor assegurada se os entrevistados fossem apenas indivíduos com as características centrais de cada perfil. Contudo, a opção realizada permitiu um conhecimento mais aprofundado da diversidade das situações de pobreza realmente existentes e, nesse sentido, acomoda melhor os objetivos do projeto.

Destes procedimentos resultaram 87 entrevistas validadas e ainda quatro exploratórias. Com estas últimas pretendeu-se, sobretudo, afinar e validar o guião de entrevista e o sistema de categorias de análise de conteúdo definido a priori (como se dá conta neste livro). A análise das entrevistas teve por base o aplicativo MaxQDA e como estrutura um sistema de categorias construído a partir do guião de entrevista, modificado no decorrer dessa mesma análise. As entrevistas ficaram assim distribuídas: Perfil 1, Reformados,

20 entrevistados; Perfil 2, Precários, 21 entrevistados; Perfil 3, Desempregados, 22 entrevistados e, finalmente, Perfil 4, Trabalhadores, 24 entrevistados.

Depois desta introdução, este livro começa por apresentar o capítulo metodológico acima referido. De seguida, são apresentados, em nove pontos, os resultados relativos ao perfil dos reformados. Estes pontos apresentam duas lógicas distintas, mas complementares. Uma primeira refere-se à ordem biográfica, percorrendo a trajetória de vida dos indivíduos, desde a infância até ao momento da entrevista. Neste percurso é dada particular atenção aos fatores disruptivos na infância, à frequência escolar, à transição para a vida adulta e ao envolvimento com o mundo do trabalho, bem como aos sistemas, formais e informais, de solidariedade (considerando a sua importância para a população em causa), bem como à inserção no território. A segunda lógica refere-se à autoavaliação, à representação de si, numa perspetiva que se pode apelidar de subjetiva e identitária. É aqui dado enfoque ao balanço de vida, à auto-perceção como pobre e às perspetivas de futuro. Refira-se, em complemento, que estas duas lógicas não são estanques. Ao longo da análise verifica-se que se interpenetram, sendo comum encontrar a lógica identitária a permear as afirmações de cariz mais factual, as questões mais subjetivas a serem o motor da ação. Além disso, existe, com alguma regularidade, sobreposição entre os temas tratados em cada capítulo. Se as análises tendem a focar um tema e um momento (como numa fotografia), a vida dos indivíduos é um todo difícil de dividir em temas com fronteiras claras. Por isso, é necessário por vezes retomar um assunto de forma a realizar uma análise mais aprofundada de um dado tema.

Independentemente do perfil onde se situam, todos os entrevistados estavam em situação de pobreza no momento da entrevista (e a grande maioria tem estado nessa situação ao longo de toda a sua vida), pelo que partilham essa característica em comum. De facto, a quase totalidade dos entrevistados pode ser enquadrada naquilo a que se costuma chamar de pobreza tradicional, dado serem pobres desde a infância e/ou oriundos de famílias também elas pobres. Por outro lado, existem algumas características que vão distinguindo os diversos perfis. No perfil dos Reformados, por exemplo, o peso da idade distingue-os (duplamente) dos outros perfis; no dos Precários, a sua inserção em agregados sem baixa intensidade de trabalho e a trajetória de emprego precária (em carrossel) desempenham o mesmo papel; no dos Desempregados, verifica-se uma relação distante com o mundo do trabalho; e, no dos Trabalhadores, pelo contrário, essa relação é particularmente forte. Estes são apenas alguns exemplos, significativos, de características que singularizam os diferentes perfis.

Contudo, o livro ora apresentado centra-se numa terceira questão: a descrição e análise aprofundada dos traços que caracterizam um único dos perfis identificados. Ao longo de todo o livro *A pobreza em Portugal: trajetórias e quotidianos*, mas em particular na sua conclusão, faz-se um exercício comparativo entre os quatro perfis de pobreza. Nessa obra, apresenta-se uma visão de conjunto,

identificando-se quer os aspetos comuns aos entrevistados, quer as singularidades distintivas de cada um dos perfis.

Neste livro em particular é apresentado o perfil dos reformados. De seguida, apresenta-se o enquadramento teórico desta categoria social na sua relação com a pobreza.

Reformados e pobreza constituem um binómio da maior relevância social e política. Não cabendo neste livro analisá-lo demoradamente, é necessário convocar tópicos que o permitirão enquadrar teoricamente. Falar de reformados remete-nos para a questão do envelhecimento. O debate está sobretudo dominado pelos argumentos em torno do *Inverno demográfico*, expressando uma visão preocupada sobre o futuro das sociedades do capitalismo avançado, nomeadamente na Europa, marcada por uma fecundidade bem abaixo do valor necessário à renovação geracional da população. Ora, tal entendimento não só está tingido de um enviesamento analítico marcadamente eurocêntrico, ao não considerar as dinâmicas migratórias que condicionam fortemente, mesmo de modo determinante, a evolução demográfica de um dado país¹, como tende a descartar o envelhecimento como uma das maiores conquistas sociais das sociedades contemporâneas, ainda que sobretudo circunscrita aos países centrais e suas periferias próximas.

Como escrevem Ribeiro, Sacramento e Maia (2018), o conceito de *Inverno demográfico* exige alguma precaução na sua utilização, sobretudo se interpretado negativamente. Fazendo o necessário contraponto, o envelhecimento exprime o sucesso da nossa sociedade na luta contra a morte prematura, sendo consequência dos progressos no campo da alimentação, saúde e habitação. Assim, as possíveis dificuldades decorrentes deste Inverno terão de ser analisadas considerando o modo como se organizam as políticas públicas, a economia e a distribuição da riqueza, nomeadamente nos países com maior percentagem de população idosa. Como veremos no caso destes reformados pobres, a sua situação económica decorre do seu trajeto de vida, em especial da remuneração auferida e da sua vinculação ao sistema de segurança social, devendo os problemas que envolvem estas dimensões ser enfrentados com políticas públicas robustas, incluindo a urgente discussão sobre o modo como os sistemas de aposentação são financiados. Não se trata aqui de colocar em confronto repartição e capitalização, público e privado, mas sim refletir sobre os impactos da indústria 4.0 no futuro do trabalho, incorporando no debate o papel que pode ser desempenhado por outras formas de financiamento².

¹ É o caso de Portugal. Tendo uma das mais baixas taxas de fecundidade do mundo, tal não impediu o aumento da população em 2019 e 2020.

² Como foi já abordado por Ribeiro (2017, p. 153), a expressão *indústria 4.0* tem origem numa iniciativa realizada em 2011 que mobilizou empresários, gestores, políticos e académicos. O Governo alemão concordou em a apoiar, incorporando-a na designada *High-Tech Strategy 2020 for Germany* (Herman, Pentk & Otto 2015, p. 5). Ancorada na *internet das coisas*, nos sistemas ciberfísicos e nas fábricas ditas inteligentes, a indústria 4.0 conceptualiza uma nova revolução tecnocientífica e industrial que se traduz numa automatização radical da produção, alargando as possibilidades de redução da utilização de trabalho humano. Tal coloca um novo e imenso desafio ao modo como os sistemas de proteção social se organizam. A capacidade de produzir cada vez mais riqueza recorrendo cada vez menos

Da infância às perspectivas sobre o futuro, passando pela escola, pela transição para a vida adulta, pelo trabalho, pela relação com os sistemas de proteção sociais e redes de solidariedade informais, bem como pela avaliação subjetiva da condição de pobreza, este livro escrutina diversas dimensões do trajeto de vida dos reformados entrevistados, mobilizando um olhar sociológico que recusa a velha dicotomia entre livre-arbítrio e determinismo para explicar a pobreza que atinge o grupo de indivíduos por nós inquirido.

Como foi demoradamente explicado por Silva e Ribeiro (2015) a propósito de uma outra questão social, a do trabalho sexual, mas através de uma perspectiva absolutamente válida também para o fenómeno em causa, a compreensão da pobreza exige a superação do conhecido confronto entre estrutura e ação. Quer isto dizer que o fenómeno da pobreza não tem suficiente explicação se mobilizarmos apenas como recurso explicativo as estruturas que organizam as sociedades contemporâneas, nem (menos ainda) é suficiente procurar as explicações da pobreza nos indivíduos, como fazem os adeptos da ação social, da meritocracia e da responsabilidade de cada um pelo seu destino pessoal. Assim, a existência de pobreza enquanto problema social não é justificável através nem da natureza imutável das coisas nem de atributos (quaisquer que sejam), mas sim de processos históricos de natureza económica, social e política (Capucha, 2015). Por isso, a escassez de recursos deverá apresentar-se não como um estado, mas como um processo que acompanha a vida dos indivíduos, havendo flutuações nas suas biografias, individuais e familiares (Guerra e Pinto, 2015). Por outro lado, sair da esfera moralizante e culpabilizante, equacionando os níveis macro e micro da realidade, implica também reconhecer a natureza relacional da pobreza, inscrita no jogo de relações que o indivíduo estabelece com as estruturas sociais, com as instituições e com os outros (Amaro, 2015). Ou seja, a abordagem do fenómeno da pobreza exige que se tenham presentes, como foi assinalado por Ribeiro e Silva (2019, pp. 3-4), as condicionantes estruturais, sejam técnico-económicas na perspectiva marxista, sejam normativo-valorativas na perspectiva durkheimiana, incorporando as dimensões organizacionais e políticas de base weberiana que procuram compreender e explicar as ações dos atores sociais individuais ou coletivos considerando o seu poder de disposição (*verfügungsgewalt*) sobre recursos, sem descuidar por fim a abordagem interacionista-simbólica que valoriza os processos de negociação e representação dos atores sociais nos mais diversos contextos da vida quotidiana. Mais, a compreensão da pobreza exige a articulação entre presente e passado. Da mesma forma que os últimos anos de vida não podem ser compreendidos sem o conhecimento do curso de vida anterior, há que considerar que as diferenças no ano de nascimento expõem os indivíduos a diferentes mundos históricos, colocando constrangimentos e abrindo possibilidades de ação, condicionando ainda expectativas e crenças relacionadas com a idade (Elder, 1994). De igual modo, é necessário considerar a dimensão temporal na projeção do futuro, nas suas aceções biográfica e histórica.

à força de trabalho implica um debate sobre a definição de soluções, nomeadamente tributárias, que possam dar sustentação aos sistemas de proteção social, assegurando deste modo um futuro decente aos cidadãos.

O futuro é recorrentemente equacionado na sua relação com o presente e o passado, tendo como referência as biografias individuais e familiares estudadas. Face a um problema tão forte, que marca os corpos e as almas de todos os atingidos pela pobreza, é atinente convocar as palavras de Wacquant, quando nos lembra que:

o agente social é, antes de mais nada, um ser de carne, de nervos e de sentidos (no duplo sentido de sensual e de significativa), um «ser que sofre» (*leidenschaftlich Wesen*, dizia o jovem Marx em seus Manuscritos de 1844) e que participa do universo que o faz e que, em contrapartida, ele contribui para fazer, com todas as fibras de seu corpo e de seu coração [reclamando que] a sociologia deve se esforçar para capturar e restituir essa dimensão carnal da existência. (2002, p. 11).

Como certamente se poderá apreciar, foi feito um esforço muito intenso para capturar e dar ao leitor a dimensão carnal da existência de que nos fala de forma magistral Wacquant, através de uma análise sociológica que coloca no seu centro vidas concretas, seres humanos vivos, de carne e osso, que lutam e sofrem enredados em contextos e trajetos marcados pela privação material e constrangimentos que interpelam a sociedade que somos, o modo como ela se organiza e produz as mais diversas exclusões, incluindo as fundadas na falta de recursos económicos para levar uma vida digna que mereça ser vivida. Dito de outro modo, os excertos mobilizados são carne viva que sofre, permitindo ver nestes indivíduos como a história política, económica e social das últimas seis a sete décadas, recuando até à ditadura do Estado Novo, operou os seus efeitos excludentes num país periférico com pobreza persistente que nem a imaginação do centro, como designa Sousa Santos (1993) o processo de integração europeia, conseguiu atenuar significativamente. Como nos mostram os dados estatísticos conhecidos, apesar de o país ser notoriamente mais rico do que quando nasceram muitos dos nossos entrevistados, nem por isso tal facto alterou decisivamente as suas vidas. Nasceram pobres, pobres são e certamente pobres morrerão. Assim, quando tratamos a pobreza na velhice, estamos a falar de uma condição que decorre de trajetórias de vida de acumulação de desvantagens (Lopes, 2015). As suas narrativas reclamam que sejamos capazes de encontrar outras soluções para cuidar dos mais velhos, aproximando-nos do que Reis (2020) designa de *economia do cuidado*. Mais, cuidar dos mais velhos implica também cuidar dos mais novos, proporcionando-lhes melhores salários e uma vida decente para que mais à frente possam vir a ser velhos com uma vida decente.

Metodologia

Com vista a responder à pergunta de partida (Quem são e como vivem os pobres em Portugal?), foi adotado um desenho de pesquisa misto sequencial (Morse & Niehaus, 2009). Na primeira fase, de natureza quantitativa, foram desenvolvidas três componentes distintas, todas com base nos dados do ICOR, na edição de 2017 (contendo dados referentes ao ano de 2016). Nos próximos parágrafos, apresentamos estas componentes, já referenciadas na Introdução.

Na primeira componente procedeu-se à análise dos principais indicadores de pobreza e exclusão social para o período de 2003-2016, algo que permitiu fazer uma primeira identificação das principais tendências e das variáveis mais determinantes para explicar o problema da pobreza no país. Este trabalho aprofunda e atualiza outros estudos anteriormente realizados, alguns deles de diversos membros da equipa de investigação.

Na segunda desenvolveu-se uma análise Probit, que permitiu identificar as distintas probabilidades de pobreza associadas às diferentes categorias de cada variável, a partir de uma categoria de referência por nós escolhida para cada uma delas. Este segundo exercício permitiu, por um lado, compreender e caracterizar melhor a pobreza em Portugal e, por outro, identificar de forma mais fina as variáveis mais pertinentes para a definição de perfis de indivíduos em situação de pobreza.

De seguida, na terceira componente, construíram-se distintos perfis de pobreza em Portugal, a partir da tipicidade e da representatividade das categorias das variáveis em causa (Flick, 2002). Para isso, foi mobilizada a ACM, aplicada aos dados do ICOR (2017).

Como já foi indicado, os resultados da análise intensiva são apresentados, nas suas três componentes, no livro *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*.

O principal objetivo da fase extensiva do estudo (fase quantitativa) foi proporcionar uma base de consistência estatística à análise intensiva, assegurando a identificação das regularidades sociais e da diversidade que subjaz à pobreza em Portugal. Para o fazer, partiu-se do princípio de que a condição de pobreza impõe algumas características comuns (regularidades sociais) aos indivíduos nessa situação, mas que, ao mesmo tempo, é também possível encontrar distintas formas de se ser pobre. Por outras palavras, partiu-se do princípio de que os pobres não são todos iguais, mas têm em comum a dimensão comum à sua condição, sendo possível definir distintos perfis de pessoas em situação de pobreza.

Um segundo objetivo importante foi o de se produzir conhecimento novo sobre a pobreza no país, quer através da atualização e sistematização de trabalhos anteriores, realizados a partir dos indicadores fornecidos pelo INE, quer através da mobilização de técnicas estatísticas pouco utilizadas para a análise da pobreza, em Portugal e a nível internacional, Probit e ACM, para interrogar os microdados do ICOR. Nesse

sentido, as probabilidades de pobreza por variável e os perfis estatísticos de pobreza são, por si só, resultados inovadores, acrescentando informação pertinente ao que já se sabe sobre a pobreza em Portugal.

Na segunda fase, intensiva, a investigação centrou-se na realização e análise de entrevistas semiestruturadas. O ponto de partida foi a construção de um guião, do qual se dá conta neste capítulo. As entrevistas em causa foram realizadas a partir dos perfis definidos com base na ACM. Contudo, antes disso, os perfis foram afinados através do seu confronto com a literatura existente em Portugal acerca de perfis de pobreza em estudos qualitativos.

A passagem dos perfis às quotas foi um momento de grande investimento de tempo e esforço intelectual, na medida em que se pretendeu dar conta da diversidade da pobreza em Portugal, incluindo a existente intra-perfil, e evitar as principais armadilhas que a experiência de investigação da equipa permitia antecipar. Desde logo, a possibilidade de os entrevistados serem apenas indivíduos recrutados através de instituições de apoio social, em regra mais fáceis de mobilizar. Além disso, entendeu-se como relevante evitar o acantonamento das entrevistas a um contexto em particular. Tal implicou a sua realização por todo o país, de acordo com uma distribuição muito criteriosa e cuidadosa.

Como referenciado, as questões relativas à fase intensiva deste trabalho, bem como mais detalhes sobre a metodologia adotada, estão explanadas no livro *A pobreza em Portugal: trajetões e quotidianos* (incluindo a questão do afinamento dos perfis com base no confronto com a literatura). Neste capítulo, apresentamos de forma detalhada os critérios e procedimentos adotados na recolha e análise dos dados relativos à componente qualitativa desta pesquisa. Começamos por apresentar os critérios de definição da estrutura do grupo de indivíduos entrevistados.

Antes disso, contudo, uma advertência. Tendo-se realizado um esforço importante para, através deste estudo, se dar conta da diversidade da pobreza em Portugal, a componente intensiva, de que agora se apresenta um dos perfis encontrados, não é estatisticamente significativa – nem é esse o propósito de um estudo intensivo. Não obstante, através dos resultados apresentados, é possível dar conta de importantes formas de diversidade e de regularidade de se viver a pobreza em Portugal de uma forma aprofundada e em respeito pela trajetória biográfica dos indivíduos.

Um primeiro aspeto a considerar concerne ao procedimento de operacionalização dos perfis de pobreza encontrados³. Este procedimento permitiu garantir nas entrevistas a diversidade de situações que a análise quantitativa anteviu e, ao mesmo tempo, superar o problema da potencial sobre-representação dos utentes dos serviços de apoio social.

³ Cf. quadro sistemático com toda a informação sobre os perfis e subperfis identificados (quotas) em anexo.

1. Dos perfis às quotas

Em primeiro lugar dá-se conta das principais especificidades de cada um dos perfis no processo de construção das quotas, possíveis de obter através do confronto com os microdados do ICOR. Cada quota é constituída por casos com características relativamente semelhantes dentro do perfil principal, formando um subperfil mais aprofundado, de modo a dar nota da diversidade interna de cada perfil. Mas também para se assegurar que cada indivíduo que pertence a um dado perfil não é classificável em dois ou mais – princípio da exclusividade mútua. Este princípio nem sempre foi fácil de assegurar, dado que o sistema de quotas divide os indivíduos em função das suas características atuais. Contudo, estas são complexas, havendo lugar para ambiguidades de fronteira, sendo ao mesmo tempo provisórias, dado que a biografia dos indivíduos pode levá-los de um perfil para outro ao longo do tempo. Estas questões foram tidas em consideração quer na definição das quotas de que se dá abaixo conta quer na preparação, realização e análise das entrevistas:

1 – Reformados. Neste perfil, enquanto algumas quotas se diferenciam sobretudo em função da variável sexo (mulher ou homem, nos casos do P1.1 e P1.3), noutras é o facto de a pessoa viver sozinha (P1.2 e P1.5), sendo de destacar neste último caso o maior peso das mulheres; ou o estado civil (solteiro ou divorciado no caso da P1.5) que constitui o elemento diferenciador. Destaque-se ainda que foi definida uma quota segundo um critério etário abrangendo pessoas da faixa etária imediatamente anterior (45-64 anos) àquela que constitui um elemento caracterizador central deste perfil (65 ou mais anos), mas que são inativas – ou reformadas ou a cumprir tarefas domésticas e/ou responsabilidades de assistência. A composição do agregado ajuda a situar esta quota neste perfil: agregados de apenas um adulto ou de dois adultos, em que o segundo adulto terá 65 ou mais anos. Em todos os casos, a principal fonte de rendimento do agregado são as reformas (e pensões);

2 – Precários. Dada a sua maior indefinição, verificaram-se mais dificuldades em estabelecer quotas para este perfil⁴. Todas as quotas foram definidas em primeiro lugar em função da condição perante o trabalho: estudantes (P2.1); pessoas desempregadas (2.2 e 2.4); domésticos⁵ (2.3); empregados (2.5). A primeira quota (P2.1) está associada a um conjunto de características demográficas e do agregado: jovens (18-24 anos), solteiros, a viver a casa dos pais, o que não se verifica em nenhum outro perfil. Importa também assinalar que a principal fonte de rendimento do agregado é o trabalho. No caso das pessoas desempregadas, o elemento distintivo relativamente às quotas similares do Perfil 3 é o facto de a principal fonte de rendimento do agregado ser o trabalho e não as transferências sociais. A quota P2.2 engloba pessoas mais jovens, dos 18 aos 44 anos, solteiras, a viver em casa dos pais. A quota P2.4 engloba pessoas que não vivem

⁴ De facto, considerando o seu lugar no mapa perçtual da ACM (cf. o capítulo quatro do livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*), é o perfil mais difícil de definir, dado que se encontra a meio caminho entre os perfis 3 e 4.

⁵ Domésticos é a designação adotada pelo INE, a grande maior das pessoas aqui classificadas são, contudo, domésticas.

em casa dos pais, mas antes com o cônjuge ou outro, correspondendo assim a uma faixa etária que abrange pessoas menos jovens – 25 a 64 anos⁶. Embora definida em função da condição perante o trabalho, a quota 2.3 acaba por ter uma marca de género, visto que inclui apenas mulheres, dos 25 aos 64 anos, sendo o estado civil uma característica relativamente secundária. Trata-se de mulheres inseridas em agregados cuja principal fonte de rendimento são o trabalho ou as pensões – no primeiro caso, com crianças, no segundo, sem crianças⁷. Por fim, a quota 2.5 engloba pessoas empregadas, mas que, contrariamente às do Perfil 4, vivem em agregados de apenas um adulto, com ou sem crianças. Sublinhe-se que a análise qualitativa permitiu perceber que a grande maioria dos entrevistados neste perfil tem uma trajetória de emprego onde a precariedade se salienta, sendo esse o fator que acaba por permitir o nome escolhido;

3 – Desempregados. A principal fonte de rendimento dos agregados domésticos privados (ADP) são outras transferências sociais, o que contrasta com os restantes perfis onde trabalho e/ou pensões desempenham esse papel. Portanto, quase todas as quotas definidas para este perfil abrangem pessoas desempregadas inseridas em agregados familiares cuja principal fonte de rendimento é constituída por outras transferências sociais: mulheres com idade entre 45 e 64 anos (P3.1); homens na mesma faixa etária (P3.2); mulheres com idades entre 18 e 44 anos (P3.3) e homens na mesma faixa etária (P3.4). Enquanto nas duas primeiras quotas predominam os agregados sem crianças, nas outras duas, em particular na constituída por mulheres, há um peso importante de agregados com crianças. Assinale-se por fim que a quota 3.5 abrange pessoas inaptas para o trabalho ou numa condição de invalidez permanente, a viver sozinhas ou em agregados de dois adultos sem crianças – trata-se da única quota na globalidade dos perfis onde isso se verifica. Neste caso, a principal fonte de rendimento do agregado são pensões ou outras transferências sociais, constituindo-se como a (relativa) exceção no conjunto do perfil;

4 – Trabalhadores. A principal fonte de rendimento dos agregados destes entrevistados é o trabalho, sendo que todos os entrevistados se encontram a trabalhar. Em relação aos detalhes, a maior parte das quotas deste perfil foram definidas em função das variáveis sexo e idade (P4.1; P4.2; P4.3; P4.4), todas elas referindo-se a pessoas casadas ou em união de facto, em agregados com ou sem crianças⁸. As quotas 4.3 e 4.4 englobam pessoas de faixas etárias mais jovens (25-44 anos) inseridas em agregados familiares com crianças. A última quota prevista está definida em função do estado civil, distinguindo-se das restantes por englobar pessoas solteiras ou divorciadas, enquadradas em agregados com ou sem crianças. Importa salientar que, tal como se verifica nas restantes quotas destes perfis, também esta se distingue do P2.5 por se referir a agregados com pelo menos dois adultos. Importa também notar que, neste perfil, os casos de adultos a viverem em casa dos pais são residuais, pelo que não foram considerados nas quotas.

⁶ O outro elemento que distingue esta quota prende-se com o facto de o agregado familiar não incluir crianças.

⁷ Neste último caso distingue-se de P1.4 pelo facto de o segundo adulto ter menos de 65 anos.

⁸ Assinale-se que, de forma distinta do verificado noutros perfis, se verifica um maior peso de homens, expresso no número de entrevistas previstas para P4.2.

Depois de definidas as quotas com as características concretas dos indivíduos (e seus agregados familiares) a entrevistar em cada perfil, foram desenvolvidas algumas estratégias para assegurar a sua distribuição pelo território nacional.

Para o fazermos, partimos do mais recente estudo onde as heterogeneidades do território nacional estão analisadas na perspetiva da pobreza, o Referencial de Coesão Social 2014. Este estudo foi desenvolvido tendo por base um sistema de indicadores que se traduziu em duas tipologias de concelhos, uma de exclusão social (por sua vez com base em cinco dimensões: Trabalho; Rendimentos; Condições de Vida; Grupos Vulneráveis e Capital Inclusivo) e outra designada como territorial (com base em quatro dimensões: Estrutura Etária da População Residente; Estrutura do Povoamento; Perfil das Dinâmicas Económicas e Dinamismo Demográfico)⁹.

O principal resultado desta análise foi a produção de perfis de concelhos para cada uma das tipologias acima mencionadas (dez perfis para o primeiro caso e nove para o segundo). A sua mobilização permitiu encontrar, numa primeira aproximação, os concelhos para a realização das entrevistas, tidos por representativos da diversidade territorial do país. A seleção e a distribuição das entrevistas pelos concelhos tiveram em atenção as tipologias acima referenciadas e os seguintes critérios e observações: um máximo de três concelhos por grande dicotomia; dois concelhos por cada uma das zonas do interior, tendo em conta a sua maior homogeneidade (cf. IESE, 2015) e a identificação de concelhos mais representativos dos perfis-tipo de exclusão social mais representativos. Teve-se ainda em atenção que, em geral, os concelhos urbanos são mais diversos.

Após a definição dos concelhos onde se realizaram as entrevistas, procedeu-se à distribuição dos perfis, procurando atender, tanto quanto possível, às especificidades socio-territoriais de cada concelho (cf. a lista de distribuição de perfis por concelho no anexo C).

Foram equacionados vários indicadores e dimensões elencados nas tipologias definidas no Referencial de Coesão Social (IESE, 2015)¹⁰. Por exemplo, em concelhos onde predominariam perfis de exclusão associados a baixos rendimentos ou a quebra de rendimentos (como é o caso de Lisboa, Porto e Guimarães), procurou-se prever um número significativo de entrevistas (cerca de um terço) referentes ao Perfil 4 (Trabalhadores). Noutros, onde a inatividade, associada a um peso importante da faixa etária de 65 ou mais anos, é uma dimensão particularmente relevante para perceber os processos de vulnerabilidade e exclusão social nesses territórios, procurou-se equacionar mais entrevistas com pessoas com mais de 65 anos, reformadas, ou seja, enquadradas no Perfil 1.

⁹ Este estudo apresenta como importante limitação o facto de ter sido feito apenas para o continente.

¹⁰ Para uma leitura mais compreensiva, ver Quadros 2 e 4 do Referencial (IESE, 2015, p. 35 e 69).

Noutros concelhos, com população mais jovem – como é o caso de Castelo de Paiva, Mafra e Guimarães – procurou-se prever mais entrevistas envolvendo pessoas em idade ativa. Em concelhos marcados pela fraca intensidade laboral e/ou pelo desemprego (Ex: Castelo de Paiva, Amadora, Porto, Lisboa e, em certa medida, Aljustrel e Guimarães) procurou-se considerar mais entrevistas relativas aos Perfis 2 e 3 (Precários e Desempregados). Assinale-se por fim os concelhos da Amadora, do Porto, de Lisboa e de Aljustrel onde, de acordo com o estudo em que nos baseámos, importa ter em conta a vulnerabilidade associada ao género. Nestes casos, foi prevista a realização de mais entrevistas envolvendo mulheres. Por outro lado, na linha do que foi referido anteriormente, a vulnerabilidade da população imigrante e das minorias étnicas não está refletida nos perfis definidos, embora tenha sido considerada no processo de seleção de pessoas a entrevistar em concelhos onde, segundo o Referencial de Coesão Social, essa dimensão é relevante – por exemplo, Amadora, Porto e Lisboa.

Acresce que a dinâmica de execução das entrevistas implicou que estas se realizassem em concelhos que não estavam inicialmente equacionados. Foi o caso de Ferreira do Alentejo, Caldas da Rainha e Celorico de Basto. Em sentido inverso, não foram feitas entrevistas em Aljustrel, Mafra, Sernancelhe ou Alvito. Os novos concelhos foram escolhidos tendo em conta a tipologia acima apresentada, sendo equivalentes aos retirados da análise.

Um terceiro aspeto tido em conta, ainda no que à seleção dos entrevistados diz respeito, foi o referente ao cálculo do limiar de pobreza, de maneira a assegurar que todos os entrevistados se encontravam nessa situação. Se nos estudos que têm por base as populações assistidas, a questão não se coloca (os indivíduos são pobres) ou é facilmente resolvida (os serviços têm informações pormenorizadas sobre quem é pobre), no caso deste estudo foi necessário prestar especial cuidado a este detalhe, precisamente por aqui se incluírem indivíduos fora do sistema de apoio social.

O limiar de pobreza definido para 2017 era de 5 610 euros por ano, por indivíduo. Em agregados familiares de apenas uma pessoa, foi este o valor considerado. Nos restantes casos, foi calculado o limiar usando a escala modificada da OCDE (usada pelo Eurostat e pelo INE para individualizar os rendimentos familiares), atribuindo-se o peso de 1 ao primeiro adulto; 0,5 aos restantes adultos (aqui entendidos como maiores de 14 anos) e 0,3 às crianças. É exatamente esta a fórmula de cálculo usada no ICOR, pelo que, desta maneira, se investe na coerência entre as duas análises realizadas.

Segundo esta fórmula de cálculo, e tendo por referência o tipo de agregados prevaletentes no Perfil 1, enquanto num agregado de um adulto o limiar era de 5 610 euros, já num agregado de dois adultos (1,5) esse valor correspondia a 8 415 euros. Nos restantes casos, o processo de cálculo foi mais complexo, pois os agregados, na maior parte das quotas definidas, podem não incluir crianças, sendo também problemático o

facto de as crianças serem subconsideradas para efeitos desta definição estatística de pobreza¹¹. O limiar de um agregado de duas pessoas, por exemplo, é menor quando a segunda é uma criança (7 293 euros), ficando particularmente reduzido quando inclui duas ou mais crianças. Sublinhe-se que as entrevistas foram realizadas entre Abril e Dezembro de 2019, embora o limiar disponibilizado nessa altura pelo INE fosse o relativo a 2017. Esta diferença de cerca de um ano colocou algumas dificuldades à equipa.

A questão do cálculo dos rendimentos é particularmente crítica no caso do Perfil 4, onde temos pessoas que, estando a trabalhar, se encontram ainda assim em situação de pobreza. Repare-se que de 2017 para 2019 o salário mínimo nacional (SMN) subiu de 535 para 600 euros, representando um acréscimo de 780 euros anuais relativamente aos 5 610 euros de valor de base para o cálculo do limiar da pobreza – esta discrepância poderá ser tanto mais relevante quanto maior for o agregado familiar (visto que o peso de cada criança no cálculo do limiar é de apenas 0,3). Por exemplo: casal com um filho e com SMN e 450 euros – rendimento anual de 12 600; o limiar de 2017 para este caso seria de 10 098 euros. Neste caso, acomodou-se este acréscimo salarial nos critérios de seleção dos entrevistados.

2. Procedimentos de construção e aferição do guião

Analisadas as questões relativas ao grupo de pessoas a entrevistar, a dificuldade mais relevante que se desenhou em seguida prendeu-se com o guião. A conceção e construção do guião de entrevista respondem a uma etapa fundamental para a concretização e desenvolvimento da fase intensiva.

Assim, optou-se por se construir um guião de entrevista de inspiração biográfica que, desenvolvendo-se em torno de um conjunto de dimensões agregadoras, permitiu explorar toda a diversidade de formas de viver em pobreza.

A escolha da realização de entrevistas semiestruturadas encontra fundamento no facto de estas se constituírem como um recurso metodológico especialmente adequado para indagar, compreender e interpretar trajetos de vida a partir dos discursos subjetivos dos atores sociais. Em regra presente nos estudos sociais alicerçados em abordagens de tipo qualitativo, a entrevista ocupa lugar de destaque quando

¹¹ De notar que foi adotada a definição da Convenção dos Direitos das Crianças da ONU (também usada pelo INE e pelo Eurostat) para os perfis e quotas, onde se considera criança qualquer indivíduo até aos 17 anos de idade. Para efeitos de cálculo do limiar, foi tido como referência o critério estabelecido na escala modificada da OCDE, em que crianças são os indivíduos até aos 14 anos.

se pretende conhecer a história de vida (Poirier *et al.*, 1995), também designada, talvez com maior pertinência, por narrativa de vida (Bertaux 1997)¹². Tal coloca-se em oposição às abordagens positivistas, fundadas no princípio de que o social só pode ser devidamente conhecido por via da aplicação de instrumentos que permitam capturar informação de tipo quantitativo, pretensamente objetivo, produzida por inquéritos por questionário. No caso concreto deste estudo, como ficou bem evidente pela sua centralidade metodológica, a opção pela entrevista exprime o reconhecimento das suas faculdades para aceder a conhecimento devidamente explicado dos aspetos mais reservados e pessoais da história (ou narrativa) de vida do entrevistado.

Em termos metodológicos, a história de vida conecta com a memória, seja individual, seja coletiva, procurando, na feliz formulação de Poirier *et al.* (1995, p. 9-10) «fazer falar os “povos do silêncio” através dos seus representantes mais humildes: do pastor da região de Limoges ao emigrado, do operário fabril ao camponês bambara ou ao pastor *peul*». Ou seja, como sublinhou M. Ribeiro (1995), a entrevista assume uma função decisiva na inquirição das memórias de vida dos atores sociais¹³.

Aliás, desde há muito que as pesquisas com um forte pendente etnográfico têm demonstrado, nos mais variados contextos sociais (cf., entre outros, para o contexto português, Silva, 1998; Estanque, 2000; Ribeiro, 2010; Ribeiro *et al.*, 2007 e Clemente, 2011), a relevância da informação obtida para uma compreensão densa de uma dada realidade social e dos atores que a compõem, podendo proporcionar resultados mais densos do que outras técnicas de investigação, como sublinha Zonabend (1989) na sua argumentação em prol das vantagens das metodologias qualitativas.

Mas é, porventura, em Bourdieu (2008 [1999a]), considerando que o nosso estudo é sobre pobreza e exclusão, que encontramos os melhores argumentos em defesa da entrevista como recurso metodológico. Refletindo sobre as questões levantadas pelo relacionamento entre o investigador e o investigado, o sociólogo francês oferece-nos uma estratégia metodológica para a aplicação da entrevista em profundidade. Obedecendo a uma comunicação não violenta, na qual o entrevistador se deverá colocar em pensamento

¹² Ainda que podendo ser entendidas como expressão sinónimas classificando situações semelhantes, é interessante convocar à discussão a distinção que Bertaux (1997, p. 6 e 32-34) estabelece entre «história de vida» e «narrativa (*récit*) de vida». No seu entender, a narrativa, aplicada ao discurso que um determinado indivíduo, interpelado por um investigador, produzida num dado contexto de pesquisa, é do ponto de vista metodológico mais rigorosa, pois caracteriza apenas parcelas, sempre subjetivas, do trajeto de vida de quem fala e não a sua história de vida, no sentido mais geral.

¹³ Como já foi demoradamente discutido por um de nós (Ribeiro, 2010), a mobilização da memória no processo de investigação é crucial para o conhecimento de um dado fenómeno. Por se ancorar nomeadamente à casa que se habita e ao lugar onde se trabalha, não existe memória sem espaço. A memória é condicionada pelo trajeto de vida do indivíduo, no qual o passado e o presente, o que foi e o que é enquanto dicotomia temporal estão muito evidentes nos discursos produzidos, organizando o processo de recordação (Candau, 1996, p. 39). Este processo é também feito de esquecimento, constituindo-se simultaneamente como oposição e complemento. Como argumenta Augé (1998, p. 7), sem o esquecimento, o indivíduo coloca-se em risco, pois a impossibilidade de esquecer (hipertrofia da memória) provoca danos psicológicos, mormente os decorrentes da recordação dos ressentimentos e dos traumas sofridos.

no lugar do entrevistado, sem censurar o seu ponto de vista, mas antes esforçando-se por compreendê-lo, mobilizando a empatia estabelecida¹⁴, esta estratégia permitirá aceder a

uma compreensão genérica e genética do que ele [o observado] é, fundada no domínio (teórico ou prático) das condições sociais das quais ele é o produto: domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria da qual eles fazem parte (as dos estudantes, dos operários, dos magistrados, etc.) e domínio dos condicionamentos inseparavelmente psíquicos e sociais associados à sua posição e à sua trajetória particulares no espaço social (Bourdieu, 2008 [1993a], p. 700).

Numa situação ideal de investigação, a aplicação da entrevista deve ser antecedida de um conhecimento detalhado e rigoroso do contexto social onde os atores vivem. Implicando visitas e mesmo estadias prolongadas do investigador, tal permite a sua inserção no meio onde a pessoa entrevistada vive, estabelecendo com esta e com aqueles que lhe são próximos relações de empatia, segundo o modo como ela foi acima definida.

No nosso caso, os estudos anteriores sobre a pobreza, alguns dos quais realizados pelos membros da equipa, a experiência de trabalho com a pobreza dos investigadores envolvidos, as entrevistas exploratórias e a parte quantitativa deste trabalho permitiram fornecer as dimensões contextuais necessárias. Acresce que a forma como o contacto com os entrevistados foi realizado permitiu forjar alguma relação de confiança.

Como qualquer outro recurso metodológico, a aplicação da entrevista, bem como a sua análise, reclama um certo distanciamento crítico, a cumprir-se numa relação tensa com os efeitos decorrentes da empatia que se pretende estabelecer com a pessoa entrevistada. Deste modo, a análise do discurso do entrevistado é defendida da manipulação que este pode fazer dos elementos da sua vida escrutinados durante o ato conversacional (cf. Poirier *et al.*, 1995).

A elaboração do guião foi um processo que ocupou a equipa de investigação durante vários meses, com diálogos cruzados entre os seus membros e diversas reuniões. Após 11 versões e a aplicação das entrevistas de aferição, o guião ficou finalmente definido. O tipo de estrutura escolhido foi pensado para permitir uma certa flexibilidade durante a aplicação da entrevista, decisiva quando se pretende captar e

¹⁴ Seguindo Martinelli (2000, p. 53 ss.), Ribeiro (2010) argumenta que a empatia é um elemento essencial no estabelecimento de uma relação social significativa entre o investigador e o ator social entrevistado. Como conceito, o termo empatia é originário da Grécia Clássica, onde ter empatia – *empathia* (Em-pa'qoj) – significava deixar-se afetar, comover ou apaixonar, implicando, por isso, uma identificação emocional com um outro indivíduo. Etimologicamente relacionada com o *páthos* (Pa'qoj) – estado de alma inquieto –, a empatia detinha para os gregos clássicos, tal como para nós, um sentido mais poderoso do que a simpatia. No século XIX, os alemães reintroduziram o conceito no pensamento ocidental: a *empfindung*, traduzida pelos ingleses por *empathy* e que deu origem à palavra francesa *empathie*. Abraçada pelo Romantismo Alemão, a empatia foi por este entendida como um meio para sentir o latejar do coração de um povo, logo algo mais intenso do que simplesmente assumir a sua «pele» (Martinelli, 2000, p. 72-76).

compreender aspetos muito particulares da vida dos indivíduos, não raro nem imaginados pelos investigadores, cujas vidas, em boa medida, são bem distintas. Tal abordagem implica, seguindo Bourdieu (2008 [1993b]), procurar ir para além das evidências mais evidentes, vinculando os investigadores a um esforço de identificação e de compreensão da forma como as estruturas económicas, sociais e políticas afetam a vida destes indivíduos.

A definição concreta das dimensões constituintes do guião resultou de uma leitura cruzada que teve em linha de conta:

- i) os resultados da Probit e, sobretudo, da ACM e o tipo de variáveis que se revelaram pertinentes para a definição dos perfis (tal como explicitado anteriormente);
- ii) a literatura existente sobre a pobreza (designadamente a que tem um maior foco qualitativo: Amaro & Branco, 2010; Capucha, 2005; Carmo *et al.*, 2010; Castro & Guerra *et al.*, 2010; Costa *et al.*, 2008; Diogo, 2007; Diogo, Castro & Perista, 2015);
- iii) a própria experiência e sensibilidade dos investigadores da equipa de investigação com trabalhos anteriores de realização de entrevistas desta natureza;
- iv) o recurso à consulta dos guiões utilizados noutros estudos sobre a pobreza em Portugal (em especial usando: Garcia *et al.*, 2000; Branco, 2001; Castro *et al.*, 2002; Diogo, 2007; Castro & Guerra *et al.*, 2010; Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Como resultado deste cruzamento, o guião foi construído em torno de nove dimensões de exploração analítica a que acresce mais uma de caracterização geral do entrevistado, respetivo agregado familiar e progenitores. Tendo em conta a orientação biográfica das entrevistas, as dimensões consideradas foram:

1. Enquadramento familiar na infância;
2. Relação com o sistema educativo;
3. Transições para a vida adulta;
4. Relação com o mundo do trabalho;
5. Auto-perceção do percurso, comparação da vida presente com a passada;
6. Redes de apoio social não institucional e território;
7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social;
8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza;
9. Perspetivas face ao futuro;
10. Caracterização da pessoa entrevistada e do seu agregado familiar;

O elemento aglutinador destas áreas temáticas é, pois, a história de vida enquanto instrumento de recolha de informação fundamental, organizada numa lógica cronológica, a partir da qual se procurou

detetar eventos estruturadores da situação de pobreza em cada indivíduo entrevistado. Pressupôs-se que a identificação dos eventos estruturadores apoia a orientação da entrevista para um registo mais narrativo, nas suas dimensões biográficas referentes à exploração das diferentes trajetórias, mas também nas suas dimensões subjetivas, que remetem para as questões das perceções e reflexões. Nesta esteira, o guião contemplou espaço para que, em cada entrevista, se pudesse identificar outros domínios e acontecimentos cruciais e críticos que decorram das idiosincrasias da história de vida do próprio entrevistado. Em resultado dessa opção, foi possível captar a importância das temáticas da emigração, da doença e da morte, que tiveram um relevo nas narrativas contrastante com a sua omissão nas perguntas colocadas.

Seguiu-se uma fase de pré-teste, em que o guião foi utilizado na realização de quatro entrevistas (uma por perfil identificado na ACM). Em resultado deste procedimento, foi gerado novo debate em torno do instrumento de recolha e introduziram-se novas alterações (abaixo neste capítulo este aspeto é discutido com mais detalhe).

Nesta fase foi ainda objeto de intenso debate entre os membros da equipa de investigação a ordem segundo a qual deveriam ser introduzidas cada uma das dimensões temáticas no contexto da entrevista. Num primeiro momento decidiu-se abandonar a lógica cronológica, que coloca em primeira linha as questões sobre a infância, por remeterem para aspetos potencialmente mais sensíveis e íntimos da vida dos entrevistados cujo desenvolvimento poderia beneficiar caso a dimensão fosse introduzida num momento mais avançado da entrevista, em que alguma distância já tivesse sido quebrada.

As entrevistas de aferição (pré-teste) foram aplicadas no período de 4 a 18 de Fevereiro de 2019 a quatro indivíduos pertencentes aos quatro perfis identificados na análise quantitativa (cf. quadro seguinte). As entrevistas foram gravadas com o recurso à função disponibilizada nos dispositivos móveis (telemóveis), uma opção preferível ao tradicional gravador, considerado mais intrusivo por poder ser visto como um objeto estranho pelos entrevistados. O seu uso foi antecedido de autorização por parte dos entrevistados, garantindo-se também que a gravação seria interrompida sempre que o pretendessem, por exemplo, quando desejassem garantir que um dado aspeto da sua vida não seria objeto de registo gravado, ainda que pudesse ser transmitido oralmente ao investigador¹⁵. Esta opção pela gravação através do telemóvel acabou por se traduzir numa orientação para o trabalho das entrevistadoras.

Quadro 1 – Síntese da aplicação das entrevistas de aferição

Entrevistado	Perfil	Duração	Data, Local e Contexto de Realização	Principais Ilações
--------------	--------	---------	--------------------------------------	--------------------

¹⁵ Este estudo seguiu com rigor os procedimentos condensados nos princípios de consentimento informado.

1	Homem, trabalhador, pobre, empregado auferindo o SMN, casado, com dois filhos a coabitar (16 e 24), vive numa habitação arrendada em Évora	60 minutos	18/2/2019 Évora, sede da delegação de Évora da <i>European Anti Poverty Network</i> (EAPN)	(i) o entrevistado não é muito conversador, o que não permitiu uma recolha muito rica em termos de narrativa na primeira pessoa, tendo isso suscitado a necessidade de pensar a forma de tratamento de dados; (ii) a entrevista permitiu apurar o essencial da trajetória, possibilitando elaborar um esquema biográfico do entrevistado.
2	Homem, 75 anos, vive numa república sénior	50 minutos	7/2/2019 Lisboa, nas instalações da instituição que o apoia	(i) a entrevista deve explorar com especial cuidado o discurso do entrevistado, procurando ligar, de forma que faça sentido para este, os diversos aspetos da sua vida, como: o trabalho; a reforma; a habitação; a escola; a conjugalidade e a relação com os serviços públicos.
3	Homem, 47 anos, desempregado, vive no centro de Ponta Delgada	95 minutos	4/2/2019 Ponta Delgada, na residência do entrevistado	(i) as entrevistadoras devem estar sempre munidas de credenciais de identificação; (ii) flexibilidade na obtenção formal do consentimento informado; (iii) dúvidas em relação a quem deve fazer o primeiro contacto, se o entrevistador, se um mediador.
4	Homem, 52 anos, vive num bairro social e é inativo, vivendo de uma pequena pensão de invalidez	75 minutos	15/2/2019, Braga, sentados em bancos do jardim do bairro onde o entrevistado reside	(i) a entrevista deve começar sempre por uma secção de caracterização pessoal (idade; profissão; estado civil; habilitações; local de residência...) (ii) sempre que possível, a entrevista não deve ser realizada no primeiro contacto. É conveniente uma conversa preliminar/introdutória em dia anterior, de modo a preparar o entrevistado e estabelecer uma relação mínima de confiança com o entrevistador.

Apesar de se terem realizado nesta fase apenas quatro entrevistas, estas foram consideradas suficientes para a aferição da coerência e pertinência do guião por quatro investigadores diferentes, dois homens e duas mulheres. Ficou claro que a opção metodológica pela entrevista era a mais acertada para responder aos objetivos e questões a que o estudo procurou responder, sem prejuízo de se ter refletido e extraído as devidas inferências, com impacto na versão final do guião, das ilações compiladas no quadro acima, incluindo para a formação das entrevistadoras.

Destaca-se a importância das apreciações subjetivas dos principais acontecimentos que marcam o trajeto da sua vida e que concorrem para explicar a situação social em que presentemente se encontram. No que respeita aos entrevistadores, a experiência proporcionada pela aferição confirmou a importância da escuta ativa e flexível, permitindo o aparentemente livre fluir do diálogo, sem descartar a introdução de interpelações e pedidos de esclarecimentos às afirmações do entrevistado, de modo a explorar todos os caminhos que pudessem contribuir para relevar momentos decisivos da sua vida, sobretudo quando relacionados com os fracassos e as dificuldades que permitem explicar a sua situação no presente. Esta escuta ativa e flexível deve, no estrito respeito pela proposta de Bourdieu (2008 [1993b]) acima mencionada, colocar-se em pensamento no lugar do entrevistado, escutar sem censurar – estar atento às contradições e afirmações aparentemente menos plausíveis, de modo que da análise da entrevista possa resultar um registo biográfico coerente e rico em detalhes subjetivos, permitindo compreender o modo como a pessoa entrevistada olha para os factos e momentos marcantes da sua vida.

Após a realização do pré-teste, a equipa decidiu regressar à lógica da cronologia, por considerar que seria mais estruturador do pensamento e narrativa dos entrevistados. Foi, todavia, consensual que, tratando-se de uma entrevista de orientação biográfica de natureza semiestruturada, o questionamento poderia fluir de acordo com a lógica discursiva do entrevistado, mesmo que em detrimento da ordem prevista para os diferentes blocos temáticos.

Neste sentido, o guião é também suficientemente flexível para ter sido adaptado em função do perfil de cada entrevistado, não se descurando, ao mesmo tempo, os limites que permitiram uma lógica de comparabilidade.

Tendo em conta o tamanho da equipa de investigação e a circunstância de as entrevistas serem realizadas por entrevistadoras contratadas, considerou-se fundamental tornar o guião o mais robusto possível do ponto de vista das indicações para a forma de aplicação e de explicitação das ideias, bem como dos significados que veicula. Assim, para cada uma das dimensões foi escrito um texto introdutório explicativo do seu significado, propósito e pertinência¹⁶.

Em suma, com o instrumento de recolha construído, a equipa de investigação esperou conseguir captar e compreender melhor a diversidade de estratégias que os atores mobilizam para lidar com a sua situação de pobreza, bem como a forma como se auto-percecionam.

Pretendeu-se, também, dado o regime subprotetor que tem caracterizado o Estado-Providência em Portugal (Santos, 1993; Silva, 2001), verificar a plausibilidade do impacto das solidariedades familiares e das redes sociais locais nas estratégias de sobrevivência, algo que se traduziu no destaque dado aos sistemas formais e informais de proteção social. De resto, a própria definição de pobreza aconselhou a dar especial

¹⁶ Cf. em anexo, o guião com os respetivos textos, e mais detalhe sobre a sua estrutura infra texto.

relevo a esta questão dado que, à partida, se pode esperar uma influência importante de redes e sistemas sociais de apoio na vida dos indivíduos.

Por fim, está em causa a identificação dos eventos que espoletaram a situação de pobreza. Considerando que entrevistámos apenas indivíduos pobres, não foi possível encontrar episódios de saída da pobreza.

Em todo o caso, e na linha da literatura disponível (por exemplo, Brébant, 1984; Bourdieu, 1986, 1993; Paugam, 1991, 2014; Gaulejac & Léonetti, 1994; Capucha, 2005; Diogo, 2007; Amaro & Branco, 2010; Castro & Guerra, 2010; Branco, 2015; Caleiras, 2015), esperávamos descobrir nos diferentes perfis alguma diversidade no que diz respeito a formas de viver e enfrentar a situação de pobreza, que não são alheias às trajetórias pessoais. Esta diversidade teve como fundamento diversos fatores como os agora apresentados de uma forma resumida: a relação com o Estado (mais reivindicativa, conformista ou ausente); a relação com o futuro (estratégias claras de investimento no futuro ou pensamento mágico); as redes de solidariedade (familiar e de vizinhança); as estratégias de relação com o trabalho (engajamento, desimplicação) e ainda o impacto do tempo de vida dos indivíduos. Este último fator é especialmente relevante no Perfil 1, dos Reformados, e no 2, dos Precários.

A equipa de investigação monitorizou de perto a aplicação do guião por parte das entrevistadoras de forma a garantir a qualidade das entrevistas. Neste sentido, foram rejeitadas cinco entrevistas por falta de qualidade ou por não cumprirem/excederem as quotas definidas.

Todos os atores que aceitaram colaborar foram devidamente informados sobre as condições da sua participação, tendo-lhes sido garantido o seu anonimato. Em concreto, tendo-se solicitado o seu consentimento pela forma considerada mais adequada à sua compreensão e contexto de inquirição, embora sempre com o documento de consentimento informado produzido pela equipa (em anexo) como guia e pano de fundo. O lugar e o momento da sua realização foram definidos de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Sendo de tipo semi-diretivo (ou semiestruturado), o guião de entrevista utilizado pela equipa foi construído considerando que, entre outros aspetos, a sua aplicação deveria estimular a pessoa entrevistada a realizar um exercício de reflexão sobre as suas experiências de vida, procurando significados para os momentos mais relevantes. Ao mesmo tempo, deveria proporcionar ao investigador um conhecimento etnográfico dos efeitos produzidos nos indivíduos pelas situações de pobreza e exclusão que, longe de serem produzidas pelo acaso, são impostas pelos constrangimentos estruturais muito persistentes que se fazem sentir não apenas no indivíduo entrevistado, mas (com frequência) na sua família, atravessando gerações.

Importa ainda salientar que a situação de entrevista se realiza, muitas vezes, em cenários sociológicos bastante complexos e coletivos, nos quais se torna difícil garantir que o decurso da entrevista corresponda ao padrão puro do «diálogo a dois» (Diogo & Roque, 2002). Assim sendo, as entrevistas

decorreram, em número significativo, total ou parcialmente na copresença de familiares, nomeadamente cônjuge e filho(a), neto(a), em alguns casos até com mais do que uma pessoa. As modalidades dessa copresença foram diversas, indo desde a presença silenciosa e vigilante ao aparecimento momentâneo de alguém, da circulação e brincadeira dos filhos ou netos no local (chegando a interferir com o gravador) até à participação ativa na própria entrevista – que poderá ir do apoio na evocação de acontecimentos e memórias até à situação de interlocutor privilegiado que acaba por responder às questões em lugar do entrevistado.

Enquanto emergência situada na própria dinâmica sociológica de quem está a ser entrevistado, o discurso daí decorrente deve ser visto menos como a expressão de atores individuais e mais como a expressão da comunidade onde vivem o seu dia-a-dia. Entende-se que esta marca heterogénea e coletiva da situação de entrevista não deve servir para que se rejeite a sua validade, mas antes para que se reconheça o seu carácter contextual, bem como a necessidade de serem analisados segundo os critérios de confiabilidade que devem orientar a pesquisa qualitativa (Flick, 2002; Galkel & Bauer, 2004). Neste sentido, é essencial desde logo uma reflexão crítica sobre uma certa ficção do indivíduo como uma entidade isolada das relações sociais da sociedade (Diogo & Roque, 2002; Beaud & Weber, 2007).

3. Seleção e formação das entrevistadoras

Um dos aspetos que contribui decisivamente para a qualidade dos dados recolhidos diz respeito ao trabalho das entrevistadoras, em especial quando se trata de uma abordagem qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas de orientação biográfica, que conferem ao entrevistador uma significativa margem de liberdade, mas que exigem de si experiência e formação para que consiga gerir o contexto situacional de cada entrevista.

Este é um aspeto muitas vezes descurado e que, com facilidade, pode contribuir para uma menor qualidade dos resultados obtidos. Neste sentido, uma das primeiras preocupações da equipa do projeto foi definir um perfil para as entrevistadoras de forma a maximizar a qualidade que a sua ação encerra e a minimizar a possibilidade de se obterem dados menos ricos. Esta preocupação traduziu-se ainda num forte investimento na formação das entrevistadoras. Este ponto do livro pretende, pois, apresentar as ações desenvolvidas pela equipa do projeto para assegurar a maximização da qualidade das entrevistas.

Em relação ao perfil das entrevistadoras, procurou-se acima de tudo garantir que estas tinham experiência particularmente em três aspetos: em investigação na área das Ciências Sociais; na realização de entrevistas semiestruturadas e/ou histórias de vida, e ainda na análise qualitativa de dados. Complementarmente, foi também definida como dimensão importante a confiança dos membros da equipa no seu desempenho, tendo em atenção o seu conhecimento das competências dos candidatos.

Na confluência destas preocupações, foi definido o seguinte perfil preferencial de entrevistador: doutorandos com experiência em realizar e analisar entrevistas, recomendados pelos membros da equipa. Para o caso da zona de Lisboa, assumiu-se, desde logo, a possibilidade de usar a equipa de entrevistadores já ao serviço do Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS). Esta opção era especialmente frutuosa, dado o CESIS ser uma cooperativa de investigação, tendo os seus entrevistadores uma vasta experiência de investigação, em especial na realização de entrevistas semi-diretivas e histórias de vida, pelo que a questão da confiança na qualidade do trabalho estava também garantida.

Na prática, não foi possível assegurar o perfil definido para todas as entrevistadoras, pelo que algumas das selecionadas tinham apenas uma pós-graduação ou eram estudantes de mestrado e não de doutoramento. Contudo, todas tiveram a possibilidade de realizar investigação (pelo menos ao nível do mestrado) e de desenvolver entrevistas e análise de conteúdo. Para além disso, todas as entrevistadoras escolhidas foram recomendadas pelos membros da equipa que, em regra, as orientaram ou orientam nas suas formações pós-graduas, pelo que a confiança na sua capacidade para assegurar as tarefas estava também confirmada, dado existir informação objetiva sobre a qualidade do seu trabalho.

Foram assim recrutadas 15 entrevistadoras (5-10 entrevistas por entrevistadora), das quais três eram doutoradas, sete eram mestres (algumas doutorandas) e as cinco restantes eram licenciadas, mas com pós-graduação ou a frequentar mestrado. A sua base de formação abrange diversas áreas disciplinares das Ciências Sociais nomeadamente o Serviço Social, a Sociologia, a Educação Social e a Psicologia da Saúde. De relevar, como último aspeto do processo de seleção, que uma vez que as entrevistas tiveram lugar por todo o país, foram recrutadas entrevistadoras em Lisboa (incluindo Amadora, sede do CESIS), Serpa, Porto, Braga e Ponta Delgada.

O processo de formação teve dois momentos contratualizados com as entrevistadoras, um decorrido em Março de 2019 e outro em Setembro do mesmo ano.

O primeiro destes momentos teve como objetivo principal habilitar as entrevistadoras a realizar as entrevistas, tendo a formação em causa decorrido nas instalações do ISCTE-IUL, com a duração de um dia (9h30-18h00). Em termos práticos, nesta primeira formação destacamos:

- i) a apresentação do projeto, na medida em que foi considerado relevante que as entrevistadoras compreendessem o contexto que condicionou a elaboração das entrevistas e os objetivos para os quais estas iriam ser realizadas;
- ii) a apresentação dos resultados da ACM, em concreto dos perfis que estão na base das quotas;
- iii) a apresentação comentada do guião, pergunta a pergunta, com direito ao esclarecimento de dúvidas;

- iv) Dois momentos de encenação (*role playing*) que ocuparam boa parte do dia. Num primeiro, duas voluntárias realizaram parte da entrevista (como entrevistada e entrevistadora), sob o olhar do conjunto das formandas e dos formadores. Num segundo, o conjunto das entrevistadoras foi dividido em grupos de três, assumindo o papel de entrevistada, entrevistadora e de observadora. Ambos os momentos tiveram espaços em plenário para a troca de dúvidas e de comentários sobre o guião.

O trabalho de encenação permitiu também fazer uma segunda aferição do guião (para além das entrevistas de teste já mencionadas), tendo sido incorporada uma sugestão das entrevistadoras.

No segundo momento de formação habilitaram-se as entrevistadoras a construir outro produto que lhes foi pedido: em função de um esquema categorial construído e testado pela equipa, foi pedido às entrevistadoras que organizassem a informação das entrevistas, aplicando-lhe um primeiro tratamento de análise de conteúdo e, complementarmente, foi-lhes pedido que produzissem um esquema biográfico. Este trabalho foi completado e aprofundado pela equipa, tendo em vista a construção das conclusões do estudo, e serviu essencialmente para reduzir a carga de trabalho dos investigadores, considerando que esta atividade teve como resultado, por um lado, uma primeira organização do estuendo manancial de informação obtida e, por outro, a produção de um instrumento cuja frequente consulta permitiu aos investigadores não perder de vista o contexto biográfico na análise de trechos e acontecimentos concretos.

Esta segunda ação de formação realizou-se também no ISCTE-IUL, com a mesma duração da anterior. Na sua primeira parte, durante o período da manhã, as entrevistadoras foram familiarizadas com o MAXQDA, aplicativo usado na análise das entrevistas. A segunda metade do dia de trabalho foi dividida em três partes. Na primeira, apresentou-se às entrevistadoras o sistema de categorias desenvolvido pela equipa; na segunda, trabalharam-se diversas entrevistas usando os conhecimentos adquiridos, inicialmente em grande grupo e, de seguida, em grupos de dois ou três, sempre sob a supervisão dos formadores (membros da equipa). Finalmente, na terceira parte, apresentou-se e trabalhou-se o esquema biográfico em plenário.

Em sequência do processo de seleção e formação das entrevistadoras executou-se o processo de supervisão das entrevistas, realizado pela bolsista do projeto com o apoio do coordenador do projeto. Este processo consistiu numa verificação da qualidade das entrevistas, de forma a:

- i) assegurar que todas respeitavam o guião;
- ii) assegurar que continham informação necessária para permitir a análise de conteúdo;
- iii) monitorizar a observância das quotas;
- iv) atender às questões relativas à existência de entrevistados pertencentes a minorias étnicas, como referenciado no capítulo metodológico do livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

Como resultado do trabalho de supervisão, cinco entrevistas foram rejeitadas, quer por falta de qualidade das respostas, quer por não se enquadrarem nas quotas seleccionadas (fazendo parte de quotas já esgotadas). Neste último caso, em diversas circunstâncias só após a entrevista foi possível concluir que um indivíduo não pertencia à quota para a qual foi entrevistado, dada a complexidade dos percursos sociais em análise e o rigor e a exigência das quotas.

4. O acesso e a recolha de dados

Quando a componente qualitativa visa recolher informação adicional à componente quantitativa colocam-se desafios acrescidos em termos da seleção das pessoas a entrevistar. Especialmente, como é o caso desta pesquisa, quando não é possível o acesso aos participantes na componente quantitativa (Morse & Niehaus, 2009). Se, num primeiro momento, abordámos a questão da construção das quotas em que os perfis se desdobraram, de seguida apresentaremos os procedimentos e dificuldades da passagem destas quotas aos indivíduos entrevistados.

Neste caso, e tal como inicialmente previsto, foi pedida a colaboração a um conjunto de entidades que se considerou terem acesso privilegiado a pessoas em situação de pobreza nos diferentes concelhos seleccionados. Em geral, os contactos foram feitos em articulação com os membros da equipa de investigação, procurando potenciar o seu conhecimento de cada concelho e de forma a facilitar o acesso institucional às pessoas a entrevistar. O pedido formalizado incluiu uma descrição global do projeto, abordando com maior profundidade o perfil socioeconómico das pessoas a entrevistar, assim como os critérios éticos a observar na investigação, nomeadamente o consentimento informado e a garantia de confidencialidade e anonimato¹⁷. Esse pedido formal foi complementado com contactos adicionais (endereço de correio eletrónico e telefone), no sentido de esclarecer mais detalhes sobre as características das pessoas a entrevistar (em particular características sociodemográficas e formula de cálculo do limiar de pobreza) e os procedimentos éticos inerentes a este tipo de pesquisa, já anteriormente explicitados. No entanto, a estratégia de acesso inicialmente desenhada apresentou algumas dificuldades e limitações.

Um importante constrangimento, de natureza institucional, teve a ver com a aplicação do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) que entrou em vigor a 25 de Maio de 2018, obrigando à reorganização dos procedimentos adotados pelas entidades na gestão de dados pessoais. Estas mudanças, ainda novidade em 2019, parecem ter gerado alguma relutância na colaboração com atividades de investigação e uma atitude que sentimos traduzir-se no princípio de que na dúvida se restringe o acesso e o

¹⁷ A ideia de anonimato pode ser vista de diferentes formas. O que se encontra aqui em causa é o anonimato externo, isto é, para com os leitores dos relatórios e textos científicos, e não o anonimato total, dado que este incluiria também o anonimato em relação à equipa de investigação, algo que neste tipo de situações é impossível de garantir.

apoio. Neste sentido, a equipa insistiu no facto de não se pretender o acesso a dados pessoais, mas antes um apoio na identificação e na facilitação do acesso a pessoas em situação de pobreza. Ou seja, a colaboração pedida era no sentido de encontrar pessoas correspondendo a um dos perfis (e quota concreta) de forma que se lhes pudesse perguntar se estariam disponíveis para participar na investigação, dando uma entrevista na base de um consentimento informado. As entrevistas só avançariam se esse consentimento se concretizasse.

Verificou-se ainda um outro tipo de dificuldade relacionada com o facto de se tratar de entidades a desenvolverem programas e projetos que abrangem determinadas faixas de população em situação de pobreza, mas não a generalidade das pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza. O acesso através deste tipo de entidades foi relativamente eficaz no caso de pessoas pertencentes a agregados que beneficiem do RSI ou de outro tipo de prestações sociais do regime não contributivo, visto que este tipo de medidas exige uma série de requisitos contratuais que envolvem o acompanhamento institucional, tendo os técnicos das diversas entidades um conhecimento relativamente aprofundado dos indivíduos, da sua situação financeira e da composição do seu agregado familiar.

Assim sendo, acabou por estar relativamente facilitado o acesso a potenciais entrevistados relativamente ao Perfil 3 ou que, mesmo não constituindo a principal população-alvo deste tipo de programas, tenham um conjunto de situações associadas que os tornem elegíveis. Por contraponto, os indivíduos em situação de pobreza que não estão enquadrados por este tipo de entidades não são visíveis para este tipo de instituições e/ou estas têm um menor conhecimento sobre as características que foram constituindo as nossas quotas. Este tinha sido exatamente um dos problemas de acesso que tínhamos antecipado.

A superação deste desafio foi crucial quer porque as características dos perfis assim o exigiam, quer porque permitiu analisar categorias de pessoas em situação de pobreza por regra mais afastados das análises realizadas anteriormente, dado o seu afastamento dos principais motores de recrutamento para estudos (para além de estatísticas) sobre a pobreza: as instituições de apoio social aqui mencionadas.

Por outro lado, importa considerar a forma como as dinâmicas de inclusão se expressam nos diferentes territórios. Esta questão foi particularmente crítica na seleção de potenciais entrevistados em concelhos onde, segundo o Referencial de Coesão Social, são mais notórios processos de exclusão pela marginalização, nos quais «a exclusão social não se limita à pobreza, ao desemprego, mas também à marginalização provocada pela fragilidade dos mecanismos formais ou informais de inclusão social» (IESE, 2015, p. 74). Aljustrel, Amadora, Lisboa e Porto são exemplos de concelhos que correspondem a esta tipologia de coesão social, em que a pobreza está ligada a processos de exclusão institucional sendo, por isso, nestes casos, menos eficaz uma estratégia de recrutamento de base institucional.

Também se registaram algumas dificuldades acrescidas em concelhos mais rurais e do interior, com menos população e recursos sociais, nomeadamente em encontrar mediadores que facilitassem o acesso aos entrevistados, considerando o menor número e variedade das instituições presentes no terreno. No caso de concelhos do Sul Interior Rural, por exemplo, foi pedida a colaboração com um investigador de uma universidade da região, sendo relevante assinalar as dificuldades assinaladas pelo próprio ao efetuar contactos com vários interlocutores. Este processo de seleção deparou-se ainda com mudanças relevantes que tornavam o acesso particularmente difícil. A saber: o enfraquecimento das respostas sociais em alguns locais (associações quase sem atividade e funcionários); o facto de alguns funcionários e/ou dirigentes associativos terem mudado de concelho ou ficado, entretanto, desempregados.

Por último, importa ainda referir os problemas colocados pelos receios de exposição e de estigmatização provocados pela entrevista, particularmente entre pessoas mais vulneráveis e/ou marginalizadas (Gaisbauer *et al.*, 2019, p. 6) e a vergonha que surge associada a esses receios. Como é sustentado por Walker *et al.* (2013), esta é uma dimensão comum da condição de pobreza, independentemente dos contextos culturais e políticos, e pode, de acordo com a sua argumentação, em linha com a abordagem das competências (*capabilities*) em Sen, ser considerada uma das medidas de pobreza absoluta (Walker, 2019). Por outro lado, especialmente no caso do desemprego e em zonas industriais onde a norma do trabalho é muito vincada e referenciada no modelo do «ganha-pão masculino» (Crompton, 1997), este estigma pode ser particularmente acentuado entre os homens e pode suscitar dificuldades para referenciar os constrangimentos relacionados com a quebra de rendimentos. Estes aspetos, como também o fenómeno de «pobreza envergonhada» que Castel (1995) assinala como podendo estar presente desde o «Antigo Regime», terão contribuído para dificultar quer o acesso aos potenciais entrevistados, quer a recolha de narrativas mais substantivas, requerendo uma particular atenção durante o desenvolvimento do estudo.

Todas estas dificuldades exigiram o aprofundamento da reflexão sobre os problemas e desafios que se colocam no trabalho de campo (Burgess, 1997) e, em particular, nas pesquisas que combinam métodos quantitativos e qualitativos (Bryman, 2004; Morse & Niehaus, 2009). Reconhecendo que as escolhas metodológicas feitas são inovadoras – a análise a uma escala nacional e a importância de um critério geográfico – a equipa procurou resolver os problemas de acesso elencados e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade dos dados recolhidos.

Em primeiro lugar foi alargado o leque de entidades envolvidas, incluindo outro tipo de organizações que, embora não vocacionadas para a implementação de programas e projetos que abranjam populações em situação de pobreza, pudessem ter entre os seus associados e/ou utentes pessoas que correspondiam aos perfis identificados. Exemplos deste tipo de organizações foram as associações de pensionistas e as juntas de freguesias, no caso do Perfil 1; as associações de estudantes e os agentes educativos, para a quota

2.1 ou para outras envolvendo pessoas enquadradas em agregados que incluam crianças; ou as organizações sindicais, para o Perfil 4. Como veremos mais adiante, a diversificação de mediadores de acesso teve resultados assinaláveis, em especial no caso das juntas de freguesia, das associações de desenvolvimento social e, em certa medida, das associações de base local e dos agentes educativos. Noutros casos, esse reajustamento da estratégia de acesso não teve resultados relevantes, tendo sido apresentadas as seguintes justificações por parte das entidades contactadas: ausência de informação relativa aos rendimentos dos associados (no caso de associações de reformados); ausência de informação sobre a dimensão dos agregados; dificuldades em encontrar, entre associados, pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza (no caso de sindicatos); vergonha em dar uma entrevista sobre este tema.

Foi também diversificado o tipo de abordagem junto aos entrevistados. Desde que as pessoas autorizassem a cedência de contacto telefónico para esse efeito, passou a ser a equipa (bolseira/entrevistadoras) a explicar de forma mais detalhada os objetivos e procedimentos do estudo. Assim sendo, elaborámos um folheto para apoiar o contacto com potenciais participantes no estudo (e até com as entidades intermediárias).

Foi ainda possível ter como estratégia o pagamento de uma compensação às pessoas entrevistadas. Esta assumiu a forma de um *ticket*, num valor unitário de 20 euros, utilizável nos supermercados em território nacional. Esta medida permitiu reconhecer o esforço e o tempo despendido, sem tornar a realização da entrevista num ato comercial, tendo contribuído para reduzir o nível de recusas em realizar a entrevista. Foi assim possível aumentar a adesão das entidades e, em especial, dos participantes, que, em vários casos, expressaram a utilidade imediata desse valor na sua gestão financeira diária, como, aliás, seria de esperar.

Por outro lado, foi diversificada a forma de acesso, sendo equacionada uma estratégia de «bola de neve» (Burguess, 1997; Tashakkory & Teddlie, 2003). Ao reconhecer que a seleção de entrevistados segue um padrão social num dado contexto – ou seja, envolve indivíduos e relações sociais entre indivíduos (Burguess, 1997) –, este tipo de metodologia tem sido indicado como sendo particularmente adequado em grupos marginalizados e renitentes em participar em atividades de pesquisa. Neste sentido, foi considerada a rede de contactos da equipa de investigação, incluindo entrevistadoras, ou, por exemplo, a rede de contactos das pessoas entrevistadas, no caso das entrevistas bem-sucedidas. A adoção desta estratégia metodológica obrigou a um reforço dos procedimentos de registo e monitorização dos critérios de seleção de pessoas a entrevistar, considerando-se não apenas as quotas e perfis anteriormente apresentados (com todo o rigor), mas também o contexto relacional ou institucional através do qual é garantido o acesso.

De forma a contornar estas dificuldades de acesso, alargou-se também a base territorial para a realização de entrevistas, passando-se a considerar concelhos com características similares aos inicialmente propostos. Este foi o caso dos concelhos do interior rural (norte e sul) e de um concelho intermédio (estava

inicialmente previsto apenas Castelo de Paiva; juntou-se-lhe Celorico de Basto). Num outro caso, no sul litoral, considerando as dificuldades de acesso encontradas, foi selecionado um outro concelho considerado similar do ponto de vista socioterritorial e onde o acesso estaria mais facilitado – Mafra foi substituída por Caldas da Rainha.

Uma parte do afinamento da estratégia passou por aproveitar o contacto com mediadores de acesso para aferir se as quotas definidas estariam adequadas às características socio-territoriais do concelho e avaliar a sua exequibilidade no terreno. Procurámos perceber quais as perceções dos mediadores de acesso sobre as características sociodemográficas associadas à pobreza em determinado concelho e se haveria facilidade de acesso a pessoas correspondendo a esse perfil. Neste sentido, a lista previamente elaborada foi sendo reajustada no decorrer da recolha de dados, a partir da triangulação entre os critérios estabelecidos nesta lista e a informação recolhida junto aos mediadores de acesso e no trabalho no terreno, tendo em mente um equilíbrio entre critérios de representatividade e as possibilidades de acesso a entrevistados. De relevar que este procedimento teve impacto nas entrevistas a realizar nos concelhos, mas não na adequação das entrevistas às quotas e perfis, feita com todo o rigor.

Por fim, é de destacar o esforço de permanência no terreno, em particular nos concelhos do interior, onde o leque de entidades que podiam indicar entrevistados é menor. A bolsreira ao serviço deste projeto de investigação realizou duas deslocações ao terreno, onde procurou contactar no local, formal e informalmente, possíveis mediadores de acesso, tendo ainda feito saídas de campo, com vista à identificação de possíveis entrevistados. A organização das deslocações implicou um cuidadoso processo de preparação que passou pela intensificação do contacto prévio com entidades (por exemplo, câmaras municipais, núcleos distritais da EAPN) e agentes locais da rede de contactos da equipa de investigação (por exemplo, agentes educativos e de desenvolvimento local ou investigadores), de forma a permitir o agendamento de reuniões e avaliar a viabilidade da realização das entrevistas. Nestas deslocações, a bolsreira contou com a colaboração de entrevistadoras que a acompanharam. Como acima referido, foram realizadas duas deslocações, ao Norte Interior Rural (Setembro) – Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Boticas e Montalegre – e ao Sul Interior Rural (Outubro) – Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Serpa. Os contactos realizados permitiram a realização de 14 entrevistas e a identificação dos mediadores de acesso, facilitando a realização das restantes em pouco tempo.

A diversificação da estratégia de acesso permitiu não só facilitar a realização de entrevistas como também evitar uma distorção da seleção de entrevistados em função do seu enquadramento em programas de alívio da pobreza, alargando a riqueza e qualidade das entrevistas em cada um dos perfis e das quotas previamente definidos. Foi possível, pois, evitar o acantonamento aos utentes dos apoios sociais e assegurar a diversidade interna e territorial dos perfis. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição das entrevistas

realizadas segundo o tipo de acesso. Distinguem-se seis tipos de acesso, ordenados segundo o seu peso na globalidade das entrevistas realizadas.

Quadro 2 – Entrevistas realizadas, por tipo de acesso

Tipo de Acesso	Subtipo	N.º de Entrevistas	
Provisão de Ação Social	SAS Autarquia	17	32
	IPSS	15	
Informal			20
Base Local	Junta de Freguesia	11	14
	Associação Recreativa ou de Moradores	3	
Associação Desenvolvimento Social			14
Associação de Reivindicação de Direitos	Sindicatos	2	5
	Associação pelo Direito à Habitação	3	
Agente educativo		2	2
Total			87

Em baixo, apresentamos dois exemplos de acesso em grande detalhe para, por um lado, identificar as dificuldades concretas que enfrentámos para chegar aos entrevistados e, por outro, relevar o meticoloso trabalho de angariação dos entrevistados, de forma a assegurar o respeito pelas quotas e a diversidade de fontes de acesso (e, em sequência, dos entrevistados).

Entidades de Provisão Social

O tipo de acesso mais utilizado refere-se a entidades com responsabilidades diretas na provisão de serviços de ação social, tais como as câmaras municipais, a partir dos seus serviços de ação social, e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

Na maior parte dos casos, as pessoas indicadas eram beneficiárias de algum tipo de apoio social – na atualidade ou em algum momento da sua vida. Os apoios sociais incluíam: Complemento Solidário para Idosos (CSI) e cartão de apoio a medicamentos; RSI; subsídio social de desemprego; subsídio de desemprego; pensão de invalidez; apoios na área da habitação; participação em formações e medidas de inserção profissional; acompanhamento de filho com deficiência. Noutros casos, menos frequentes, o laço não estava relacionado com este tipo de medidas. Em três dos casos, tratava-se de um vínculo de base laboral: Câmara Municipal das Caldas da Rainha; Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social (ACRAS) e Kairós, Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária. A ACRAS também mediou o acesso com vista à realização de uma entrevista com um frequentador de um centro comunitário (P1.4).

Através desta via foi possível realizar um total de 32 entrevistas, a maior parte do Perfil 3 (13 entrevistas). As restantes foram relativas aos Perfis 1 e 4 (oito e sete entrevistas, respetivamente). Apenas quatro das entrevistas do Perfil 2 foram facilitadas por este tipo de entidades. No que concerne às dicotomias territoriais, importa salientar que a maior parte das entrevistas em causa se refere ao litoral urbano (15 no Norte e 10 no Sul).

Na maioria dos casos, o limiar da pobreza foi apurado pelas entidades que, pela sua responsabilidade na gestão de programas de assistência social, têm acesso a este tipo de dados. No entanto, verificaram-se algumas dificuldades relacionadas com um desajuste relativamente às quotas pedidas, que foram sendo corrigidas pela equipa nos contactos com os entrevistados.

Acesso Informal

Como referido anteriormente foi considerada a rede de contactos da equipa de investigação, incluindo entrevistadoras, bem como a própria rede de contactos das pessoas entrevistadas. Este tipo de acesso permitiu a realização de entrevistas em todos os perfis, sendo, no entanto, de assinalar que apenas duas entrevistas do Perfil 3 foram conseguidas desta forma. Por outro lado, no que diz respeito à sua distribuição, é notória a importância que teve este tipo de acesso para a concretização da recolha de dados no interior rural – sete entrevistas no sul e seis no Norte – onde se verificou um maior investimento da equipa no trabalho de terreno na angariação dos entrevistados e onde os mediadores institucionais não abundavam.

Em momentos em que foi possível a realização de algum trabalho de campo para a angariação de entrevistados por parte da bolsreira, a sua presença no terreno permitiu um melhor apuramento das características sociais e territoriais dos concelhos, nomeadamente em termos demográficos, de estrutura de emprego, de especificidades culturais e de mecanismos de exclusão, o que foi tido em conta no trabalho de acesso a potenciais entrevistados.

Em muitos dos casos os mediadores de acesso são pessoas cujo papel social nas comunidades locais permite conhecer, de forma informal, a situação socioeconómica concreta das famílias e, simultaneamente, serem encarados como interlocutores de legitimação da pesquisa junto a potenciais participantes. Um vereador camarário, sem pasta, que é simultaneamente um comerciante local no sector do vestuário; uma subdiretora do agrupamento de escolas do concelho; uma doméstica indicada como sendo dinamizadora local numa aldeia isolada; um oficial da marinha reformado, com propriedades e alguns negócios de exploração florestal no concelho; um padre reformado, reconhecido dinamizador cultural e social do concelho; uma proprietária de uma mercearia que é membro de um grupo de cante alentejano e tem atividade comercial em várias freguesias do concelho; uma proprietária de um café-restaurantes familiar onde a bolsreira lanchou após a realização de uma entrevista. Tudo isto são exemplos de mediadores de

acesso cujo critério de relevância assentou no seu papel nas suas comunidades. Um exemplo ilustrativo deste tipo de relevância pode ser encontrado numa entrevista (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 43 anos):

Entrevistadora: E como é que se desenrascou na altura? [referindo-se a um momento em que a entrevistada tinha vivido na rua, como sem-abrigo]

Entrevistada: A XXXX [mediadora de acesso] dava-me de comer. E ia ao ginásio fazer a minha higiene. Ao fim de dois dias, a XXXX virou-se para um primo e disse-lhe: «Empresta lá a casa, escusa de a senhora estar a viver no campo da bola». O senhor disse: «Está bem, eu empresto-lhe a casa». No outro dia lá fui, e a XXXX disse-me: «Vais falar com a Dra. XXXX, a ver se ela ajuda nalguma coisa.» Foi quando eu recebo o RSI, 180 euros.

Importa salientar também o potencial da pesquisa de terreno enquanto oportunidade de enriquecimento da caracterização do contexto onde se inserem as pessoas estudadas. Exemplo disso é o da entrevista realizada numa pequena aldeia de Vila Pouca de Aguiar (P4.2). Num concelho deprimido do ponto de vista económico e onde quem pode emigra, foram identificados focos de pobreza associados: encerramento de determinadas atividades económicas ou atividades de utilização intensiva de mão de obra barata (em particular no sector primário, mas também no secundário), e onde as grandes obras públicas permitiram a criação de emprego temporário e inseguro. Um dos casos indicados nas reuniões e entrevistas exploratórias realizadas foi a construção da Barragem de Parada de Monteiros, que estava na altura em *lay-off* devido a um acidente estrutural que tinha obrigado à paragem da obra¹⁸. Assim sendo, tendo conhecimento de que haveria um trabalhador em *lay-off* que viveria nessa aldeia particularmente isolada, bolsreira e entrevistadora decidiram ir fazer contactos no local. Era, de facto, uma aldeia muito isolada, com pouquíssimas pessoas na rua e uma população sobretudo idosa. Só havia um estabelecimento comercial: uma esplanada improvisada num quintal com uma mesa de matraquilhos, onde foi possível encontrar um grupo de oito pessoas a conversar. O proprietário do café veio falar com as investigadoras e, tendo sido apresentado o folheto e os objetivos do estudo, explicou que havia alguém entre as pessoas presentes que poderia corresponder ao perfil pretendido. As entrevistadoras foram apresentadas ao grupo, foi-se conversando sobre a situação da aldeia, os impactos previsíveis das obras, explicou-se os objetivos do estudo e vários dos presentes referiram a sua situação. Um deles estava reformado por invalidez devido a um acidente de trabalho, com direito a indemnização e reforma, não correspondendo a uma situação de pobreza. O que veio a ser o entrevistado (P4.2) era de poucas palavras, mas, quando questionado pela bolsreira,

¹⁸ <https://www.publico.pt/2019/06/06/economia/noticia/iberdrola-suspende-trabalhos-barragem-alto-tamega-1875624>

assentiu que provavelmente estaria nessa situação e manifestou a sua disponibilidade, sem muitas reservas, para realizar a entrevista. A entrevista realizou-se no interior do café, com a presença da esposa. As anotações da entrevistadora na folha de registo são bem ilustrativas de uma aldeia isolada, social e demograficamente deprimida:

A esposa esteve presente durante a entrevista e fez poucas interrupções ou comentários. A filha do entrevistado é a mais nova moradora da aldeia. Ao encerrar a entrevista, voltámos para o café, onde eu e a XXXX [a bolseira] conversámos bastante com os frequentadores. A aldeia é uma das mais remotas da região, fica na fronteira com Ribeira da Pena e a estrada para lá chegar é má. Ao fim da entrevista, voltei a sentar-me no café, junto de XXXX, quando conversámos bastante com os frequentadores. O dono do café deu um panorama sobre o isolamento da aldeia, disse que mesmo a barragem, que poderia trazer um pouco de turismo e novos moradores para região, está sendo construída em local acima da aldeia, ou seja, o movimento que trará para a região não afetará a aldeia. Depois, ele e a mulher passaram a discutir quantos moradores lá habitam. Momentos antes, disseram que ninguém nasce, quem lá está morre de velho ou emigra. A esposa dizia que havia 40 moradores, mas o marido, dono do bar, desconfiava, achava ser muita gente. Resolveu então contar nos dedos, nomeando um a um, e chegou a 33. Após concordância com o número de moradores, a esposa lembrou que naquele ano haviam morrido sete.

Por fim, assinale-se a importância que teve a exploração da rede de contactos informais de membros da equipa do projeto. Em Serpa, a entrevistadora recorreu aos seus conhecimentos para chegar a freguesias menos centrais do concelho, tendo usado a sua rede de relações familiares e de amigos para realizar três das entrevistas. Em Ponta Delgada e em Lisboa, a bolseira de investigação explorou a sua rede de contactos pessoais e de vizinhança, o que permitiu a realização de várias entrevistas (em todos os casos correspondendo às quotas definidas), incluindo a uma mulher que costuma fazer respigagem na sua zona de residência; a uma vizinha indicada por um pescador como sendo uma trabalhadora do sector da pesca (gameleira); a uma conhecida, amiga no *Facebook*, inicialmente contactada por ser educadora social mas que, ao discutirem-se os critérios inerentes ao limiar de pobreza, chegou à conclusão de que os rendimentos do seu agregado eram inferiores, correspondendo ainda para mais a um perfil (desempregada, sem proteção social) de difícil acesso. No Porto, uma entrevistadora retomou o contacto de uma participante num estudo anterior, um inquérito sobre a situação habitacional em bairros do Porto. Todos estes casos são apenas alguns exemplos do trabalho de grande detalhe que foi preciso fazer, sobretudo para se chegar aos perfis mais invisíveis às instituições de apoio social.

5. Aferição da grelha de análise

Os pontos anteriores concentraram-se nas questões de desenho da amostra qualitativa e do guião, da formação das entrevistadoras e do acesso aos entrevistados. Depois de garantidas as entrevistas, a

questão seguinte disse respeito aos procedimentos do seu tratamento. Assim, neste ponto é apresentada a grelha de codificação da análise de conteúdo. Esta grelha (cuja primeira versão podemos encontrar em anexo) foi um produto sempre provisório de um trabalho em constante progresso até ao momento de encerramento da análise.

Boa parte do trabalho realizado neste projeto respeita precisamente à progressiva adequação da grelha ao material recolhido, para que pudesse guiar a condensação dos discursos, tornando perceptíveis e inteligíveis as regularidades sociais e apoiando a elaboração das análises que constroem as nossas conclusões.

A partir da transcrição integral das entrevistas pelas equipas de entrevistadoras e o ajuste das diferentes categorias, mobilizou-se a análise de conteúdo como técnica privilegiada de interpretação dos discursos produzidos. A opção por esta técnica de análise dos dados dos discursivos encerra em si diferentes objetivos: descrição; inferência; interpretação e atribuição de sentidos às unidades de análise (Vala, 1999) – no nosso caso, às narrativas biográficas produzidas pelos sujeitos. Enquanto técnica passível de ser mobilizada em diferentes lógicas de investigação, compreende diferentes níveis adaptados aos diferentes objetivos da investigação em curso: descritivo; correlacional e causal (idem). No nosso caso, e seguindo Vala, damos particular atenção ao nível descritivo:

O investigador visa a descrição tão exhaustiva quanto possível de um acontecimento, de um caso, de uma população, etc... (...) em muitos destes estudos, o investigador não dispõe de hipóteses de partida, reúne dados de forma controlada e sistemática que depois organiza e classifica. (...) [A análise de conteúdo] poderá mostrar, por exemplo, a importância relativa atribuída pelos sujeitos a temas como a vida familiar, a vida económica, a vida profissional, a vida religiosa, etc... (Vala, 1999, p. 105).

Para efeitos de análise e organização das narrativas dos sujeitos, procedeu-se à transcrição integral das entrevistas, mobilizando-se posteriormente uma análise de conteúdo a partir de categorias emergentes do guião, às quais os excertos significativos relevantes da narrativa foram alocados. Neste processo de categorização pretendeu-se garantir que os principais eventos, perceções e dados das narrativas não se perdiam e que eram coerentes com o discurso dos sujeitos. Como em qualquer processo de análise de conteúdo, procurámos que estas categorias fossem exaustivas, explicativas e exclusivas. Por último, a transcrição das entrevistas e o modo como os sujeitos construíram as suas narrativas revelou categorias não antecipadas no guião, tendo-se deixado, à partida, espaço para a sua inclusão. Assim, e depois da formação de um *corpus* de materiais, as categorias podem ser criadas a *posteriori* ou a *priori*, ou constituir uma combinação dos dois métodos (Vala, 1999).

No nosso caso, num primeiro momento, construiu-se uma grelha exaustiva de análise, composta por: objetivos da investigação e respetiva secção de análise; subtemas de análise; questões correspondentes do guião; categorias e subcategorias. A descrição da secção de análise foi acompanhada pelos principais objetivos de investigação, pretendendo dar resposta a questões concretas levantadas pelo estudo. De modo a operacionalizar esta secção e torná-la menos abrangente, a coluna seguinte da grelha organizou os subtemas, para especificar as diferentes camadas dessa secção e operacionalizar o tratamento de cada uma delas na análise dos discursos dos entrevistados. Essa operacionalização aconteceu também na associação das questões do guião às diferentes categorias, precisamente pela especificidade de cada uma dentro da respetiva secção temática.

No entanto, estando conscientes de que o discurso dos sujeitos não é necessariamente linear, observou-se que, ao longo da transcrição, os diferentes subtemas, por vezes, surgiram em momentos distintos do discurso. Finalmente, ainda de modo a proceder às análises finas das biografias dos sujeitos, as categorias organizaram-se em subcategorias, com o intuito de facilitar quer a leitura quer a codificação dos diferentes excertos significativos das biografias dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, no processo de categorização de análise das entrevistas, procurou-se ainda a identificação de um conjunto de categorias transversais particularmente relevantes para a sua compreensão. Seguindo Delory-Momberger (2012), na análise do indivíduo como ser social, identificam-se categorias individuais ou institucionais e singulares ou coletivas, bem como o sentido da sua intervenção na narrativa, como coadjuvantes, sentido positivo, quando ajudam o ego (são recursos) ou como obstaculizantes, sentido negativo, quando obstaculizam o ego. A relação entre as esferas individual e social é vista como singular, percebendo-se de que modo, na sua relação biográfica com o mundo histórico e social, essa experiência é constituída. A **temporalidade** procura a identificação dos tempos representados no discurso, enquanto tempo de referência (o passado; o presente; o futuro), e aquilo a que se associa este tempo («antigamente é que era bom»; «tive uma infância feliz»; «quando era criança...»).

A postura específica da pesquisa biográfica é a de mostrar como a inscrição forçosamente singular da experiência individual em um tempo biográfico se situa na origem de uma perceção e de uma elaboração peculiar dos espaços da vida social (Delory-Momberger, 2012, p. 524).

A **biografização da experiência** parte deste reconhecimento da temporalidade, especificando-a nos seus aspetos biográficos ou de «escrita da vida» (idem). Estabelece-se assim uma relação entre agir e pensar articulados num tempo que organiza e constrói as experiências dos sujeitos. Ainda neste processo, importa atender aos lugares ou espaços onde decorre a narrativa do ego, como por exemplo, a casa dos pais, a casa própria, a rua, uma localidade ou a sala de uma associação. Do mesmo modo, e como sustenta ainda a autora,

A atividade biográfica não fica mais restrita apenas ao discurso, às formas orais ou escritas de um verbo realizado. Ela se reporta, em primeiro lugar, a uma atitude mental e comportamental, a uma forma de compreensão e estruturação da experiência e ação, exercendo-se de forma constante na relação do homem com sua vivência e com o mundo que o rodeia. A utilização dos termos biografia e biográfico para designar não a realidade fatural do vivido, e sim o campo das representações e de construções segundo as quais os seres humanos percebem sua existência, enfatiza até que ponto a compreensão da narrativa da experiência se apresenta como uma escrita, isto é, como modo de apreensão e de interpretação da vivência (...) (Delory-Momberger, 2012, p. 525).

Os acontecimentos estruturantes identificados nas entrevistas podem ser condensados e articulados com o que designamos como os três D da pobreza: Divórcio (ou outra rutura familiar); Doença (do ego ou de um familiar próximo, incluindo a existência de uma deficiência ou de momentos de depressão) e Desemprego (do ego ou de alguém no ADP, as pessoas com quem o ego vive), de forma a melhor compreender as grandes categorias que justificam a situação da pobreza¹⁹.

A partir de uma primeira versão do guião, a equipa afinou as categorias e incluiu as emergentes a partir da análise das entrevistas recolhidas.

Como sustentam Bogdan e Biklen, o processo de categorização e codificação percorre a leitura de dados, destacando-se repetições, palavras e frases completas que evidenciam as formas como os sujeitos pensam sobre determinados acontecimentos. Assim,

O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos. Estas palavras ou frases são categorias de codificação (Bogdan & Biklen, 2003, p. 221).

A partir do guião construído, é possível identificar as secções temáticas abaixo apresentadas de forma detalhada, que organizam a informação a partir de dois grandes princípios, já referenciados: uma narrativa da sua vida, procurando a equipa identificar eventuais momentos de rutura que justifiquem a situação de pobreza; e a reflexão sobre a sua situação de pobreza, procurando-se destacar a forma como se lida com esta. Estes dois grandes princípios intercalam-se e misturam-se nas secções concretas em que o guião se divide, dado que, como anteriormente referido, o grande motor que o organiza é a sequência cronológica típica da história de vida. Abaixo apresentamos as grandes categorias do guião e também as principais questões que as motivam, às quais estivemos particularmente atentos dado o seu potencial explicativo das situações de pobreza dos entrevistados. Vejamos, pois, as grandes categorias do guião e o que as motiva:

¹⁹ A questão dos três D da pobreza está referenciada de uma forma sistematizada e aprofundada na conclusão do livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

1. Enquadramento familiar na infância: esta secção pretendeu explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Foi importante perceber que visões constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?

Identificam-se os seguintes subtemas: recordações e contextos da infância; eventos e situações potenciadoras da pobreza na infância.

Este ponto ajudou a perceber em que medida a pobreza é uma herança familiar e, em caso negativo, permitiu começar a compreender se existiu um evento estruturador que justifique a situação de pobreza em que a pessoa entrevistada se encontra.

2. Relação com o sistema educativo: esta secção explora como foi – ou é, no caso de estudantes, – construída a relação com a escola enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade»; se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigmatização e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares; exploram-se ainda as razões dessas imagens da vivência escolar. Finalmente, analisam-se os fatores de permanência ou de recusa da escola; as mudanças com a idade e as razões do abandono.

Identificam-se os seguintes subtemas: percurso escolar durante a infância/juventude; representações sobre a escola e abandono escolar; representações sobre escola e futuro; formação profissional.

A análise da relação de famílias em situação de pobreza com o sistema educativo é particularmente importante, atendendo-se sobretudo à prevalência de números elevados de insucesso escolar e de abandono que condicionam, frequentemente, as escolhas e trajetórias profissionais dos jovens.

A escola enquanto instituição estruturante da vida das crianças e enquanto promessa de mobilidade social é altamente posta em causa na análise deste tipo de biografias. O abandono precoce, seja por retenções, seja por desinteresse (situações previstas na grelha), adequa-se aos discursos dos sujeitos. Não obstante, como veremos na análise empírica, são apontadas outras razões para o abandono.

3. Transição Escola-Trabalho (se aplicável e adaptada ao perfil em análise): Esta secção pretendeu perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e

até se houve uma relação de causa-efeito entre estas variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente e permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorou-se também a forma de expressão da inatividade: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?

Identificam-se os seguintes subtemas: processo de saída da escola; processo de saída de casa dos pais; modelos de conjugalidade; modelos de parentalidade.

As transições para o mercado de trabalho caracterizam-se, frequentemente, por percursos incertos, associados a baixas habilitações e pouca experiência profissional. Assim, podem encontrar-se percursos diversos, em que, após a saída da escola, há entradas e saídas do mercado de trabalho ou uma entrada imediata.

4. Evento estruturador: relação com o mundo de trabalho, isto é, a análise da trajetória profissional/laboral. Esta secção pretendeu explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais. Por exemplo, se se sente recompensada e realizada; se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc; A secção pretendeu ainda identificar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos.

Identificam-se os seguintes subtemas: emprego atual (para os empregados); satisfação com o emprego atual; vivências no mercado de trabalho e trajetória de desemprego; percursos no mercado de trabalho; para os reformados, as razões da sua reforma.

A prevalência e relevância das situações de pobreza entre a população empregada demonstram claramente que não é possível estabelecer qualquer relação direta entre trabalho e situações livres de pobreza. Ainda assim, a esfera laboral é evidentemente uma dimensão central a este respeito, sendo ainda crucial, em termos mais latos, para a inclusão social.

As estratégias de acesso ao mercado de trabalho podem ser variadas, tal como previsto na grelha de análise, indo desde conhecimentos pessoais a modos mais formais de procura.

Tratando-se de um evento estruturador, importou também conhecer a diversidade de percursos de entrada e saída do mercado de trabalho, bem como as razões que o motivam. Também estes se assumem como heterogêneos, sendo que o mesmo sujeito poderá ter passado, no seu percurso, por diferentes tipos

e relações com o mercado de trabalho, como explicitado na grelha de análise. Se a biografia é um motor de todo o guião, a dimensão biográfica da relação com o mercado de trabalho é o seu cerne.

5. Auto-perceção do percurso (comparação da vida presente com a passada): Esta secção pretendeu explorar a visão geral que os sujeitos têm da sua vida e a avaliação que fazem do seu percurso, os seus pontos de destaque e os momentos críticos.

Identificam-se os seguintes subtemas: percepções sobre adequação de níveis de rendimento; avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento.

Tal como sustenta Paugam (2008) na sua análise das formas elementares de pobreza, há uma relação de interdependência entre a população designada como pobre e o resto da sociedade. Se, até aqui, o foco da entrevista tem estado na narração da história de vida e na identificação dos eventuais momentos de rutura que justificam a atual situação de pobreza, neste ponto está em causa a reflexividade sobre a pobreza e sobre a sua própria situação de pobreza. Neste sentido, há duas dimensões centrais a evidenciar no discurso, tal como também sustenta Paugam (2008): as representações sociais e as experiências vividas pelos sujeitos. No nosso estudo, interessou procurar uma articulação entre essa visão e o modo como cada sujeito é capaz de representar-se enquanto pobre, analisando os momentos decisivos nesse percurso.

Contudo, como observam Sousa e Matos (2006), a esmagadora maioria dos agregados analisados no seu estudo, à semelhança de uma investigação similar (Hespanha & Matos, 2000), vivem situações de risco social tão complexas que não permitem isolar um evento ou fator de risco. Pelo contrário, assumem a particularidade de combinar uma multiplicidade de problemas sociais. Nesse sentido, tornam-se facilmente dependentes de múltiplas ações de intervenção. Refira-se que estudos realizados sobre famílias multiproblemáticas demonstram que uma das suas desvantagens é a privação económica e cultural, a qual tende a amplificar todos os problemas e a reduzir a capacidade de resposta da família (Alarcão, 2000).

6. Redes de apoio não institucional e território: Esta secção subdivide-se em duas: redes de apoio não institucional, onde se tenta perceber qual a rede de apoio informal que a pessoa entrevistada considera ter e em que medida esta lhe dá a ajuda e segurança que considera necessitar, bem como quais os atores fundamentais que ajudam a sua sobrevivência (mãe/pai, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utilizam na relação com esses atores; e a avaliação dos territórios de habitação, onde se explora a relação entre o território habitacional e a condição de vida. Analisou-se nesta secção a forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas

também redes informais de apoio. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?

Identificam-se os seguintes subtemas: redes informais de apoio e vizinhança; avaliação subjetiva da habitação e do território de residência.

A família e as redes informais de apoio são identificadas na grelha tendo em vista perceber-se se foram centrais no apoio aos sujeitos em momentos que estes identifiquem como difíceis e em que estas tenham servido como recursos para a sua resolução. Assim, qualquer uma dessas relações pode ser marcada por tipos distintos, mais constantes ou menos, mais positivos ou menos, nos termos acima referenciados: como recursos (sentido positivo) ou como obstaculizantes (sentido negativo).

Este bloco também inclui a questão da percepção da qualidade do lugar onde se mora (associada frequentemente à presença de diferentes serviços, transportes, etc).

7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção: Nesta secção explorou-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.

Identificam-se os seguintes subtemas: relação com apoios estatais ao longo do percurso de vida; relação atual com apoios estatais e de outras instituições; impacto das prestações na fase atual do percurso de vida.

É comum associar-se a lógica de ajuda e de assistência a uma diminuição efetiva de situações de vulnerabilidade social. No entanto, como alertam diferentes autores (por exemplo, Crépin, 2006 e Sousa e Matos, 2006), alguns modelos chegam mesmo a aumentar o risco de desqualificação social. As responsabilidades entre o Estado e os atores convergem no Estado centralizado, onde a população beneficiária é definida por um limiar monetário e uma avaliação de risco de acordo com as necessidades ou *status* (desempregado, por exemplo). Assim, muitas instituições operam de acordo com padrões administrativos que nem sempre respondem às necessidades (Crépin, 2006). Finalmente, como observado no trabalho de Sousa e Matos (2006), a maioria dos agregados em situações de pobreza e/ou vulnerabilidade já estabeleceram contactos com pelo menos uma instituição, serviço ou técnico de ação social, continuando a ser apoiada por uma (ou várias) instituições. As autoras identificaram também agregados que nunca haviam sido apoiados, e outros em que o apoio havia existido, mas que já tinha, entretanto, cessado. Assinalam, ainda, a alta feminização da procura de apoio social. Esta realidade também se verificou nas

relações informais de entreajuda mantidas ao nível da sociedade-providência, onde a mulher tende a apresentar um grau de envolvimento muito superior ao dos indivíduos do género masculino (Nunes, 1995, p. 17). O caso de modelos de assistência/ação social particularmente assistencialistas, como argumenta Rodrigues (2010), é particularmente paradoxal por se tratar não apenas de mecanismos de controlo, mas também de manutenção de um *statu quo* em que não importa tanto a autonomização de quem recorre a este tipo de apoios/serviços. Como afirma o autor:

Se, por um lado, esperamos que os grupos sociais mais fragilizados tenham consciência da sua situação de excluídos (...), por outro, para serem bem-sucedidas, as políticas sociais contam com a capacidade destes grupos para rejeitarem o seu estatuto e posteriormente repensarem o seu futuro, construindo novos projetos (de vida) (Rodrigues, 2010, p. 196).

O recurso aos apoios, quer mais pontual, quer mais sistemático, representa uma ajuda para fazer face a situações específicas dos agregados. Tal como previsto também na grelha, dependendo das realidades vividas, as experiências com os serviços podem assumir diferentes contornos.

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza: nesta secção foi explorada a auto-perceção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber-se como considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido. Em particular, interessou perceber como a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.

Identificam-se os seguintes subtemas: auto-perceção da situação pessoal de pobreza e do agregado; identificação de situações de discriminação/exclusão social; identificação de medidas de política social no combate à pobreza.

Tal como sustentam Walker *et al.* (2013), existem indícios de que a vergonha experimentada como consequência da pobreza se dissemina por culturas diferentes (Narayanetal, 2000a e b). Em diferentes países, como, por exemplo, a Inglaterra, a pobreza é em si mesma estigmatizante, sendo as pessoas em situação de pobreza mais propensas a descrever as suas experiências quotidianas como «mundanas, limitadas, constrangidas, cheias de dificuldades» (Castelland & Thompson, 2007). Na Europa e na América do Norte, onde o sucesso social é cada vez mais julgado em termos de ganhos financeiros e de consumo, a pobreza é frequentemente experimentada como falha pessoal (Clasenet al, 1998; Beresfordetal, 1999; Edinet al, 2000). Além disso, a vergonha relacionada com a pobreza é também claramente marcada pela variável género (de resto, à semelhança do apoio social, tal como acima referido) (Tangney & Dearing, 2002; Rodogno, 2012). As mulheres não só estão em maior risco de pobreza como também podem encontrar-se com mais frequência em locais onde estão expostas à vergonha relacionada com a pobreza, seja devido ao

orçamento doméstico, à criação de filhos ou à falta de higiene. Da mesma forma, os homens podem achar que a pobreza reduz sua capacidade de atender às normas de masculinidade socialmente construídas (Ruxton, 2002; Walker *et al.*, 2013, p. 217).

A vivência da pobreza e exclusão social assume, pois, diversas formas, desde uma vitimização e adoção de uma postura de vida mais passiva à luta por afirmações crescentes de cidadania (Rodrigues, 2010).

A secção anterior permitiu-nos intuir perspectivas diferenciadas no que se refere às percepções das pessoas entrevistadas de si mesmas como (não) pobres. Tais perspectivas diferenciadas são claramente assumidas quando as pessoas são diretamente confrontadas com a questão.

9. Perspetivas face ao futuro: nesta secção pretendeu-se compreender de que modo a pessoa entrevistada se projeta no futuro e que esperança deposita neste.

Identificam-se os seguintes subtemas: projeção de si no futuro; projeção do futuro dos filhos; sonhos e possibilidades de os concretizarem.

A experiência da pobreza enquanto experiência de fragilidade (negociada; assistência diferida; assistência instalada; assistência reivindicada; marginalidade conjugal; marginalidade organizada (Paugam, 2003) é construída por instituições, através da estratificação social da segmentação, e por pessoas, de acordo com o significado dado à ajuda. A pobreza agrega três conjuntos: a fragilidade; a dependência; a quebra de vínculo social. Assim, os processos de desqualificação social identificam também os modos de repressão no mercado de trabalho e as experiências de assistência (Crépin, 2006, p. 101). Desta forma, face às experiências vividas, as pessoas poderão apresentar dificuldades na organização e projeção do futuro, em particular de um futuro autónomo dos serviços sociais e do apoio que tenham, entretanto, obtido.

No ponto seguinte abordamos o material empírico que foi possível coletar sobre o perfil dos precários.

1. Enquadramento familiar na infância

Começamos por reiterar que a pobreza e as suas vivências não se limitam à privação material ou a uma mera medição de rendimentos das famílias. Na verdade, a pobreza produz uma série de limitações nos sujeitos que as vivenciam que frequentemente condiciona um conjunto de dimensões de vida no presente, mas também no futuro. Neste sentido, a noção de bem-estar na infância tem ajudado a perspetivar esses modos de a viver, bem como a compreender os impactos nas vidas das crianças de contextos menos favorecidos. Como explicam Ben-Arieh, Casas, Frønes e Korbin (2014), a análise de bem-estar é mais complexa quando diz respeito a crianças, uma vez que abrange o seu presente e o modo como este poderá influenciar o seu futuro. Tal como veremos em diferentes momentos das narrativas dos participantes, as infâncias que viveram foram atravessadas por situações identificadas como potenciadoras de pobreza e comprometedoras, por exemplo, da frequência escolar. Por outro lado, esta noção de bem-estar poderá referir-se quer a perceções e experiências de vida subjetivas, quer a condições de vida objetivas. No nosso caso, a análise assentou num exercício de adultos sobre a sua condição prévia de crianças, a maioria a viver em situações de pobreza.

Por diversas razões, a infância constitui uma categoria central de análise nos estudos sobre pobreza, numa dupla condição: a da pobreza infantil propriamente dita, isto é, das crianças objetivamente afetadas pelas condições materiais de existência das suas famílias de origem, mas também a reprodução de situações de pobreza em gerações futuras, como diferentes autores têm vindo a trabalhar. Como afirma a Unicef:

De todas as desigualdades do mundo – e injustiças –, isso é talvez o mais fundamental: as crianças que crescem em pobreza têm quase duas vezes mais probabilidade de morrer antes de completar cinco anos do que as crianças que crescem em melhores circunstâncias (2017, p. 6).

A probabilidade de uma situação de pobreza na infância se traduzir numa situação de pobreza na idade adulta é grande, tal como provam os resultados que iremos apresentar, sendo que os apresentamos precisamente nesse pressuposto, embora salientando as situações em que isso não se verifica.

A reconstrução dos percursos de infância por parte dos entrevistados pretendeu também recuperar uma parte relevante das suas narrativas, tendo como objetivo explorar a visão da pessoa entrevistada sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e o seu contexto de vida de então. Estruturaram-se dois temas centrais: as recordações e contextos da infância, e os eventos e situações potenciadores de pobreza na infância.

Este grupo permite ainda enquadrar estas narrativas num tempo socio-histórico específico particularmente importante para a análise da pobreza, nomeadamente pela vivência de um período político de ditadura em que a pobreza atingia largos segmentos da população, não existindo um Estado-providência

que pudesse mitigar os seus efeitos.

1.1. Recordações e contextos da infância

Entre os nossos entrevistados as memórias da infância percorrem frequentemente aspetos biográficos familiares variáveis na sua composição e no modo como as crianças se situam nos agregados. Desde crianças que nasceram de relações não conjugais e foram criadas por outros membros da família a ambientes familiares mais estruturados ou mais convencionais, a heterogeneidade destas realidades criou nos entrevistados memórias positivas, negativas e ainda outras de tipo ambivalente.

Nos relatos das memórias negativas, é possível encontrar situações de instabilidade familiar, de morte ou doença de um dos membros do agregado, de violência doméstica e de maus-tratos a crianças.

Entrevistada: E eu não vivi com ele [pai]. Eles não chegaram a casar. Eu tenho mais dois irmãos, um irmão e uma irmã. E a minha mãe era uma cabrita para mim, deu-me muito maus-tratos. Como vê, na minha vida, foi triste... Mas antes de... Eu estive a viver com os meus avós e com os meus tios, que os meus tios é que me criaram e o meu pai vinha-me visitar, que ele vivia na vila, e eu vivia assim num... Em XXXX... (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Alguns dos relatos, como o excerto acima revela, apontam para infâncias com elementos de violência, de instabilidade familiar e, no caso abaixo, de retorno à família nuclear, mesmo que isso não fosse vontade da criança:

Entrevistada: O meu pai disse que ainda devemos ter uma costela espanhola [risos]. E depois a minha mãe, com oito anos e meio, ia fazer nove anos, ela foi-me buscar. Casou com um fulano e foi-me buscar. Eu chorei lágrimas de sangue. Acabou-se a minha alegria.

Entrevistadora: Eu peço desculpa, mas você vivia...

Entrevistada: Com os meus avós...

Entrevistadora: E os seus tios. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

As relações de violência e instabilidade com um dos progenitores são um elemento visível nos discursos:

Entrevistadora: A sua mãe batia-lhe? Mas porquê?

Entrevistada: Porque eu não queria ir para o monte, não queria ir para o monte.

Entrevistadora: Não queria ir trabalhar?

Entrevistada: Não, porque eu era aleijada dessa mão e não queria trabalhar!

Entrevistadora: A senhora tinha um problema na mão?

Entrevistada: Tinha.

Entrevistadora: E que idade tinha quando ela lhe batia?

Entrevistada: Tinha para aí 14 anos. (P1.4_Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

A mesma entrevistada revelou que, apesar de ter uma má relação com a mãe, com o seu pai tinha uma relação positiva, tendo dela guardado boas recordações. É novamente referido que a instabilidade familiar, associada a fenómenos de violência doméstica, marcaram a infância de alguns dos entrevistados:

Entrevistada: E eu um dia levantei-me da cadeira e disse ao meu pai: «Oiça lá, por que é que você bate na minha mãe? Você não tem nada de bater na minha mãe! Se continuar a bater na minha mãe, eu deixo-o da mão mais à minha mãe e o meu irmão e você fica aqui sozinho, se você não me disser por que é que bate na minha mãe. (P1.2_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

As recordações vividas pelos entrevistados são pautadas por elementos diversos, ora negativos ora positivos, sendo frequente encontrar-se uma distinção entre uma vida sofrida, de dificuldade, e de outra de pobreza extrema, por exemplo, onde a fome era um elemento prevalente:

Entrevistadora: Que recordações positivas guarda dessa época?

Entrevistada: Os meus pais. São recordações que não passávamos fome, mas havia muita dificuldade, muita! E a minha mãe trabalhava muito, que era lavadeira e lavava roupa no rio. Não havia máquinas de lavar, não havia nada e a minha mãe lavava roupa para aquelas pessoas ricas que tinham cursos, que eram pessoas de bens e pagavam com dinheiro, mas também davam muitas coisas para nós, roupas, alimentos, davam muita coisa. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Entrevistadora: Que recordações positivas tem da sua infância?

Entrevistado: Nenhumas... brincava à vontade, era livre para brincar. Era a única coisa que tinha. Passei muita fome, passei... passei muita.

Entrevistadora: Passavam dificuldades. É disso que se lembra?

Entrevistado: Muitas, muitas, muitas. Era uma sardinha para todos, era o rabo para mim, o meio para o meu irmão, que era mais pequenino, e a cabeça para a minha mãe, que muitas vezes nem comia. Ela andava trabalhando no campo, encontrava ninhos de pássaros, tirava-lhe os ovos... À noite, era

uma omelete com aqueles ovinhos.... Era o que a gente comia. Passei muito mal, muito mal.
(P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Entrevistadora: Tinha dificuldades financeiras?

Entrevistada: Ah pois tinha. Quem é que vê? Oh, eu sei lá quando é que lhe comecei a conhecer o dinheiro! Sei lá! Agora qualquer um garotinho: «Olha, toma lá, para ires às chiclas.... Olha, vai aos rebuçados ou vai comprar um gelado.» Naquele tempo não era assim. Não havia dinheiro. Cavava-se a terra, mas não saía de lá dinheiro. Era batatas e couves e o que calhava. Mas dinheiro não havia.
(P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Apesar de descrita por alguns entrevistados como difícil, a vivência com os pais é valorizada nos discursos como algo positivo, percebendo-se assim uma certa resignação pela infância vivida, mesmo quando existiam grandes dificuldades.

Entrevistado: Eu, por acaso, eu, para ser franco, eu tenho muito boa recordação dos meus pais, porque nunca... Naquele tempo, na minha altura da educação, nunca sofri nada, nunca trabalhei com ninguém, sempre pronto na nossa propriedade, de nós próprios, do meu pai... Nós trabalhávamos ali, só trabalhava para casa. Na altura, não era nenhuma coisa que nós íamos fazer na altura, não ia trabalhar ali com isso, com aquilo. Alguns dos meus conterrâneos trabalhou, que era mais fraco, mas, graças a Deus, eu tenho que louvar os meus pais, não é isso? (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

Em algumas narrativas, foi possível também identificar situações de maior estabilidade familiar, em particular no que diz respeito aos pais.

Entrevistadora: Pode me dizer se a sua infância foi boa ou se foi má, se tem algum episódio que a tenha marcado nessa altura?

Entrevistada: Não, a minha infância foi boa.

Entrevistadora: Foi?

Entrevistada: Foi boa.

Entrevistadora: Vivia com a mãe, com o pai e irmãos?

Entrevistada: Era. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos)

As recordações da infância, ainda que pautadas por diferentes situações de dificuldades na vida familiar e individual, permitiram reconhecer elementos de felicidade em algumas das narrativas. Em

situações de maior dificuldade, a presença da família alargada como meio de apoio na infância foi uma realidade visível em várias entrevistas.

Entrevistadora: Nasceu cá?

Entrevistada: Foi, sim senhora. Foi sempre aqui. Eu nasci em casa da minha mãe, estive em casa da minha mãe até aos sete anos. Dos sete até aos treze: até aos nove, estive em casa da minha avó. As minhas tias é que acabaram de me criar, quiseram-me a mim. Fui criada com os meus avós, tomei a minha comunhão solene foi lá e, depois, quando estava mais grande, a minha mãe quis que viesse para cima, para eu trabalhar, para ajudar a vida, porque ela teve nove filhos. (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

A solidariedade intrafamiliar no combate à pobreza e no apoio à educação das crianças constitui-se como uma marca relevante deste perfil de entrevistados. É interessante verificar que entrevistados recordam não só situações objetivas de carência económica, mas também fatores potenciadores dessa mesma carência²⁰, como é possível observar nos excertos seguintes:

Entrevistadora: E lembra-se que foi um período difícil da sua vida?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Em termos económicos? Recorda-se de conversas em casa? Dos pais conversarem sobre isso?

Entrevistada: Que não tinham dinheiro muitas vezes para pagar as contas. Recorriam aos meus avós, da parte da minha mãe. Foi os que nos ajudavam. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos)

Alguns dos entrevistados recordaram também perdas de pais e mães em idades ainda muito precoces, levando a que o outro progenitor (nos casos em que este ainda existia) se ausentasse mais para poder trabalhar, ao se tornar no único elemento a auferir ordenado daquele agregado:

Entrevistadora: O seu pai faleceu quando andava na escola? Que idade tinha?

Entrevistada: Ainda era pequena, não sei, tinha para aí dez anos, já não me lembro muito bem. E depois a minha [mãe] sempre a trabalhar para me criar. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

²⁰ Como fatores potenciadores poderemos definir eventos individuais ou familiares que, não sendo isoladamente a causa direta de situações de pobreza, constituem um agravamento de situações de vida já frágeis, intensificando os seus efeitos.

Em alguns casos, como o do excerto seguinte, a perda da fonte de rendimento significou também a introdução das crianças no mundo do trabalho, por exemplo, em atividades agrícolas:

Entrevistadora: Que memórias tem da sua infância?

Entrevistado: Muito tristes, muito tristes. Eu lembro-me de aos cinco anos ficar sem pai. E comecei logo a guardar porcos no campo. De porcos a vacas até aos 14 anos. Ia para o monte, a cinco quilómetros, e vinha todos os dias. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Entrevistador: Tem recordações da sua infância? Como é que era? (...) A senhora considera que teve uma boa infância?

Entrevistada: Não, não tive. Primeiro fiquei sem a minha mãe, tinha quatro meses. Fui criada pelos meus avós (...) da parte do meu pai, porque a minha avó da parte da minha mãe não me quis criar. Aos 13 anos, fui servir. (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

De resto, um dos fatores importantes resultante destes eventos foi também o facto de a escola ter deixado de ser uma possibilidade para alguns dos entrevistados. Estas perdas representaram ainda para os entrevistados a quebra da harmonia familiar:

Entrevistada: Lembro-me que nós éramos quatro: o meu pai, a minha mãe e a minha irmã. Muito unidos. Quando eu nasci, o meu pai adoeceu. A vida deu logo um tombo. Tinha que ser só a minha mãe a trabalhar para alimentar a gente. Sofri muito, privada de tudo, e, pronto, aos 17 anos, ele faleceu e aí é que foi pior. Aí é que foi complicado. Não tenho assim uma infância... tenho só a infância que havia harmonia, havia amor.

Entrevistadora: Mesmo com os problemas de saúde dele?

Entrevistada: Sim, sim, sim. O meu pai era muito amigo da minha mãe, a minha mãe também. A gente também era. Éramos muito amigos uns dos outros e ainda hoje eu sou. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Em diferentes situações, encontrámos ainda recordações particularmente felizes da infância em que a figura dos avós como principais educadores das crianças está presente, mesmo existindo progenitores:

Entrevistada: Vila Pouca de Aguiar. Mas fui criada com os meus avós de cá do Porto. **Entrevistadora:** Foi sempre criada pelos avós aqui no Porto?

Entrevistada: Sim, pelos pais da minha mãe. Mas depois fui para a minha aldeia, porque o meu pai começou a trabalhar por conta própria, um café dele. Fui para lá para a escola. Tive uma infância muito boa, nunca me faltou nada. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos)

Entrevistadora: E depois é que veio para Serpa?

Entrevistada: Sim, depois é que vim para cá com a minha mãe. Tinha cá uma tia e viemos para cá. Ela arranhou trabalho para a minha mãe e viemos para cá. (P1.2_Serpa, sexo, 74 anos)

Na verdade, como foi possível verificar nas entrevistas feitas nesta investigação e tal como observado num estudo sobre pobreza infantil na Escócia:

Não existe uma família típica na pobreza. Todas elas têm uma história única de como chegaram a ter baixo rendimento e como é a vida para eles. Mas existem semelhanças e padrões nessas histórias, e utilizamo-los para agrupar famílias de baixo rendimento com filhos em quatro grupos principais ou «tipos». «Lutar para sobreviver» é o maior tipo de pobreza infantil, com cerca de um terço das famílias de baixo rendimento com crianças nesse grupo. O restante é dividido igualmente entre os outros três tipos de pobreza infantil (Scottish Government, 2017, p. 11).

Por fim, as recordações positivas surgiram muitas vezes associadas a uma sensação geral de uma boa infância, ainda que pautada por carências reconhecidas pelos entrevistados:

Entrevistado: Eu guardo uma boa recordação porque nunca sofri com o meu pai. Nós não sofremos, nós criávamos ainda, os meus pais criavam ainda muitos rapazes, crianças, que ainda tinha dificuldade, que era na casa da minha mãe que estavam, que eu até pensava que era os meus irmãos também. Nós era casa cheia, era casa grande!

Entrevistadora: Ah... isso era uma boa recordação!

Entrevistado: Boa recordação, graças a Deus!

Entrevistadora: Era uma casa cheia de crianças?

Entrevistado: Cheia, a única coisa que nós não tivemos era água, porque a água ficava muito longe. (P1.3, Porto, sexo masculino, 76 anos)

Entrevistadora: Tem alguma recordação positiva da sua infância?

Entrevistada: Sim, tenho. Éramos felizes, pronto! Tínhamos fartura, sopa e pão não nos faltavam, tínhamos mimos, mas tínhamos tudo isso. Meus pais eram muito bons, davam uma boa educação, uma educação muito boa, que nunca nos deitávamos sem pedir a bênção e beijá-los. Era isso! Ensinávamos tudo, tivemos... fomos à catequese, fizemos tudo, primeira comunhão... (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Apesar de vários entrevistados terem frequentado a escola, para outros, esta não fez parte da sua infância, ou fê-lo apenas por pouco tempo. Na maioria destas narrativas, as crianças ajudavam os pais e outros familiares em tarefas familiares, em particular em trabalhos agrícolas.

Entrevistada: Às vezes, a minha avó, eu ia a sair de casa, e assim: «Hoje não vais à escola. Vais andar à frente do gado.» E lá eu ia andar à frente das vacas [risos]. (P1.4. Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Outros entrevistados revelaram memórias positivas dos tempos de escola:

Entrevistadora: E a relação com os seus colegas na escola? Tinha bons amigos?

Entrevistada: Sim, sim, sim.

Entrevistadora: Era tranquilo?

Entrevistada: Sim, era, era. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Entrevistadora: Pedia-lhe que falasse um pouco das suas recordações de infância.

Entrevistado: Ora, as minhas recordações, olhe... era trabalhar. Nem fui à escola. Não havia possibilidades de ir porque estava no monte e nem havia transportes. E então fiquei sem saber ler e foi assim. Aos 14 anos, comecei a trabalhar no campo, trabalhei até agora que me reformei. Sempre no campo, foi a vida passada no campo. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Num caso em particular, uma entrevistada justificou nunca ter frequentado a escola com o facto de não ter sido registada, o que a impediu de se matricular:

Entrevistadora: Vamos falar um bocadinho mais da infância.

Entrevistada: Da infância... Não fui à escola. (...)

Entrevistadora: Não chegou a ser... ok. Mas quando é que...

Entrevistada: Eu sei porquê, mas eu não gosto de dizer. A minha irmã, que é mais velha, foi registada. E eu não fui... Coisas que acontecem. (...) Não e depois não pude seguir a escola porque eu tinha que ser registada para ser matriculada. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Para lá da escola, a vida de trabalho desde cedo no campo retirou aos entrevistados a possibilidade de conviver com os seus pares, como é relatado:

Entrevistadora: No geral, acha que teve uma infância boa ou má?

Entrevistada: Oh, foi razoável, não pôde ser melhor, teve que ser assim.

Entrevistadora: É filha única?

Entrevistada: Não, somos oito irmãos.

Entrevistadora: Que recordações positivas guarda da sua infância?

Entrevistada: Nunca tive assim grandes coisas porque estive sempre no campo. Nunca tive possibilidades de me divertir, de ir aos bailes, nem de sair. Nunca tive possibilidades de ir a lado nenhum. Estava no monte com os meus pais. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

As memórias de trabalho infantil continuaram nos relatos de outros entrevistados:

Entrevistadora: A senhora sabe com quantos anos começou a trabalhar no campo?

Entrevistada: Oi Jesus, sei lá! Se calhar com dez ou doze anos.

Entrevistadora: Já estava no campo?

Entrevistada: Ai, bom! Tinha que ser.

Entrevistadora: Cuidava das irmãs, dos irmãos...?

Entrevistada: Pois.

Entrevistadora: Os seus pais eram agricultores?

Entrevistada: Pois. Pois, pois é. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Entrevistadora: Quais são as suas recordações positivas e negativas sobre a sua infância?

Entrevistada: Quando eu era criança ainda, n'ê?

Entrevistadora: Sim, sim.

Entrevistada: Não foi muito fácil também.

Entrevistadora: Não? E então, não foi fácil como?

Entrevistada: Não era fácil porque havia muita pobreza na altura, n'ê? Os meus pais também eram pobres.

Entrevistadora: O que é que faziam os seus pais?

Entrevistada: Eram agricultores. Trabalhavam na agricultura, mas naquela altura era...

Entrevistadora: Era de subsistência? Era só para vocês ou também vendiam?

Entrevistada: Não. Era para nós e para o patrão. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Muitos destes discursos revelaram infâncias heterogêneas e uma recordação nostálgica desse

tempo:

Entrevistada: Tinha uma casa baixa, que era baixinha, era uma casa que não tinha janela, só tinha uma janela, não tinha casa-de-banho, tinha uma lareira, nem tinha uma chaminé, saía o fumo pela porta. Era tudo muito triste, mas éramos felizes! (P1.1_Montalegre#1, sexo feminino, 72 anos)

As recordações de limitações financeiras que não possibilitavam uma infância tão feliz como o desejado, impedindo a compra de diferentes produtos, como, por exemplo, roupa, material escolar e comida, são também frequentes no discurso dos entrevistados. De resto, em diferentes entrevistas, a privação material das famílias é um assunto recorrente na recordação dos anos da infância de diferentes entrevistados.

Entrevistada: Brincar com os amigos? Sim, talvez! Depois, quando viemos para cá, acompanhava a minha mãe. Ela tratava de uma senhora doente e eu acompanhava-a para todo o lado. Depois fui crescendo. Depois fui para a costura, aprender a costurar, e era assim. Não era uma infância que dissesse que não era boa, pois tínhamos o suficiente para viver. Depois aos 15 anos comecei a namorar o meu marido. E foi assim. (P1.2., Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Entrevistada: Naquela altura tudo era bom.

Entrevistadora: Brincava com os seus amigos na...?

Entrevistada: Na escola. De resto não havia brincadeiras, era trabalho. Era agarrar as vaquinhas, era fazer essas coisinhas assim. Não havia muito vagar para brincar. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

A brincadeira, elemento central na infância, foi frequentemente referida pelos entrevistados:

Entrevistadora: Então aprendeu a andar de bicicleta nessa altura?

Entrevistada: Sim, sim, sim, sim.

Entrevistadora: Naquela altura não havia muita gente a andar de bicicleta?

Entrevistada: Oh, eu, chamavam-me a moça marcha. (P1.5. Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Entrevistado: Hum, aí eu já não me lembro de muita coisa, mas.... [risos].

Entrevistadora: O que o senhor recorda da sua infância?

Entrevistado: Olhe, de recordação, eu brincava como os pequenitos [risos]. Que havia de fazer?! Tudo na brincadeira... jogávamos à bola [risos] e fazíamos mais coisas, vá! (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

A emigração de um dos progenitores, em particular do pai, bem como de outros elementos da família, é também um elemento comum na vida de vários entrevistados deste perfil. De resto, Portugal é conhecido como sendo um país com longa história de emigração, precisamente como modo de fazer face às dificuldades económicas das famílias, sobretudo dos estratos sociais mais desfavorecidos, particularmente nas décadas de '60 e '70 do século XX. Este recurso à emigração de forma a mitigar as situações de pobreza é apresentado no discurso de alguns entrevistados:

Entrevistadora: Nunca, nunca? [a entrevistadora perguntava por apoios à família durante a infância da entrevistada]

Entrevistada: Nunca, nunca. Depois, meu pai emigrou para França, é que mandava algum dinheirinho para nós comermos.

Entrevistadora: Pronto, isso já é importante, já se lembrou de alguma coisa.

Entrevistada: Ele é que mandava dinheirinho para nós comermos.

Entrevistadora: Quantos anos tinha quando o seu pai emigrou?

Entrevistada: Tinha 12 anos.

Entrevistadora: A senhora tinha 12 anos e ele ficou lá quantos anos?

Entrevistada: Ele ficou para 12 anos. (P1.4_Montalegre, sexo feminino, 63 anos)

É ainda interessante verificar no discurso de um dos entrevistados que a ausência de problemas legais ou de saúde na família possibilitou uma vida mais tranquila. De resto, a existência de problemas de saúde, fosse das crianças ou dos adultos, foi particularmente evidente em algumas das narrativas.

Entrevistado: Graças a Deus, nós tínhamos a lei. Não tivemos nada daquelas coisas graves, de doenças, de isto e isto. Graças a Deus, eu não tive. Eu até tenho um primo aqui que era enfermeiro, mas é difícil de se ver, até. É nós, é aquela doenzazita!

Entrevistadora: Não era nada de grave?

Entrevistado: Acontecia alguma coisa assim, a minha mãe fazia chá.

Entrevistadora: Ah, fazia chá?

Entrevistado: É, daquelas ervas, daquelas coisas e terra. (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

Do mesmo modo, em alguns discursos, os problemas de saúde infantil são descritos como limitadores de memórias positivas da infância:

Entrevistado: A minha infância não foi assim muito boa. Andei sempre no hospital. Eu sou asmático desde que nasci, por isso andava sempre... estava sempre no hospital internado, depois ia para as Urgências. Andei sempre assim. Minha infância foi essa. (P1.4_Lisboa, sexo masculino, 49 anos)

Como se observou, as recordações da infância são heterogêneas, sendo que grande parte dos discursos revelaram fenómenos de instabilidade familiar e uma presença relevante quer da perda de um dos progenitores, quer de trabalho infantil, sobretudo rural. Em algumas narrativas foi possível perceber-se uma certa resignação face à situação vivida. Nos discursos é frequente fazer-se a diferença entre o “não ter nada” e o “passar fome” – realizando-se informalmente a distinção entre pobreza e miséria, esta questão será discutida com mais detalhe no capítulo quinto –, ainda que em alguns discursos tenham sido relatadas situações de fome. Quando se solicitou aos entrevistados que procurassem objetivar as suas condições de vida, foi possível identificar uma tendência para uma certa romantização da infância que, mesmo perante as adversidades vividas, permitiu guardar algumas recordações positivas. De todo o modo, encontraram-se também, apesar das dificuldades relatadas, memórias e recordações positivas vividas em ambientes familiares mais estáveis, contrariamente aos relatos em que a violência era mais frequente. Em muitos casos, estas dificuldades familiares traduziram-se também no abandono de percursos escolares e no apoio às famílias, em particular nos trabalhos agrícolas. A escola foi assim uma realidade apenas para uma parte dos entrevistados, precisamente porque muitos ingressaram no trabalho agrícola desde cedo.

1.2. Eventos e situações potenciadores de pobreza na infância

A partir das entrevistas foi possível perceber que as diferentes características familiares e situações de vida das famílias poderão condicionar ou potenciar situações de pobreza para adultos e crianças.

A combinação de responsabilidades de cuidar de crianças com um emprego remunerado pode ser mais desafiadora para pais solteiros e para famílias com vários filhos. Os pais com deficiência ou doença prolongada, ou que cuidam de outra pessoa, também podem ter dificuldade em ganhar o suficiente com um emprego remunerado para mantê-los fora da pobreza (Scottish Government, 2017, p. 20).

Ao longo das entrevistas foi possível identificar elementos de natureza mais individual ou contextual que podem ter potenciado ou agudizado situações de pobreza, sendo uma das mais frequentes a saúde, quer de adultos quer de crianças.

Entrevistadora: Teve um AVC com oito anos?

Entrevistada: Oito anos, ainda não tinha feito bem os oito anos.

Entrevistadora: E isso aconteceu porquê? Os médicos sabem explicar?

Entrevistada: Naquele tempo, ó filha... Se fosse agora, eles até me ajeitavam, faziam tudo. Agora, naquele tempo... (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos).

Entrevistado: Depois eu tive foi muitas doenças em criança, tive garrotilho, que é raro escapar uma, escapei eu, dá umas febres muito altas. Depois o médico deu-me umas injeções e quando me deu a última ou estava estragada ou não sei, fiquei pior. Depois fui lancetada a sangue frio, e não havia maneira de melhorar. O médico queria dar-me mais injeções, mas o meu pai não deixou e disse: «Cura-se como curar, já não leva mais injeções.» Depois curei-me. Fui para casa da minha mãe, fui para a escola. Andei lá na escola até à 3.ª classe. (P1.2_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Tal como referimos anteriormente, as perdas que constituem parte das recordações negativas da infância constituíram também fatores de fragilidade nos rendimentos das famílias. Contudo, para algumas entrevistadas, representaram também a assunção do papel de cuidadoras, por exemplo, das avós.

Entrevistada: Quando eu nasci, o meu pai adoeceu. A vida deu logo um tombo. Tinha que ser só a minha mãe a trabalhar para alimentar a gente. Sofri muito, privada de tudo, e pronto, aos 17 anos ele faleceu e aí é que foi pior. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Do mesmo modo, estas perdas foram frequentemente precedidas de situações de doença, também potenciadoras de fragilidades no sustento do agregado, tal como descrito no excerto seguinte da mesma entrevistada:

Entrevistadora: Mas era oferecido ou ela comprava? [A entrevistadora pergunta pelos apoios à família na infância]

Entrevistada: Não, não, oferecido. E havia outras senhoras, que eram muito amigas, que davam leite para o meu pai. A gente não podia beber o leite, era tudo para o meu pai, que era doente. A gente dizia à minha mãe: «Tenho fome» e ela: «Está ali um bocadinho de pão que é para o pai» [emociona-se]. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

De resto, estes relatos evidenciaram também a importância da família alargada e a presença de elementos positivos de vizinhança, vistos como mitigadores destas situações de pobreza, nomeadamente

através do fornecimento de alguns bens alimentares às famílias.

Entrevistadora: E acha que isso ajudava? [a entrevistadora refere-se a bens de consumo oferecidos à família da entrevistada durante a sua infância]

Entrevistada: Ajudava. Depois a minha mãe perguntava quanto é que... A gente comprava o leite e depois havia uma certa altura que ela dizia: «Pergunta lá à senhora quanto é que a gente deve.» E ela dizia sempre que não deve nada. E tínhamos, pronto...

(P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Importa ainda perceber que as famílias contavam sobretudo com as redes informais ou primárias de solidariedade para resolver situações de pobreza, não sendo frequente existirem ajudas oficiais à maioria das famílias dos entrevistados.

Entrevistador: O senhor lembra-se de a sua família, quando era criança, receber auxílio do Governo ou de alguma entidade privada?

Entrevistado: É, a minha família, é...

Entrevistador: Como a Santa Casa, por exemplo?

Entrevistado: Conhecia o meu pai, conhecia a minha mãe e, portanto, me criaram. E trabalhei para eles. (P1.3. Montalegre, sexo masculino, 89 anos)

Entrevistador: Recorda-se, na sua infância, de a sua família receber algum auxílio do Governo?

Entrevistada: Não, nunca. Talvez os abonos de família.

Entrevistador: E de instituições privadas ou religiosas?

Entrevistada: Nada, nada. (P1.4, Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Como já referimos, estes eventos implicaram ainda frequentemente que as crianças mais velhas das famílias mais numerosas começassem cedo a trabalhar, particularmente na agricultura.

Entrevistada: Era tudo do trabalho dos seus pais?

Entrevistada: Tudo do meu pai, para criar oito filhos. Também não foi fácil, o meu pai é que trabalhava, a minha mãe estava em casa a cuidar dos oito filhos. O meu pai era o feitor lá do monte. A minha mãe tinha muito trabalho em casa, era roupas, comidas, ... tinha muito trabalho em casa, pouco trabalhou no campo. E nós, quando tivemos idade, começámos logo a trabalhar no campo. O meu irmão com 13 anos começou logo a trabalhar no campo, a lavrar com uma parelha. Nem chegava ao pé da besta

para pôr a manilha, não tinha altura, não tinha idade. Mas se ele era o mais velho, teve de começar logo a trabalhar. (P1.1. Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Situações de baixas qualificações e analfabetismo foram também identificadas como sendo elementos potenciadores de uma vida mais difícil e de acessos menos qualificados ao mercado de trabalho. Na verdade, muitas das situações menos positivas que os entrevistados recordam da infância são coincidentes com eventos perturbadores e potenciadores de pobreza, destacando-se as doenças de crianças e adultos e o falecimento de pai ou mãe e, em algumas situações, de avós. Num relato em particular, o analfabetismo de ambos os pais foi associado a realidades familiares mais difíceis, em cenários de pobreza.

Entrevistadora: Os seus pais estudaram até que ano?

Entrevistada: O meu pai nunca andou na escola, mas o meu pai sabia fazer contas. E a minha mãe também, nunca andou na escola.

Entrevistadora: Nenhum dos dois?

Entrevistada: Mas sabiam assinar, sabiam. A minha mãe nunca soube assinar o nome, punha o dedo. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Um elemento visível nos discursos é o da inexistência de apoios formais às famílias ou às crianças. Contudo, no caso de alguns entrevistados, o facto de se viver da terra amenizava a necessidade desses apoios:

Entrevistadora: Nunca tiveram nenhum apoio?

Entrevistado: Não, não. Naquela altura, nem era preciso.

Entrevistadora: Ah, não era preciso?

Entrevistado: Não, não. Naquela altura, na casa dos meus pais não era preciso. Naquela altura, não. Nós tínhamos a casa cheia, de comer, de tudo, de tudo. Nós não comprávamos nem milho, nem feijão, nem nada. Nem carne. (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

Entrevistadora: O senhor lembra-se se a sua família recebia algum tipo de apoio de serviços sociais? Algum tipo de apoio financeiro ou de alimentação?

Mulher do Entrevistado: Não.

Entrevistado: A família. Nós éramos todos amigos.

Mulher do Entrevistado: Não, naquele tempo não recebiam nada. (P1.3_V. Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

A existência de instituições sociais de apoio e o volume de transferências sociais para as famílias são frequentemente apontadas como medidas eficazes no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais. Contudo, a sua ausência é mais notória neste perfil, alinhando-se com a inexistência de um estado social robusto ou de políticas sociais de combate à pobreza características do período socio-histórico a que se referem as narrativas. O apoio da família alargada foi identificado como um elemento que permitiu mitigar várias dificuldades das famílias identificadas anteriormente, sendo que as perdas de progenitores, bem como as situações de grande fragilidade da saúde dos adultos, agravaram essas dificuldades. As solidariedades intrafamiliares são também uma realidade nos restantes perfis, mitigando em muitos dos casos os efeitos da privação sentida por muitas famílias.

Em síntese, como fomos observando, este perfil revestiu-se de um conjunto de características específicas, sobretudo quando se analisa o contexto socio-histórico das narrativas em análise. Muitos dos relatos revelaram-nos infâncias sofridas, privadas de vários direitos, nomeadamente os direitos à educação e a uma vida digna. Como afirmam Ben-Arieh, Casas, Frønes e Korbin (2014), a avaliação da distribuição do bem-estar em relação às crianças é especialmente complexa por estas se estarem ainda a desenvolver e por dependerem de cuidadores no dia-a-dia, bem como de políticas a nível macro que promovam esse bem-estar.

O bem-estar das crianças está enraizado na interação de uma série de fatores a nível micro, enquadrados pelas estruturas sociais da sociedade em geral. As realidades reveladas por estas narrativas estão ainda longe de se encontrarem abrangidas por um conjunto de preocupações de políticas públicas para a infância que as salvaguardem do trabalho e da pobreza infantis.

As recordações da infância são heterogéneas, revelando em grande parte dos discursos fenómenos de instabilidade familiar, uma presença significativa da perda de um dos progenitores e uma relação com o trabalho infantil, sobretudo rural. Em algumas narrativas foi possível perceber-se uma certa resignação face à situação vivida, sendo frequente um discurso que diferencia entre o não ter nada e o passar fome, repetindo de forma involuntária a distinção entre pobreza e miséria. Nas respostas dos inquiridos pudemos encontrar discursos que reforçaram aspetos positivos ou negativos, e também, apesar das dificuldades relatadas, memórias e recordações positivas vividas em ambientes familiares mais estáveis, contrariamente aos relatos onde a violência é mais frequente. Em muitos casos, estas dificuldades das famílias traduziram-se ainda no abandono de percursos escolares e no apoio às famílias, em particular nos trabalhos agrícolas. A escola foi assim uma realidade apenas para uma parte dos entrevistados, dado que muitos ingressaram no trabalho agrícola desde cedo. Em algumas narrativas a instabilidade familiar causada por questões de saúde ou de violência familiar foi apontada como um elemento central das recordações da infância.

As trajetórias de vida estão relacionadas não apenas com o percurso de vida das crianças, mas

também com características da sociedade. Nestas narrativas foi bastante visível o impacto direto nas crianças dos contextos de vida das famílias. A pobreza e a ausência de apoios formais às famílias justificaram ingressos bastante precoces das crianças no mundo do trabalho, sobretudo no trabalho agrícola ou na aprendizagem de um ofício. Contudo, o impacto das situações de pobreza na infância coloca-se também em áreas como as da saúde e do acesso à educação.

Como observa Attree (2006), esta desvantagem tem efeitos negativos na saúde física e socio-emocional das crianças que persistem por toda a sua vida. Além disso, a autora refere também que quanto mais tempo as crianças vivem em pobreza, maiores os impactos na sua saúde e desenvolvimento. Em diferentes estudos citados por Attree (2006) e Backett-Milburn *et al.* (2003), as crianças conversaram sobre a experiência da desvantagem no que diz respeito aos relacionamentos, tão ou mais relevantes que o acesso a recursos materiais, subestimando os efeitos das desigualdades nas suas vidas. Algumas crianças revelaram ter vergonha das suas circunstâncias, principalmente se as suas atividades sociais fossem restringidas pelo baixo rendimento familiar (Roker, 1998). No geral, como relata Attree (2006), as crianças são também capazes de desenvolver diferentes estratégias para ultrapassar essas situações, por exemplo, economizando dinheiro para comprar roupas (Daly & Leonard, 2002; Ridge, 2002).

Nos discursos que analisámos foi mais notória a ausência de políticas sociais de apoio às famílias e crianças, alinhando-se com a inexistência de um estado social capaz de promover políticas sociais de combate à pobreza, como foi característico do período socio-histórico a que se referem estas narrativas. Assim, o apoio da família alargada foi muitas vezes identificado como um elemento mitigador de várias dificuldades das famílias identificadas anteriormente. As perdas de progenitores e as situações de grande fragilidade da saúde de adultos constituíram-se também como elementos que agravaram essas dificuldades. Por outro lado, como observa Attree (2006) e como foi possível vermos em algumas das nossas narrativas, diferentes estudos sugerem que a desvantagem na infância pode levar à perceção de que as limitações económicas e sociais são naturais e normais, afetando assim as expectativas de vida das crianças (Middleton *et al.*, 1994; Roker, 1998; Ridge, 2002). Alguns estudos sugerem que, ainda que este não seja um processo inevitável, as crianças podem resignar-se a viver na pobreza, aprendendo a contentar-se com recursos limitados (Attree, 2006). Da mesma forma, estes estudos afirmam que viver em pobreza não é apenas prejudicial para as crianças quando apresentam as suas expectativas de vida, podendo também influenciar as suas aspirações para o futuro. Nesse sentido, vários entrevistados eram pessimistas, por exemplo, acerca da possibilidade de a educação constituir um caminho para o sucesso pessoal, embora muitas crianças continuassem comprometidas com seu valor (Daly e Leonard, 2002).

2. Relação com o sistema educativo

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, a escola continua a ser uma das instituições centrais de institucionalização da infância enquanto categoria estrutural das crianças como alunos, associada a noções de abertura a todos. No entanto, como diferentes autores e relatórios nacionais e internacionais têm vindo a demonstrar, a escola é também um veículo altamente eficaz na produção ou reprodução de desigualdades socioculturais muito difíceis de contrariar, pese embora a estruturação de diferentes políticas de combate ao abandono e insucesso escolar (DGEC, 2016, p. 2). Num estudo da DGEC relativo aos alunos do 2.º ciclo do ensino público refere-se especificamente que:

em termos de resultados e conclusões, o estudo sugere que em Portugal há uma relação muito forte entre o desempenho escolar dos alunos e o meio socioeconómico dos seus agregados familiares. Por exemplo, entre os alunos cujas mães têm licenciatura ou bacharelato, a percentagem de «percursos de sucesso»²¹ no 1.º e no 2.º ciclo é de 80 %, enquanto entre os alunos cujas mães têm habilitação escolar mais baixa, equivalente ao 4.º ano, a mesma percentagem de percursos de sucesso é de apenas 26 % (DGEC, 2016, p. 3).

Assim, esta secção pretende explorar:

- (i) como foi construída a relação com a escola enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de embate com a sociedade;
- (ii) se a escola foi vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligado às aprendizagens formais), se foi sobretudo um lugar de estigma e de confrontação ou ainda se foi um lugar de convívio com os pares;
- (iii) as razões dessas imagens da vivência escolar, analisando também os fatores de permanência ou de recusa da escola.

Estruturaram-se como temas centrais:

- (i) o percurso escolar durante a infância/juventude;
- (ii) as representações sobre a escola e percursos de abandono escolar;
- (iii) as representações sobre a escola e o futuro;
- (iv) a formação profissional.

Ao longo desta análise, valerá também a pena investigar a existência ou não de apoios específicos ao nível escolar, ainda que estes não mitiguem por completo os efeitos de desigualdade previamente enunciados. De acordo com o estudo da DGEC,

²¹ Sendo percursos de sucesso entendidos como uma escolaridade sem reprovações.

entre os alunos que não recebem qualquer apoio ASE, a percentagem de percursos de sucesso no 2.º ciclo é de 63 %. Entre os alunos com maior apoio ASE (escalão A), portanto alunos oriundos de agregados familiares com condições económicas mais modestas, a mesma percentagem de percursos de sucesso é apenas de 27 % (2016, p. 6).

Apresentamos a síntese da informação dos entrevistados deste perfil relativamente ao percurso escolar e a fatores relevantes da infância.

Quadro 3 - Síntese da informação dos entrevistados
relativamente ao percurso escolar e fatores relevantes da infância

Entrevista	Escolaridade/frequência da escola	Acontecimentos relevantes na infância
P1.5_Porto sexo feminino, 67 anos	2.ª classe	Trabalho agrícola
P1.2_Serpa sexo feminino, 74 anos	4.ª classe	
P1.4_Montalegre#2 sexo feminino, 54 anos	Abandono escolar	Trabalho agrícola
P1.1_Montalegre sexo feminino, 72 anos	4.ª classe	Emigração para Espanha
P1.3_Porto sexo masculino, 76 anos	Abandono escolar	Trabalho agrícola
P1.2_Porto sexo feminino, 86 anos	4.ª classe	Atelier de costura
P1.5_Ferreira do Alentejo sexo feminino, 73 anos	Abandono escolar	Trabalho agrícola/aprendizagem de costura
P1.2_Ferreira Alentejo sexo feminino, 80 anos	4.ª classe	Trabalho indiferenciado. Cerâmica.
P1.3_Serpa sexo masculino, 72 anos	Abandono escolar	Trabalho agrícola
P1.1_Serpa sexo feminino, 78 anos		Trabalho agrícola
P1.2_Boticas sexo feminino, 92 anos	3.ª classe	Trabalho agrícola

P1.4_Lisboa sexo masculino, 49 anos	2.ª classe	
P1.2_Lisboa sexo feminino, 83 anos	3.ª classe	Empregada doméstica
P1.1_Vila Franca do Campo sexo feminino, 79 anos	3.ª classe	Trabalho na costura
P1.5_Lisboa sexo feminino, 75 anos	4.ª classe	Empregada doméstica
P1.4_Celorico de Basto sexo feminino, 65 anos	4.ª classe	Trabalho agrícola
P1.3_Amadora sexo masculino, 79 anos	Abandono escolar	
P1.4_Montalegre#1 sexo feminino, 63 anos	Abandono escolar	Cuidadora dos irmãos mais novos
P1.3_Montalegre sexo masculino, 89 anos	Abandono escolar	Trabalho agrícola
P1.3_Vila Pouca de Aguiar sexo masculino, 82 anos	3.ª classe	Trabalho agrícola

2.1. Percurso escolar durante a infância/juventude

O percurso escolar é recordado com nitidez pelos entrevistados, revelando-se heterogéneo quer no que diz respeito às habilitações literárias obtidas, quer na avaliação da experiência escolar, mesmo em situação de abandono escolar.

Na maioria dos casos a experiência escolar foi abandonada de forma precoce, acompanhada frequentemente do ingresso no trabalho agrícola, em particular de natureza familiar. De facto, poucos entrevistados terminaram a 4.ª classe. Como veremos, encontramos nestes discursos diferentes modos de olhar retrospectivamente para este tempo: alguns gostavam da escola, mesmo tendo permanecido lá por pouco tempo, outros não gostavam, definindo-se como pessoas sem capacidade para estudar, e, por fim, alguns revelaram-se mais resignados, tendo associado a impossibilidade de estudar à situação de privação familiar. É por isso comum encontrarmos entrevistados que abandonaram a escola para ajudar os pais nas tarefas do trabalho agrícola ou para cuidarem de irmãos mais novos. Para algumas crianças a frequência da escola acontecia simultaneamente com a ajuda em algumas tarefas domésticas, por exemplo, em zonas rurais.

Entrevistada: Olhe, eu comecei a escola em Vieira do Minho. Mas a professora faltava muito e eu repeti.

Entrevistadora: Reprovou?

Entrevistada: Repeti a segunda classe, a primeira, a segunda, ... O segundo ano, pronto. Que não é ano, pronto. Agora é segunda classe. Eu repeti. Porque era mais o tempo que eu não tinha professora do que tinha. Eu bem que estudava, mas as minhas tias pediam-me para eu ir com o gado, que tínhamos muito gado, muitos bichos para alimentar e essa coisa toda. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Em muitos destes casos o abandono escolar levou a que trabalhassem a tempo inteiro no campo com os pais e com outros elementos do agregado familiar. Num caso, o entrevistado começa a trabalhar com o pai, ajudando-o «a ir soltar o gado, ou andar diante das vacas para andar a lavar». (P1.3_Vila Pouca de Aguiar). Esta é, aliás, uma situação recorrente:

Entrevistadora: Em pequeno, quantos anos é que fez de escola?

Entrevistado: Andei sete anos à escola, mas fiz só a 3.ª classe, porque tiravam-me para ir a trabalhar, a guardar porcos. (...) Depois, entrei para a 4.ª classe. Comecei a escola, o meu tio precisava de mim para guardar as vacas e os bezerros e limpar as cabanas e então já não ia. Ia um dia na semana, depois tiravam-me um mês, depois. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Noutros casos, a interrupção depois da 4.ª classe deu-se por ausência de recursos financeiros para permanecer na escola:

Entrevistadora: Entrou para a escola com que idade?

Entrevistada: Eu já tinha oito ou nove anos quando fui para a escola. Se calhar, já tinha oito anos.

Entrevistadora: Até que ano andou na escola?

Entrevistada: À 4.ª classe. (...)

Entrevistadora: E deixou a escola porquê?

Entrevistada: Porque tinha de vir com a minha mãe cá para Serpa e porque as possibilidades também eram poucas. A minha mãe não me podia continuar a ter a estudar, não tinha posses para isso. (P1.2., Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Duas entrevistadas abandonaram a escola para poderem ficar em casa a cuidar dos irmãos mais

novos:

Entrevistadora: Foi só um mês para a escola, não é? Pode-me falar desse período? Que idade tinha nesse mês em que foi para a escola?

Entrevistada: Tinha sete aninhos... tinha oito aninhos.

Entrevistadora: Tinha oito anos?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E ficou só um mês na escola porquê?

Entrevistada: Porque a minha mãe teve que tirar-me porque tinha que ficar com os meus irmãos mais novos. (P1.4_Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

Entrevistadora: Depois estudou até à 3.ª classe, não é? E gostava de ir à escola?

Entrevistada: Gostava e aprendia muito bem. O que não tinha era tempo para ir. A minha mãe tinha que trabalhar e eu tinha que encolar [trazer ao colo – cuidar de bebés] as minhas irmãs. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Na maioria dos casos, as recordações dos percursos escolares, ainda que curtos, revelaram vivências heterogêneas da escola e da relação com os professores. Se, para alguns, a relação com os professores e com os colegas era positiva, para outros, representou situações de violência.

Entrevistado: Eu tenho que... Os professores davam cabo das orelhas a alguns, mas a mim nunca me deram cabo delas. Mas palmadas ainda apanhei umas poucas.

Entrevistadora: Davam cabo de quê?

Mulher do entrevistado: Das orelhas [risos].

Entrevistado: Ai, a mim nunca me as puxou, mas a alguns... Levei foi palmadas nas mãos. Ai isso apanhei [risos]. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Entrevistadora: Gostava da escola?

Entrevistada: Gostava, gostava. Olhe, só levei com a cana na cabeça uma vez. Eu fui para a escola do XXXX e só levei com a cana uma vez porque estava a conversar. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Num dos discursos parece haver uma associação feita pela entrevistada entre a violência exercida pelos professores e uma boa aprendizagem:

Entrevistador: Só essa é que te marcou?

Entrevistada: Porque ela batia-nos. Ela não ensinava, dava-nos porrada. Mas, é assim, dava-nos porrada, mas se há alguma coisa que sabemos é graças a ela. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Alguns dos relatos revelam que os entrevistados gostavam dos seus professores, bem como de frequentar a escola.

Entrevistadora: Alguma vez reprovou?

Entrevistada: Não, passei todos os anos.

Entrevistadora: Do que é que gostava mais na escola?

Entrevistada: Da brincadeira no recreio, estar com os amigos.

Entrevistadora: E do que é que gostava menos na escola?

Entrevistada: Não tenho assim nada. Gostava mais ou menos de tudo.

Entrevistadora: Como era a sua relação com os professores?

Entrevistada: Gostava muito da professora, foi sempre a mesma da primeira à 4.ª classe. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

No entanto, alguns dos discursos que revelaram experiências negativas na escola associam-nas a ideias acerca da sua incapacidade para a frequentar, como revelam os seguintes excertos:

Entrevistadora: Nesse período em que a senhora ficou lá, gostava dos professores?

Entrevistada: Eu gostava pouco.

Entrevistadora: Pouco?

Entrevistada: Não gostava de andar na escola.

Entrevistadora: Não gostava de andar na escola?

Entrevistada: Eu não.

Entrevistadora: Mas porquê?

Entrevistada: Porque eu era muito nervosa!

Entrevistadora: A senhora era nervosa?

Entrevistada: Eu era nervosa e começava logo a chorar! (...)

Entrevistadora: Ou seja, a senhora tinha um problema na cabeça e não conseguia aprender?

Entrevistada: Não. A minha mãe levou-me ao médico e disse que não adiantava andar na escola, que não entrava. Era fraca do nervo na cabeça. (P1.4_Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

Entrevistadora: O seu pai achou melhor que não estudasse?

Entrevistada: O meu pai disse à professora que visse, mas que não valia a pena. Que eu não ia muito longe. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Para alguns dos entrevistados o percurso escolar terminou cedo (na 4.^a classe, por exemplo), ainda que guardem da escola boas recordações, quer dos professores, quer dos pares.

Entrevistadora: E como era a sua relação com a escola? Gostava?

Entrevistada: Gostava de ir à escola. Eu morava no XXXX e a escola era na XXXX. (...)

Entrevistadora: E do que gostava mais na escola?

Entrevistada: Parece-me que gostava de estudo.

Entrevistadora: Não havia nada de que gostasse menos?

Entrevistada: Não, não. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos)

Entrevistador: E no tempo da escola, do que mais gostava?

Entrevistado: Era a brincadeira, n'é? [risos] Estava na brincadeira mais outros.

Entrevistador: [risos] É, para mim também.

Entrevistado: Pois. Era para estudo, mas estava na brincadeira. Me chamavam à atenção: «Fica quieto.» E ia para as raparigas, apertava-lhes os calos [risos]. (P1.3_Montalegre, sexo masculino, 89 anos)

Assim, a maioria dos entrevistados teve percursos educativos muito curtos, que se refletiram mais tarde nas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Em duas situações, é também possível identificar a aprendizagem de uma profissão, como a costura. Nessa altura, as representações sobre a escola e sobre o trabalho infantil eram bastante diferentes. Como vimos nas entrevistas, era comum as crianças iniciarem relativamente cedo a aprendizagem de um ofício ou começarem a trabalhar no campo e em tarefas domésticas em casas de outras pessoas. Esses mesmos percursos na infância têm impacto mais tarde nas escolhas profissionais e no acesso ao mercado de trabalho enquanto adultos.

A maioria dos entrevistados tem, portanto, habilitações literárias baixas e experiências escolares curtas e diversas. Como poderemos ver no capítulo seguinte, a escola assumirá retrospectivamente um lugar de maior relevância, mas, no que respeita à experiência tida, muitos aceitaram com alguma resignação o facto de não terem podido estudar e de terem ingressado em tarefas agrícolas, na aprendizagem de uma profissão (ainda que de modo informal) e de se terem tornado num apoio para a família em geral. Para este

perfil, as recordações da infância e da relação com os pares e professores é também diversa. Se, para alguns, era um local de que gostavam, para outros, a experiência foi negativa, nomeadamente pelas recordações de violência dos professores face aos alunos. Importa de novo situar muitas destas narrativas num período histórico em que a escolarização das crianças não era ainda um direito central e onde a escolaridade obrigatória não assumia a importância que hoje tem.

2.2. Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar

Este perfil contém o maior número de entrevistados com percursos de abandono escolar ou sem escolaridade mínima. São vários os motivos apresentados, ainda que seja possível encontrar pontos em comum, como referimos anteriormente. Em alguns relatos, a saúde frágil da criança é apontada como a razão principal para esse abandono.

Entrevistadora: Na altura, por que é que deixou a escola?

Entrevistada: Não deixei a escola. Eu ia estudar, mas como aconteceu aquilo, a professora disse assim: «Ó filha, eu sei que tu queres estudar e fizeste tudo muito bem» e essa coisa toda. E as meninas que iam estudar fizeram a admissão como eu. «Mas eu já disse à tua mãe, e o teu pai também já explicou por carta, que foi um milagre teres ressuscitado.» Que eu já vi a morte muitas vezes. E, por isso, o meu pai teve que escrever para a professora se eu podia estudar ou se eu não podia. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

A privação material das famílias é também apresentada em alguns relatos como justificação para o abandono do sistema de ensino:

Entrevistadora: E porque deixou a escola?

Entrevistada: Porque tinha de vir com a minha mãe cá para Serpa e porque as possibilidades também eram poucas. A minha mãe não me podia continuar a ter a estudar, não tinha posses para isso. (P1.2_Serpa, Sexo feminino, 74 anos)

Entrevistador: E por que é que acabou por deixar a escola?

Entrevistada: Imagine pais com oito filhos. Como é que nós podíamos andar todos na escola? Não podíamos. Sem ajudas de nada.

Entrevistador: Mas dos oito quantos deixaram?

Entrevistada: Todos. Até à 4.^a classe, toda a gente estudou. A partir daí, ... Porque era escolaridade obrigatória. A partir daí já não tivemos recursos para mais estudos. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Entrevistadora: Por que é que deixou a escola?

Entrevistada: Porque os meus pais não tinham dinheiro para eu estudar mais. (P1.2_Ferreira Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Mesmo em situações em que a criança gostaria de ter continuado o percurso escolar, a situação frágil das famílias não permitiu que tal acontecesse:

Entrevistadora: Disse que saiu da escola porque a sua mãe...

Entrevistada: Mamã disse assim: «Tu não vais mais para a escola.» Eu disse: «Eh, mamã, eu vou.» Eu queria ser costureira. E ela: «Sim, eu sou costureira. Hás de aprender comigo.» Eu chuleava, eu pregava botões, eu fazia as casas, ... fazia isso assim. Alinhavava alguma peça que ela ensinava-me. (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Entrevistada: Só fazíamos a 4.^a classe. Quem podia estudar, ia estudar, quem não podia... E como sou filha de trabalhadores pobres... (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Entrevistada: Quem tivesse dinheiro ia estudar, quem não tivesse dinheiro ia embora. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Entrevistado: A vida já tinha mudado e os meus pais precisavam de ajuda e eu fui trabalhar, para uma firma que era ... Ele foi jogador XXXXX. Eram dois irmãos e foi lá que aprendi o ofício de electricista. (P1.3_Amadora, sexo masculino, 79 anos).

Importa ainda referir que, dependendo das idades dos entrevistados, a escolaridade obrigatória não era cumprida, pelo que em muitos dos relatos a opção entre ir à escola ou ir ajudar a família nos trabalhos agrícolas dependia sobretudo dos pais. Em alguns casos, esse abandono deveu-se, como referido anteriormente, ao facto de as crianças mais velhas se tornarem cuidadoras dos irmãos mais novos, em particular se se tratasse de raparigas.

Entrevistadora: Por que é que deixou de ir à escola? Porque disse que estudou até à 3.^a classe...

Entrevistada: Precisava de trabalhar. E naquele tempo... Até poucas raparigas iam à escola. Diziam que as raparigas não precisavam de estudar. Mas a minha mãe nunca teve... Nunca soube uma letra e gostava que as filhas soubessem. E depois as outras vieram mais atrás, ainda fizeram a quarta. Mas eu só fiz a terceira, para trabalhar. (P1.2 Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Outras crianças abandonaram a escola por afirmarem não gostar de lá estar e por terem já trabalho:

Entrevistado: Abandonei porque a professora agarrou a ensinar-me e eu dizia para meu pai e minha mãe: «Não quero ir à escola porque a professora não me ensinava nada e aqui eu me ensino eu mesmo.» Meu pai continuava me mandando para a escola e eu fugia de casa e pronto, deixei de ir à escola.

Entrevistador: Não foi então para começar a trabalhar?

Entrevistado: Ah, e a servir meu patrão. Ia para um lado, para outro e fugia da casa. (P1.3_Montalegre, sexo masculino, 89 anos)

Em alguns relatos, os entrevistados sugerem que o abandono se ficou a dever à sua incapacidade para estudar e ao facto de, para as suas famílias, ser preferível que fossem trabalhar:

Entrevistado: Porque eu era... pronto, não dava. Eu disse ao meu pai que não presta, eu não quero ir!

Entrevistadora: Não queria ir porque não conseguia acompanhar?

Entrevistado: Porque não consegue aprender, para quê? Não vale a pena, eu vou trabalhar. Eu fui trabalhar, o meu pai disse-me: «O que é que tu vais fazer?» «Então os outros não vão trabalhar? Eu vou também!» (P1.3_Porto, Sexo masculino, 76 anos)

Como foi possível observar, na maioria dos relatos percebeu-se que os constrangimentos causados por se viver em famílias pobres e dependentes do trabalho (muitas vezes agrícola) limitou as possibilidades de as crianças completarem percursos escolares para lá da escola primária. Mesmo em situações em que os participantes afirmaram terem saído por sua vontade para trabalharem, essa vontade era condicionada também pela pobreza das famílias. A desvalorização implícita da escola e a necessidade de assegurar as necessidades familiares (fossem financeiras ou de cuidados a adultos e crianças) limitaram estas possibilidades aos entrevistados. Assim, desde cedo, para muitos dos entrevistados, a escola não assumiu um lugar central, em particular devido à fragilidade que as famílias apresentavam e à necessidade de as crianças trabalharem na agricultura com os seus pais ou de começarem desde cedo a aprender um ofício.

2.3. Representações sobre escola e futuro

As representações sobre o futuro e o papel que a escola poderia aí ter apresentam maioritariamente uma valorização positiva, associando-a a um futuro e a uma profissão melhores e, conseqüentemente, a uma maior qualidade de vida. Tal está em linha com os dados produzidos por avaliações do impacto das habilitações literárias no acesso a diferentes profissões, concluindo-se que, mesmo em situações de maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, mais habilitações proporcionam menores taxas de desemprego²². A maioria dos entrevistados associa a escola à oportunidade de ter uma vida melhor e, em alguns casos, de exercer a profissão com que sempre sonharam.

Entrevistadora: Mas gostava de ter continuado a estudar? (...)

Entrevistada: Eu queria ser advogada (...)

Entrevistadora: E acha que a sua vida teria sido melhor se tivesse tido mais estudos?

Entrevistada: Tinha-me posto a andar! (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

A associação da escola a uma melhor qualidade de vida adulta está presente, então, na maioria dos discursos:

Entrevistada: Se pudesse, gostaria de ter continuado, mas infelizmente não pude continuar.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Ora, para ter uma vida melhor, não é? Para aprender mais. (P1.2_Serpa, Sexo feminino, 74 anos)

Entrevistadora: A senhora acha que se tivesse continuado os seus estudos, se não tivesse parado, a sua vida seria diferente hoje?

Entrevistada: Se calhar, em certas coisas, podia viver melhor e ter recursos da vida melhor do que tenho agora, porque muitas vezes quero uma coisa e não tenho, não tenho possibilidades, e se tivesse estudos, eu ia ter um emprego bom e já tinha melhor qualidade de vida, não é? (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

O analfabetismo foi mencionado diretamente por uma das entrevistadas, revelando o desgosto que sempre sentiu por não saber ler. Esse desgosto não foi verbalizado em relação à escola, mas especificamente

²² Em 2019, por exemplo, a taxa de desemprego era de 5,3 % para os licenciados, ao contrário de titulares de ensino básico, com 6,6 % ou de ensino secundário e pós-secundário com 7,2 % (INE, 2019).

em relação à aprendizagem da leitura e escrita:

Entrevistadora: Portanto, gostava de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Não, a estudar não. Eu queria era costura. Eu queria aprender a escrever e a ler, e tinha um desgosto muito grande.

Entrevistadora: E por que é que gostava de ter aprendido?

Entrevistada: Porque queria, queria... queria saber. Fazia-me confusão olhar e não saber as letras, não saber...

Entrevistadora: E acha que a sua vida tinha sido melhor se tivesse aprendido a ler?

Entrevistada: Sim, não tinha sofrido tanto. Talvez... Esse foi o primeiro desgosto. Ah, e depois vieram outros. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Existem também entrevistados para quem voltar a estudar nunca foi nem uma possibilidade nem uma vontade e para quem a escola não foi um fator determinante da vida futura:

Entrevistador: O senhor em algum momento teve vontade de voltar a estudar?

Entrevistado: Não, nunca tive. Não tive vontade de escola nenhuma.

Entrevistador: E também não chegou a fazer nenhum outro curso depois da escola?

Entrevistado: Não, não. *Nadie, nadie*, em espanhol, *mira*. (P1.3_Montalegre, sexo masculino, 89 anos)

Entrevistadora: Por que é que não gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistado: Porque a minha vida começou no campo e a minha ideia era sempre ser alguém na agricultura, no campo. Sempre pensei isso. Nunca invejei quem tivesse muitos estudos, nunca... (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Noutros discursos, a possibilidade de continuar a estudar associou-se também a diferentes oportunidades profissionais, menos limitadoras do que as que tiveram:

Entrevistador: Se tivesse tido a oportunidade, teria gostado de continuar a estudar?

Entrevistada: Ah, sim. Pelo menos para melhorar a forma de vida.

Entrevistador: E como acha que melhoraria se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Eu, por exemplo, agora este trabalho que tinha, trabalhava na escola, na cozinha. Era trabalho de esforço e por isso fiquei com o problema que tenho no tendão. E se calhar, se eu tivesse

outros estudos, se calhar tinha outras oportunidades que não tenho assim. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

É também interessante verificar que em algumas das entrevistas em que o sujeito referiu a sua incapacidade para estudar enquanto criança repete a mesma avaliação enquanto adulto:

Entrevistadora: Acha que a sua vida seria melhor se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Talvez. Talvez se aprendesse. Não aprendi, o que fazer? Não dá para entrar na cabeça, não dá.

Entrevistadora: E porque acha que seria diferente?

Entrevistada: Não sei, na vida adulta ainda tentei e não aprendi. (P1.4_Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

Entrevistado: Não! [respondeu muito prontamente e convicto] Eu não tinha cabeça para isso [risos].

Entrevistadora: Não pensa nisso?

Entrevistado: Não tenho cabeça para isso. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Retrospectivamente, um dos entrevistados revelou arrependimento da decisão de abandonar a escola contra a vontade do seu pai:

Entrevistado: Muitíssimo!

Entrevistadora: Muitíssimo, porquê?

Entrevistado: Se eu tivesse estudo, conforme o meu pai queria que eu estudasse, eu não estava assim nessa crise sem necessidade. Que eu estou a sofrer agora, que eu estou arrependido. É, quando eu vinha para Portugal ou na tropa, já eu tive muita sorte! (P1.3_Porto, Sexo masculino, 76 anos)

Numa das entrevistas, a questão de género foi novamente referida enquanto elemento interessante na representação da escola e do que poderia trazer para o futuro.

Entrevistadora: Acha que a sua vida teria sido melhor se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Sei lá. Mas talvez, não sei. Naquele tempo, não havia estes empregos para mulheres. Mulheres não tinha... Não. As mulheres não valiam nada. Naquele tempo, as mulheres não valiam nada. Não, não tinha empregos como agora. Por isso é que diziam: «Para que uma mulher quer saber

ler? Não é preciso saber ler.» Diziam assim: «Ai, deixá-las ir à escola para quê? Para namorarem por cartas?» Era as respostas das pessoas. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Finalmente, alguns entrevistados não associaram a escola (o «ter estudos») a um futuro melhor, referindo que há muito desemprego e dependência de ajudas sociais mesmo para quem estudou. Encontramos estes processos de racionalização desta experiência também nos restantes perfis de entrevistados deste estudo.

Entrevistadora: Acha que teria estudado mais?

Entrevistada: Chegava ao 6.º ano, pronto. Ficava em casa.

Entrevistadora: Ficava em casa?

Entrevistada: Claro.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque já não há onde se empreguem. Tantos serviços que estão para aí. Está tudo no rendimento mínimo, essa gente para aí. (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Entrevistada: Ah, eu não sei. Se calhar, era capaz de ter feito alguma coisa mal feita, n'é? A gente nunca sabe, não é?

Entrevistadora: Mas o que é que acha que...?

Entrevistada: Não sei se havia depois futuro. Tanta gente estuda e não tem futuro. Eu tive colegas que os pais lhe pagaram os estudos e não tiveram futuro. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Como pudemos observar, os percursos escolares dos entrevistados bem como os modos como projetam as suas representações da escola e do futuro são diversos. Uma vez que a maior parte dos indivíduos neste perfil possuem baixas habilitações e percursos escolares muito curtos, a representação da escola como fator possibilitador de um melhor futuro e de uma maior qualidade de vida está presente na maioria dos discursos, sendo destacada a possibilidade de com uma melhor formação se ter acesso a profissões mais interessantes e mais bem remuneradas. No entanto, é também possível encontrar quem não associasse a escola a nada positivo na infância e que mantenha a mesma posição enquanto adulto. Finalmente, para dois entrevistados, a escola não é sinónimo de melhor vida, uma vez que, de acordo com a sua perspetiva, muitas pessoas estudam sem nunca encontrarem uma saída rumo a uma vida melhor. Em várias entrevistas foi também possível verificar o gosto por aprender, por saber mais coisas, em particular, no domínio da leitura e da escrita. No entanto, como veremos no capítulo seguinte, esse gosto e vontade nem sempre se concretizou num regresso à escola (por exemplo, através do ensino de adultos) ou na

frequência de formação profissional que os habilitasse a diferentes profissões.

Em síntese, a centralidade da escola neste grupo de entrevistados dependeu largamente do tempo social e histórico em que viveram a sua infância. Para muitos, a escola não assumiu um lugar central ou de particular relevância nas suas trajetórias, sendo que a maioria a frequentou por poucos anos, mesmo que desejassem nela continuar. O abandono escolar deveu-se sobretudo às condições materiais de vida da família e à necessidade de as crianças ajudarem no trabalho agrícola familiar. No entanto, os entrevistados recordam a escola, sobretudo a relação que estabeleceram com os pares e com professores. Se para alguns era um local de que gostavam, para outros a experiência foi negativa, nomeadamente pelas recordações de violência dos professores face aos alunos. Novamente, importa aqui situar muitas destas narrativas num período histórico em que a escolarização das crianças não era ainda um direito garantido – mesmo quando formalmente consagrado – e onde a escolaridade obrigatória não assumia a importância que hoje tem. De resto, como pudemos observar, na maioria dos relatos é possível perceber que os constrangimentos de viver em famílias pobres, dependentes do trabalho (muitas vezes agrícola) limitou as possibilidades de as crianças completarem percursos escolares para lá da escola primária. Mesmo em situações em que os participantes afirmam terem saído por sua vontade para trabalharem, essa vontade está condicionada à pobreza das famílias. A “desvalorização” implícita da escola e a necessidade de assegurar as necessidades familiares (sejam financeiras, sejam de cuidados a adultos e crianças) limitaram estas possibilidades aos entrevistados.

Estas recordações poderão também traduzir-se nas diferentes associações feitas entre a frequência da escola e um possível futuro melhor. Tratando-se de um grupo de entrevistados maioritariamente com baixas habilitações e percursos escolares muito curtos, a representação da escola como fator possibilitador de um outro futuro está presente na maioria dos discursos. Apesar disso, podemos também encontrar quem não associe a escola a nada de positivo na sua infância e mantenha tal posição enquanto adulto. Finalmente, para dois entrevistados, a escola não é sinónimo de melhor vida, uma vez que muitos estudam e nunca encontram uma possibilidade para uma vida melhor. Em várias entrevistas foi possível verificar o gosto por aprender, por saber mais coisas, em particular no domínio da leitura e da escrita.

O estudo da OCDE conduzido por Machin (2006) observa que investigadores de várias disciplinas argumentam que a educação pode melhorar o bem-estar social, afetar positivamente o crescimento económico e ainda ser um fator decisivo no desenho e na implementação de políticas económicas e sociais. Em muitos sectores acredita-se que a educação oferece um caminho por onde as pessoas podem escapar de contextos familiares desfavorecidos e subir a escada social. Em resumo, para além dos económicos, existem também benefícios sociais da aprendizagem, que se acumulam para cada indivíduo. Primeiro, a atenção recentemente dada à noção de *políticas sociais ativas* que enfatiza a importância da mudança de uma abordagem corretiva na política social para uma que tenha como objetivos prioritários tornar o trabalho remunerado e facilitar a integração das pessoas no mercado de trabalho. Essa mudança de ênfase exige que

se dedique maior atenção às diferentes experiências de aprendizagem que podem melhorar ou dificultar as perspectivas de emprego e carreira de indivíduos em maior risco de exclusão social. A segunda razão para investigar os resultados sociais da aprendizagem está relacionada com o objetivo tradicional de justiça embutida na maioria dos programas sociais. Embora tradicionalmente esses programas se tenham concentrado em medidas de pobreza e desigualdade de rendimento, a atenção é atualmente dirigida à transmissão intergeracional das desigualdades (Machin, 2006).

3. Transição para a vida adulta

As transições para a vida adulta – primeira experiência profissional, autonomia residencial, conjugalidade e parentalidade – têm sido estudadas segundo duas linhas de pesquisa (Fustenberg, 2008), com tradições epistemológicas e metodológicas diferentes.

Uma das perspectivas, estudada por MacDonald, Shildrick, Webster e Simpson (2005), enfatiza os efeitos da classe social e do lugar de classe ocupado pelo indivíduo na configuração das suas transições para a idade adulta. Como estes autores fazem notar, a estrutura das oportunidades juvenis e os destinos destes jovens na idade adulta são muito influenciados pela sua localização na estrutura social, ainda que o contexto atual de incerteza e de risco acentue a responsabilização individual no desenho das trajetórias sociais. Como refere Fustenberg (2008), a vantagem ou desvantagem social joga-se antes do nascimento, deixando uma «marca indelével» (p. 4) em todo o percurso de vida dos indivíduos. A investigação tem demonstrado que a origem social condiciona as oportunidades sociais dos jovens em diferentes domínios da vida (por exemplo, no sucesso e sobrevivência escolar ou nas oportunidades laborais), sendo que os jovens oriundos de meios mais desfavorecidos podem ser aprisionados em processos cumulativos de desvantagens sociais ao longo do seu percurso de vida.

Uma outra perspectiva acentua a importância da biografia e do percurso ou curso de vida (*life course*) dos indivíduos, tendo em conta a temporalidade em que os eventos de vida ocorrem e a forma como estes se sucedem. Segundo Elder (1994), esta perspectiva privilegia o contexto social, cultural e histórico em que as vidas dos indivíduos se processam, sendo que o ano de nascimento e a coorte etária em que um indivíduo se enquadra constituem indicadores representativos (*proxy*) para que possamos estabelecer as relações entre as transformações macrosociais e as biografias individuais, procurando compreender a «experiência histórica dos sujeitos e a variedade de oportunidades de vida» (Elder & Giele, 2009), bem como os constrangimentos presentes nos contextos de existência.

A consideração deste contexto social e histórico permite perceber, por um lado, como se constroem social e historicamente as transições para a vida adulta e, por outro, quais as diferenças que podemos encontrar nos ritmos e nos sentidos que essas etapas assumem para os sujeitos que as vivenciam. Aceitando que as temporalidades das transições para a idade adulta são diversas segundo os contextos históricos e societais, esta perspectiva permite perceber em que medida os processos de transição são influenciados por:

- (i) regulamentações institucionais (regime político; formas e mecanismos de solidariedade social; contrato intergeracional; idade regulamentar para trabalhar e limite da escolaridade obrigatória, entre outros);
- (ii) normas culturais e valores sociais (valores associados ao trabalho, à conjugalidade e parentalidade; representações sociais sobre a infância, a juventude e o papel da mulher na

- família e na sociedade, entre outros);
- (iii) fatores relativos aos contextos socioeconómicos, designadamente o funcionamento das economias e dos mercados de trabalho, entre outros.

Como refere Elder (1994, p. 5), «as transições estão sempre incorporadas em trajetórias que lhes dão forma e significados distintos», o que em nosso entender significa que a transição ocorre num determinado momento da vida do indivíduo (sincronia), mas a apreensão do seu significado exige a reconstrução do itinerário do sujeito (diacronia), bem como das ações que foi desenvolvendo e da forma como a sua trajetória de vida se interseta com as trajetórias dos que com ele coexistem ao longo do seu percurso de vida. Embora esta pesquisa capte a situação dos sujeitos entrevistados no momento atual, a dimensão diacrónica é valorizada, quer na apreciação do sentido e interpretação de que os sujeitos dotam os seus percursos de vida passados – reinterpretados à luz do tempo presente –, quer na explicitação das expectativas e aspirações que constroem acerca do futuro.

Tendo em conta que o processo de recolha de dados no âmbito deste estudo se baseou numa entrevista de cariz biográfico, encontramos numa condição privilegiada para perceber «os caminhos de vida que influenciaram o curso do desenvolvimento e do envelhecimento» (Elder, Johnson & Crosnoe, 2003, p. 4), uma questão particularmente pertinente neste primeiro perfil, centrado nos indivíduos reformados.

3.1. Transição escola-trabalho

Quando analisamos a transição da escola para o mundo do trabalho, salientam-se essencialmente três características na forma como este evento ocorre na vida dos entrevistados: a precocidade, a pluriatividade e a precariedade²³.

Estando atualmente reformados ²⁴, os nossos inquiridos neste perfil acederam em geral precocemente (entre os nove e os quinze anos) ao mercado de trabalho, após a conclusão de um percurso escolar muito curto²⁵, ou mesmo em situação de analfabetismo, o que denuncia as condições estruturais em que o processo de transição para o trabalho ocorre. Neste grupo temos entrevistados que realizaram o

²³ Dado que as questões relacionadas com a situação e trajetórias profissionais serão abordadas mais aprofundadamente na parte referente ao mundo do trabalho, limitamo-nos por agora a desenvolver as questões relacionadas com o contexto histórico, social e cultural em que as transições profissionais ocorrem, destacando-se aqui de forma mais evidente a precocidade destas.

²⁴ Nestas questões da transição foram apenas considerados 19 dos 20 entrevistados no perfil de reformados, dado que um dos entrevistados não vivenciou episódios de transição profissional ou familiar, tendo sempre coabitado com a progenitora.

²⁵ Como vimos no capítulo anterior, as qualificações escolares dos nossos entrevistados são genericamente muito baixas, ainda que alguns tenham voltado à escola enquanto adultos.

processo de transição entre as décadas de '30 e de '90 do século XX, sendo que a idade média de ingresso no mundo do trabalho registada foi de 12,2 anos de idade, após uma escolaridade média de quatro anos e meio.

Verificámos que as transições em idades mais jovens (entre os nove e os dez de idade) ocorreram nos casos dos três entrevistados que acederam ao mundo do trabalho na década de '40, num contexto que nos parece de agricultura de tipo familiar, após uma escolaridade de três ou quatro anos:

Entrevistado: Com dez anos, já estava trabalhando para os pais. (P1.3_Montalegre, sexo masculino, 86 anos)

Entrevistada: Guardar gado, lavar e ceifar e regar e trabalhar na lavoura ... (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Trata-se de dois testemunhos de idosos residentes no interior norte de Portugal onde, nos anos '30, '40 e '50, antes da vaga de emigração dos anos '60, se praticava uma agricultura de tipo familiar, em regime intensivo de minifúndio e com a predominância de culturas temporárias que, atendendo à topografia dos terrenos e à ausência de mecanização, requeriam muita mão-de-obra, não sendo praticável o recurso ao trabalho assalariado, devido à fraca rentabilidade das atividades agrícolas. Assim, eram os elementos do grupo doméstico que garantiam a sobrevivência e as proles, habitualmente numerosas, contribuía, assegurando a continuidade da atividade agrícola (Wall, 1998).

Ainda que residindo num centro urbano (Porto), outra das entrevistadas que realiza a sua transição profissional na mesma década revela igualmente a precocidade em que esta ocorreu:

Entrevistadora: Quando terminou a escola, começou a trabalhar em quê?

Entrevistada: Na costura.

Entrevistadora: E que idade tinha?

Entrevistada: Eu penso que acabei a 4.^a [classe] aos nove anos. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos)

Entre os entrevistados, algumas transições para o mundo do trabalho ocorreram nos anos '50. Os nove reformados aqui contemplados relatam igualmente uma inserção profissional precoce, em diferentes contextos geográficos: Trás-os-Montes, Alentejo e nos dois maiores centros urbanos do país (Lisboa e Porto). Nos anos '50, cerca de 44 % da população portuguesa trabalhava na agricultura (Amaral, 1994), embora a situação dos trabalhadores rurais alentejanos fosse radicalmente diferente da vivenciada pelos agricultores do Norte de Portugal. No Sul, a organização socioeconómica girava em torno do latifúndio concentrado num

pequeno grupo de proprietários que, ao longo de gerações, «herdaram a terra que possuem» (Cutileiro, 1972, p. 276), necessitando, para o cultivo desta, de uma massa de trabalhadores sazonais, muitos dos quais migravam de zonas de agricultura familiar.

Entrevistada: Na monda. Era o que a gente ia sempre. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Entrevistada: O meu pai era o feitor lá do monte. A minha mãe tinha muito trabalho em casa, era roupas, comidas, ... tinha muito trabalho em casa, pouco trabalhou no campo. E nós, quando tivemos idade, começámos logo a trabalhar no campo. O meu irmão com 13 anos começou logo a trabalhar no campo, a lavrar com uma parelha. Nem chegava ao pé da besta para pôr a manilha, não tinha altura, não tinha idade. Mas se ele era o mais velho, teve de começar logo a trabalhar. Eu tinha 14 anos, nem era capaz de me entrouxar, as mulheres é que me ajudavam. Ia com uma saca pelas costas e um xaile. O xaile encharcava-se logo, não havia capas nem botas de borracha. Era uma saca que púnhamos pelas costas e que se encharcava. Trabalhávamos o dia inteiro, chovesse ou não. Agora têm boas coisas para vestir e mal haja uma pinga de água vem logo toda a gente embora.

Entrevistador: E que trabalho fazia?

Entrevistada: Na monda, à ceifa, apanhar azeitona. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

O segundo excerto (P1.1_Serpa) ilustra exemplarmente as dificuldades e a dureza do trabalho rural, evidenciando também, à semelhança dos anteriores, a importância do trabalho infantil na sobrevivência do grupo doméstico. À luz dos padrões normativos atuais, o trabalho infantil constitui uma das mais elementares limitações aos direitos das crianças, mas nos anos '30, '40 e '50 do século XX era socialmente consentido e enquadrado nos normativos legais vigentes, o que demonstra a importância das regulamentações institucionais na configuração das transições. De facto, como refere Rodrigues (2012, p. 287), em 1891, a idade mínima legal para trabalhar era de 12 anos, «podendo iniciar-se a vida laboral aos 10 anos, desde que os trabalhos fossem leves». O estabelecimento da idade mínima de 14 anos surge em 1919 para a indústria, em 1921 para a agricultura e em 1932 para estabelecimentos não industriais, sendo que apenas em 1971 surge a proibição geral do trabalho infantil para menores de 14 anos. Em suma, antes de 1974 não se ratificaram os «padrões internacionais nesta matéria» (p. 303).

Acresce que, durante o período de vigência do Estado Novo, havia uma sincronização entre a idade em que se podia ingressar no mundo do trabalho e a escolaridade obrigatória que, até 1956, era de três anos, sendo após essa data alargada para quatro anos, apenas para os rapazes, o que sedimentou uma sociedade de «contornos patriarcais» (Candeias & Simões, 1999) e justifica a maior incidência de

analfabetismo entre as mulheres as mais velhas que os dados censitários continuam a evidenciar. Também não podemos negligenciar a distância existente entre o enquadramento legislativo e as práticas sociais, impondo-se com regularidade uma inserção laboral ainda mais precoce do que a legalmente sancionada. A este fator somam-se questões de sobrevivência económica e a inexistência de infraestruturas que quebrassem o tradicional isolamento nos campos:

Entrevistada: Nem fui à escola. Não havia possibilidades de ir porque estava no monte e nem havia transportes. E, então, fiquei sem saber ler e foi assim. Aos 14 anos, comecei a trabalhar no campo, trabalhei até agora que me reformei. Sempre no campo, foi a vida passada no campo. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

De notar que, entre os vinte reformados entrevistados neste grupo, apenas três mulheres transitaram para o trabalho sem terem frequentado a escola ou frequentando-a apenas durante períodos curtos que não lhes permitiram obter uma certificação das aprendizagens:

Entrevistadora: Não foi à escola?

Entrevistada: Não, só fui à 1.^a classe, porque tinha que ser matriculada e eu não era registada. Não sei porquê nem me pergunte. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 75 anos)

Entrevistadora: E ficou um mês só na escola porquê?

Entrevistada: Porque a minha mãe teve que tirar-me porque tinha que ficar com os meus irmãos mais novos. (P1.4_Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

O afastamento das classes operária e camponesa do universo escolar tem sido uma das questões mais estudadas na Sociologia da Educação, no contexto da problematização do papel da escola na produção de desigualdades escolares e sociais. Os estudos desenvolvidos nos anos '60 (Bourdieu & Passeron, 1964; Bernstein, 1964) demonstraram não só como estes grupos sociais estão afastados da cultura escolar e dos códigos comunicacionais por esta valorizados, mas também como a integração nesta cultura abstrata funciona como um verdadeiro processo de aculturação. Por outro lado, a investigação também tem salientado o fraco investimento destas famílias no processo de escolarização, quer por valorizarem, no imediato, uma ética do trabalho precocemente inculcada nas crianças (Wall, 1998) (sustentada também na necessidade de aquisição precoce de independência financeira ou de um incremento nas contribuições para o rendimento económico familiar), quer por formularem a representação de que a frequência da escolaridade e o prolongamento dos estudos poderiam promover uma «hemorragia dos campos»

(Sarmiento, 2015, p. 55) que pusesse em causa a sustentabilidade das explorações agrícolas e das atividades económicas nos campos.

No entanto, para além da ausência de capital escolar que as inquiridas evidenciam, também se denota no primeiro depoimento que a escassez de capital social limitou as oportunidades sociais, na medida em que a ausência de recursos escolares e de redes sociais de interconhecimento mais diversificadas impediu o acesso a informações relevantes sobre oportunidades disponíveis, obstaculizou ações e escolhas mais informadas e dificultou a descodificação dos mecanismos burocráticos subjacentes à ação do Estado, o que justificou que, nos campos, algumas crianças não tenham sido registadas ou que tal tenha ocorrido algum tempo após o seu nascimento. Neste contexto, não será de descurar ainda o efeito da centralização destes serviços estatais nos centros urbanos e as dificuldades de mobilidade geradas pela ausência de um sistema de transportes eficiente e a preços acessíveis para as classes sociais mais desfavorecidas.

O segundo depoimento convoca a atenção também para as assimetrias e desigualdades de género evidenciadas no discurso da entrevistada, que foi retirada da escola para desempenhar atividades de cuidados às crianças mais novas enquanto os progenitores trabalhavam. Contrariamente ao que seria expectável, nas gerações que fazem a transição profissional nos anos '30, '40 e '50, as desigualdades de género não se manifestam tanto pelo facto de as mulheres desempenharem atividades laborais com ligações contratuais mais precárias do que as dos homens, dado que esta precariedade é apanágio da generalidade do perfil em estudo, mas antes pelo tipo de atividade desempenhada, sendo as mulheres mais relegadas para atividades que impliquem o cuidar ou o seu confinamento ao espaço doméstico:

Entrevistada: Quando saí da escola, eu fui tomar conta de dois meninos para uma senhora que era rica e tinha um comércio e pediu à minha mãe se me deixava para lá ir tomar conta dos meninos. Tinha dois!

Entrevistadora: E que idade tinha nessa época?

Entrevistada: Tinha 13 anos. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 74 anos)

Entrevistadora: Disse-me que depois foi aprender a costurar. Foi logo aos 12 anos?

Entrevistada: Sim. Mais ou menos aos 12 ou 13 anos. Fui para casa de uma senhora aprender a costura. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Entrevistada: E eu, olha, enquanto pude trabalhar, estava dois ou três anos com uns, uns meses com outros, a ajudá-los a criar os meninos. Andei por todos. Agora não posso. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Esta divisão do trabalho em função do género, que radica no modelo normativo do homem como provedor de recursos financeiros e da mulher como cuidadora e que sustenta a representação que hoje dele formulamos enquanto repartição tradicional do trabalho, denuncia não apenas uma lógica patriarcal de controlo social para com a descendência feminina, mas ainda a escassez de oportunidades sociais patentes na ausência de oportunidades de escolarização e de emprego:

Entrevistadora: Acha que a sua vida teria sido melhor se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Sei lá. Mas talvez, não sei. Naquele tempo, não havia estes empregos para mulheres. Mulheres não tinha... Não. As mulheres não valiam nada. Naquele tempo, as mulheres não valiam nada. Não, não tinha empregos como agora. Por isso é que diziam: «Para que uma mulher quer saber ler? Não é preciso saber ler.» (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

O reconhecimento social do que se consideram ser as funções consentidas a cada género permite a criação de estereótipos sociais reforçados durante o Estado Novo por uma «discriminação legalizada» que vigorou nos normativos legais criados durante este período (Monteiro, 2010, p. 40). À mulher estava reservada uma formação ideologicamente sustentada no desempenho do seu papel de «mulher/esposa/mãe, esteio doméstico de uma família sã, reprodutora ideológica natural no seio do lar familiar e, sobretudo, na educação dos filhos» (Rosas, 2001, p. 1044). Este guião ideológico influenciou as biografias individuais, limitando os destinos sociais e condicionando os valores e representações sociais sobre as mulheres, bem como a expressão das suas capacidades, em suma, impediu o que hoje reconhecemos ser a afirmação dos seus direitos.

Acresce ainda que a nossa entrevistada nascida em 1929 viveu a sua infância no contexto da recessão económica gerada pela crise dos anos '30, que teve um forte impacto em Portugal, devido à retração do comércio externo num contexto de «défice crónico e estrutural da balança comercial» no nosso país (Rosas, 1994, p. 880). No entanto, apesar de, em Portugal, a população ativa feminina ser inferiorizada em relação à masculina e de às mulheres ser vedado ou dificultado o exercício de uma profissão, como refere a entrevistada, não significou a sua inatividade. Os dados disponíveis para os anos '40, '50 e '60 indicam que, de facto, o número de mulheres ativas com profissão era residual, situando-se entre os 19 % e os 23 %. Contudo, se considerarmos a percentagem da população ativa com ocupação e com profissão esses números crescem para entre 54 % e 56 % (Santos, 1965, p. 446), o que significa que a ocupação era uma condição «suscetível de proveito económico imediato», ainda que não constituísse «propriamente uma profissão individual», reconhecendo-se assim, já nos censos de 1940, o «valor económico aos serviços que as mulheres desempenham dentro de casa» (Carrilho, 1996, p. 4).

Recentrando de novo a análise na coorte que acedeu ao mundo do trabalho ao longo da década de

'50, denotamos a existência de mais três entrevistados que o fizeram em contextos urbanos. Duas das entrevistadas integram a grande massa de trabalhadores que nos anos '50 se viu compelida a abandonar os campos na sequência do

abandono a que foi votada a agricultura, bem patente nos baixíssimos índices de crescimento do produto originado naquele sector, na descapitalização em termos de recursos físicos, financeiros e humanos empregues na terra, na desintegração social de muitas zonas rurais (Silva, 1982, p. 1082).

Este êxodo rural massivo fez-se sobretudo para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, procurando escapar aos baixos rendimentos agrícolas e às precárias condições de vida:

Entrevistadora: E depois ainda continuou a trabalhar na casa das pessoas lá na sua terra?

Entrevistada: Não, não. Depois vim para Lisboa [vinda do Ribatejo], trabalhar para ao pé de uma irmã minha, tomar conta de duas crianças aqui em Lisboa. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Entrevistada: Aos 13 anos fui servir.

Entrevistador: Servir no quê?

Entrevistada: Servir...hoje é empregada. Hoje chamam de empregada. Naquela época era: a pessoa ia servir, estava um ano, estava dois, depois se não gostasse ia sair para outra casa. Depois, fui...

Entrevistador: Onde morava então? Em Lisboa?

Entrevistada: Ah, não. Eu morava... Eu sou da Beira Alta.

Entrevistador: Disse que começou a trabalhar cedo, não foi? Com 13 anos de idade, não foi? A senhora tinha contrato de trabalho? Como é que era? Era um contrato verbal?

Entrevistador: Era verbal, porque... Eu, já ainda em solteira, eu trabalhei em restaurantes, a ajudar assim na cozinha e tinha limpezas por fora nos intervalos das horas. E eu trabalhei numa Conservatória do Registo Predial 12 anos e o Estado dava dinheiro para a Segurança Social e o conservador ficava com ele, que eu não tinha Segurança Social, não tinha descontos. Só mais tarde e bem mais tarde... Depois é que veio a lei... Nesta altura, eu era porteira. (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Como refere Silva (1982), estes processos migratórios de pessoas com baixas qualificações escolares permitiram transferir uma parte do «subemprego agrícola para uma nova modalidade de subemprego na indústria e em actividades do sector terciário» (p. 1083), caracterizado por baixas remunerações e instabilidade contratual que sustentavam processos de elevada rotatividade entre empregos, como relata

uma das entrevistadas. O crescimento dos dois maiores centros urbanos do país iniciou-se na «segunda metade do século XIX» (Teixeira, 1993, p. 381), mas acentuou-se a partir da década de '50 do século XX: em 1950, 19,7 % da população nacional vivia em centros urbanos com mais de dez mil habitantes, mas em 1970, a percentagem cresceria para 27,1 % (Gaspar, 1980). O depoimento anterior ressalta também a importância que, durante o Estado Novo, assumiu o trabalho doméstico prestado por raparigas ainda adolescentes, trazidas por famílias mais abastadas para a cidade, na casa de quem habitualmente ficavam a residir. Para além do alojamento, estas famílias garantiam-lhes condições de subsistência e, por vezes, um salário variável, definido no âmbito de uma relação privada sem enquadramento legal e, em consequência disso, completamente desprotegido no que diz respeito aos direitos.

Outro dos entrevistados que fez a transição profissional num centro urbano refere também a precocidade da sua inserção laboral como forma de contribuir para a sobrevivência do grupo doméstico:

Entrevistado: Eu aos 14 anos tive que ir trabalhar. A vida já tinha mudado e os meus pais precisavam de ajuda e eu fui trabalhar, para uma firma que era... Ele foi jogador do XXXX.... Eram dois irmãos e foi lá que aprendi o ofício de electricista. Fui electricista até ir para a tropa e quando vim da tropa. (P1.3_Amadora, sexo masculino, 79 anos).

Tendo nascido em 1941, este entrevistado refere que a sua vida foi condicionada desde o nascimento por um evento social disruptivo (Elder, Johnson & Crosnoe, 2003), a II Guerra Mundial, que terá tido impacto nas suas condições sociais e económicas de vida, bem como na sua trajetória:

Entrevistado: Passei fome. Era no tempo da guerra, tinha que comer sardinhas com batatas doces que vinham da Madeira e tinha que ir para as bichas do carvão e do petróleo e do azeite, com quatro anos de idade. (P1.3_Amadora, sexo masculino, 79 anos)

Ainda que Portugal, dada a neutralidade assumida, não tenha sofrido diretamente os efeitos da II Guerra Mundial e tenha usufruído do apoio financeiro no âmbito do Plano Marshall, sentiu o impacto em termos económicos, na medida em que optou pela estratégia de reforçar a «economia corporativa» (Rollo, 2007, p. 77) que, não acompanhando a nova ordem mundial, intensifica a autarcia, através de restrições acentuadas às importações, numa época em que as economias mundiais intensificavam as trocas comerciais. Em contracorrente com as opções desenhadas na generalidade dos países que usufruíram do Plano Marshall, em Portugal o crescimento económico não se traduziu em investimento público, no desenvolvimento de um Estado Social promotor de políticas sociais robustas ou na diminuição da intensidade e extensão da pobreza.

Alguns dos entrevistados acederam ao mercado de trabalho nas décadas de '60 e '70, em contextos

geográficos muito semelhantes aos enunciados para as gerações anteriores. Ainda que haja quatro entrevistados que abandonaram a escola para trabalhar com 11 anos de idade, os restantes fizeram-no entre os 13 e os 15 anos. Reitera-se a importância do contributo do trabalho dos menores para a sobrevivência do núcleo familiar:

Entrevistador: Estudou até os 11 e saiu da escola por questões financeiras. Começou a trabalhar logo depois?

Entrevistada: Sim, no campo.

Entrevistador: Não tinha contrato nem nada?

Entrevistada: Nada, nada. Era só para o alimento da casa, os mais velhos ajudarem os mais novos dos irmãos.

Entrevistador: E esse primeiro emprego foi com os seus pais?

Entrevistada: Sim, sim. Nós somos habituados com eles e eles é aquela vida que têm e nós seguimos a vida deles, pronto.

Entrevistador: E o que fazia no campo?

Entrevistada: No campo, trabalhávamos batatas, milho, hortaliças... tudo o que dá ao campo, a gente trabalhou. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Entrevistadora: Quando saiu da escola, começou logo a trabalhar com os seus pais?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Quantos anos é que ficou a trabalhar na lavoura?

Entrevistada: Daqui até aos dezoito.

Entrevistadora: Quando casou. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Entrevistado: Andei sete anos à escola, mas fiz só a 3.^a classe, porque tiravam-me para ir a trabalhar, a guardar porcos. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

São retratos de um Portugal rural do norte, interior e litoral, e do Alentejo, regiões que, como referimos anteriormente, apresentavam algumas peculiaridades no que se refere à atividade agrícola de tipo tradicional que subsistiu a par de uma industrialização e urbanização crescentes. De facto, os anos '60 e '70 marcaram, no contexto português, um período de acelerado crescimento económico, comparativamente a outros países da OCDE, associado a uma «substancial e importante alteração na estrutura do aparelho produtivo em favor de actividades do sector secundário, com notável diminuição do papel da agricultura» (Rocha, 1984, p. 623-624), o que conduziu a um incremento da urbanização do país. Esta situação originou

o que alguns autores definem como o dualismo da sociedade portuguesa, em que «duas sociedades pareciam territorialmente separadas e destinadas a seguir caminhos diversos» (Barreto, 1995, 842). Como refere o autor, o mundo rural português permaneceu uma sociedade profundamente tradicional, com uma organização económica baseada na sobrevivência, muito distante, nos valores e nas práticas sociais, das formas modernas de relações sociais e de organização económica e social.

Assim, a procura de oportunidades de vida fora dos espaços ruralizados e periféricos conduziu nos anos '60 a um incremento do êxodo rural:

Entrevistado: E depois, aos 14 anos deixei a escola, acabei a 4.ª classe na tropa, porque era preciso para os meus tios, para guardar os porcos e as vacas e então tirei a 4.ª classe na tropa. Aos 14 anos, fui para Lisboa, em 1961. Fui trabalhar para as obras. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

O contexto económico da época, com uma industrialização crescente e uma aposta em investimentos públicos de grande porte (Silva, 1982, p. 1084), criou as condições para este êxodo e para a atração que os contextos urbanos exerceram sobre uma mão-de-obra masculina que procurava uma alternativa à escassez de oportunidades e aos baixos salários praticados no mundo rural, lançando este para uma situação de esvaziamento demográfico do qual nunca mais recuperou. Inicia-se um movimento, que se aprofunda nas duas décadas seguintes, de diminuição muito significativa do peso do sector primário na estrutura do emprego, compensada pela ampla terciarização da economia portuguesa, que ocupava uma população ativa mais significativa do que a captada pelo sector secundário. Um dos casos que encontramos entre os entrevistados coloca em cena as formas de integração de algumas minorias étnicas no nosso país nos anos '60. De facto, ainda que o nosso entrevistado tenha, a partir dos 13 anos de idade, desempenhado pequenos trabalhos no contexto de uma agricultura familiar em Cabo Verde, acaba por imigrar para Portugal onde inicia atividade, primeiro, na área da construção civil e depois na extração mineira:

Entrevistado: Saí já [de Cabo Verde] com vinte e dois, não, saí com vinte e três!

Entrevistadora: E depois de sair foi fazer o quê?

Entrevistado: Ah, fui fazer paralelos. É, pronto, trabalhar para calcetar a estrada, aquelas pedras. (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

Devido ao desenvolvimento crescente da indústria e da urbanização, Portugal enceta, nos anos 60, um período de recrutamento de trabalhadores no «interior do seu império colonial para suprir necessidades de mão-de-obra», substituindo em parte os trabalhadores nacionais que, entretanto, foram atraídos pelo desenvolvimento industrial florescente do pós-guerra nos países da Europa ou que foram recrutados para a

Guerra Colonial (Gois, 2008, p. 12). Como refere Góis, a migração dos cabo-verdianos para a metrópole seguiu o modelo tradicional, sendo maioritariamente constituída por homens jovens adultos, «oriundos de comunidades rurais» (Batalha, 2008, p. 26) depauperadas, que viviam no contexto de uma agricultura de subsistência. Acresce que o facto de, à época, o sector da construção e obras públicas constituir o motor da economia nacional colocou grande pressão sobre a procura de mão-de-obra e contribuiu para um aumento significativo dos salários neste sector, razão pela qual o recurso aos trabalhadores cabo-verdianos se afigurou como a «alternativa mais barata» (Batalha, 2008, p. 26) para manter as margens de lucro no sector. Alguns destes trabalhadores migrantes que passam de camponeses a operários acabaram por engrossar o contingente da pobreza em contextos urbanos, constituído em parte por trabalhadores em profissões e ramos de atividade que praticavam baixos salários (Silva, 1982).

3.2. Formação: o gosto de aprender e a aquisição de competências

Uma das questões mais destacadas quando se analisam as transições dos jovens nas sociedades contemporâneas remete para a reversibilidade dos seus percursos de vida (Pais, 2001; Biggart & Walther, 2006; Serracant, 2011). Esta reversibilidade refere-se a orientações de vida que, devido aos condicionalismos estruturais ou às escolhas individuais, se vão reestruturando e conduzindo os seus protagonistas a inversões de percurso, que tornam instáveis as suas trajetórias, na medida em que obrigam a navegações constantes entre o trabalho e a formação, o desemprego e empregos precários, dando origem a trajetórias ioiô (Pais, 2001; Biggart & Walther, 2006). Esta reversibilidade é considerada nas trajetórias atuais por contraponto às trajetórias lineares que ocorreriam nos *trinta gloriosos* anos que se seguiram à II Guerra Mundial, onde alguns jovens transitavam, de forma rápida e com poucos sobressaltos, da escola para um mercado de trabalho, sendo este processo profundamente marcado pelas desigualdades sociais e por sistemas educativos marcadamente elitistas, como o percurso escolar dos entrevistados bem demonstra.

De uma forma geral, as trajetórias dos nossos inquiridos são relativamente lineares no que diz respeito à passagem pelos marcadores sociais que definem a idade adulta. Em alguns casos, após o abandono da escola existiu um processo de aprendizagem da profissão/ofício de modo informal:

Entrevistadora: Quantos anos esteve lá a aprender a costurar?

Entrevistada: Estive lá [em casa de uma senhora], a bem dizer, até aos meus 19 anos, altura em que casei e depois saí da costura. Talvez uns cinco anos. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos).

A frequência de cursos de formação profissional é pouco presente nas trajetórias dos entrevistados. A maioria dos entrevistados não realizou este tipo de cursos, nomeadamente relacionados com a área onde cedo começaram a trabalhar após o abandono da escola. Para alguns, ingressar novamente na escola enquanto adultos não traria benefícios diretos:

Entrevistadora: E você depois nunca mais voltou a estudar?

Entrevistada: Eu não. Não valia a pena. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Entrevistadora: Mas mais tarde voltou a estudar ou tirou alguma formação, ou ficou mesmo pelo 4.º ano?

Entrevistada: Não, não. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos)

Entrevistadora: E depois dessa altura em que saiu da escola também nunca mais fez nenhum outro tipo de... nem sequer um curso de formação?

Entrevistada: Não, não. Nada. Só fui trabalhar sempre, sempre. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

No entanto, para outros, a precocidade da saída da escola e as baixas qualificações obtidas em idades ideais de frequência conduziram a uma inflexão da trajetória no sentido de uma reconversão das qualificações, possível agora no contexto de um sistema educativo menos elitista e mais promotor da igualdade de oportunidades. O retorno à escola após algumas experiências de inserção profissional ocorreu na trajetória de vida de duas das nossas inquiridas. Num dos casos, o gosto pela aprendizagem fundamenta o retorno à escola após uma saída precoce justificada pela necessidade de contribuir para a sobrevivência do grupo familiar. Este retorno ocorreu em quatro fases distintas: a primeira em 1970, para concluir o 4.º ano de escolaridade; a segunda em 1980, para concluir o 11.º ano de escolaridade; a terceira em 2007, com 60 anos de idade, para concluir o curso de Agricultura e a quarta, em 2008, para concluir o curso de Tecnologia da Informação:

Entrevistadora: Disse-me também que depois disso voltou a estudar, já depois de adulta.

Entrevistada: Sim, sim. Depois, eu fui para os cursos, fiz o 11.º, comecei...

Entrevistadora: Começou novamente da 4.ª classe?

Entrevistada: Até ao 11.º, que agora é o 12.º. Tenho ali, posso pegar também. Se quer ver, eu posso pegar.

Entrevistadora: Não há necessidade. A senhora começou a concluir o 5.º ano com que idade? Que idade tinha?

Entrevistada: Tinha trinta e... Tem aí a data, não tem?

Entrevistadora: Então, aí a senhora fez outro curso, não foi? De competências básicas em Tecnologia da Informação, não foi? Isso são cursos secundários que a senhora concluiu em 2012.

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E diga-me uma coisa: porque é que voltou a estudar?

Entrevistada: Porque eu gostava de aprender e saber mais alguma coisa, ter conhecimentos e gostei muito! (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Não está aqui tanto em causa uma lógica vocacionalista da formação, ou seja, um processo de articulação instrumental da aprendizagem com o mundo do trabalho, mas antes uma lógica de formação como processo permanente de transformação de si e das formas de entender o mundo, na linha de uma conceção iluminista sobre a formação que inspirou os movimentos da educação permanente no século XX. No outro caso identificado, o retorno à escola justificou-se pelo desenvolvimento de competências relacionadas com a profissão. De facto, esta entrevistada concluiu em 2012, com 47 anos, o sexto ano de escolaridade e em 2015/2016 um curso de Culinária:

Entrevistador: Chegou a fazer algum outro curso depois de sair da escola?

Entrevistada: Sim, de cozinha.

Entrevistador: Quanto tempo tinha o curso?

Entrevistada: O curso foi de um ano. Seis meses de práticas e seis meses teóricas.

Entrevistador: Isso foi logo depois de sair da escola?

Entrevistada: Não, isto foi agora há pouco tempo. Não sei precisamente, mas foi para aí há cinco/seis anos. Foi quando depois fui trabalhar na cozinha da escola. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Tendo em conta o período em que ocorreu esta formação, parece enquadrar-se numa lógica de formação inerente à concretização de políticas ativas de emprego em que a formação profissional visa a empregabilidade dos ativos e, frequentemente, a requalificação dos desempregados. A prática de ativação subjacente a estas políticas, tendo como objetivo a inserção socioprofissional, pretende promover as qualificações de pessoas desfavorecidas mediante um sistema formativo que compreende um período de formação em sala de aula seguido de um período de estágio em contextos de trabalho. A formação de vertente mais teórica referida pela nossa inquirida é direcionada para a transmissão de conhecimentos específicos relacionados com o exercício de uma profissão ou ainda conhecimentos mais direcionados para uma formação sociocultural, sendo a formação prática direcionada para o desenvolvimento de competências

técnicas necessárias ao desempenho da função.

Noutros relatos observa-se a tentativa de ingresso no ensino noturno para completar a escolaridade, ainda que sem sucesso:

Entrevistada: Ainda fui estudar à noite e não aprendi.

Entrevistadora: Ah, voltou a estudar? Ou seja, a senhora só ficou um mês na escola para fazer a iniciação primária e depois voltou a estudar com que idade? Quantos anos tinha?

Entrevistada: Com 14 anos.

Entrevistadora: Com 14 anos, e andou quantos anos?

Entrevistada: Eu andei dois anos só e depois não aprendi, desisti. (P1.4Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

Algumas das trajetórias passaram também pelo ingresso na escola enquanto adultos para terminar o 4.º ano ou o 12.º ano, com sucesso:

Entrevistadora: Disse-me que mais tarde fez a 4.ª classe? Quando é que isso foi?

Entrevistada: Já foi lá. Já o moço tinha quatro anos. Ele tem 50.

Entrevistadora: Portanto, tinha para aí 20 anos.

Entrevistada: Sim, mais. Ele nasceu quando eu tinha 22, ele tinha quatro anos.

Entrevistadora: 26.

Entrevistada: 26 ou assim. Que eu fiz a 4.ª classe lá num senhor que dava aulas à noite. E eu fui... (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Entrevistadora: Mais tarde, voltou a estudar... quando foi para a tropa?

Entrevistado: Ah, a estudar.... Fui a exame [risos]... E fiquei bem.

Entrevistadora: Com que idade foi para a tropa? Aos 18?

Entrevistado: 21 anos. Não, 21.

Entrevistadora: É nessa altura que faz o exame da 4.ª classe?

Entrevistado: Exatamente. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Para um entrevistado angolano, o ingresso numa escola de adultos serviu sobretudo para melhorar o seu domínio da língua portuguesa, mais do que para obter uma equivalência formal de escolaridade:

Entrevistado: É. Então acabou tudo, nós éramos muitos. Era: angolano, era eu da minha terra, era eu, e o resto era o moço angolano e o resto, a maior parte era indiano.

Entrevistadora: Indianos?

Entrevistado: Ia para ali para aprender Português.

Entrevistadora: A língua portuguesa, entendi. Era um tipo de formação, mas não era uma formação que desse equivalência para o senhor mudar da 4.ª classe para cima, não é?

Entrevistado: Ia, ia. (P1.3_Porto#1, sexo masculino, 76 anos)

Para uma das entrevistadas, o regresso à escola, ainda que mais tarde, não se concretizou devido à necessidade de cuidar dos seus irmãos:

Entrevistadora: Voltou mais tarde à escola?

Entrevistada: Não, nunca cheguei a ir, pois quando vim aqui para o monte XXXX já tinha 14 anos e já não fui. E depois não era obrigatório, e então já não fui. Mas os meus irmãos mais novos já foram aqui à escola, XXXX, mesmo já grandes. E a minha mãe, como lhe fazíamos falta para cuidar dos irmãos, já não fui. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Foi então possível observar que a maioria dos percursos de abandono não se concretizaram num regresso à escola ou à formação profissional em idade adulta. Seja por os entrevistados não anteverem vantagens nesse processo, seja por condicionantes de natureza familiar, o ingresso num curso que possibilitasse a aprendizagem de uma nova profissão não é uma realidade representativa deste perfil. Apesar de associarem os estudos a uma vida mais digna e a melhores oportunidades de emprego, não existe uma tradução direta na frequência de ações de formação, ainda que alguns dos entrevistados tenham voltado a estudar, sobretudo com vista à obtenção de equivalências a diferentes níveis de escolaridade.

3.3. Transições familiares

Ainda que não existam orientações institucionais que definam a transição para o mundo adulto, normativamente as sociedades contemporâneas reconhecem que esta transição ocorre entre a idade que legalmente define o adulto (18 anos, segundo a UNICEF) e a idade em que a maioria das transições já se consumou, sendo estas a autonomização residencial e a constituição de uma família de procriação, que marca a entrada na conjugalidade e na parentalidade.

Tendo em conta a perspetiva que temos vindo a seguir, a relação entre a idade e os papéis sociais assumidos – de cônjuge ou progenitor – tem de ser compreendida à luz do processo histórico, cultural e dos

contextos geográficos em que ocorrem. Sob este ponto de vista, é importante destacar que cada época histórica vai formulando expectativas acerca da sequência em que os papéis sociais são assumidos e acerca do ritmo a que devem ser realizados.

O que os dados recolhidos junto dos entrevistados revelam é, em geral, a simultaneidade das transições familiares, cumprindo um plano sequencial que se aproxima do que se considera ser, à luz dos quadros culturais das épocas em que ocorrem, uma biografia normal, estandardizada, onde a conjugalidade foi concomitante com a saída de casa dos pais e precedeu a parentalidade, como podemos observar no quadro seguinte.

Quadro 4 - Especificidade das transições familiares dos inquiridos no Perfil 1

Entrevistado	Década de nascimento	Idade autonomia residencial	Idade conjugalidade	Idade parentalidade	Situação atual
P1.5_Porto	50	18 anos	18 anos	18 anos	divorciada
P1.2_Serpa	50	19 anos	19 anos	20 anos	viúva
P1.3_Montalegre	40	21 anos	21 anos	26 anos	casado
P1.4_Montalegre#2	60	14 anos	14 anos	15 anos	casada
P1.4_Montalegre#1	50	30 anos	30 anos	30 anos	casada
P1.1_Montalegre	50	21 anos	21 anos	22 anos	casada
P1.3_Porto	50	20 anos	24 anos	40 anos	união de facto
P1.2_Porto	30	18 anos	17 anos	18 anos	viúva
P1.5_Ferreira do Alentejo	50	21 anos	21 anos	22 anos	casada
P1.2_Ferreira Alentejo	40	24 anos	24 anos	30 anos	viúva
P1.3_Serpa	40	24 anos	24 anos	25 anos	casado
P1.1_Serpa	40	22 anos	22 anos	24 anos	casada
P1.2_Boticas	30	19 anos	19 anos	24 anos	viúva
P1.3_Vila Pouca de Aguiar	30	29 anos	29 anos	30 anos	casado
P1.2_Lisboa	30	30 anos	30 anos	31 anos	viúva
P1.1_Vila Franca do Campo	40	23 anos	23 anos	25 anos	casada
P1.5_Lisboa	40	18 anos	18 anos	20 anos	união de facto

P1.4_Celorico de Basto	50	18 anos	18 anos	19 anos	viúva
P1.3_Amadora	40	19 anos	19 anos	20 anos	casado

Vejamos mais pormenorizadamente as dinâmicas conjugais e parentais reveladas no discurso dos entrevistados:

3.3.1. Transição para a conjugalidade

Os entrevistados neste perfil tiveram as suas primeiras experiências de conjugalidade entre os anos '40 e os anos '70. No caso das 14 mulheres entrevistadas, a transição conjugal ocorreu em média aos 22,4 anos²⁶, abaixo da média verificada em 1960 no território nacional (24,8 anos, segundo a PORDATA). No caso dos cinco homens entrevistados, a média de idades foi de 27 anos, muito próxima da média de 26,9 anos verificada na mesma época em Portugal. A valorização da componente institucional da união conjugal é outra característica comum aos entrevistados, sendo o casamento em idades jovens, como referimos, mais frequente entre as mulheres entrevistadas:

Entrevistador: Com que idade saiu de casa dos seus pais? Foi quando se casou?

Entrevistada: Sim, com 14 anos. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Como referimos anteriormente, para a generalidade dos entrevistados, o casamento coincidiu com a saída de casa dos pais, escapando a esta regra dois entrevistados: uma das entrevistadas sai de casa dos avós, num contexto rural, para exercer atividade enquanto empregada doméstica em Lisboa e outro entrevistado imigra para Portugal já depois de ter constituído família no país de origem, processo sobre o qual não dá grandes clarificações. Importa ainda destacar que, independentemente da década e da zona geográfica, à exceção do caso de três entrevistadas, a transição conjugal deu origem a um núcleo autónomo em relação ao grupo de parentesco:

Entrevistadora: Ah, sempre aqui em XXXX [nome de aldeia]?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Sempre em XXXX, nessa casa da frente?

Entrevistada: Sim, sim, na casa da minha sogra. (P1.4_Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

²⁶ A moda foi de 18 anos e a mediana de 21,5 anos.

Entrevistada: Quando casei, fui viver com a minha sogra. Estive lá cerca de dois anos. Depois é que arranjámos esta casa só para nós (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Entrevistada: Aqui, a gente veio para aqui para casa em 1999. Eu, quando me casei, fui para aqui, nessa canadinha mais...

Entrevistadora: Aqui perto?

Entrevistada: Sim. A gente viemos para a casa da minha sogra. (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

As formas de coabitação identificadas tradicionalmente em meio rural conduzem com alguma frequência à coabitação no mesmo espaço habitacional de agregados múltiplos ou alargados, em especial em situações de fragilidade económica por parte do jovem casal ou em estratégias patrimoniais direcionadas para a manutenção da propriedade. A coabitação com familiares também pode ocorrer em fases da vida caracterizadas pela dependência dos progenitores, como é o caso da velhice e/ou viuvez:

Entrevistada: Quando o meu falecido pai morreu, a minha mãe ainda esteve comigo dez anos [até à morte dela]. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Outra questão que se evidencia nos depoimentos dos entrevistados é a longa duração das relações conjugais e o reduzido número de separações e divórcios. De facto, a duração média das uniões conjugais ronda os 43,5 anos, registando-se uniões que duraram mais de meio século:

Entrevistada: Tive de me habituar a ficar sozinha! Foram 56 anos de casamento e quatro de namoro. Comecei a namorar aos 15 anos. Foram muitos anos. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Entre as uniões menos duradouras salientam-se os episódios de separação ou divórcio que tiveram origem em situações de infidelidade, maus-tratos e violência doméstica ou de incompatibilidades relacionais:

Entrevistadora: Mas vocês separaram-se mesmo?

Entrevistada: Pu-lo a andar, pois.

Entrevistadora: Então quantos anos é que esteve casada?

Entrevistada: Olhe, eu não sei dizer se foi com 18 a fazer 19. Se já tinha 19... 29 anos. Ou 28 ou 29 anos que tinha. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Entrevistada: Eu tive um casamento péssimo. Muito mau, até aos 25 anos de casamento.

Entrevistadora: Foram 25 anos de casamento ou...?

Entrevistada: 25 anos tive casamento com o pai do meu filho, casada. Depois ele bebia muito, sofri muito, ele de vez em quando punha-me fora de casa. Pronto, mas eu não gosto de falar muito.
(P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Entrevistadora: E com que idade é que saiu de casa dos seus pais? Porque disse que se casou aos 19.

Entrevistado: Casei, vim embora da casa dos meus pais, e depois fui para a tropa e fui morar para Benfica. Depois houve ali um desentendimento familiar, ela foi-se embora e eu fui-me embora.

Entrevistadora: Ela, a mulher?

Entrevistado: O pai dela era marca anzol, foi buscar a filha a casa. Depois desentendemo-nos, já tinha um menino, foi um caso sério... Tribunal... Foram coisas que já passaram, já me esqueci disso tudo.
(P1.3_Amadora, sexo masculino, 79 anos)

Estes episódios disruptivos de separação ou divórcio ocorrem na trajetória de vida de cinco dos entrevistados, dois homens e três mulheres, sendo que apenas numa situação relatada por uma das inquiridas estes episódios não deram origem a novas conjugalidades e parentalidades. Até meados dos anos '70, em matéria de estilos de vida e de configurações familiares, a sociedade portuguesa segue os «padrões característicos da modernidade» (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007, p. 11). No entanto, a partir dessa data há uma inversão das tendências e o modelo dominante fragmenta-se em múltiplas possibilidades de escolha que tornam plurais as trajetórias familiares. Os dados disponíveis dão conta de um incremento do número de divórcios no pós-25 de Abril (segundo dados da PORDATA, em 1970, por cada cem casamentos, ocorrem 0,6 divórcios, em 1980, esse número ascende a 8,1 e em 2018, a 58,7) e de um aumento do número de famílias recompostas, de famílias monoparentais e de pessoas sós, para além do crescimento dos casos de coabitação sem casamento.

Como referimos anteriormente, outra linha interpretativa que o discurso das entrevistas permite desenhar direciona-se para a qualidade da relação conjugal, principalmente verbalizada pelas mulheres. Algumas referem, ou dão a entender, a relação de proximidade e de companheirismo que conseguiram construir ao longo da trajetória de união conjugal:

Entrevistadora: Nessa altura, foi viver com o seu marido?

Entrevistada: Pois, pois. O meu pai gostava muito do meu marido. Ele era boa pessoa, belíssima.
(P1.2_Ferreira Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Entrevistador: Como é que era a sua relação com o seu marido? Vocês davam-se bem, apesar de todas as dificuldades?

Entrevistada: Dava [falava com lágrimas nos olhos]. (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Outras verbalizam a conflitualidade permanente em que viviam e até mesmo os maus-tratos, por vezes associados ao consumo de álcool por parte do companheiro, sem que tal tenha originado situações de rutura conjugal:

Entrevistadora: Desde então viveu com seu marido?

Entrevistada: Que remédio, tinha que ser! Tinha que ser! [risos] Se fosse hoje? Ui, tinha fugido! Tinha...

Entrevistadora: Porquê? Por que diz isso?

Entrevistada: Porque aguentei tudo. Apanhei porrada. Fracos tratos, que ele bebia... Sabe Deus o que eu passei! Mas não abandonei o ninho nem os filhos, aguentei! (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

É importante salientar que se trata de mulheres para quem o casamento alterou o quotidiano, na medida em que, principalmente após o nascimento dos filhos, se tornaram domésticas, passando a existir uma diferenciação clara dos papéis sexuais, em que os homens asseguravam as funções instrumentais e trabalhavam fora de casa, contribuindo para o sustento da família, e as mulheres reservavam para si as tarefas de cuidado do lar e dos filhos. Esta repartição das funções tem implicações na estruturação das relações de poder no núcleo familiar, sendo que também aqui o poder masculino se estrutura em função das expectativas que as próprias mulheres formulam acerca do papel dos homens na provisão de recursos que garantam a sobrevivência da família:

Entrevistada: Um marido é a trave da casa. Costuma ser... (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Atendendo aos depoimentos, percebe-se que, por vezes, a subordinação das mulheres a uma dominação masculina é construída por processos de socialização já estruturados numa lógica patriarcal, vivenciados em núcleos familiares que se organizaram em função de um modelo tradicional de repartição das tarefas e do exercício do poder. Contudo, para além da dependência económica em relação ao marido e do reconhecimento do papel imprescindível deste na estruturação familiar, os depoimentos anteriores também evidenciam como a situação de fragilidade económica destas famílias pode ajudar a prolongar situações conjugais conflituais que evitem o abandono do ninho e dos filhos, como referiu a entrevistada

P1.2_Boticas. De facto, a investigação tem salientado a associação entre um conjunto de eventos de vida (designadamente o divórcio, a doença, a saída de casa dos pais e a monoparentalidade) e a entrada em situações de pobreza (Vandecasteele, 2010), em países integrados em diferentes regimes de Estado-providência.

3.3.2. Transição para a parentalidade

De forma similar ao que se registou em relação à conjugalidade, também a transição para a parentalidade ocorre precocemente, pois, em média, entre a união conjugal e o nascimento do primeiro filho decorreram 1,8 anos no caso das mulheres e dois anos no caso dos homens. Importa sublinhar que as décadas de transição para a parentalidade se situam, para os entrevistados, entre 1950 (3 entrevistados) e 1980 (dois entrevistados) sendo que a maioria (10 entrevistados) transitou para a parentalidade nas décadas de '60 e '70, (cinco entrevistados em cada década).

Para onze dos entrevistados, a parentalidade surgiu um ano após a união conjugal:

Entrevistadora: Com que idade a senhora teve o seu filho?

Entrevistada: Um ano depois também. Casei no dia 31 de Julho e no dia 4 de Julho nasceu o meu filho.

(P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Noutros casos, o tempo que medeia entre o casamento e o nascimento do primeiro filho é mais longo. Nos casos de três dos entrevistados, a distância temporal entre a ocorrência de cada um dos episódios oscilou entre cinco e seis anos:

Entrevistadora: Até que idade é que viveu em casa dos seus pais?

Entrevistada: Até aos 24. Foi quando casei.

Entrevistadora: Teve filhos?

Entrevistada: Tenho dois filhos.

Entrevistadora: Que idade tinha quando eles nasceram?

Entrevistada: Ui, eles nasceram os dois em casa, mas foi... [não se lembra].

Entrevistadora: Quando é que eles nasceram?

Entrevistada: Tinha 30 anos quando nasceu o mais velho. (P1.2_Ferreira Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Em todas as uniões conjugais existiu descendência, sendo a média do número de filhos por mulher

de 2,4, um valor próximo dos 2,25 filhos por mulher verificado em Portugal até 1980, depois do decréscimo registado a partir de 1960 (de 3,2 filhos, em 1960, a média desceria para 3 filhos em 1970, de acordo com a PORDATA). Alguns agregados familiares são compostos por famílias numerosas (oito agregados têm entre três e sete filhos), sendo os restantes constituídos por uma prole mais reduzida: oito famílias com dois filhos e duas com apenas um descendente. Contrariamente a outras sociedades europeias, em Portugal sempre se registou uma forte adesão ao ideal de vida com filhos, impondo-se como normatividade social a parentalidade após a conjugalidade. Este modelo tem vindo a ser cada vez mais colocado em causa na sociedade portuguesa, os dados estatísticos mais recentes apontam para um crescimento muito acentuado dos núcleos conjugais sem filhos: em 1990, 31 % dos núcleos conjugais não tinham filhos, e em 2019 esse valor passaria para 42 %, segundo a PORDATA. Em alguns casos, a recomposição familiar cria a oportunidade para novas experiências de parentalidade no contexto de uma nova relação (verificou-se isso mesmo em três das quatro famílias recompostas encontradas neste perfil).

A avaliar pelo discurso dos entrevistados, as funções relacionadas com a parentalidade assentavam numa forte diferenciação de género, sendo principalmente assumidas pelas mulheres. Tendo em conta as questões da conciliação entre trabalho e família, Portugal ocupa uma posição intermédia entre os «países com atitudes mais modernas, enquadradas por um maior individualismo, pela valorização da mulher enquanto cidadã inserida em todos os domínios da sociedade» e os «países com atitudes tradicionalistas e familialistas, onde a realização da mulher se centra mais no universo doméstico e na maternidade» (Wall, 2007, p. 246). Nos casos em análise neste trabalho, encontramos seis mulheres para quem a união conjugal ou a maternidade conduziram a esta centração no universo doméstico e no desempenho das funções inerentes à maternidade. Três mulheres assumem especificamente que a união conjugal as afastou dos trabalhos que desempenhavam desde crianças, quer fossem realizados no campo (duas entrevistadas realizavam trabalhos agrícolas em Montalegre), quer na cidade, como é o caso de uma entrevistada do Porto que trabalhava em costura. Para duas das entrevistadas, a maternidade marcou o seu afastamento das atividades laborais remuneradas e justificou uma dedicação exclusiva às tarefas domésticas e aos cuidados prestados aos filhos:

Entrevistadora: E ganhava nesse trabalho?

Entrevistada: Ganhava. Na altura sabe quanto ganhava por semana? 25 tostões por semana. E depois, quando íamos entregar as roupas a casa das senhoras, davam uma gorjeta à gente, mas pouca coisa. Depois, antes de casar, fui aumentada e aí já recebia cinco escudos por semana, mas depois casei e acabou-se a costura. Depois começaram a vir os filhos...

Entrevistadora: E aí deixou de trabalhar?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Portanto, veio para casa?

Entrevistada: Sim, sim. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Entrevistadora: Quando veio para Ferreira também vendia fruta?

Entrevistada: Não. Estava em casa, tinha de cuidar dos filhos e do marido, lavar loiça, fazer comida.

Entrevistadora: Foi essa a sua principal ocupação durante o resto da sua vida?

Entrevistada: Pois... pois.

Entrevistadora: Portanto, trabalho com contrato foi só aquele da cerâmica?

Entrevistada: Pois... pois. (P1.2_Ferreira Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Tratam-se de mulheres que passaram à condição de domésticas depois de terem exercido atividades remuneradas, mas pouco qualificadas e sem vínculo laboral. Estas constatações evidenciam que as trajetórias de pobreza destas mulheres também podem derivar do facto de, ao assumirem o trabalho doméstico, se terem afastado do mundo do trabalho e da possibilidade de, com o seu salário, poderem contribuir para os encargos familiares. Salientam igualmente uma realidade muito presente na sociedade portuguesa nas décadas em que esta transição para a parentalidade ocorreu, que remete para a inexistência ou insuficiência de estruturas educativas que permitam acolher as crianças enquanto os pais trabalham²⁷. Durante o Estado Novo, foram extintos os jardins de infância oficiais que tinham sido criados na Primeira República, sendo dada primazia, em consonância com a ideologia dominante, à função educativa da família e a algumas instituições particulares que tradicionalmente já atuavam na área dos cuidados à infância em contextos urbanos. Só a partir de meados da década de '70 se aposta na criação destas estruturas e na formação de profissionais de educação na área da educação infantil²⁸.

Além disso, na trajetória das nossas inquiridas, não se denota a existência de redes informais de entajuda com as quais pudessem partilhar o cuidado dos filhos, o que as poderia libertar para o trabalho remunerado. Vasconcelos (2002), numa pesquisa desenvolvida junto de uma amostra representativa da população portuguesa em que pretendeu perceber a diferenciação social subjacente aos processos sociais de entajuda primária, concluiu que «as categorias globalmente mais desqualificadas — os agregados familiares de operários industriais e de assalariados agrícolas e industriais — apresentam níveis de apoio que consubstanciam quase uma situação de exclusão e isolamento» (p 541), sendo que também nas famílias operárias e camponesas se evidenciou a debilidade das redes de apoio familiar nos cuidados às crianças, o que constitui, a par da ausência de políticas de proteção à infância, um fator estrutural de agravamento da

²⁷ Segundo dados da PORDATA, em 1961, havia 6 528 crianças inscritas em instituições de educação infantil (creche e jardim de infância), sendo que em 2018 esse número aumentou para 240 231.

²⁸ <http://www.apei.pt/educacao-infancia/breve-historia/>

situação de pobreza destes agregados domésticos. A mesma situação foi encontrada em Portugal por Diogo e Roque (2005) junto de um grupo de mulheres responsáveis por famílias monoparentais beneficiárias do então Rendimento Mínimo Garantido (RMG).

Para as restantes oito inquiridas, as atividades domésticas eram executadas paralelamente com os afazeres profissionais, ainda que estes estivessem enquadrados não numa atividade profissional remunerada, mas no exercício de uma atividade agrícola praticada no contexto de uma economia de subsistência:

Entrevistador: E continuou a trabalhar no campo?

Entrevistada: Sim, sim. Quando criei os filhos éramos obrigados a ter aqui umas batatas para comer. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Em síntese, no que às trajetórias familiares respeita, percebemos que não só estão orientadas para a conjugalidade e a parentalidade, como também estes marcadores sociais ocorrem na vida dos indivíduos de forma sequencial e linear, ainda que esta apreciação geral tenha de ser matizada em função da diversidade de género: as mulheres transitam para a vida conjugal e para o desempenho de papéis parentais mais precocemente do que os homens.

Importa agora perceber quais os enquadramentos familiares dos nossos inquiridos no momento da entrevista, em que viviam uma nova etapa do seu ciclo de vida: a velhice. A maioria dos nossos entrevistados (11 casos) coabita com o cônjuge em agregados nucleares simples reconstituídos e não reconstituídos. As situações de viuvez ou de separação/divórcio estão na base de agregados familiares unipessoais, que caracteriza a situação familiar atual de oito das entrevistadas.

Nos casos em estudo, as pessoas em situação de isolamento residencial e familiar são idosas (entre 65 e 74 anos) ou muito idosas (mais de 75 anos), sendo que o primeiro grupo integra três entrevistadas e o segundo cinco, o que constitui um indicador do progressivo aumento da longevidade nas sociedades atuais. Na sua maioria, viveram relações conjugais longas com experiências de parentalidade. Como referimos, o isolamento destas idosas decorre da morte dos cônjuges (seis casos) ou da dissolução de uma relação conjugal (duas entrevistadas).

A ideologia da modernização tem tido impactos negativos na integração social dos idosos. As condições de vida das sociedades contemporâneas têm permitido aumentar a longevidade e o peso da população idosa na população total, mas o afastamento do sistema produtivo e de outras áreas de intervenção social têm promovido a criação de um estatuto social de dependência, agravado pela perda de capacidades e pela deterioração das condições de saúde, fatores que têm contribuído para a criação de imagens desvalorizadas deste grupo de idade. Ainda que admitamos uma pluralidade de formas de vivenciar

esta fase da vida dependentes do lugar ocupado pelos indivíduos no espaço social, as idosas aqui representadas pertencem a um perfil social em que a velhice se associa a situações de pobreza e, nalguns casos, de doença. Ainda que a questão das redes sociais e familiares de apoio a estes idosos seja aprofundada mais à frente, não podemos aqui deixar de registar a forma como algumas entrevistadas descrevem a sua vivência desta fase de vida.

De notar que, segundo dados da PORDATA, a percentagem de agregados domésticos unipessoais de indivíduos com 65 ou mais anos tem vindo a aumentar nas últimas décadas no nosso país, sendo que esta situação de autonomia residencial potencia em muitas situações sentimentos de solidão e de isolamento social, agravados pela perda de capacidades físicas, também verbalizados por três das entrevistadas:

Entrevistada: Eu tive uma vida muito triste, vivo muito triste. Pensar, ponho-me a pensar, que estou sozinha, ponho-me a pensar no que passei lá atrás. É muito triste. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Entrevistada: Durante o dia ainda lá vai. Agora à noite ...Tive de me habituar a ficar sozinha! Foram 56 anos de casamento e quatro de namoro. Comecei a namorar aos 15 anos. Foram muitos anos. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Entrevistada: Olha, o que mudou na minha vida foi desde que eu fiquei sozinha.

Entrevistadora: Esse foi o momento mais...

Entrevistada: Desde que fiquei assim... Eu quero andar e não posso, é triste. Que eu custa-me sempre os autocarros, custa-me entrar para dentro de um táxi, porque esta minha perna não dobra. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Torna-se perceptível, em especial pelo discurso da entrevistada P1.5_Porto, que a difícil situação vivenciada nesta fase da vida decorre de percursos de vida caracterizados estruturalmente por situações de enorme vulnerabilidade. Neste perfil, os dados de que dispomos apontam para trajetórias de vida caracterizadas pela escassez de recursos económicos, sendo que a idade e as debilidades a ela associadas apenas contribuem para produzir maior fragilidade num cenário já de si muito vulnerável.

Em síntese, de um modo geral, as trajetórias dos inquiridos neste perfil são relativamente lineares em termos da passagem pelos marcadores sociais que definem a idade adulta: saída da escola; entrada no mundo do trabalho; autonomia residencial; transição para a conjugalidade e parentalidade.

Foi possível constatar que, para a generalidade dos inquiridos, a transição da escola para o trabalho se realiza em idades muito precoces (em média, ingressam no mundo do trabalho aos 12,2 anos) e após trajetórias escolares muito curtas (em média, permaneceram na escola apenas 4,5 anos), sendo este o único

perfil onde surgem pessoas analfabetas. Esta situação foi permitida e potenciada pelas regulamentações institucionais existentes durante o período do Estado Novo, em que ocorria uma sincronização entre a idade de ingresso numa atividade económica e os anos de escolaridade obrigatória, sendo também frequente, como atestam os entrevistados, que o abandono escolar ou o evitamento da frequência da escola fossem permitidos, e até incentivados, por grupos domésticos muito depauperados, geralmente numerosos e dependentes do trabalho dos menores para a sobrevivência económica.

Do ponto de vista das transições familiares, também se evidencia um padrão biográfico normalizado, em que a conjugalidade foi concomitante com a autonomia residencial e precedeu, quase sempre, a parentalidade, verificando-se que as mulheres fazem este percurso mais precocemente do que os homens. A valorização da dimensão mais institucional das relações conjugais também se evidencia neste perfil, sendo estas relações muito duradouras e o número de separações ou divórcios relativamente escasso. A este facto não será estranho o modelo de relação conjugal que é verbalizado pela generalidade dos entrevistados, caracterizado pela subordinação das mulheres a uma dominação masculina, construída por processos de socialização já estruturados numa lógica patriarcal e, posteriormente, atualizada em núcleos familiares organizados em função de uma repartição tradicional das tarefas e de exercício do poder, em consonância com o guião ideológico característico do Estado Novo. Contudo, para além do reconhecimento do poder masculino na família, tornou-se também evidente que a situação de enorme fragilidade económica destes agregados domésticos ajudou a prolongar algumas situações conjugais conflituais.

As funções relacionadas com a parentalidade assentam igualmente numa forte diferenciação de género, sendo protagonizadas pelas mulheres. Para algumas, a união conjugal ou a maternidade justificaram o afastamento de atividades laborais remuneradas e uma centração nas tarefas domésticas e nos cuidados prestados aos filhos, condição que deriva, por um lado, da inexistência ou insuficiência de estruturas educativas que permitissem acolher as crianças enquanto as mães trabalhavam e, por outro, da ausência de redes informais de entreajuda com as quais estas mulheres pudessem partilhar o cuidado dos filhos. Assim, podemos admitir que a impossibilidade de a mulher contribuir para a sobrevivência do grupo doméstico poderá ter tido impacto no agravamento das trajetórias de pobreza que nos foram relatadas.

Finalmente, na maioria dos casos, os percursos curtos de escolarização e de abandono não se concretizaram num regresso na idade adulta à escola ou à formação profissional. Seja por não anteverem vantagens nesse processo, seja por condicionantes de natureza familiar, o ingresso num curso que possibilitasse a aprendizagem de uma nova profissão não é uma realidade representativa deste perfil. Apesar de associarem os estudos, a formação, a uma vida mais digna e a melhores oportunidades de emprego, não existe uma tradução direta na frequência de ações de formação, ainda que alguns dos entrevistados tenham voltado a estudar, sobretudo para obtenção de equivalências a diferentes níveis de escolaridade.

4. Relação com o mundo do trabalho

Em regra, a relação dos reformados com o mundo do trabalho tem como ponto de partida a cessação definitiva da atividade laboral, tal como ela é reconhecida pela lei e socialmente legitimada. Existem diversas formas socialmente legítimas de não envolvimento com o trabalho (remunerado), e ser reformado é uma delas²⁹. Importa, pois, recordar que os entrevistados deste livro (e deste perfil) foram estatisticamente selecionados tendo em conta diversas características que os agrupam, salientando-se de entre estas precisamente a sua condição de reformado. Também estão presentes três casos de pessoas que se dedicam a atividades domésticas, outra forma socialmente aceitável de não estar envolvido no mundo do trabalho, mesmo que em idade ativa, como são os casos que aqui se apresentam.

4.1 Vivências no mercado de trabalho e trajetória de (des)emprego

Em primeiro lugar, podemos encontrar neste perfil diferentes estratégias de acesso ao emprego. Dentro destas, observamos desde logo algumas estratégias individuais, que vão da procura de emprego através do jornal a estratégias assentes na mobilização da rede de relações sociais, recorrendo-se aos préstimos de uma vizinha ou à ajuda dos pais. A procura através do jornal (quatro casos) aconteceu em contextos urbanos:

Entrevistada: Então peguei no jornal e fui para uma [modista] lá perto. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Entrevistado: A seguir, comprei o Diário de Notícias e dizia lá no Diário de Notícias, num anúncio: «Rapaz chegado da província, dos 14 aos 15 anos, precisa-se para limpezas e voltas» Era isto o anúncio. E eu: «Limpezas e voltas? Limpezas [risos] eu até sou capaz de fazer, mas voltas, o que será?» Fui lá, era um senhor aqui de Estremoz [situação passada em Lisboa]. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)³⁰

Os casos de mobilização da rede de relações de proximidade têm como pontos focais os próprios familiares, mas também os vizinhos e amigos, não se encontrando tão relacionados com um tipo de habitat.

²⁹ Ser doente, estudante ou (no caso das mulheres) doméstica são as outras formas legítimas de não se ser trabalhador na sociedade portuguesa.

³⁰ Este caso também é urbano dado que o episódio descrito respeita a um período extenso de migração em Lisboa.

Entrevistada: Tinha uma vizinha que tinha a sobrinha que era modista. E eu falei com ela a ver se tinha trabalho, e ela telefonou para lá, não havia telefones e ela foi à mercearia abaixo de casa, e ela telefonou e a sobrinha disse: «Está bem, ela que venha à experiência», por isso lá fiquei. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Entrevistadora: Como é que conseguiu esse primeiro trabalho?

Entrevistada: Então, o meu pai, que era lá o mestre. (P1.2_Ferreira Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Neste tipo de situação, a mobilização da rede de relacionamentos de proximidade é uma estratégia importante, tendo como foco não a própria pessoa, mas as patroas (em três casos de serviços domésticos ou rurais), que indicavam outras possíveis patroas às entrevistadas:

Entrevistadora: Foi a senhora que procurou? Ninguém indicou?

Entrevistada: Não, não. Eu é que procurei. Depois, as outras senhoras que eu trabalhava comunicavam com outras e aí já me chamavam também. Eu ia trabalhar um dia para uma, outro dia para outra e andava assim. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Entrevistadora: Como é que arranjava o trabalho?

Entrevistada: Eram as manajeiras que vinham para falar ao pessoal. Não havia contratos nem havia descontos. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

No entanto, o início da atividade laboral pode resultar de algo distinto da mobilização de meios formais ou informais. Pode ser uma herança familiar, por contraponto à possibilidade de se seguir por um caminho diferente:

Entrevistada: [referindo-se aos pais] Sim, sim. Nós somos habituados com eles e eles é aquela vida que têm e nós seguimos a vida deles, pronto. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Em quase todas as situações observadas, a informalidade contratual³¹ era a regra (construída desde muito cedo na vida, como vimos anteriormente). Esta informalidade persistiu durante boa parte da trajetória

³¹ Entende-se por informalidade todo o tipo de relações laborais que não estejam abrangidas por nenhum enquadramento legal que proteja os indivíduos. As situações informais são ilegais na medida em que nestas não se cumprem os deveres legais para com o Estado e, conseqüentemente, não se constituem os direitos sociais na reforma, no desemprego e na doença. A própria proteção no trabalho (através, por exemplo, de equipamentos de proteção individual ou de seguros de trabalho) não está, por regra, assegurada.

de trabalho, ou mesmo em toda a sua duração. De facto, de entre os vinte entrevistados neste perfil, sete tiveram amplos períodos da sua vida sem contrato e nove nunca tiveram qualquer contrato. Nos restantes quatro casos, não há menção clara ao assunto nas suas entrevistas (sendo que um deles se refere a uma pessoa que nunca trabalhou fora de casa).

Vejamos como é colocada a questão da informalidade nas narrativas dos entrevistados em dois excertos distintos, um referente a um homem, inserido num contexto rural, e outro referente a uma mulher, num contexto urbano:

Entrevistado: Ai, não. Mais cedo. Com 15 anos para aí, já ia eu para XXXX, a pé e com vacas buscar pipas de vinho.

Entrevistadora: E nesse trabalho, o senhor trabalhava para outra pessoa?

Entrevistado: Era para um tio meu que tinha vacas e eu ia tomar conta do gado. (...)

Entrevistadora: Não era um trabalho com contrato, uma coisa formalizada?

Entrevistado: Não, não. Nada disso. Eles é que davam-me um tanto para se ir buscar uma pipa de vinho, pronto, com o gado. Com os carros. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Entrevistada: Não, não. Quando eu trabalhava nas limpezas, não era de contratos. As patroas particulares não punham... Não havia Caixa nessa altura. (...) Havia e não havia. Que elas não a punham, n'ê? A única vez que me puseram na Caixa foi quando eu fui trabalhar para a Santa Casa, e para o restaurante e para a Santa Casa, porque nas casas particulares ninguém me pôs Caixa. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Diversos entrevistados mencionam a questão do tempo através de variantes da frase: «Naquele tempo, não havia contratos.» Antes do 25 de Abril, a contratação formal era mais rara na vida das pessoas, mesmo em plena Lisboa, numa firma de eletricidade:

Entrevistadora: Nesse trabalho que teve quando saiu da escola, lembra-se de se tinha contrato de trabalho? Como eram estas relações com o mercado de trabalho?

Entrevistado: Naquela altura, não havia contratos de trabalho. (P1.3_Amadora, sexo masculino, 79 anos)

Em alguns casos, as alterações legislativas introduzidas pelo 25 de Abril abriram caminho à vinculação laboral:

Entrevistador: Disse que começou a trabalhar cedo, não foi? Com 13 anos de idade, não foi? A senhora tinha contrato de trabalho? Como é que era? Era um contrato verbal?

Entrevistada: Era verbal, porque... Eu, já ainda em solteira, eu trabalhei em restaurantes, a ajudar assim na cozinha e tinha limpezas por fora nos intervalos das horas. E eu trabalhei numa Conservatória do Registo Predial 12 anos, e o Estado dava dinheiro para a Segurança Social e o conservador ficava com ele, que eu não tinha não tinha Segurança Social, não tinha descontos. Só mais tarde e bem mais tarde... Depois é que veio a lei... Nesta altura, eu era porteira.

Entrevistador: Que idade tinha, recorda-se?

Entrevistada: Sim, fui para lá tinha trinta e poucos anos. (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

A presença de um sindicato numa indústria organizada foi um momento importante para a existência de contrato, como se pode observar no caso abaixo. Trata-se de uma realidade presente num único caso, mas contrasta fortemente com todos os outros, sublinhando a importância da existência de sindicatos no processo contratual para o usufruto dos direitos sociais básicos:

Entrevistadora: Tinha contrato?

Entrevistada: Pois. Trabalhava lá, tinha de ter contrato. Ali havia contratos, vinham do sindicato. Ainda devo ter aí o cartão do sindicato. (P1.2_Ferreira Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

A informalidade não deriva apenas do facto de uma parte da trajetória profissional destes indivíduos se ter verificado antes do 25 de Abril. A revolução não veio transformar magicamente as relações de trabalho. Como refere Boaventura Sousa Santos (1993), se a legislação passou a existir, a realidade continuou a ser de informalidade para amplas franjas da população. Isto é particularmente evidente nos sectores de atividade em que os entrevistados tendem a exercer a sua atividade (agricultura, serviços pessoais e domésticos, construção civil, costura).

Acresce que, no discurso dos entrevistados e até no dos entrevistadores, a vinculação é muito associada aos descontos (para efeitos de reforma e de apoios na saúde). Isso acontece em seis casos. O excerto abaixo demonstra bem essa associação. Quando questionada sobre se tinha contrato, a entrevistada respondeu:

Entrevistada: Eu descontei. Depois o que eu sei é que a minha mãe é que me pagava a casa do povo para eu ter o médico de graça, o médico. (P1.4Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

Contudo, no caso acima, a entrevistada numa teve um contrato, apesar de ter descontado durante

um período da sua vida (tendo depois deixado de descontar por escassez de dinheiro).

A grande maioria dos entrevistados (catorze casos em vinte) não refere situações de desemprego no seu percurso de vida. Quer por não terem existido, quer porque não tiveram peso relevante, quer ainda porque a sua perceção do desemprego não corresponde àquilo que entendemos por esse fenómeno. Destes casos, quatro declaram expressamente nunca terem estado desempregados e dez não responderam a essa questão (incluindo-se neste grupo uma entrevistada que nunca trabalhou). São, pois, seis casos que mencionam a passagem pelo desemprego. Não parece ser, portanto, pela falta de trabalho que se desenha a situação de pobreza para boa parte dos entrevistados.

Vejamos, pois, os significados mais expressivos que os nossos entrevistados associam ao desemprego. No caso abaixo, a situação de desemprego implica dificuldades em encontrar-se emprego, apesar das tentativas (expressas em «provas», documentos carimbados). As razões evocadas respeitam à inexistência de fábricas no território circunvizinho. Contudo, este caso refere-se a uma pessoa marcadamente mais nova do que a média dos indivíduos deste perfil, sendo já possível formalizar o desemprego na relação com o sistema de proteção social dos desempregados.

Entrevistador: E no período em que não fez nada, chegou a procurar com frequência...?

Entrevistada: Ah sim, sempre procurei. Tenho aí provas de carimbos que eu ia saber de trabalhos, mas aqui na zona de Montalegre é complicado para arranjar trabalhos.

Entrevistador: Por que acha que é complicado para arranjar aqui?

Entrevistada: É, não temos empresas, aqui não há fábricas, não há nada. Se não for em um restaurante onde é que a gente vai arranjar? Já há muita gente a querer trabalhar e não há para todos.

(P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Se dúvidas houvesse, ficou claro que o contexto político-regulamentar e a estrutura social que contextualiza as suas vidas têm um impacto claro na inserção social dos indivíduos. Por outras palavras, o que os indivíduos são e fazem depende da forma como a sociedade se organiza social e politicamente. Essa dependência é tanto maior quanto menores forem os recursos próprios (recursos financeiros, mas também de outro tipo, como os escolares ou os relacionais). Para além disso, a entrevistada analisa de forma muito lúcida o seu contexto social, apontando para uma desigualdade muito persistente entre o rural e o urbano, encarando os territórios como espaços de oportunidades de trabalho, francamente menores no espaço rural. Trata-se de mais um dado que nos indica a persistência de desigualdades entre os espaços rurais e urbanos, pelo menos para este perfil e para este tipo de população.

Entrevistadora: Alguma vez esteve desempregada?

Entrevistada: Sim, quando não havia trabalho, ficávamos em casa, mas não se ganhava nada. Quando veio o 25 de Abril é que, se tínhamos dias de descontos, lá íamos ao centro de emprego e recebíamos alguma coisa. Ainda estive duas vezes a receber, também não foi muito, pois foi só com o 25 de Abril.
(P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

No entanto, mesmo entre os indivíduos em situação de pobreza, o desemprego está longe de ser um problema para alguns. Nestes casos, o que justifica então a situação de pobreza? A relação com o mundo do trabalho continua a ser um fator explicativo de relevante importância, desde logo: a precariedade e a escassez dos rendimentos obtidos. A estes fatores há que acrescentar os associados a questões mais estruturais e, por isso, mais invisíveis no que diz respeito à análise do discurso dos indivíduos, mas nem por isso menos importantes. Referimo-nos à baixa produtividade das empresas (uma maioria de micro e pequenas empresas pouco produtivas no país) e às baixíssimas qualificações de patrões e empregados (construindo-se assim um tecido produtivo de baixa produtividade, baixos lucros e baixos salários).

Entrevistadora: Nunca teve dificuldades em arranjar trabalho?

Entrevistada: Não, nunca tive. Tive sempre trabalho. Havia muito trabalho. Hoje é que não, mesmo que a gente queira trabalhar, não há. Tenho tido sempre trabalho (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Os vínculos contratuais e o desemprego são o esteio de uma questão que atravessa todo o percurso de vida profissional de boa parte dos nossos entrevistados: o facto de terem desenvolvido uma trajetória de emprego em carrossel. Esta questão ganha relevância na medida em que as mudanças de emprego eram frequentes (com a passagem por alguns períodos de desemprego, por parte de alguns entrevistados), por falência da empresa, despedimentos, fim de contrato ou por iniciativa própria. Contudo, existem ainda assim algumas exceções, que veremos abaixo.

Uma trajetória de emprego em carrossel implica a mudança frequente de emprego (e até de atividade), com passagens pelo desemprego, sem que o indivíduo saia do mesmo lugar social (lugar de classe). Ou seja, tal como os carrosséis, os indivíduos com este tipo de trajetória de emprego movem-se entre empregos e atividades sem sair do mesmo lugar social. Não se trata de uma situação associada à juventude que, com o passar do tempo, é superada. Tende a persistir ao longo do tempo, afetando boa parte ou mesmo a totalidade da trajetória profissional dos entrevistados. Todas as vantagens materiais e simbólicas da passagem do tempo consubstanciadas na ideia de carreira (numa organização ou numa profissão) estão ausentes desta forma de viver a trajetória laboral. Neste contexto, estamos, pois, em presença da precariedade no tempo, associada ao desemprego e à inexistência dos benefícios que se podem ligar à ideia de progressão (Diogo, 2010).

O desemprego está associado a esta trajetória de emprego em carrossel. Em alguns casos, por motivos diversos, são os próprios entrevistados que optam por se desempregar. Nestes primeiros excertos, relatam-se os diversos motivos de abandono de empregos (que vão desde conflitos com o patrão à penosidade da atividade laboral³²), mesmo quando não existe uma alternativa:

Entrevistada: Quando vi que já era demais, saltei para fora. Não disse nada, nem que vinha mais nem que não vinha. Cheguei ao fim-de-semana, já estava toda partida, já estava farta daquilo. Eu não era aquilo que queria. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Entrevistado: Olha, eu não podia mudar nada por que motivo? Não tenho escola suficiente [frase incompreensível]. Eu o que eu faço estava a receber também, não podia reclamar! Eu o patrão, eu nunca o patrão nunca mandou embora. Eu trabalho para o patrão. Quando chateio saio a outro! (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

O trecho abaixo refere-se a um dos dois casos em que o autodespedimento respeita à tentativa de se criar o próprio negócio:

Entrevistado: Depois, desempreguei-me outra vez, para trabalhar por minha conta mais três anos. Ninguém me despediu, eu é que pedia para sair. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Contudo, o não trabalho pode ser motivado por outra questão que não o desemprego. No excerto abaixo, é possível observar uma situação em que os custos do trabalho surgem como obstáculo à procura de emprego. Neste caso específico, os custos de deslocação:

Entrevistador: Já pensou em trabalhar fora de Montalegre?

Entrevistada: Trabalhar fora de Montalegre é complicado. Aqui temos a nossa casinha. Não pagamos renda, vivemos para ela. É fraquinha, mas é nossa. Mas se tivermos que pagar uma renda com esse ordenado que vamos ganhar não dá para nada. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

³² A penosidade na atividade laboral é por nós definida (Diogo, 2007) como uma das quatro componentes do trabalho de má qualidade, estando associada ao exercício continuado de força física (esforço), à exposição aos elementos (por exemplo, à chuva, ao frio, ao sol, ao vento ou ao calor) e a produtos agressivos para o organismo (como terras, pós e produtos químicos variados), bem como a situações de stresse continuado. Em suma, a penosidade tem a ver com o desconforto (físico ou mental) continuado em situação de trabalho, eventualmente com consequências na degradação persistente do estado de saúde.

A precariedade no emprego e especialmente a trajetória de emprego em carrossel estão também associados à informalidade (isto é, à ausência de contrato, direitos ou descontos) e à realização de uma grande diversidade de tarefas (em particular, de biscates) em períodos temporais relativamente curtos. No excerto abaixo, a entrevistada identifica tarefas nos serviços pessoais e domésticos e na produção de pão (tendo anteriormente identificado na entrevista outros trabalhos agrícolas). A sua trajetória de emprego em carrossel pode ser condensada na última frase desta citação «eu trabalhei muito, trabalhei em muitas coisas»:

Entrevistadora: Houve algum período em que ficou desempregada? Desempregada assim, no sentido de não ter contrato, porque a senhora disse-me que teve sempre trabalho.

Entrevistada: Sempre, tive muitas pessoas que me chamavam porque gostavam do meu trabalho e do meu serviço e chamavam-me: «Olha, amanhã pode vir-me limpar a casa?» e eu ia. Se tinha outros, já não ia, não é? Adorava peneirar a farinha também. Com duas peneiras de farinhas de centeios também para fazer o pão e fazia duas horinhas ou três a fazer isso. Eu trabalhei muito, trabalhei em muitas coisas. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

A julgar pelo relato da entrevistada seguinte, a agricultura é um sector de atividade em que, pelo menos no passado, se verificava um elevado grau de precariedade:

Entrevistadora: Quantos trabalhos diferentes teve ao longo da sua vida?

Entrevistada: Tive vários, à monda, à ceifa, azeitona, apanhar pedra, a vindima.

Entrevistadora: Trabalhava todo o ano?

Entrevistada: Trabalhava quando tinha, quando não tinha ficava em casa, mas antes trabalhava-se muito no campo. Hoje não, mas antes sim. E só à azeitona e pouco.

Entrevistadora: E tinha contrato de trabalho?

Entrevistada: Não, nunca houve contratos. Quando era a altura da azeitona, o manajeiro ou manajeira falava à gente, mas não havia contratos. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

No entanto, existem casos em que está em causa não uma trajetória de emprego em carrossel, mas uma trajetória de emprego estável em penúria. Na entrevista abaixo, não faz sentido falar-se em emprego, dado que o conjunto de direitos e deveres juridicamente definidos que associamos à ideia de emprego estão ausentes. Nos trechos escolhidos, salienta-se a perenidade da atividade exercida e não propriamente a existência de um único emprego:

Entrevistadora: Então foi desde a infância para os montes com as vacas, para dar comida às vacas. Ia de manhã, levava o almocinho e voltava no final do dia para guardar as vacas?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E não tinha nenhum outro tipo de serviço?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Nem em agricultura, além de cuidar das vacas?

Entrevistada: Não. (P1.4_Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

Entrevistada: E aos 19 anos tinha tias em Lisboa. Em Lisboa, isto é, perto de Cascais. E ela chamou para lá a gente, que podíamos ter uma vida um bocadinho melhor, pronto. E eu chorava muito, que queria ser costureira e graças a Deus fui uma vida inteira costureira. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

A persistência de uma atividade vivenciada de modo tradicional desafia mesmo a noção de precariedade, dado que esta acaba por não abranger algumas experiências de vida, como as referidas nos trechos acima apresentados. Em alguns casos, verifica-se uma perenidade de atividade, embora dificilmente se descortine a existência de contratos de trabalho:

Entrevistadora: Quantos anos é que ficou a trabalhar na lavoura?

Entrevistada: Daqui até aos dezoito.

Entrevistadora: Quando casou.

Entrevistada: Depois casei e depois, a bem dizer, continuei. [risos]

Entrevistadora: A trabalhar na lavoura também?

Entrevistada: Sim, quase sempre.

Entrevistadora: Sempre? A sua vida toda sempre foi trabalhar no campo?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Ok. E, portanto, nunca teve contrato?

Entrevistada: Não. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Um outro caso destaca-se por envolver apenas dois empregos (e não uma atividade, como é o caso das entrevistadas anteriores), representando assim uma trajetória de emprego estável em penúria (seguida da assunção da condição de doméstica por via da parentalidade):

Entrevistadora: Quantos trabalhos é que teve?

Entrevistada: Trabalhei naquele atelier.

Entrevistadora: Depois na mercearia?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E depois teve mais algum?

Entrevistada: Não. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos)

4.2. Identidade e satisfação em relação ao trabalho

Para além de questões mais objetivas relacionadas com a sua trajetória laboral, podemos encontrar nos discursos dos entrevistados outras com uma componente mais estritamente identitária e subjetiva. Uma questão relevante a propósito da análise da relação dos indivíduos com o mundo do trabalho radica no lugar que este ocupa na identidade para si desses indivíduos, isto é, na forma como se apresentam a si e aos outros (Dubar, 1991). Assim, no processo de construção da identidade social, verifica-se que os entrevistados apresentam uma definição de si como doente ou como trabalhador. Esta última forma identitária é complicada pela elevada rotatividade entre empregos (mais rigorosamente, entre trabalhos ou atividades) e por alguma dificuldade em identificar algumas das atividades desenvolvidas através de um nome de profissão. Por outro lado, a definição de si como doente é um processo que envolve o tempo (começa-se com problemas de saúde no passado, sendo que hoje subsistem ou se agravam, o que também pode ser associado ao avançar da idade); o espaço (implicou o desenvolvimento de atividades penosas em espaços diversos e com grande mobilização do corpo) e a atividade (por vezes, as atividades desenvolvidas degradaram a saúde, dado o esforço que obrigaram a fazer).

Além disso, existe ainda uma questão comum a tempo, espaço e atividade: a sua associação à penosidade das tarefas desempenhadas. Com efeito, como explicam os entrevistados, a sua condição de doentes adveio, em alguns casos, precisamente desta penosidade.

Por regra, a definição de si como doente está associada a uma narrativa de sofrimento ou à impossibilidade de se fazer algo (o trabalho ou outra coisa) devido a uma doença prolongada e incapacitante (as outras doenças não são valorizadas na narrativa) e respeita aos indivíduos no momento da entrevista. No trecho seguinte, a entrevistada justifica a saída do mercado laboral através da sua condição de doente (doença crónica, prolongada ou incapacitante):

Entrevistada: Eu tenho sofrido muito.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Com as dores. Eu vou para cama aos cacacos com as dores, com as dores nas costas, na medula e tudo, [não se percebe o resto da frase]. (P1.4_Montalegre#1, sexo feminino, 54 anos)

Se a idade está associada à doença, o trabalho trouxe um agravamento da condição de alguns:

Entrevistadora: Mas então trabalhou sempre. (...)

Entrevistada: Sempre. Sempre. Depois, fui trabalhar para o restaurante que era restaurante e café... café e restaurante. Depois, a partir daí, fui para a Santa Casa e até me reformar. Reformei-me aos quarenta anos. Quarenta e poucos anos. De invalidez.

Entrevistadora: Por...

Entrevistada: Por causa do glaucoma e por causa do reumático... da doença reumática [não se percebe]. E agora tenho várias doenças nos ossos. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Entrevistada: Tinha que fazer de tudo. Dei cabo dos braços e de tudo, com aquelas caixas novas, com saias e casacos, com vestidos de noiva, com fatos, com casacos compridos e isso. E ia para a Foz a pé levar... Para Gaia, a pé. E para atravessar a ponte e tudo, eu tinha medo. E com os vestiditos a voar! (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Entrevistado: Depois tive uns problemas de coisa de mina, de pulmão.

Entrevistadora: Esteve de baixa?

Entrevistado: Estive de baixa, depois de baixa deram inválido. (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

A definição de si como doente, por contraponto ao trabalho e a ser-se trabalhador, pode ser claramente vista no trecho seguinte:

Entrevistador: E quanto tempo trabalhou nesse...

Entrevistada: Ah, trabalhei sempre. Até agora, aqui eu fiz esse curso de Cozinha, trabalhei sempre nisto [na agricultura, antes de o curso de Cozinha lhe ter permitido ir para uma cozinha de uma escola]. Hoje não trabalho que não posso. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

No entanto, o evento desencadeador da definição de si como doente pode ocorrer na infância ou mesmo à nascença:

Entrevistador: Eu queria que me contasse um pouquinho como foi a sua infância? Recorda-se?

Entrevistado: A minha infância não foi assim muito boa. Andei sempre no hospital. Eu sou asmático desde que nasci, por isso andava sempre ... estava sempre no hospital internado, depois ia para as Urgências. Andei sempre assim. Minha infância foi essa. (P1.4_Lisboa, sexo masculino, 49 anos)

Importa notar que, para além das inequívocas questões identitárias que é possível reconhecer nos discursos das pessoas entrevistadas, existem também consequências mais objetivas que subjazem aos relatos de doença que nos foram confiados. Referimo-nos ao impacto na vida concreta dos indivíduos, quer no que diz respeito à sua qualidade de vida, quer em relação aos gastos adicionais em saúde, quer pelas limitações impostas ao trabalho, quer ainda pelo impacto causado pelos rendimentos que não se concretizaram.

Ser doente tem consequências na identidade para si e na vida material, sendo que podemos inferir que essas consequências são tanto familiares como pessoais. Com efeito, a maioria dos efeitos destas doenças (crónicas, prolongadas ou incapacitantes) repercutem-se na família, devido à diminuição do rendimento disponível causada pelo não trabalho de um dos seus membros, à necessidade de cuidados para essa pessoa e ao incremento nos gastos no orçamento familiar em medicamentos. Por tudo isso, não é difícil de perceber que a doença e as limitações que esta acarreta para a atividade laboral têm um impacto importante na produção e reprodução da situação de pobreza em que vivem os nossos entrevistados e as suas famílias.

Por sua vez, a definição de si como trabalhador assenta naquilo em que se valoriza o trabalho: nos valores extrínsecos ao trabalho, designadamente na remuneração, ou, como afirma o entrevistado seguinte, em «trabalhar para ganhar dinheiro».

Entrevistador: Mas qual era o tipo de trabalho?

Entrevistado: No campo, no campo. Trabalhar para quem chamava. Trabalhar para ganhar dinheiro. (P1.3_Montalegre, sexo masculino, 89 anos)

Jorge Vala (2000), baseado no trabalho de Herzberg, aponta para o facto de a valorização do trabalho envolver dois grandes grupos de valores: os extrínsecos, que se associam à ideia de instrumentalidade, isto é, o trabalho como uma resposta às necessidades relativas à sobrevivência material dos indivíduos e os intrínsecos, que associam o trabalho a valores relacionados com «necessidades de interação social, de realização e de desenvolvimento pessoal» (p. 71). Neste estudo, adaptamos esta tipologia, considerando como valores extrínsecos os que se relacionam com a instrumentalidade do trabalho, incluindo aqui a interação pessoal para além das questões relativas à sobrevivência dos indivíduos (isto é, ao salário), mas também os fatores referentes à penosidade do trabalho, à sua perigosidade ou à precariedade. Por oposição,

é nos valores intrínsecos que se podem encontrar a realização e o desenvolvimento pessoal apresentados pelo autor, para além do sentimento de autonomia e o interesse da atividade para os sujeitos.

O mesmo excerto permite-nos perceber que alguns indivíduos têm dificuldade em definir-se a si próprios a partir de uma profissão, definindo-se antes a partir de uma atividade e das tarefas concretas que desempenham. Esta dificuldade é muito relevante para se compreender a forma desqualificada e desvalorizada como as atividades laborais dos nossos entrevistados se constroem. Contudo, a incapacidade de se definir a partir de uma profissão é sobretudo relevante enquanto obstáculo à definição de si como trabalhador. Com frequência, a atividade desenvolvida é identificada de forma genérica como trabalho no campo, por contraponto à designação da atividade profissional a partir do nome de uma profissão.

Entrevistada: Aos 14 anos, comecei a trabalhar no campo, trabalhei até agora que me reformei. Sempre no campo, foi a vida passada no campo. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

No caso seguinte é muito relevante a necessidade de o entrevistado afirmar que o trabalho não mete medo, evidenciando uma associação clara entre as duas ideias que pressupõe a necessidade de se distanciar uma da outra (algo que poderíamos designar como uma isotopia, isto é, um par disjunto de ideias contrárias que se definem uma à outra). Esta resposta também pressupõe que, para outras pessoas, o trabalho mete medo, ao contrário do que acontece com o entrevistado:

Entrevistado: Então, eu trabalhei sempre! (...) Trabalho não me metia medo, eu não ligava. (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

No trecho abaixo, a pessoa limita-se a indicar que gostava de trabalhar, sem explicar as suas razões. No entanto, importa salientar o conformismo evidenciado pela expressão «mas tinha que ser»:

Entrevistadora: Então, no geral, a senhora achava que estava satisfeita ou insatisfeita com o tipo de trabalho que fazia?

Entrevistada: Gostava, gostava bem. Havia coisas que não gostava muito, mas tinha que ser [risos], mas tinha que ser. Eu gostava de trabalhar e tudo. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

A definição de si como trabalhador pode também ser um motor muito importante da ação:

Entrevistadora: Mas vamos falar um bocadinho dessa altura. Portanto, gostava de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Não. A estudar, não. Eu queria era costura. Eu queria aprender a escrever e a ler e tinha um desgosto muito grande. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Assim, é mais fácil encontrar menções nas entrevistas à definição de si como doente do que como trabalhador, destacando-se a penosidade associada à doença, dado que esta prejudicou a possibilidade de se trabalhar e, em alguns casos, contribuiu claramente para o desenvolvimento da doença, pelo menos segundo alguns entrevistados. Por sua vez, os dados sobre a definição de si como trabalhador são bastante mais escassos, sendo apenas possível perceber que em nenhum caso os indivíduos associam essa definição ao trabalho em si, mas antes a questões relacionadas com os efeitos deste, como o dinheiro (P1.3_Montalegre) ou a dignidade social (P1.1_Montalegre).

Associada à identificação para si e para os outros que se pode obter do trabalho, podemos encontrar a satisfação ou a insatisfação com o trabalho desenvolvido (o que temos vindo a designar como gosto ou desgosto pelo trabalho, profissional ou escolar (Diogo *et al.*, 2017). No caso da insatisfação, esta pode ter como motores a escassez dos rendimentos auferidos, a relação com os patrões e sobretudo a penosidade das atividades.

A penosidade e a escassez de rendimentos podem, aliás, ser encontradas simultaneamente na mesma entrevista. No caso abaixo refere-se tanto o escasso ordenado como a penosidade da atividade:

Entrevistada: Naquela altura ganhava-se pouco. Eu ganhava quatro, quarenta... quatro contos, pronto. Parece que era assim. Quatro contos por mês. E aquelas costureiras que já estavam mais adiantadas que eu ganhavam mais, mas também era cinco, cinco e coiso. Aí, antes eles pagavam muito mal para o que se trabalhava, era uma miséria. (...)

Entrevistadora: Também esteve pouco tempo, nessa lavandaria?

Entrevistada: Ah, estive! Pouco tempo, estive. Aí, eu não podia com as dores, que eu tinha aqui no fundo. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Noutros casos, o que ressalta da avaliação que as pessoas fazem do seu percurso profissional é simplesmente a penosidade:

Entrevistada: Depois também já estava farta daquele trabalho, porque era de dia e de noite. Naquela época, não havia máquinas para lavar. Era nos tanques e então era no tanque ou na cozinha, conforme as obrigações que nos davam. E à noite era nas enfermarias, a tomar conta de doentes. (...). (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

No caso das mulheres, a penosidade do trabalho também está associada ao trabalho doméstico. No trecho seguinte salienta-se o facto de a entrevistada referir que costurava com as mãos ao mesmo tempo que embalava com o pé. É bem o símbolo da dupla jornada de trabalho que caracteriza a vida quotidiana das mulheres e, ao mesmo tempo, da penosidade das suas tarefas, desenvolvidas em grande número e sem descanso:

Entrevistada: [Para além do trabalho na agricultura] costurava... costurava, tecia, fazia camisolas, fazia meias, fazia malhas, fazia renda, fazia aquilo que me aparece à frente para fazer. Certos dias, não ia à cama! De noite tinha que trabalhar na lavoura e no que calhava, e moer pão, e cozer, secar, e a lida da casa e lavar e arremendar a roupa aos filhos que se suja... Se rompiam todos. E eram muitos. E de noite é que trabalhava. Toda a noite, sabes? Embalava os filhos com o pé, e trabalhava com as mãos, à luz da candeia! Que então ainda não havia eletricidade. Aqui, não havia. Depois é que começaram para aí a pôr a eletricidade. Depois lá puseram a eletricidade, mais tarde, mas trabalhei muito à luz da candeia. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Ainda sobre a penosidade das atividades, importa destacar que esta pode conduzir à deterioração do estado de saúde, como já tínhamos referido:

Entrevistada: Eu, por exemplo, agora este trabalho que tinha, trabalhava na escola, na cozinha. Era trabalho de esforço e por isso fiquei com o problema que tenho no tendão. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

No entanto, nas entrevistas não existem apenas menções ao desgosto pelo trabalho. Afinal, a questão do gosto faz parte do guião. Não obstante, o gosto pelo trabalho é expresso de forma curiosa nos dois trechos apresentados abaixo. Se as entrevistadas afirmam ter gostado de todos os seus empregos, associam, contudo, essa valorização positiva exclusivamente a penosidades, tornando assim evidente que o gosto advém da necessidade de se trabalhar para sobreviver e não da atividade em si. Trata-se, portanto, de um autoconvencimento (ou de conformismo), por um lado, embora, por outro, importe realçar as penosidades descritas, a exposição aos elementos e o esforço físico continuado, sem qualquer dúvida com efeitos ao nível da saúde e do conforto. Estamos, pois, perante um segundo modelo de expressão de opinião sobre o gosto com o trabalho. Depois de termos visto o desgosto, estamos em presença de situações de grande ambiguidade, associadas ao conformismo com a atividade desenvolvida:

Entrevistadora: Qual foi trabalho de que mais gostou?

Entrevistado: Gostei de todos. Gostei da azeitona, da ceifa, apanhar grão, abalar daqui de madrugada e íamos nós a pé. Quando chegávamos lá, se estava a chover, lá vínhamos para casa sem ganhar e todas molhadas. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Entrevistada: Olha, felizmente eu gostava de todos [os trabalhos], porque eu gosto muito de trabalhar, (...). Então eu gostava de todos, eu gostava do trabalho todo. Eu ia para o rio lavar, lavava de joelhos e eu vinha toda molhadinha, mas gostava de lavar. Às vezes, estava lá com as neves a cair nas mãos, com o gelo, eu... e as minhas mãos frias, continuava. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Neste caso é muito clara a associação entre o gosto e a penosidade no diálogo da entrevista. Perante a insistência da entrevistadora, a entrevistada reafirma repetidamente a associação:

Entrevistadora: E a senhora gosta do trabalho na lavoura?

Entrevistada: Eu gosto, só que agora já ando um bocado aqui empenada [risos].

Entrevistadora: Mais o peso físico do trabalho.

Entrevistada: É. Pegaram aqui o pescoço. Este braço já me custa bastante a trabalhar. Mas eu gosto, eu gosto.

Entrevistadora: Tirando as limitações físicas, gosta do trabalho em si?

Entrevistada: Gosto, gosto. Eu gostava de ir trabalhar só que às vezes eu começo a trabalhar, passado um bocado já me começa a doer um braço, já me começa a doer as costas. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Para além da centralidade da penosidade, existem outras formas de se expressar o gosto pelo trabalho presente nas entrevistas. Uma dessas formas manifesta-se através do gosto pelo que se sabia fazer, neste caso denotando-se alguns indícios de conformismo (gostava-se porque não haver alternativa). Neste caso é ainda evidente o contraste estabelecido entre o passado («nessas alturas»; «eram outros tempos»), mais duro, e a situação presente (em comparação implícita), mais fácil (a comparação aqui referida entre o passado e o presente será alvo de uma atenção mais detalhada abaixo). É ainda possível encontrar neste trecho a questão da aprendizagem da atividade por via familiar (questão referida no capítulo anterior):

Entrevistada: E adorava. Eu sei fazer a lida toda do campo, porque fui acostumada de pequena. Porque na província onde nós vivíamos, era, nessas alturas, ... era assim... de haver muito.... era assim... eram outros tempos, não é? E então nós tínhamos que trabalhar para comer. Pois... ganhávamos pouco... aquilo ganhava pouco. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

O conformismo em relação ao gosto pelo trabalho é claramente expresso no trecho seguinte (embora com um final um pouco confuso). Acresce que também está presente no discurso do entrevistado um outro fator associado ao gosto pelo trabalho, o salário (um valor extrínseco, como argumenta Vala (2000). O gosto do trabalho como conformismo pode ser condensado numa pequena frase do entrevistado: «Eu trabalho não escolho!».

Entrevistadora: E do que é que o senhor gostava mais do trabalho?

Entrevistado: Olha, eu trabalho não escolho!

Entrevistadora: Trabalho não escolhe? O senhor gosta de tudo?

Entrevistado: Eu... trabalho você tem que ir, o patrão é assim. O meu fim do mês é que conta para mim, eu tem que trabalhar para dar rendimento para você poder me pagar. Eu chego ao fim do mês, eu trabalho o que você deu o trabalho. Você gostou do meu trabalho, chega o fim do mês foge, isso é que eu fico [palavrão]. Eu gosto de trabalhar tá, tá com o patrão. O patrão aceita o meu trabalho, eu faço o trabalho. Agora no fim, chega o fim do mês, manda-me lixar, é isso. (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

No entanto, para além das situações de desgosto pelo trabalho e das situações ambíguas mais associadas ao conformismo, podemos encontrar alguns entrevistados que se referem ao seu gosto pelo trabalho de forma clara, seguindo um terceiro modelo. Assim, do lado do gosto, podemos encontrar, neste primeiro caso, o facto de não se fazer nada como motivo de satisfação. Isto é, um valor extrínseco ao processo de trabalho (Vala, 2000).

Entrevistadora: Gostava do que fazia?

Entrevistada: É, gostava. Só ia com as vacas aos montes e mais nada, gostava. Levava boa vida. (...)

Entrevistadora: Desculpe, pode-me explicar o que era para si levar uma boa vida?

Entrevistada: Era ir para o monte, sentar no meio das vacas e mais nada. (P1.4_Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

No entanto, também podemos encontrar a relação com os outros (o convívio) como motivo da satisfação com o trabalho:

Entrevistadora: Do que é que mais gostava deste trabalho no restaurante?

Entrevistado: Era conviver com as pessoas. Tinha muitos amigos [emociona-se]. Eu tinha aberto isso. Não é a idade, não é a idade. Eu é que não sou capaz. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

No caso abaixo, apesar dos seus 82 anos, o entrevistado ainda vai trabalhando nas suas terras, com as suas duas vacas, associando o gosto pelo trabalho ao estar entretido. Nas suas palavras:

Entrevistadora: Do que é que o senhor gosta?

Entrevistado: Oh! Se não, já tinha vendido, não é? A gente gosta sempre, também se entretém. Também me entretenho, pronto. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Destaca-se ainda a ideia de se associar ao gosto do trabalho, para além do convívio com os outros, a inexistência de uma relação de subordinação laboral (independência):

Entrevistadora: De todos os trabalhos que fez, de qual é que gostou mais?

Entrevistado: Deste.

Entrevistadora: Do restaurante? Porquê?

Entrevistado: Por conviver com as pessoas e não depender de ninguém... (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

No perfil dos reformados, com a exceção do entrevistado que declara a inexistência de subordinação numa das suas atividades laborais, não encontramos ninguém que, no que se refere à satisfação (gosto) com o trabalho, se tenha posicionado nos valores intrínsecos, isto é, que afirme o seu gosto pelo trabalho por razões que tenham a ver com as atividades do trabalho propriamente ditas. Ou seja, como vimos acima, os entrevistados que declararam gostar do trabalho associam esta declaração de gosto a aspetos que não têm a ver com as tarefas desenvolvidas.

Encontrámos manifestações de insatisfação com o trabalho em dez entrevistas (incluímos aqui os dois casos que associaram à satisfação a penosidade) e de satisfação em oito casos. Importa notar que a produção desta dicotomia (insatisfação/satisfação ou desgosto/gosto com o trabalho) não foi muito fácil, considerando os diversos casos em que a resposta foi ambígua: por um lado, expressou-se inequivocamente o gosto pelo trabalho (e por qualquer trabalho) e, por outro, associou-se esse gosto a penosidades, a obrigação e a conformismo.

Entre os entrevistados deste perfil, foi frequente (cinco casos) a menção a um passado mais difícil por comparação a um presente mais fácil onde, em geral, não participam nas atividades laborais dado que estão reformados. Trata-se de uma especificidade deste perfil certamente ligada à fase da vida onde se

encontram.

Entrevistada: Servir...hoje é empregada. Hoje chamam de empregada. Naquela época era: a pessoa ia servir, estava um ano, estava dois, depois se não gostasse ia sair para outra casa. (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Em alguns casos, o que está em causa é a comparação entre um tempo passado, mais penoso, com uma atualidade, já não vivida na primeira pessoa, onde é mais fácil trabalhar:

Entrevistada: Agora é que está... isto agora está mais evoluído para ser empregado ou alguma coisa. No meu tempo não havia nada, não havia... (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Mulher do entrevistado: Naquela altura, quando saiu da escola, eu é que digo, talvez seria para ir soltar o gado ou andar diante das vacas. Para andar a lavrar, que naquela altura era assim. Que agora já temos tratores que fazem isso, os tratores. Não é preciso andarmos aí a lavrar, mas antes era assim essas coisas. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Entrevistado: Construção civil. Andava lá enterrado nas valas, andava lá com as máquinas. Tínhamos que abrir, não era com as máquinas. Nem lá se fazia, quanto mais aqui. Agora já se faz tudo com máquinas, antes não. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Em boa parte das entrevistas, a emigração é mencionada. No contexto de um país com uma forte tradição emigratória, a questão surgiu muito naturalmente no discurso dos entrevistados, embora não tenha existido nenhuma pergunta concreta nesse sentido, nem mesmo como sugestão, tal como acontece no caso da morte (cf. o capítulo seguinte). A inexistência de pergunta implica que a informação fornecida sobre os processos migratórios não é sistemática. Contudo, a sua centralidade e a sua relação com o mundo do trabalho obrigam à apresentação dos resultados possíveis. A emigração é mencionada concretamente em exatamente metade das entrevistas realizadas neste perfil (dez). O processo migratório tende a enviesar a sua própria análise, dado que os indivíduos que emigraram não estão no país para serem incluídos no grupo de entrevistados. Não obstante, existe menção em duas entrevistas de um processo de emigração própria e numa terceira de emigração do marido da entrevistada.

Na primeira entrevista, verificou-se uma emigração de apenas três meses. A entrevistada (de 54 anos) e o marido regressaram por estarem clandestinos e sem os filhos. Os outros dois casos respeitam a homens que foram trabalhar para a construção civil (França e Suíça). No caso da Suíça, a emigração teve o

intuito de se angariar dinheiro para que construíssem a sua casa, sendo que no outro caso não há esse tipo de informação. Os restantes casos onde se menciona o tema da emigração respeitam a processos migratórios de um sogro e de um pai (temporários), e de seis casos de filhos (com netos nascidos no destino) e de uma neta que vivem em diversos países estrangeiros (sobretudo a França, mas também, a Suíça e os Estados Unidos). Acrescem ainda três casos em que se verificou a emigração de irmãos.

Neste conjunto de casos, o que se salienta é que, para a maioria dos entrevistados, um processo migratório familiar implicou a saída de grande parte dos familiares, por vezes de quase todos. Assim, por exemplo, um entrevistado tem os três filhos emigrados em França (P1.3_Montalegre), outra tem cinco dos oito irmãos no mesmo país (P1.4_Montalegre#2) e uma terceira tem todos os familiares imigrados nos Estados Unidos (P1.1_Vila Franca do Campo).

Em síntese, no perfil dos reformados a relação com o mundo do trabalho é algo que, para quase todos os casos, se reporta ao passado, dado o seu estatuto e idade. Um primeiro aspeto que se destaca é que apenas uma das entrevistadas nunca exerceu qualquer atividade remunerada. Entre as diferentes estratégias de acesso ao emprego, verifica-se que são mais os casos de mobilização de redes de conhecimento interpessoal do que de estratégias individuais (estas últimas correspondem a apenas quatro casos de procura de trabalho através do jornal). Além disso, existe um tipo importante de estratégias de acesso ao emprego que se encontra totalmente ausente dos discursos dos entrevistados: a mobilização institucional de entidades como as escolas, as escolas profissionais, os centros de emprego ou os serviços de ação social. Esta ausência é claramente geracional, pois marca um período da história recente onde a maior parte dessas instituições não existia e, a que existia (a escola), não fornecia esse serviço.

A inserção no mercado de trabalho, no que aos reformados respeita, mostra bem a transformação da sociedade portuguesa. As idades e formas de ingresso no mercado de trabalho mais típicas entre os entrevistados revelam uma sociedade profundamente rural onde o que hoje chamamos trabalho infantil era rei e onde as crianças iam trabalhar para ajudar os pais e não propriamente por opção, mau grado serem de diferentes gerações, tendo nascido em décadas distintas, como vimos nos capítulos anteriores deste livro. Alguns queriam deixar a escola, mas, nesta mobilização das recordações, diversos entrevistados indicam que gostariam de ter continuado a estudar, algo que não foi possível fazer nos seus contextos sociais, como se analisou detalhadamente anteriormente. Há aqui, portanto, um efeito geracional que nos remete para um Portugal que já não existe, mas que, não obstante, deixou marcas evidentes e duradouras, diríamos até estruturais, na vida dos entrevistados. Este ingresso precoce no mundo do trabalho ajuda a esboçar um modelo, pelo menos para os reformados que entrevistámos, em que a pobreza é uma herança familiar e não é propriamente algo em que as pessoas acabam por cair, por um qualquer acidente.

A análise da literatura (Gaulejac & Leonetti, 1994) permite-nos identificar o que designamos de os três D's da pobreza, por contraponto aos três D's do 25 de Abril. Se, por alturas da Revolução, se falava em

Descolonizar, Democratizar e Desenvolver, no caso da pobreza pode-se falar das suas causas recorrendo a uma analogia semelhante baseada em grandes ruturas na vida dos indivíduos: Doença (crónica ou prolongada, física ou psicológica), Divórcio (ou outra rutura familiar como por exemplo a morte de um progenitor) e Desemprego (pessoal ou de outro membro do agregado familiar), tidos como motores do ingresso em situação de pobreza. Contudo, neste perfil, embora não estejam ausentes este tipo de problemas (longe disso), complementam apenas os fatores associados à família de origem dos entrevistados, isto é, os fatores que são o esteio da reprodução intergeracional da pobreza, situados em boa parte na infância, na educação e na relação com o mundo do trabalho. Isto é, os três D's da pobreza não se aplicam apenas ao ingresso nesta condição social, mas também à sua reprodução ao longo do tempo.

Verificámos igualmente que boa parte dos entrevistados teve uma trajetória de emprego em carrossel, caracterizada por elevada precariedade ao longo do tempo, em que os períodos de trabalho são, em alguns casos, entrecortados por períodos de desemprego. As atividades laborais desenvolvidas foram de diversos tipos, mas partilhavam a desqualificação e os baixos salários. Por contraste, uma parte dos entrevistados apresentou alguma estabilidade ao longo da sua vida profissional, o que não se traduziu em proteção para a situação de pobreza, dado que essa estabilidade esteve associada a baixos salários, a atividades desqualificadas e, em alguns casos, à precariedade na sua dimensão contratual. Aliás, a precariedade é bastante presente ao longo de toda a trajetória de vida da quase totalidade dos entrevistados. No entanto, mesmo a existência de estabilidade na atividade ou no emprego não os protegeu da pobreza, devido à questão da qualidade do emprego³³.

Num único caso, refere-se o importante papel que a sindicalização desempenhou na existência de contrato de trabalho no seio de uma indústria organizada. Por contraste com os restantes, este caso é relevante por mostrar como o papel dos sindicatos é importante para a criação de condições laborais mais protegidas, isto é, dentro da norma. Contudo, isso não impediu, neste caso concreto, que a entrevistada se despedisse e não voltasse a encontrar uma atividade laboral com o mesmo grau de proteção.

Na dimensão mais subjetiva da análise, do ponto de vista da forma como o emprego contribui para a formação das identidades sociais dos entrevistados, verifica-se que existe uma grande dificuldade em condensar a atividade desenvolvida numa palavra ou pequena expressão, isto é, no nome de uma profissão. Esta dificuldade é especialmente notória nos entrevistados residentes em meio rural. De resto, aquando da menção da atividade profissional verifica-se que boa parte dos indivíduos se definia mais como doente do que como trabalhador.

Uma importante questão relativa à relação dos indivíduos com o mundo do trabalho tem a ver com a satisfação ou o gosto com o trabalho desenvolvido. Pudemos observar que boa parte dos entrevistados

³³ Temos vindo a definir a qualidade do emprego com base em quatro indicadores: a precariedade; a penosidade; a perigosidade e o salário (Diogo, 2007).

relewa o desgosto para com o trabalho que desenvolveu. No discurso de alguns, pode-se observar uma situação intermédia, uma vez que declaram o gosto pelo trabalho mas associam-no a questões que remetem para a conformidade com o trabalho ou para a sua associação à penosidade e não para um genuíno gosto. Não encontramos nos entrevistados deste perfil discursos que expressassem verdadeiramente um qualquer gosto pelo trabalho, que fosse distinto do gosto expresso em valores extrínsecos como o salário ou o convívio com os outros (com uma única exceção, referente a uma única atividade).

Entre as razões do desgosto, destaca-se a penosidade das tarefas desenvolvidas. Esta questão introduz um aspeto que apareceu com regularidade nas entrevistas, a dicotomia passado/presente, que acaba por distinguir este perfil dos restantes (Precários, Desempregados e Trabalhadores). Em regra, o presente é visto como um período mais fácil do que o passado, no trabalho e noutras esferas da vida. Este último aparece associado a maior penosidade das atividades laborais por oposição ao que agora acontece (com outras pessoas, dado que os entrevistados que assim se pronunciam estão reformados).

A não adesão ao gosto pelo trabalho através de valores intrínsecos está largamente associada à doença. Esta, bem como a morte, está muito presente nas entrevistas, e não apenas em relação ao presente e à degradação do estado de saúde associada à elevada idade dos entrevistados (que contam em média com 74,4 anos). Com efeito, encontramos ao longo da trajetória de vida profissional destes indivíduos referências frequentes a doenças que dificultam a atividade profissional, algumas delas resultantes da realização de atividades laborais penosas que degradam o estado de saúde dos indivíduos. Doença, (des)gosto e penosidade contribuíram, portanto, para afastar os indivíduos de uma identidade para si como trabalhadores. Contudo, as questões da doença e da morte atravessam toda a narrativa dos entrevistados e são omnipresentes na vida de muitos. Esta omnipresença é bastante evidente em todas as suas fases da vida, dizendo respeito a si e aos seus familiares, como veremos detalhadamente no capítulo seguinte. Poder-se-ia pensar que as questões da morte e da doença se esgotavam no momento da entrevista, considerando que estamos a falar de idosos, mas a sua amplitude atravessa toda a vida dos entrevistados.

Uma questão mencionada com regularidade nas entrevistas foi a emigração, apesar de não ter sido alvo de nenhuma pergunta. Isto significa que, mau grado não seja possível aferir a emigração a partir da experiência própria (não inquirimos indivíduos que estejam emigrados), se verificou que esta acaba por funcionar como resposta à situação de pobreza para um número significativo de famílias dos entrevistados (partindo-se do princípio de que a pobreza tende a afetar transversalmente as famílias). Para mais, em três casos relata-se uma tentativa de emigração malsucedida (uma vez que os indivíduos voltaram ao país e a uma situação de pobreza). Recorde-se que o facto de dez entrevistas não mencionarem a emigração não implica que esta não exista na sua família e rede de relacionamento, dado não ter sido colocada qualquer questão sobre o tema.

5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada

5.1. Perceções sobre a adequação de níveis de rendimento

Na quase totalidade dos casos, as pessoas entrevistadas afirmaram a insuficiência dos seus rendimentos relativamente às suas necessidades. No entanto, é essencial notar que, em muitos casos, a par dessa opinião, a necessidade de fazer o dinheiro disponível esticar ocupou posição de destaque nos discursos dos respondentes.

Entrevistada: Tem que se esticar! Eu todos os meses gasto tanto dinheiro, tanto dinheiro, tanto dinheiro! Olhe, este mês até fiquei a dever 13 euros à farmácia. (...) É na farmácia, é na mercearia, é tudo! Ainda este mês na mercearia fiquei a dever... (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

A utilização desse tipo de expressão e de outras, como «vamos governando» (P1.4Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos), permitir-lhes-á, de alguma forma, sentir que detêm algum controlo sobre a situação (Finch & Elam, 1995; Dominy & Kempson, 2006), ao contrário do que acontece com expressões mais consentâneas com desesperança. Nalguns casos, aliás, essa expressão surgiu quase como um imperativo, como a necessidade de controlar uma situação que é, por si só, implicitamente descontrolada.

Entrevistada: Não chega, mas tenho que saber governar, não é? (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

No caso específico de uma entrevistada em Lisboa, o discurso parece oscilar a cada frase entre estes dois polos, entre a vontade de não perder as rédeas e a constatação de que elas estão lassas, entre o realce e a desvalorização da ajuda recebida.

Entrevistada: Claro que não! Claro que não, mas bem, bem pouquinho eu consigo. No dia 8, já estou aflita... (...) Tenho tido ajudas da Junta de Freguesia...açúcar, arroz, bolachas, leite, manteiga... Mas é só uma vez por mês, também não... Mas pronto, mas vai... (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Noutros casos a reflexão exprimiu algum desencanto: o reconhecimento da objetiva insuficiência do rendimento disponível é, quase em simultâneo, confrontado com a apreciação de que este acaba por ser

tornado suficiente, ainda que com repercussões óbvias na vida quotidiana, sobretudo ao nível da privação experienciada.

Entrevistada: Menina, com 333 euros e qualquer coisa, acha que eu me posso governar? Posso, não tenho uma dívida. Se tiver dinheiro, compro, se não tiver, não compro. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Todavia, é preciso não esquecer que, em muitos casos, a necessidade de poupar e de fazer esticar o dinheiro foi uma constante ao longo da vida destas pessoas, tornando-se, de certa forma, quase inconsciente (Dominy & Kempson, 2006). Como argumenta Alexandra Lopes, a pobreza na velhice é sobretudo uma condição que decorre de trajetórias de vida de acumulação de desvantagens, pelo que a autora realça a necessidade de se passar de uma visão estática da pobreza entre a população idosa para a sua análise no contexto de processos dinâmicos e socialmente determinados de construção de desigualdades ao longo da vida (Lopes, 2017). A pobreza entre a população idosa entrevistada tende a ocorrer como função de um conjunto de condições e acontecimentos situados em fases anteriores do curso da vida. Tal inclui, por exemplo, a relação dos indivíduos com o mercado de trabalho (cf. capítulo 4) e a sua relação com as modalidades de proteção social (cf. capítulo 7), que moldam não só a sensibilidade dos indivíduos aos efeitos das determinantes etárias, como também a sua capacidade de resistência a essas mesmas determinantes (Lopes, 2017).

Dos relatos das pessoas entrevistadas, ficou claro que a dimensão da saúde desempenha um papel relevante no que se refere à necessidade de fazer o dinheiro esticar. As idas à farmácia parecem ser vividas de forma tão stressante quanto necessária, como fica, aliás, patente na citação seguinte.

Entrevistada: Não, claro que não [chega]! Só em farmácia, todos os meses pago 40 euros de renda, mais água, luz, gás. E depois sou uma pessoa muito doente. Só o que eu gasto na farmácia todos os meses...! (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Sendo que, em alguns casos, parece não restar outra alternativa que não recorrer à privação também no que se refere à componente da medicação.

Entrevistada: Ela [a filha] não compra tudo [medicamentos] de uma vez, à maneira que a gente precisa, porque o dinheiro não chega. É uma vida muito apertada. (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Estes discursos remetem, pois, de forma mais ou menos imediata, para uma dimensão de privação que é consentânea com o retrato estatístico do país (cf. o livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*) e que tem sido amplamente analisada cientificamente (cf., por exemplo, Lopes, 2008). Como refere Alexandra Lopes, a partir da sua análise do ICOR,

particularmente marcadas são as diferenças observadas (...) no índice das necessidades primárias, facto tanto mais relevante quanto remete para um conjunto de necessidades que, a não serem satisfeitas, colocam em risco grave a própria integridade física do indivíduo. (Lopes, 2008, p. 8).

Duas estratégias, por vezes simultâneas, são as mais utilizadas para fazer face à falta de rendimento. Desde logo, a privação, principalmente a nível alimentar. Sendo mais difícil deixar de fazer face a despesas como as referentes à habitação e à saúde, resta a alimentação como a componente de despesa onde cortar. Evitar a compra de alguns alimentos ou de alimentos caros torna-se desta forma uma opção (Aggarwal *et al.*, 2011; Fernandes, 2017)³⁴. É acionada, relativamente à alimentação, uma procura constante pelas promoções, pelos produtos mais baratos e que, como referem algumas pessoas, «deem mais rendimento», eliminando-se, em muitos casos, produtos como fruta ou legumes frescos.

Entrevistada: Não, não é suficiente. Temos de nos governar com aquele que há porque não há mais. Não podemos tirar das prateleiras tudo o que queremos. Temos de ir ao mais barato, às promoções, temos de comprar o mais barato. Há coisas que gostava de comprar, compro mais para o meu marido que está doente. Fruta, iogurtes, compro mais para ele, para mim... como tenho saúde como qualquer coisa. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Algumas pessoas consideraram que suprir estas dificuldades é, apesar de tudo, mais fácil em meios mais rurais, como referiu, por exemplo, uma entrevistada em Montalegre:

Entrevistada: Nós aqui dentro das aldeias, pronto, temos aqui este quintalzinho e mais nada, mas a gente cultiva umas batatinhas, um feijão verde, umas couves. Quem vive na cidade, que tenha que pagar uma renda de casa e que tenha que comprar tudo, ir ao mercado e comprar tudo, eu não sei como essas pessoas conseguem viver! Não conseguem viver, é impossível! (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Fica assim patente a importância que o autoabastecimento continua a ter na mitigação da

³⁴ Carman e Zamarro (2016) demonstraram que, embora as situações de insegurança alimentar sejam mais frequentes nos estatutos socioeconómicos mais baixos, aquela pode relacionar-se igualmente com os níveis de educação e literacia da população. Contudo, não será esta uma variável fundamental no contexto desta pesquisa dado que, como anteriormente explorado, os níveis de educação das pessoas entrevistadas são, quase sempre, baixos.

severidade da pobreza e da privação alimentar. Ainda que obviamente mais prevalente no meio rural, continua a existir em meio urbano, aí como forma ainda mais evidente de mitigar situações de pobreza e privação, como argumenta investigação recente sobre esta matéria (Silva & Monte, 2014; Hespanhol, 2019).

A opção pelo corte ao nível da alimentação é, por vezes, a única possível, como se percebe através do discurso de uma entrevistada em Ferreira do Alentejo, que confessou que «no vestir, nunca mais comprei nada». Ou, como referiu uma outra entrevistada em Lisboa:

Entrevistada: O vestir? Sabes como é que diziam na minha terra? Remenda o teu pano que chega ao ano, torna a remendar e ele torna a chegar. É engraçado, não é? Mas é verdade. A roupa, qualquer trapinho dá para... (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Estes dados são consistentes com os dados do Inquérito às Despesas das Famílias analisados (e constantes no livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*), sendo também consistentes com estudos que identificaram as prioridades das pessoas idosas ao nível dos gastos (Dominy & Kempson, 2006) e que incluem, por exemplo, os custos com a habitação, mas não custos com comida ou roupa.

Um elemento frisado de forma veemente por várias das pessoas entrevistadas foi a ausência e mesmo a rejeição de dívidas. Esta situação, sendo potencialmente positiva a médio-longo prazo, tem amiúde consequências concretas ao nível da privação, logo no curto prazo:

Entrevistada: Olha, como agora! Andei no médico, mas já tinha gasto tanto dinheiro... Precisava dos óculos, mas não os comprei porque não me chegava o dinheiro. Está a ver? Só vou até onde posso. Dívidas não quero! Nem que tivesse de passar fome, não ia buscar nada fiado a uma loja, não! Nunca! (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

No entanto, noutros casos, há lugar à contração de dívidas, que terão de ser mais tarde pagas. Tal pagamento vem condicionar o futuro, mas foi referido pela maioria dessas pessoas entrevistadas como um ponto de honra e motivo de orgulho.

Entrevistado: Às vezes [a esposa] vai às compras, fica lá a dever e depois quando recebemos é que vai lá pagar. O que vale é que a gente somos conhecidos por toda a gente e graças a Deus não devemos nada a ninguém. Mas é com muitas dificuldades. É, sim, senhor. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Uma outra situação, apresentada por uma entrevistada em Ferreira do Alentejo, representa um exemplo concreto dos condicionamentos impostos quer pelos baixos rendimentos, quer pela contração de

dívidas consideradas essenciais, neste caso para a sua sobrevivência básica e para cuidar da mãe, que está num lar. Tais condicionamentos tornam-se particularmente notórios dado que, como diz a própria, «não tenho ninguém que me jogue a mão»:

Entrevistada: Eu não compro nem uma garrafa de água sem dinheiro. Já me têm ali senhoras dito para eu levar. E eu digo-lhes: «o mesmo dinheiro que tenho hoje, tenho amanhã.» Eu não posso fazer dívidas.

Entrevistadora: Pois, não tem por onde...

Entrevistada: Não, não. Não posso dizer que vou comprar uma coisa e que pago no fim do mês. No fim do mês eu tenho as coisas para pagar todas, como é que eu depois vou pagar uma coisa? Nem pensar!

Entrevistadora: Então tenta gerir de forma a não fazer dívidas?

Entrevistada: Pois, é só assim. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Ficam, portanto, patentes as formas utilizadas para se gerir a existência de dívida, na maioria das vezes tratando-se de estratégias complementares. Em primeiro lugar, a manutenção de um nome limpo que seja também, por sua vez, garantia da possibilidade de continuar a recorrer a este expediente.

Entrevistado: Tinha crédito, pois. Que ele sabia a vida da gente. (...) A gente tem sempre crédito. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Em segundo lugar, pressupor a utilização de rendimentos «extraordinários» (Halpern-Meekin *et al.*, 2015), entendidos como assegurados, dadas as garantias que o sistema de pensões do qual estes respondentes dependiam proporcionam, vai ainda dando a este nível.

Dando razão à argumentação de Alexandra Lopes acima aludida, a grande maioria das pessoas entrevistadas considerou que a existência de momentos em que se verificou uma perceção de que os rendimentos disponíveis eram insuficientes foi relativamente constante ao longo da vida.

Entrevistada: Eu não comprava peixe. O peixe era barato, mas eu não podia. Ah, era sopas de couve, sopa de feijão e molho de batata! Era assim que a gente passava. Carne, aqui em casa, não entrava. (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Algumas optaram por referir-se principalmente a momentos ocorridos quando tinham filhos pequenos, que provavelmente ficaram gravados de forma indelével nas suas memórias pelo que implicaram

e pela compreensão, ainda que implícita, da extensão da pobreza e da privação à geração seguinte.

Entrevistada: Faltava muito dinheiro às vezes para lhes comprar [aos filhos] uma roupinha, ou um calçado e andava mais mal, porque não podia para muito. Era isso... e precisavam. Às vezes, via-os acanhadinhos e, e... e fracos. E precisavam de um alimento melhor e eu não tinha para lhes dar. Era isso... (...) Às vezes, mesmo crianças, nem sempre têm saúde, não é? Quando têm saúde, tudo serve. Mas quando não têm... precisavam às vezes e eu, sabe Deus! Bem via que eles precisavam, mas não tinha para lhes dar... (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Outras optaram por exemplificar com momentos presentes, retratos do quotidiano com que se confrontavam.

Entrevistada: Sempre, sempre... Eu querer comprar uma garrafa de leite e não ter o dinheiro... E isto não é mentira! (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

5.2. Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento

A doença e a morte são consequências lógicas da vida. Neste caso, não se trata da morte das próprias pessoas entrevistadas, mas de quem as rodeia e dos seus efeitos na sua situação de pobreza. Em relação à doença, a situação é um pouco diferente, dado que aqui está em causa, em primeiro lugar, as doenças com impacto na atividade dos próprios, quer sejam doenças dos respondentes, quer de familiares, sendo que nos referimos aqui a doenças crónicas, prolongadas ou incapacitantes. Neste subcapítulo, damos particular destaque ao impacto sistemático destas duas questões no trabalho e na pobreza dos entrevistados.

Começamos com a questão da doença. Apenas três indivíduos não referiram a existência de problemas de saúde, seus ou dos seus familiares. Um valor muito baixo considerando que não há nenhuma bateria de questões sobre este assunto. Apenas se questionava, logo no início da entrevista, se tinha existido, na infância, alguma dificuldade especial como (entre outros exemplos) uma doença de alguém. Este facto, por si só, permite aferir a centralidade da doença na vida destes indivíduos. Pode ser alegado que isso seria de esperar, considerando a sua média de idades de 74,4 anos. Contudo, boa parte das doenças referidas respeitaram a períodos de vida em que se esperaria uma situação mais saudável. Assim, em concreto, dividimos a análise das doenças em três períodos de vida, infância e juventude, idade ativa e situação atual. De notar que, em diversos casos, se verificaram doenças que os afetaram durante múltiplos períodos da sua vida, suas ou dos seus familiares próximos, pelo que os valores apresentados são maiores do que os vinte casos considerados neste perfil.

Neste sentido, onze pessoas referiram uma doença no momento presente da entrevista, sua ou do seu cônjuge. Algo que, com certeza, tinha efeitos na sua situação de pobreza e na sua qualidade de vida nesse momento. Destes, seis referiram doenças apenas no momento da entrevista (cinco casos referiram-se aos próprios e um ao marido). Aliás, a doença de um cônjuge no momento da entrevista foi referida por quatro pessoas, às quais é preciso juntar a menção à doença de uma neta e de uma mãe (neste último caso, pelo entrevistado mais novo neste perfil). Seis pessoas referiram-se a doenças na infância, três casos afetando o próprio e dois o pai. Nesta última situação, a doença paterna foi relatada como tendo um impacto forte numa situação familiar de carência. Oito pessoas mencionaram a existência de doença (recordemos, crónica, grave ou incapacitante) na idade ativa, da qual resultaram três reformas por invalidez, isto é, reformas ainda em idade ativa. Fica assim claro que, se olharmos para o perfil como um todo, a doença se constituiu como uma constante na vida dos indivíduos entrevistados. Contudo, não sendo este um trabalho extensivo (estatístico), a análise não permitiu verificar a existência de regularidades sociais fortes para além desta primeira. Não obstante, existem diversos impactos da doença na relação com o mundo do trabalho, como vimos no capítulo quatro.

Para além da doença, também a morte representou uma constante na vida destes indivíduos. Mesmo não tendo existido nenhuma questão ou bateria de questões que colocasse o problema da morte (nem mesmo como exemplo) esta só não foi mencionada em seis entrevistas. Também se poderia alegar que, sendo mais velhos, a probabilidade dos seus pares terem falecido seria grande. Contudo, a morte transcendeu o momento atual das pessoas aquando da entrevista, sendo a sua menção ao longo das suas vidas uma constante.

Analisámos o problema da morte, em relação ao tempo, dividindo a vida dos indivíduos nos mesmos três períodos que usámos para a doença: a infância e juventude, a idade ativa e a atualidade. No que respeita a este último período, apenas numa entrevista foi mencionado um falecimento (um marido). A maior parte das referências (oito menções) respeitou ao primeiro período considerado. Estas referiram-se à morte de quatro pais, duas mães, uma irmã e um avô (aqui mencionado pelo impacto na vida da entrevistada). Também a idade ativa não escapou a esta lógica: seis pessoas referiram a morte de um filho ou de uma filha, em regra ainda muito jovens; três irmãos (dois da mesma entrevistada); um pai, que morreu aos 47 anos e três cônjuges.

Ao contrário da doença, não se consegue escrutinar uma relação direta com a atividade da pessoa entrevistada, mas apenas com evidentes dificuldades económicas que a perda de um indivíduo ativo gera, destacando-se ainda a dor provocada pela morte de um filho. Contudo, numa análise global do perfil, podemos concluir que a morte de alguém próximo foi frequente na trajetória de vida dos respondentes. Recordemos que aqui temos registado apenas casos de menção espontânea. Um questionamento mais sistemático certamente produziria mais casos. Trata-se de um resultado não esperado. O papel da doença e,

sobretudo, da morte na produção e reprodução da pobreza em Portugal está ainda por explorar, sendo aqui equacionado.

No contexto de uma vida árdua, as situações de doença são, pois, experienciadas de forma particularmente difícil, sobretudo tratando-se de um subgrupo de população entrevistada que, na sua maioria, tinha na altura da entrevista uma idade superior a 70 anos. Tal como acima referido, em alguns casos, os problemas de saúde dizem respeito à própria pessoa entrevistada, como é exemplo uma entrevistada em Lisboa, que evidenciou ter uma saúde muito delicada.

Entrevistada: E agora tenho várias doenças nos ossos. (...) Tenho que ter cuidadinho a andar. (...) Estou cheia de varizes e tenho esses derrames todos. (...) As minhas pernas é que me prenderam muito e agora as mãos, que eu que fiz o exame da energia nuclear e acusou-me de ter os problemas todos. Então é daqui, ombros, as mãos, apanhou tudo. É os joelhos, é os pés, a anca e o sítio onde nós nos sentamos. Sou hipertensa, tenho diabetes, tenho... como é que se chama aquilo da doença pélvica...? (...) Depois, tive um pequeno AVC isquémico, portanto uma coisa no cérebro. (...) Cegou-me a vista esquerda, tive uma oclusão na via central. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

No entanto, num número maior de casos, as referências diziam respeito à saúde de familiares, nomeadamente dos cônjuges.

Entrevistada: Eu, quando me casei, eu tive só um ano sem doenças em casa. Esse [referindo-se ao marido, presente na sala] logo apanhou a pneumonia. Depois tratou-se da pneumonia, dos pulmões. Ele esteve no hospital internado, quase acho que foi quatro ou cinco semanas, por causa do pulmão que lhe saiu do lugar e aqui para cima. Eu tenho passado, depois de eu ter casado, e não tenho satisfação no coração [fica emocionada]. (...) Eu não tenho alegrias, desde que me casei, eu não tenho alegrias. (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Outra dimensão importante, ainda que referida por menos respondentes, prende-se com a morte de familiares, nomeadamente dos cônjuges, elemento disruptivo desencadeador de solidão e de perda de apoio e de rendimento.

Entrevistada: Sou sempre alegre e não gosto de pensar em tristezas, mas o mais difícil foi o meu marido ter morrido. Em cinco meses, rompeu o cancro e matou-o. (P1.2_Ferreira Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Inúmeros estudos têm demonstrado que a viuvez é um dos eventos mais stressantes e disruptivos que podem ser vividos pelas pessoas idosas, amiúde levando a sentimentos depressivos (cf. por exemplo Bennett *et al.*, 2005; Lourenço, 2018). Como refere Fontaine (2000), torna-se, pois, necessário o desenvolvimento de estratégias que permitam a melhor gestão do tempo ou a procura de ocupação e convívio e a utilização de recursos familiares e comunitários (por exemplo, através de contacto e ajuda mais frequente de outros familiares ou de pessoas amigas) que permitam mitigar e idealmente ultrapassar a situação disruptiva. Não parecia ser esse, porém, o caso de uma entrevistada em Serpa a qual, à data da entrevista, tinha perdido o marido há apenas seis meses.

Entrevistada: Além de não estar à espera [da morte do marido], é a solidão em que me encontro. (...) Estou sempre em casa, não faço mais nada. (...) Sou uma pessoa doente. Não tenho vontade de nada. Ele era a minha companhia e ainda me ajudava, pois há certas coisas que não posso fazer. E depois é a noite... Não tem explicação... (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

No entanto, importa realçar que, por vezes, a perda associada à morte de um familiar perdura no tempo e continua, mesmo após muitos anos, a ser apontada como o momento mais difícil de uma vida. Carnelley *et al* (2006), por exemplo, constataram que para muitas pessoas o luto pelo cônjuge se prolonga, por vezes, durante décadas e que, vinte anos depois da perda, os viúvos continuavam a pensar no cônjuge pelo menos uma vez por semana e a ter uma conversa a seu respeito uma vez por mês, em média. Esta é uma situação que encontra eco numa entrevistada em Boticas, que referiu perdas ocorridas há quase 50 anos.

Entrevistadora: Quantos anos a senhora tinha quando ele [o marido] morreu?

Entrevistada: Tinha 48. E o pior é que no dia... O meu pai foi atropelado, morreu atropelado, e no dia em que mandei rezar a missa do sétimo dia, morreu-me o marido [emocionada]... (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Encontra também eco noutras entrevistas, uma das quais reflete a perda de um filho, enfatizando a perspectiva de que, embora o luto se modifique ao longo do tempo, a perda de um filho jamais é superada (Freitas e Michel, 2014).

Entrevistado: Mais difícil foi quando eu perdi o meu filho. Aí é que... [emociona-se] Ainda hoje custa muito... E foi há quarenta e tal anos, mas não se esquece! (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Importa ainda salientar a perspetiva específica das entrevistadas da quota 1.5 (mulheres separadas ou divorciadas a viverem sós) que associaram o tempo em que estavam com os maridos a momentos particularmente difíceis.

Entrevistadora: E quando a senhora pensa na sua vida para trás, quais são os momentos mais difíceis pelos quais passou?

Entrevistada: (suspira) Quando eu estive acompanhada com homem...

Entrevistadora: Os dois casamentos foram os piores momentos da sua vida?

Entrevistada: Sim. (...) Foi quando eu estive com eles [maridos]. Passei uma vida desgraçada. Para ser pai e mãe. (...) Eu andava a trabalhar e chegava casa e não tinha um conforto. Depois, ele vinha tarde e exigia que eu me levantasse para eu ir tratar da comida dele. (...) Porque eu também não queria lhe fazer as vontades e ele, pumba, cascava-me. Batia-me, só para depois se ir embora. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Regista-se, pois, uma oposição flagrante entre as perspetivas das entrevistadas do Perfil 1.2 (viúvas) e do Perfil 1.5 (separadas/divorciadas), deixando antever a preponderância da (in)felicidade conjugal na definição de momentos de (in)felicidade (Aboim, 2006), mesmo em percursos de vida de vida marcados pela pobreza e privação (Kellerhals, 1982; Juras & Costa, 2016).

Tendo em atenção as experiências de vida de muitas destas pessoas entrevistadas, não surpreende que algumas não tenham identificado, à partida, qualquer aspeto positivo ou sucesso particular no seu percurso de vida até ao momento da entrevista, continuando a realçar-se, a esse respeito, as entrevistadas do Perfil 1.5.

Entrevistada: Eu tive uma vida muito triste e vivo muito triste. Pensar, ponho-me a pensar, que estou sozinha, ponho-me a pensar no que passei lá atrás. É muito triste... (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Algumas destas pessoas, quando estimuladas a pensar em algum momento potencialmente mais positivo, apenas o conseguiram fazer relativamente à infância e juventude, altura em que, como referiu uma entrevistada no Porto, não se pensa da mesma maneira que na idade adulta, o que conferirá alguma ingenuidade e, desse modo, alguma proteção face às dificuldades da vida. Foi também esse o caso de uma entrevistada em Vila Franca do Campo:

Entrevistada: O melhor da minha vida foi a minha juventude e foi, como é que eu hei de dizer, porque não me faltava nada em casa dos meus avós e dos meus pais.... era mais alegria. Agora isto, é um mundo que é negro, querida. (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Entre os respondentes que, apesar de tudo, identificaram momentos positivos no seu percurso de vida, uma grande parte referiu a dimensão das sociabilidades familiares, nomeadamente, a importância dos filhos.

Entrevistada: É quando vêm os meus filhos. Sim, sim, sim! Quando eles vêm cá, para mim é... (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 64 anos)

As respostas dos entrevistados do sexo masculino distinguem-se, a este respeito, pelo facto de terem associado momentos positivos da vida ao trabalho, ficando clara a importância atribuída por estes respondentes ao trabalho enquanto elemento estruturador da sua identidade social, na linha da argumentação de Dubar (1997) e como já explorado num capítulo anterior relativo ao trabalho.

Entrevistado: Eu tinha negócio. Eu tinha empregado. Eu ganhava muito dinheiro na Feira Popular! (...) Foi ali que subi um pouco, um bocado. Ali, eu aumentei, eu comprei casa, eu tinha o meu apartamento. (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

Perante uma vida caracterizada por dificuldades, algumas das pessoas entrevistadas consideraram que, apesar de tudo, a sua situação no momento da entrevista era melhor do que no passado. Em tais casos, isso parece derivar de uma perspetiva comparada que é feita face a momentos (ainda mais) difíceis. Foi esse o caso de uma entrevistada em Lisboa, que realçava que as ajudas existentes no momento da entrevista permitiam uma mitigação da pobreza que não era possível no passado.

Entrevistada: Olhando para o meu passado... a reforma não é muito, pronto... não é muito, mas, eu tenho ajudas. Antigamente, não havia ajudas de parte nenhuma. (...) Eu vivo apertada, mas com as ajudas que vou tendo... (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Foi esse também o caso de uma entrevistada em Boticas que salientava o facto de não ter ninguém que a aborreça e, sobretudo, o facto de não ter já, como no passado, a responsabilidade de suprir as necessidades dos filhos associada à angústia com a ausência de meios para o fazer.

Entrevistada: Eu vivo melhor agora. Só queria era ser nova! Só queria era ter menos 20 ou 30 anos. Mas agora, claro, mas agora é que eu estava bem... ninguém me aborrece. Não trabalho, porque não posso e graças a Deus lá vou-me levando com aquilo que tenho. E antigamente, sabe Deus...! Via os filhos a precisarem e não tinha para lhe dar, está a ver? Por isso é que agora... não tenho essa responsabilidade. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Contudo, a maioria considerou que a sua vida piorou ao longo do percurso. A falta de saúde é, a este respeito, um elemento preponderante. Em muitos casos, tratou-se da saúde da própria pessoa entrevistada, sendo de realçar a prevalência destas situações entre os homens entrevistados:

Entrevistado: Tinha mais saúde! (...) Eu já mal dobro mas é as pernas para andar, já não passo bem para onde quero. É cada tombo que dei. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Noutros casos, quase todos referentes a mulheres entrevistadas, o agravar das condições de vida foi associado à condição de saúde do cônjuge.

Entrevistada: A piorar. Sim, a piorar. (...) As doenças, o que me aconteceu, o que aconteceu a ele a dar-lhe aquela doença, tão novo ainda, foi mesmo atirar uma pessoa ao charco. Difícil mesmo. (...) Quando lhe deu o primeiro AVC, eu tinha os filhos ainda todos comigo. Não foi fácil, ainda andavam alguns na escola. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 64 anos)

Nalguns destes casos, é perceptível que as circunstâncias associadas à saúde do cônjuge não foram referidas de forma isolada, mas antes associadas a situações de perda ou redução de rendimentos.

Entrevistada: Teve saúde, mas assim que apareceu isto, pronto, deixou de trabalhar e ficámos pior. Enquanto ele trabalhou era mais fácil. Era pedreiro, sempre ganhava mais alguma coisa. Agora teve de se reformar e a vida tem estado mais complicada. (...) Antes disso, tinha uma vida estável. Agora de há 18 anos para cá é que tem sido pior. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Esse tipo de raciocínio estendeu-se a situações de separação ou mesmo de morte.

Entrevistada: Já estive melhor. Quando o meu marido era vivo. Mas olhe, vai-se passando.

Entrevistadora: Em que aspetos é que era melhor?

Entrevistada: Ora, tinha dinheiro para comprar coisas e agora não compro nada. (P1.2_Ferreira Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Contudo, outras pessoas associaram de forma direta a possibilidade de trabalharem a melhores condições de vida em determinado momento da sua vida passada.

Entrevistada: Um bocadinho melhor de que quando era na minha infância, não é? Um bocadinho melhor! Já havia mais trabalhos, já havia mais pessoas a chamar a gente para trabalhar, a gente já ia trabalhar e já ganhava mais um bocadinho e já tinha mais possibilidades de ajuntar, não é? Porque quando havia pouco trabalho, se ganhasse uma jeira ou duas por semana era pouco. E depois a gente a trabalhar mais alguns dias, já era mais dinheiro e a gente sobrevivia melhor. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Em síntese, verifica-se que, na quase totalidade dos casos, as pessoas entrevistadas referiram a insuficiência dos seus rendimentos relativamente às suas necessidades, salientando a necessidade de fazer o dinheiro disponível esticar, o que, amiúde, apenas se tornava alcançável através da privação, principalmente a nível alimentar. Algumas pessoas entrevistadas consideraram que suprir estas dificuldades é, apesar de tudo, mais fácil em meios mais rurais, ficando patente a importância que o autoabastecimento ainda tem na mitigação da severidade da pobreza, em especial da privação alimentar.

Um elemento frisado de forma veemente por várias das pessoas entrevistadas foi a ausência e mesmo a rejeição de dívidas. Porém, sendo esta situação potencialmente positiva a médio-longo prazo, tem amiúde consequências concretas ao nível da privação, logo no curto-prazo. Noutros casos, foi referida a contração de dívidas, que têm de ser mais tarde pagas. Tal pagamento vem condicionar o futuro, mas foi referido, pela maioria dessas pessoas entrevistadas, como um ponto de honra e motivo de orgulho.

A grande maioria das pessoas entrevistadas considerou que a existência de momentos em que existiu uma perceção de que os rendimentos disponíveis eram insuficientes foi relativamente constante ao longo da vida. No contexto de uma vida árdua, as situações de doença são experienciadas de forma particularmente difícil, sobretudo tratando-se de um subgrupo de população entrevistada que tinha na altura da entrevista uma idade média de 74,4 anos. Outra dimensão importante, ainda que referida por menos respondentes prendeu-se com a morte de familiares, nomeadamente do/a cônjuge, elemento disruptivo desencadeador de solidão e de perda de apoio e de rendimento.

Tendo em atenção as experiências de vida de muitas destas pessoas entrevistadas não surpreende que algumas não tenham identificado, à partida, qualquer aspeto positivo ou sucesso particular no seu percurso de vida até ao momento da entrevista. Entre os respondentes que, apesar de tudo, identificaram

momentos positivos no seu percurso de vida, uma grande parte referiu a dimensão das sociabilidades familiares e, nomeadamente, a importância dos filhos.

Perante aquilo que foi uma vida caracterizada por dificuldades, algumas das pessoas entrevistadas consideraram que, apesar de tudo, a sua situação no momento da entrevista era melhor do que no passado. Em tais casos, tal parece derivar de uma perspetiva comparada que é feita face a momentos (ainda mais) difíceis. Contudo, a maioria considerou que a sua vida piorou ao longo do percurso, constituindo a falta de saúde, a este respeito, um elemento preponderante.

6. Sistemas de proteção social e redes de solidariedade informal

Os reformados e as pessoas mais idosas integram uma das categorias de pobreza com maior expressão em Portugal. Assim, a análise da relação destes indivíduos em situação de pobreza com os sistemas de proteção social e com as redes de solidariedade informal assume uma particular relevância quer por se relacionar estreitamente com a função protetora do Estado Social, designadamente na velhice e invalidez, quer por se reportar ao papel dos serviços sociais públicos e privados no apoio a estas pessoas nas situações de privação e exclusão que afetaram a sua trajetória pessoal e que continuam a marcar a sua experiência de vida no tempo presente, quer ainda por ser sobretudo nas falhas destes sistemas que emerge o papel central das redes de solidariedade informal. Esta perspetiva permite igualmente analisar a dinâmica de construção da relação destes indivíduos enquanto sujeitos sociais com os recursos e sistemas formais de suporte social nas situações de pobreza e vulnerabilidade social.

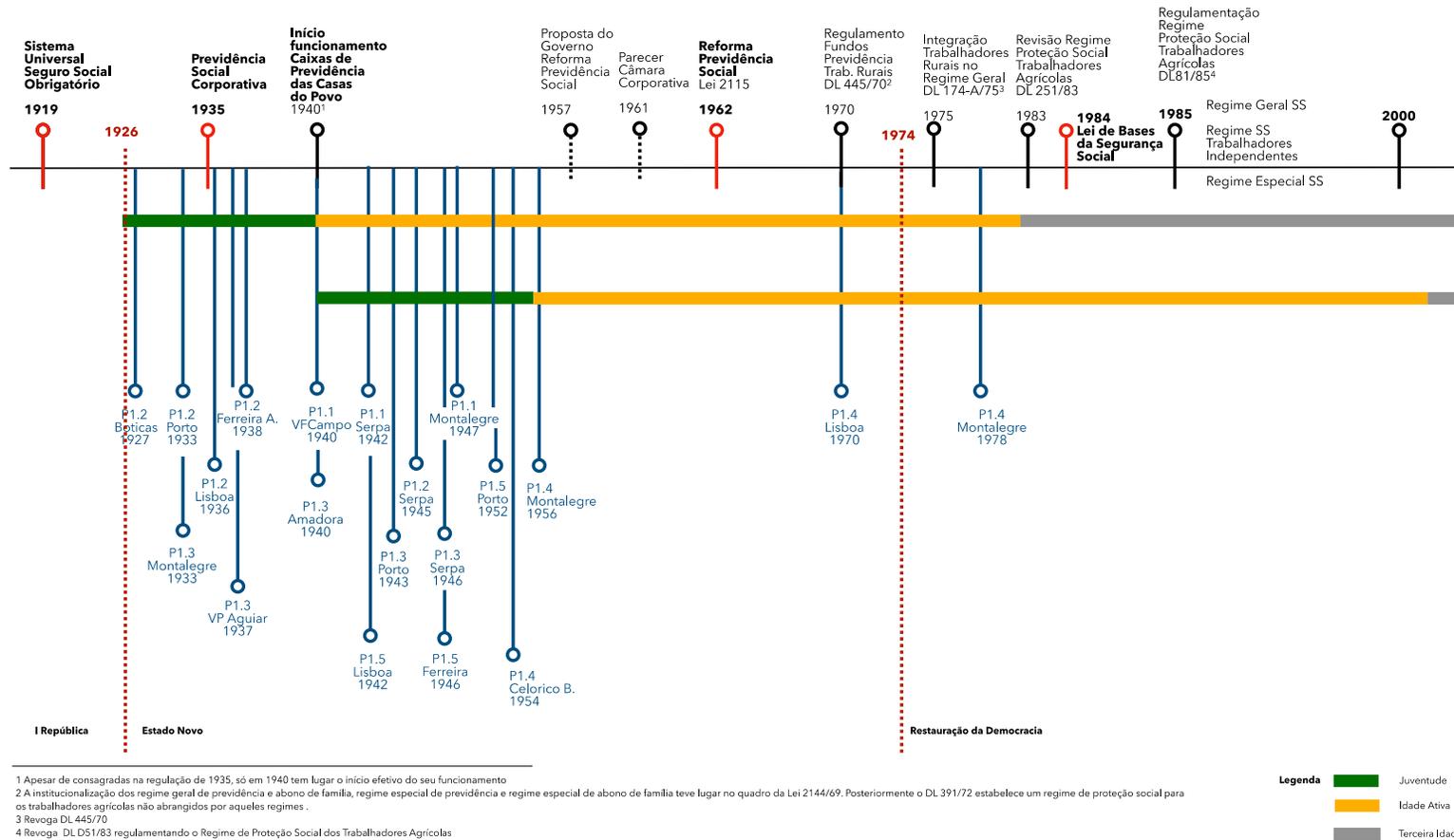
6.1. Idosos em situação de pobreza e (des)proteção social: os efeitos geracionais

A exploração das entrevistas de orientação biográfica realizadas com os cidadãos reformados e mais idosos em situação de pobreza permite-nos, com recurso à perspetiva teórica do curso de vida (*life course*) (Hackstaff *et al.*, 2012; Mortimor & Shanahan, 2003), analisar os efeitos de coorte (*cohort effect*) enquanto impacto do tempo histórico nos processos individuais. Na verdade, os entrevistados que se enquadram neste perfil de pobreza agrupam-se em duas coortes de idade. Um primeiro conjunto nascido nas décadas de '20 e '30 (mais precisamente entre 1927 e 1938) e um segundo nas décadas de '40 e '50 (entre 1940 e 1956), inscrevendo-se, em dimensões essenciais, na sua juventude e sobretudo na idade ativa, no tempo histórico – político, social e cultural – do Estado Novo e da sua fase final, na transição dos anos '60, conhecida como Primavera Marcelista.

Como a Figura 1 permite observar, a emergência e desenvolvimento dos sistemas de proteção social no nosso país tem lugar neste tempo histórico, numa primeira fase com a criação do sistema de seguros sociais obrigatórios em 1919, no contexto da I República. Este sistema de seguros, influenciado pelo modelo bismarckiano, pretendia institucionalizar pela primeira vez um sistema de proteção social dos cidadãos portugueses contra os riscos de doença, acidentes de trabalho, invalidez, velhice e também para a sobrevivência (atribuindo uma pensão aos familiares de um ativo morto precocemente). No entanto, apesar do seu carácter inovador e ambicioso, com exceção do seguro de acidentes de trabalho, este sistema de seguros sociais obrigatórios não logrou concretização (Amaro, 2008; Lucena, 1999; Maia, 1985). Deve ainda

assim ser sublinhado, como assinalam Cardoso e Rocha (2009), que a não concretização daquele programa ficou a dever-se menos à falta de empenho e de apoio político do que a dificuldades decorrentes do contexto económico e do desajustamento das suas bases programáticas e operativas às características estruturais da sociedade portuguesa. Este insucesso, como assinala Amaro (2008, p. 68), acabou por ter o mérito de se constituir como um marco de referência na construção de um sistema de proteção social em Portugal à semelhança do que ia sendo feito noutros países.

Figura 1 – Enquadramento dos casos na evolução dos sistemas de proteção social em Portugal



Fonte: elaboração própria

Ora, a quase totalidade dos entrevistados integrados neste perfil nasceu e iniciou-se (precocemente) no mundo do trabalho num tempo histórico caracterizado pela rutura com os valores do republicanismo e do seu modelo de proteção social e pelo processo de instauração da previdência social corporativa, adverso à intervenção pública na esfera social e ao modelo de Estado-providência³⁵, circunstância que haveria de concorrer de forma indelével, como se mostrará, para o limitado padrão de proteção face ao risco de velhice, invalidez ou doença que hoje apresentam.

Estes cidadãos, em regra com baixas qualificações, desenvolveram a sua vida laboral no âmbito das atividades agrícolas, no domínio dos serviços domésticos ou em ocupações a isso associadas, como a costura, e ainda em atividades no comércio e indústria, sendo deste modo importante analisar qual era, na altura, a dinâmica de construção do edifício da previdência social corporativa, quer no que se refere à proteção dos trabalhadores em geral, quer no que respeita à proteção das atividades agrícolas, dada a sua relevância para o conjunto dos entrevistados. Esse processo tem o seu início com a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional em 1933 e da Lei 1884, em 1935.

Relativamente às atividades agrícolas, competiria às Caixas de Previdência das Casas do Povo a proteção dos trabalhadores agrícolas. No entanto, de início, as Casas do Povo não se ocupavam diretamente da previdência, o que viria a ocorrer apenas a partir de 1940 (Amaro, 2008, p. 70). Cerca de vinte anos depois, o parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de reforma da Previdência Social assinalava de forma inequívoca os limites do processo de desenvolvimento da previdência social corporativa e criticava a ausência de propostas de alargamento direto do âmbito da previdência aos trabalhadores da agricultura.

[N]a prática apenas os sectores do comércio, indústria e serviços acusam expansão satisfatória do seguro social, com um índice de cobertura da respectiva população activa de cerca de 70 por cento. [...]. Na agricultura, os obstáculos que, em toda a parte, dificultam a sua inclusão na previdência obrigatória revelaram-se, entre nós, particularmente acrescidos, não permitindo que *o índice de cobertura da população rural pelas Casas do Povo tivesse ido além de um quinto, nem que os respectivos benefícios se situassem, na maior parte dos casos, acima de níveis modestos* (Parecer 39/VII, de 6 de Abril de 1961, itálico nosso).

De facto, como Lucena (1999, p. 157) assinala, nas Casas do Povo, a previdência propriamente dita apenas compreendia a proteção na doença (assistência médica e subsídios de curta duração, num

³⁵ A título exemplificativo, veja-se Teotónio Pereira, subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social, que, na sua obra *A Batalha do Futuro – Organização Corporativa*, defendia a previdência corporativa por oposição ao «processo estatista dos seguros [que] tem sido até hoje, economicamente, socialmente e psicologicamente um erro dos mais nefastos. O seguro no desemprego criou a legião dos desempregados profissionais, como o seguro social de doença veio diminuir em muita gente o desejo de ter saúde, como o seguro na velhice concorreu para relaxar – na opinião dos tratadistas – o instinto individual da economia» (Pereira, 1937, pp. 49-50).

máximo de noventa dias, de 40 % do salário nos primeiros trinta e 30 % nos restantes) e um subsídio por morte, com «prestações de valor assente numa base contributiva de pobreza e sem qualquer esforço por parte do Estado que só podia gerar benefícios também eles pobres» (Amaro, 2008, p. 71).

Como se pode observar pelo itinerário da proteção social no que respeita ao sector agrícola, apesar da relevância assumida pela reforma da Previdência Social de 1962 (Lei 2115), seria apenas em 1975, no quadro da restauração da democracia, que se operará a integração dos trabalhadores rurais no regime geral da Previdência Social e só em 1983 teria lugar a revisão da proteção social dos trabalhadores agrícolas, e em 1985 a sua regulamentação (Figura 1). Deste modo, o carácter tardio, as lacunas e insuficiências quanto aos riscos cobertos do sistema de proteção social português na sua componente previdencial no que respeita às atividades agrícolas têm relação direta com a construção de carreiras contributivas tardias, limitadas ou inexistentes, como se observa na maior parte destes entrevistados e é ilustrado nos seguintes depoimentos:

Entrevistadora: Ao longo da vida fez descontos para a Segurança Social?

Entrevistada: Só depois do 25 de Abril, antes ninguém descontava. Até o meu marido também não descontava. Mas não era o tempo todo, era a azeitona, a monda. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Entrevistadora: Ao longo da sua vida a senhora fez algum desconto para a Segurança Social?

Entrevistada: Pois fiz. Se não pagasse, não tinha a reforma. [...] Sabe Deus. Às vezes, vinha o fim do mês, eu queria pagar e não tinha dinheiro, batia aqui no tear toda a noite, para tirar aquela teia para entregar, para me pagarem, para... para ter. Sabe?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Ganhava com as minhas mãos.

Entrevistadora: Durante quantos anos pagou?

Entrevistada: [...] Paguei dez anos. Ao fim dos dez anos, tinha 62. Fui a Boticas tratar, dali por três meses chegou-me o dinheirinho. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Mulher do entrevistado: Paguei a Casa do Povo. Cheguei a pagar 17 contos naquela altura. Tinha que dar 17 contos todos os meses...

Entrevistadora: Ah, da Segurança Social. Mas isto foi a senhora que fez os descontos para a Segurança Social. Mas e o senhor fez também?

Entrevistado: Não, não. [...] Já fiquei de invalidez. Foi de invalidez que me deram. (...).

Mulher do entrevistado: O meu filho mais novo, antes de ir para a Suíça, trabalhava aqui. Ganhava, já sabia, quando ganhava o dinheiro: «Minha mãe, este dinheiro vai ser para pagar a Casa do Povo.»

Entrevistadora 2: A senhora não trabalhava?

Mulher do entrevistado: Eu não, nunca trabalhei. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Apesar das devidas diferenças, observa-se a mesma dinâmica quando analisamos a situação das pessoas que exerceram atividade quer no âmbito do trabalho doméstico, quer em atividades similares dentro da esfera doméstica, como é o caso da costura, em que várias das entrevistadas estiveram envolvidas, tanto enquanto aprendizes, como enquanto trabalhadoras.

Como Brasão (2016, pp. 37-38) assinala num estudo sobre a condição servil em Portugal entre 1940 e 1970, as especificidades do trabalho doméstico tornavam difícil à época a sua codificação jurídica por relação com o trabalho exercido nas organizações não familiares, característica que contribuirá, a par da natureza ideológica de um regime político «em que o servilismo é um contínuo subtexto nos discursos do poder político» (Brasão, 2016, p. 39), para a tardia consideração da proteção social destas trabalhadoras. Verifica-se aqui, de novo, que só em véspera da restauração da democracia em Portugal é processada a integração do pessoal de serviço doméstico nas Caixas de Previdência e abono de família e na Caixa Nacional de Pensões (DL 81/73), estando cobertos pelo regime de benefícios: a proteção na maternidade, na invalidez e na velhice, bem como a proteção em caso de morte e sobrevivência (neste último caso para os familiares). Este atraso e subdesenvolvimento do sistema de Previdência Social está claramente expresso no depoimento de algumas das entrevistadas.

A entrevistada P1.5_Lisboa, 75 anos, solteira, iniciou-se no mundo do trabalho agrícola com os pais aos 11 anos. Depois de concluída a escola primária, começou a trabalhar como empregada doméstica em casa de uma família. Aos 17 anos, veio com os pais para Lisboa e voltou a ser empregada doméstica, a tomar conta de crianças. Mais tarde, fazia limpezas em casa particulares. A entrevistada começou a fazer descontos para a Segurança Social numa fase avançada da sua trajetória profissional, quando passou a trabalhar como auxiliar na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a ter direito a um sistema de proteção social, uma vez que enquanto trabalhou como empregada de limpeza nunca teve contratos:

Entrevistada: Quando eu trabalhava nas limpezas, não era de contratos. As patroas particulares não punham na Caixa, nessa altura. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

A entrevistada P1.5_Ferreira do Alentejo, 73 anos, separada, sempre quis ser costureira desde jovem. Apresenta uma carreira contributiva tardia, pois só começou a fazer descontos para a Segurança Social quando, numa fase avançada da sua trajetória profissional, passou a trabalhar numa empresa de cortinados, não tendo estado inscrita em nenhum sistema de previdência durante a sua atividade de costureira:

Entrevistadora: Pelo que eu percebi, trabalhou sempre informalmente e teve sempre uma situação instável na costura. Por que é que acha que nunca conseguiu ficar numa situação mais estável na costura?

Entrevistada: Não, porque no outro tempo ninguém dava Caixas à gente. Eu tive o meu moço, fiquei de bebé, eu nunca fiz uma análise. Eu não tinha, como é que se dizia? Não tinha Caixa (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

A entrevistada P1.1_Vila Franca do Campo, 79 anos, casada, ainda que tendo trabalhado dos 12 aos 23 anos (quando se casou e se tornou doméstica) primeiro como aprendiz e posteriormente como costureira e bordadeira em regime doméstico, nunca se inscreveu ou descontou em qualquer regime de proteção social.

A entrevistada P1.2_Porto, 86 anos, viúva, terá iniciado a sua carreira contributiva para a Previdência Social em 1951, aquando do seu trabalho na mercearia dos sogros, pois na sua atividade de costura em regime doméstico não tinha contrato.

Num outro subconjunto, encontramos os entrevistados com uma atividade no âmbito do comércio, indústria e serviços especializados. Nestes ramos, apesar de, como é comumente assinalado (Carreira, 1996; Costa & Maia, 1985; Lucena, 1999; Maia, 1985; Rodrigues, 1999), a reforma da Previdência Social de 1962 ter ocorrido tardiamente, constituindo um marco no processo de iniciativa pública, no desenvolvimento do sistema previdencial e no alargamento dos públicos e das eventualidades e riscos protegidos, foi possível aos cidadãos entrevistados abrangidos por estas atividades construir carreiras contributivas que, apesar da sua irregularidade em alguns casos, lhes permitiu o acesso a uma pensão estatutária da Segurança Social. Nestes casos, como em geral nos demais, a insuficiência de recursos que lhes permita superar a condição de pobreza e privação decorre quer da falta de maturidade dos sistemas de proteção social, como assinalado, quer do baixo limiar das prestações sociais garantidas pois, como Maia (1985, p. 87) sublinha reportando-se ao impacto da reforma:

largas faixas da população continuaram excluídas do campo de aplicação da previdência social; a protecção social no desemprego e nos acidentes de trabalho manteve-se à margem do sistema; multiplicaram-se regimes especiais de reduzido alcance protector, persistiu o baixo nível quantitativo da generalidade das prestações pecuniárias, designadamente as pensões.

O entrevistado P1.3_Serpa, 73 anos, casado, iniciou-se no mundo do trabalho enquanto criança, a guardar porcos no campo até aos 14 anos. Começou a trabalhar em Lisboa, para onde se mudou para viver com a mãe. Depois de um período passado na construção civil, começa a trabalhar no comércio, num pronto-a-vestir, onde construiu a sua carreira profissional, tendo-se reformado por velhice, com uma carreira contributiva de 46 anos e uma pensão de cerca de 400 euros.

Entrevistadora: Com que idade é que se reformou?

Entrevistado: 62 anos.

Entrevistadora: E por que razão?

Entrevistado: Porque andavam aqui uns fiscais da Caixa e perguntaram-me quantos anos eu já descontava. E eu disse: «Homem, desde 1961 até agora, tenho descontado sempre!» [...] Eu descontava já 220 euros por mês, para a Segurança Social.

Entrevistadora: Então e ficou com uma reforma de que valor?

Entrevistado: Não chegava aos 400 euros. Trezentos e noventa e qualquer coisa... Agora é que é 402. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 73 anos)

Uma outra dimensão observada a partir dos depoimentos dos entrevistados respeita aos processos que influenciaram, a par do carácter tardio e da limitada natureza protetora do sistema de seguro social, as carreiras contributivas dos entrevistados. Neste plano, pode observar-se, por exemplo, a incapacidade de pagamento continuado das contribuições para o sistema de Previdência/Segurança Social face a outros encargos da família, como evidencia a experiência da entrevistada P1.1_Montalegre:

Entrevistadora: Disse-me que fez oito/nove anos de descontos. Por que é que não fez mais?

Entrevistada: Porque não tinha possibilidade. Foi quando eu comprei a casa e a prestação que tinha que pagar na Segurança Social já não dava para pagar a casa. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

O impacto de acontecimentos cruciais na vida do entrevistado ou da sua família é outro dos fatores que explica a quebra no pagamento das contribuições sociais. A entrevistada P1.4_Montalegre, por exemplo, não tinha ainda idade para requer a pensão de velhice à data da

entrevista, pois, apesar de ter uma carreira contributiva de vinte e poucos anos, esta fora interrompida aquando da doença do marido, uma vez que os descontos para a Segurança Social se tornaram incompatíveis com a quebra de rendimentos e o aumento das despesas de saúde.

Entrevistadora: A sua vida toda sempre foi trabalhar no campo?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E, portanto, nunca teve contrato também?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Nunca fez descontos para a Segurança Social?

Entrevistada: Não. Fiz descontos.

Entrevistadora: Fez descontos?

Entrevistada: Estava na lavoura, fiz descontos. Faziam-se descontos e, na altura, já se descontava vinte contos. [...] Depois, o meu marido teve um AVC, tinha cinquenta e dois anos quando deu o primeiro AVC e eu depois não tinha dinheiro para fazer os descontos e deixei de descontar. A minha médica de família disse: «Ai, não devia.» «Pois é, senhora doutora, mas eu hei de comprar a medicação ou hei de descontar.» E então deixei de descontar. Tenho vinte ou vinte e poucos anos de descontos. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

A irregularidade do trabalho agrícola é outro dos fatores que afetou a carreira contributiva de alguns dos entrevistados, como o depoimento seguinte exemplifica:

Entrevistador: Ao longo da sua vida fez descontos para a Segurança Social?

Entrevistada: Sim, alguns fiz.

Entrevistador: Quanto tempo, mais ou menos?

Entrevistada: Não posso precisar.

Entrevistador: Porque parou de fazer os descontos?

Entrevistada: Porque não tinha possibilidades para pagar. Se não trabalhar, não se ganha e não temos dinheiro para pagar. (P1.4_Montalegre#2 sexo feminino, 54 anos)

Noutro plano, registam-se ainda casos de incumprimento por parte das entidades patronais na entrega das prestações sociais descontadas pelos entrevistados ou outras eventualidades que prejudicaram a suas carreiras contributivas, sendo essas situações referidas pelos entrevistados P1.2_Lisboa; P1.2_Porto; P1.3_Porto e P1.5_Ferreira do Alentejo.

6.2. Proteção social na velhice e satisfação das necessidades humanas

Em 2003, Miguel Gouveia e Carlos Farinha Rodrigues sustentavam, num estudo baseado no Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000, que «[s]ó 31.25 % das pessoas que vivem em agregados familiares recebendo pensões mínimas são pobres» (Gouveia & Rodrigues, 2003, p. 14), apresentando dois argumentos principais para justificar esta constatação. Por um lado, um princípio de racionalidade económica teria levado um contingente significativo de cidadãos beneficiários de pensões mínimas a antecipar a insuficiência do padrão de vida proporcionado por uma pensão mínima da Segurança Social e deste modo a adotar outras estratégias de sustentabilidade do seu padrão de vida na velhice. De acordo com os autores, estarão neste grupo trabalhadores independentes (comerciantes, profissionais liberais e outros) que, declarando remunerações mínimas, dispõem de «outras fontes de rendimento durante a reforma, por exemplo continuam a ser proprietários de estabelecimentos comerciais, retêm participações em empresas, dispõem de património suficiente para garantir um nível de vida adequado, etc.» (p. 5). Por outro lado, alguns pensionistas que recebem uma pensão mínima do sistema de segurança social «poderão ter de facto rendimentos explícitos muito reduzidos, mas têm um nível de vida superior aos rendimentos e patrimónios explícitos dado viverem integrados em agregados familiares situados claramente acima da linha de pobreza» (p. 6).

O Quadro 5, que colige informação relativa ao regime de pensões dos entrevistados, às suas fontes de rendimento complementares (quando aplicável), aos apoios da assistência social pública ou privada de que beneficiam e à solidariedade familiar com que contam como apoio à satisfação das suas necessidades, revela que nos encontramos face a um subconjunto distinto do identificado por Gouveia e Rodrigues em 2003, para o qual as pensões e os complementos sociais não representavam necessariamente um fator de pobreza.

Quadro 5 - Fontes de rendimento e apoio social

Entrevistado(a)	Regime de pensão entrevistado(a)	Fonte de rendimento complementar no a. familiar	Apoio assistência social pública ou privada	Solidariedade familiar
P1.1_Serpa	Pensão de velhice RGSS	Pensão de invalidez do marido RGSS	Sem apoios de assistência social	Apoio dos filhos
P1.1_Montalegre	Não titular de pensão CSI	Pensão de velhice do marido RGSS	Sem apoios de assistência social	Sem menção na entrevista
P1.1_Vila Franca do Campo	Pensão social de invalidez + CSI	Pensão de invalidez do marido RGSS	Apoio do Governo Regional para habitação	Apoio dos filhos
P1.2_Boticas	Pensão de velhice + CSE	Não aplicável (viúva)	Sem apoios de assistência social	Sem menção na entrevista
P1.2_Ferreira do Alentejo	Pensão de invalidez Pensão de sobrevivência RGSS	Não aplicável (viúva)	Sem apoios de assistência social	Sem menção na entrevista
P1.2_Lisboa	Pensão de velhice RGSS	Não aplicável (viúva)	Apoio alimentar da Junta de Freguesia	Acolhida em casa do filho após despejo
P1.2_Porto	Pensão de velhice Pensão de sobrevivência RGSS	Não aplicável (viúva)	Apoio do Exército Salvação	Apoio das netas
P1.2_Serpa	Não titular de pensão Pensão de sobrevivência CGA	Não aplicável (viúva)	Sem apoios de assistência social	Sem menção na entrevista
P1.3_Amadora	Pensão de velhice RGSS	Pensão de velhice da mulher	Sem apoios de assistência social	Sem menção na entrevista

P1.3_Montalegre	Pensão de velhice RGSS	Sem outros rendimentos	Cartão de Saúde da Câmara Municipal	Sem menção na entrevista
P1.3_Serpa	Pensão de velhice RGSS	Pensão de velhice da mulher RGSS	Sem apoios de assistência social	Partilha habitação com a filha
P1.3_Vila Pouca de Aguiar	Pensão social de invalidez	Pensão de velhice da mulher RGSS	Sem apoios de assistência social	Apoio dos filhos
P1.3_Porto	Pensão de velhice RGSS	RSI da companheira	Sem apoios de assistência social	Sem menção na entrevista
P1.4_Celorico de Basto	Não titular de pensão	Pensão de invalidez do marido RGSS	Ajudas técnicas para marido	Apoio dos filhos
P1.4_Lisboa	Não titular de pensão	Pensão de velhice da mãe RGSS	Sem apoios de assistência social	Sem apoio familiar (irmãos)
P1.4_Montalegre#1	Não titular de pensão	Pensão de invalidez do marido RGSS	Cartão de Saúde da Câmara Municipal	Apoio do filho
P1.4_Montalegre#2	Não titular de pensão	Pensão de velhice do marido	Apoio alimentar da Cruz Vermelha Cartão de Saúde da Câmara Municipal	Sem menção na entrevista
P1.5_Ferreira do Alentejo	Pensão de velhice RGSS	Não aplicável (separada)	Apoio não atribuído S. Social	Sem menção na entrevista
P1.5_Lisboa	Pensão de invalidez RGSS + CSI	Não aplicável (solteira)	Sem apoios de assistência social	Sem menção na entrevista
P1.5_Porto	Pensão de velhice RGSS	Não aplicável (divorciada)	Apoios não atribuídos S. Social e Serviços Habitação	Sem menção na entrevista

Legenda: RGSS: Regime Geral da Segurança Social; CSI: Complemento Solidário para Idosos; CSE: Complemento Solidário Extraordinário; RSI: Rendimento Social de Inserção

A informação recolhida permite concluir que os reformados e as pessoas mais idosas abrangidas no presente estudo, de acordo com os critérios de seleção dos entrevistados e com a informação obtida nas entrevistas realizadas, integram o contingente dos pensionistas e pessoas idosas que não apresentam um nível de vida superior aos rendimentos e patrimónios explícitos. Assim, apesar de, em alguns casos, os entrevistados serem detentores de um pequeno património (residência familiar, em diversas situações com problemas de habitabilidade³⁶, pequenos terrenos agrícolas como base para uma agricultura de subsistência) e de quase todos viverem isolados ou em casal, as suas narrativas confirmam níveis expressos de privação e pobreza, para que contribui de forma inequívoca a insuficiência das suas pensões ou dos complementos sociais.

Entrevistadora: Qual é sua principal fonte de rendimento?

Mulher do entrevistado: Nós agora temos o subsídio do gado e...

Entrevistado: É o subsídio que vem. E a reforma.

Entrevistadora: Tem uma reforma?

Entrevistado: Sim, com 500 euros. Pouco mais ganhamos. Com 500 euros, que é alguma coisa, ela vai a algum lado, e traz logo 100 euros de compras e depois pouco fica para todo o mês também.

Entrevistadora: Então vocês os dois recebem a reforma?

Mulher do entrevistado: Recebemos a reformazita.

Entrevistado: São para aí 250 euros cada um. E isso é alguma coisa? [risos] (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

A entrevistada P1.4_Montalegre#2 avalia o valor da pensão de velhice do marido como insuficiente para proporcionar um padrão razoável de satisfação das necessidades do agregado

³⁶ Veja-se, como exemplo, a situação da entrevistada P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos.

Entrevistadora: A casa é vossa?

Entrevistada: Sim, sim, sim. Não é muito boa. É pequenina, não é grande, mas olha, estou aqui abrigadinha e já estou bem. Que o patrão não me põe lá fora [risos].

Entrevistadora: Também é verdade.

Entrevistada: Eu, às vezes, vejo, dá na televisão, têm que sair, e eu: «Olha, a minha fraquinha, mas ninguém me bota para fora» [risos].

Entrevistadora: É fraquinha porquê? O que é que sente que faz falta aqui em casa?

Entrevistada: É, pronto, é pequenina. Eu, por exemplo, para andar com estas coisas [cadeira de rodas do marido...], o corredor é apertado, ando aí justinha, não é? Mas o dinheiro era pouco... e pronto, fez-se a casa mais pequenina. Se tivéssemos feito com mais espaço, como ele já estava lesado [referência ao AVC do marido]... mas pronto... (P1.4_Celorico de Basto)

familiar, revelando ter de comprar bens alimentares fiados, por falta de comida em casa, uma estratégia de gestão da privação igualmente presente em muitos outros entrevistados do presente estudo.

Entrevistador: Acha que os rendimentos que tem atualmente são suficientes para suprir as suas necessidades?

Entrevistada: Ah, não.

Entrevistador: Em algum momento a marcou, essa falta de...?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistador: Quando?

Entrevistada: Tive tempos que cheguei a ir ao talho em que temos conhecimentos e ia comprar carne fiada porque não tínhamos o que comer em casa. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos).

Nos depoimentos dos entrevistados, é ainda manifestada a relevância das despesas com medicamentos e outros encargos resultante de doenças crónicas enquanto mecanismo gerador de privação que conduziu também, em várias situações, a uma retirada antecipada ou precoce do mundo do trabalho, dando lugar a pensões de invalidez.

Entrevistadora: Neste momento, a vossa principal fonte de rendimento é a pensão do seu marido?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E acha que chega para fazer face às vossas necessidades atuais?

Entrevistada: Chegar não chega, mas tem que se ir esgravatando alguma coisinha mais para conseguir...

Entrevistadora: Onde acha que é mais penalizada? Ou seja, o que é que faz mais falta? O que é que não consegue cobrir com esse dinheiro?

Entrevistada: Às vezes, se os meus filhos não me ajudassem, não chegava nada o dinheiro. Quinhentos e tal euros, aquilo gasta-se que é um instante. Só medicações é um dinheirão que a gente gasta. Depois é preciso é luz, é água, é gás, é telefone, é... é sempre contas que uma pessoa tem que ir fazendo. Depois se for fazendo as contas, tudo, pouco sobra.

Entrevistadora: Sim. Os seus filhos ajudam-na financeiramente só pontualmente ou todos os meses?

Entrevistada: Não, os meus filhos, eles, coitadinhos, estão sempre a dizer: «Ó mãe, nós ajudamos, nós ajudamos, nós ajudamos», mas, coitados, também têm a vida deles, não é? Têm as casinhas deles, estão a pagá-las, também não queria estar a...

Entrevistadora: Pois. Eles vivem aqui perto?

Entrevistada: Só tenho um que vive aqui, os outros estão na Alemanha. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Dependendo dos casos, a mitigação da pobreza resulta quer do alívio que os encargos com a habitação produzem, quer da pequena agricultura doméstica ou da criação de animais, quer ainda de apoios assistenciais pontuais, como ocorre, por exemplo com as entrevistadas P1.4_Montalegre#2 e P1.4_Celorico de Basto. No primeiro caso, a entrevistada refere o apoio alimentar mensal recebido da Cruz Vermelha, bem como o cartão de apoio à medicação atribuído pela câmara municipal aos idosos em situação de pobreza, tidos como importantes por contribuírem para reduzir as despesas familiares em bens essenciais.

Entrevistador: E apoio de instituições sociais?

Entrevistada: Não. Tenho apoios da Cruz Vermelha.

Entrevistador: E como são esses apoios?

Entrevistada: Bom, os apoios, não podemos nos queixar muito mais ... pronto, dão-nos umas conservas. Agora, desta vez, deram legumes, dão queijo, leite e mercearia.

Entrevistador: E isso é todos os meses?

Entrevistada: Sim, é por mês.

Entrevistador: Então o que o seu marido ganha e a ajuda da Cruz Vermelha são os únicos auxílios?

Entrevistada: Sim.

Entrevistador: São importantíssimos?

Entrevistada: Sim, muito. E esse cartão que agora me atribuíram para a medicação dele. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Na situação de uma outra entrevistada, cujo único rendimento advém da pensão de invalidez do marido, os apoios assistenciais públicos restringem-se às designadas ajudas técnicas em equipamentos para o marido, em situação de dependência.

Entrevistadora: E alguma vez precisou de pedir apoios, ajudas? Algum apoio social?

Entrevistada: Apoio já pedi, para uma cama para ele. Este cadeirão que veio há dias também. Assim... esses móveis.

Entrevistadora: A quem é que recorre para esses apoios?

Entrevistada: Foi a doutora XXXX.

Entrevistadora: É da Câmara ou da Junta? Da Câmara?

Entrevistada: Sim, sim [da Câmara].

Entrevistadora: E na infância ou na sua mocidade, com os filhos, por exemplo?

Entrevistada: Não, não, não.

Entrevistadora: Nunca teve nenhum tipo de apoio social?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: Nem da comunidade nem da Santa Casa?

Entrevistada: Nada, nada, nada. (P1.4_P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

No caso de vários entrevistados, outro recurso essencial de mitigação da privação é a família enquanto mecanismo de proteção social compensador da escassez dos rendimentos provenientes da proteção social do Estado-providência na velhice, apresentando-se como uma Família-providência. A relevância e a frequência deste apoio vêm confirmar a persistência de uma das dimensões estruturais dos regimes de bem-estar dos países da Europa do Sul, a sua natureza familista, como é largamente sublinhado pela literatura (Esping-Andersen, 1999; Martin, 1997; Pereirinha, 1997 a; Rhodes, 1997; Silva, 2002; Sposati & Rodrigues, 1995).

Entrevistadora: A senhora acha que os rendimentos da sua reforma e da do seu marido são suficientes para as suas necessidades?

Entrevistada: Custa.

Entrevistadora: Custa? Como assim?

Entrevistada: Aquela [referindo-se à filha mais nova, presente na sala] tem-me auxiliado muito, muito.

Entrevistadora: Sim. Custa porquê?

Filha da entrevistada: É medicação muito cara. Basicamente, é uma reforma deles para a farmácia.

Entrevistada: Ela é que paga a água, a luz, telefone, é os medicamentos, vai com a gente para o doutor.

Entrevistadora: Quanto é que gasta, mais ou menos, em medicamentos?

Filha da entrevistada: Tem meses que quase chega aos trezentos euros, tem meses que são duzentos e tal, conforme a medicação que eles precisam.

Entrevistada: Ela não compra tudo de uma vez, à maneira que a gente precisa, porque o dinheiro não chega. É uma vida muito apertada! (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Como podemos observar no Quadro 5, muito poucas pessoas idosas em situação de pobreza abrangidas pelo presente estudo são beneficiárias do CSI, criado em 2005 (Decreto-Lei 232/2005) como uma prestação de combate à pobreza nos idosos. À data da sua criação, esta medida de política social foi desenhada visando retirar as pessoas idosas em Portugal da condição de pobreza, tendo a prestação social como valor de referência o limiar de risco de pobreza em uso na União Europeia (60 % do rendimento mediano nacional por adulto equivalente).

Face aos valores das pensões auferidas pelos entrevistados e a composição dos seus agregados familiares, seria expectável que um maior número pudesse ser beneficiário deste complemento. As explicações plausíveis para que isso não se verifique podem encontrar-se, em primeiro lugar, nos mecanismos de elegibilidade e prova de recursos praticados no CSI, agravados durante o período de crise financeira e austeridade. Em 2018, a possibilidade de beneficiar do CSI dependia de se dispor de um rendimento anual inferior a 5 175,82 euros (431,31 euros por mês) ou inferior a 9 057,69 euros (754,80 euros por mês) no caso de um casal³⁷. Simultaneamente, implicava um processo de prova de recursos abrangente e que incluía os rendimentos dos filhos, consoante o limiar de rendimentos destes (cf. Guia Prático da Segurança Social – Complemento Solidário para Idosos³⁸). Assim, a explicação para a baixa taxa de beneficiários do CSI entre os entrevistados idosos estará, por um lado, no fenómeno não aproveitamento dos benefícios a que se tem direito (*non take-up* no original inglês) pois, como assinala a OCDE na sua análise ao sistema de pensões em Portugal, «poderá haver problemas graves com a taxa cobertura, possivelmente devido à complexidade e opacidade do CSI, o que

³⁷ De acordo com os resultados do estudo Rendimento Adequado em Portugal, os rendimentos adequados apurados neste estudo para um indivíduo com 65 anos ou mais a residir só e para um casal com a mesma idade foram, para valores de 2017, respetivamente 634 euros e 1007 euros (Pereirinha *et al.*, 2017).

³⁸ Cf. http://www.segsocial.pt/documents/10152/24737/8002_complemento_solidario_idosos/d3551bf8-8ffa-4caf-8d26-3d0627d0fae4

poderá gerar grandes desigualdades mesmo entre as pessoas vulneráveis» (OECD, 2019, p. 46). Acrescentando, relativamente aos critérios de elegibilidade, que:

Na verdade, a lista completa é muito pesada, e a complexidade induzida na tentativa de compreendê-la é amplificada com a informação oficial disponível através da lei, do *website* da Segurança Social e das orientações oficiais não sendo apresentada de forma idêntica. Assim, para os idosos, requerer o CSI e determinar com que benefícios pode ser combinado pode ser uma tarefa assustadora, uma vez que a elegibilidade para o CSI depende de muitos critérios. (OECD, 2019, p. 46).

Por outro lado, um dos fatores que pode contribuir para um menor número de beneficiários diz respeito à consideração, na prova de recursos, dos rendimentos dos descendentes, sendo este critério mais exigente do que normalmente acontece numa rede típica de segurança na velhice e sendo igualmente um fator de desigualdade social e económica (cf. OECD, 2019, capítulo 2). Contudo, para além da dificuldade criada pela complexidade do processo de elegibilidade, também o evitamento da estigmatização e humilhação associadas aos benefícios sociais dependentes de prova de recursos se apresenta como um segundo fator explicativo plausível, como documentam quer estudos de referência sobre o já referido fenómeno de *non-take-up* (Oorschot, 1996), quer trabalhos mais recentes sobre a pobreza e o sentimento de vergonha (Eurofund, 2015; Gaisbauer *et al.*, 2019; Walker *et al.*, 2013). Pode ocorrer igualmente a falta de informação sobre este benefício social, apesar de, pelo menos numa fase inicial de implementação, em 2008, terem sido desenvolvidas campanhas de apresentação e de reforço da divulgação da medida (Neves, 2017, pp. 127-129).

O não acesso a esta prestação tem igualmente outro efeito social importante pelo facto de, em Julho de 2007, terem sido criados benefícios adicionais no âmbito da saúde para os beneficiários do CSI (Decreto-Lei 252/2007)³⁹. Assim, o acesso a esta prestação social com apoios complementares no que diz respeito a cuidados de saúde seria particularmente relevante face às características deste grupo populacional composto por doentes crónicos e afetado por problemas relevantes de saúde.

6.3. Pessoas idosas em situação de pobreza e perceção da proteção social

³⁹ a) Participação financeira em 50 % da parcela do preço dos medicamentos não comparticipada pelo Estado; b) Participação financeira em 75 % da despesa na aquisição de óculos e lentes até ao limite de 100 euros por cada período de dois anos; c) Participação financeira em 75 % da despesa na aquisição e reparação de próteses dentárias removíveis até ao limite de 250 euros por cada período de três anos.

Tendo por base os resultados do Eurobarómetro de 2007, 2009 e 2010 Pereira *et al.* (2016, p. 367) concluíram que as pessoas idosas consideram como absolutamente necessário para ter um nível de vida aceitável em Portugal:

- i) Ter um lugar para viver em boas condições e em bom estado de conservação;
- ii) Obter alimentos de boa qualidade e diversificados;
- iii) Ter acesso a gás, eletricidade e água canalizada;
- iv) Poder comprar medicamentos ou consultar um médico quando se está doente ou se sente mal.

No mesmo trabalho no âmbito do projeto de investigação Rendimento Adequado em Portugal, recorrendo aos resultados dos grupos de foco (*focus groups* no original inglês) com pessoas idosas, as autoras, adicionalmente aos resultados do Eurobarómetro, assinalaram como itens nos quais se registou um consenso imediato dos participantes:

- i) Ter um lugar para viver com espaço suficiente e privacidade para ler, escrever ou ouvir música, etc.;
- ii) Ter acesso a atividades de lazer e cultura;
- iii) Usar os transportes públicos locais quando necessário;
- iv) Ter acesso a uma conta à ordem.

Estes resultados permitem-nos enquadrar o modo quase generalizado como as pessoas idosas em situação de pobreza abrangidas pelo presente estudo consideram o montante das suas pensões e complementos sociais como insuficiente para prover um padrão de vida adequado e de não privação, designadamente quanto às condições de habitação, alimentação e acesso a bens e serviços básicos de saúde, como os depoimentos seguintes ilustram.

Entrevistadora: Hoje qual é a sua principal fonte de rendimento? A senhora é reformada?

Entrevistada: Sim. Tenho quatrocentos e setenta e quatro euros.

Entrevistadora: Essa é toda a sua fonte de rendimento? E a senhora acha que esse rendimento é suficiente para a senhora viver?

Entrevistada: Claro que não! Claro que não, mas bem, bem pouquinho eu consigo. No dia 8, já estou aflita, porque tenho que pagar a luz, tenho que pagar a água, o gás, e também tenho que comprar a alimentação... tenho tido ajudas da Junta de Freguesia... açúcar, arroz, bolachas, leite, manteiga, Mas é só uma vez por mês, também não... mas pronto, mas vai... E depois também tenho a renda, duzentos e poucos euros...
(P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Entrevistadora: A senhora sente que consegue fazer face às suas necessidades, ou não?

Entrevistada: Não. Não, porque nem um esquentador eu posso ter em casa, porque cai-me cá água no sítio do esquentador e eu, enquanto não resolver as coisas da casa de cima ... aqui por cima do frigorífico também chove. Quer dizer, eu tenho que ter sempre trapos aqui no chão quando chove para não escorregar na água. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Entrevistadora: E acha que o rendimento que tem é suficiente?

Entrevistada: Filha, não. Tem que se esticar.

Entrevistadora: Gasta muito na farmácia, é?

Entrevistada: É na farmácia, é na mercearia, é tudo. Ainda este mês na mercearia fiquei a dever.

Entrevistadora: E uma parte da reforma vem para aqui [para o Centro de Dia]?

Entrevistada: Uma parte vem para aqui. E para comer, para a farmácia, para pagar as contas e essas coisas todas. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Entrevistada: Eu não lhe sei responder a isso. Não serve para nada. Isso, para mim, não tem resposta. Desculpe lá ter falado assim. Diga-me o que é que se faz hoje [com mais ou menos 300 euros]... Tenho que pagar a água, tenho que pagar a luz. Praticamente não dá para nada.

Entrevistadora: Então, atualmente, a sua principal fonte de rendimento é a reforma. Acha que os rendimentos são suficientes para as suas necessidades?

Entrevistada: Menina, com 333 e qualquer coisa, parece-me que é assim, acha que eu me posso governar? Posso, não tenho uma dívida. Se tiver dinheiro, compro, se não tiver, não compro.

Entrevistadora: Do que é que tem que prescindir? O que é que não consegue fazer?

Entrevistada: Por exemplo, na comida.

Entrevistadora: Tem que racionar na comida?

Entrevistada: Tenho que ir para o mais baixo. Coisas que me deem mais rendimento. No vestir, nunca mais comprei mais nada. (...)

Entrevistadora: Lembra-se duma situação daquelas em que pensa mesmo: «A minha vida está mesmo complicada»?

Entrevistada: Sempre, sempre. Eu querer comprar uma garrafa de leite e não ter o dinheiro. Mas isto não é mentira [Emociona-se] (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

No entanto, a regularidade observada da experiência da privação material não impede, ainda que de modo não consensual, a valorização entre os entrevistados das pensões e dos complementos auferidos. Assim, vários entrevistados valorizam de forma clara a sua reforma, apesar de esta ter um valor baixo, pois constitui a sua exclusiva (ou quase) fonte de rendimento.

Entrevistada: Preciso dela para comer, mesmo pouca, temos de viver com ela. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Entrevistadora: Em que medida é que a sua reforma é importante na fase atual da sua vida?

Entrevistado: Porque não sou capaz de fazer nada [risos]... E só vivo daquilo.

Entrevistadora: É importante para viver, não é?

Entrevistado: É importante para viver. Então, não tenho mais nada! (P1.3_Serpa, sexo masculino, 73 anos)

Entrevistado: Se não viesse nada de fora como é que a gente havia de fazer? (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

No conjunto de entrevistados que expressam, de forma implícita, a função de segurança económica que as pensões e complementos desempenham enquanto fonte previsível e regular de rendimentos, observa-se, em regra, um processo de integração da privação material como modo de vida. Este processo constitui uma resiliência passiva, na linha do que Dagdeviren e Donoghue (2019) definem como *absorptive agency* (agência absorvente), na sua tipologia de análise das respostas dos agregados familiares às dificuldades, no contexto da recente recessão económica, que é também convergente com as situações testemunhadas, designadamente no que respeita a cortes nos consumos essenciais (como, por exemplo, na alimentação, na saúde e no aquecimento), ao autoconsumo e às trocas diretas e comunitárias (Dagdeviren & Donoghue, 2019).

No entanto, encontramos alguns discursos sobre as reformas que, sem necessariamente corporizarem um modo de vida distinto de privação material na velhice, expõem o sofrimento

social que marca a sua existência e um sentido mais crítico e até «um bocadinho de revolta», para usar a expressão da entrevistada P1.4_Montalegre#2 (sexo feminino, 54 anos) quando se confronta com a dificuldade de perspetivar o seu futuro face à não constituição do direito à proteção social na velhice e à limitação da capacidade para o trabalho.

6.4. Pessoas idosas em situação de pobreza e experiência de relação com os serviços sociais

Outra dimensão relevante entre as pessoas idosas em situação de pobreza respeita à sua experiência de relação com os serviços sociais. Excetuando a pequena parcela dos entrevistados que não apresentam um histórico de relação com os serviços sociais, registam-se quer relatos de um relacionamento avaliado como positivo, quer juízos críticos de maior ou menor intensidade.

No primeiro caso, a relação com os serviços de segurança social merece uma avaliação positiva pois cumpriu, sem problemas de maior, a sua função mediadora do acesso a direitos sociais, designadamente o do acesso à reforma, a ajudas técnicas ou ao subsídio de desemprego. Assim, a entrevistada P1.1_Serpa declara-se, de um modo geral, satisfeita com o atendimento dos serviços da Segurança Social, relatando apenas um episódio, a que não parece atribuir grande significado, de suspensão do subsídio de desemprego devido à atividade laboral do marido enquanto emigrante:

Entrevistadora: Qual é o seu grau de satisfação quanto ao modo como tem sido atendida na Segurança Social?

Entrevistada: Até agora, tem sido boa, não tenho nada a dizer. [...] Só uma vez é que estava a receber subsídio de desemprego e souberam que o meu marido estava na Suíça a ganhar e então souberam e cortaram-me o subsídio, perdi o fundo de desemprego. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Quanto à entrevistada P1.4_Celorico de Basto, sem ter um histórico de relação com esses serviços, excetuando no período mais próximo da data da entrevista face à situação de dependência do marido, avalia de forma positiva o apoio social que tem recebido dos serviços sociais e de saúde em algumas ajudas técnicas e ocasionalmente através de um subsídio de apoio às despesas com medicação.

Noutras situações, como a da entrevistada P1.5_Ferreira do Alentejo, apesar da falta de

apoio da Segurança Social face a um pedido de apoio eventual da ação social devido à sua situação de privação, não atribuído com base no seu estado civil de casada (apesar de separada) e na consideração dos rendimentos do marido, observa, no entanto, que foi bem atendida, não tendo razões de queixa.

Entrevistadora: Alguma vez na sua vida recorreu a apoios sociais, fora o subsídio de desemprego?

Entrevistada: Nunca na vida.

Entrevistadora: Nunca. E pediu apoios sociais a outro tipo de instituição sem ser a Segurança Social?

Entrevistada: Não, já pedi à Segurança Social e de onde me dizem que eu, como sou casada...

Entrevistadora: Quando é que pediu à Segurança Social?

Entrevistada: Sim, há pouco tempo. Como sou casada e o meu marido ganha muitíssimo bem, não tenho direito a nada. [...]. Fui atendida muito bem, só que a senhora não pode fazer nada. Não posso dizer mal. (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

A apreciação positiva da relação com os serviços sociais verifica-se também na situação de alguns entrevistados que beneficiam de equipamentos e serviços de apoio a pessoas idosas, como é, por exemplo, o caso das entrevistas P1.2_Porto e P1.2_Boticas.

A entrevistada P1.2_Porto não teve na sua trajetória um histórico de relação com os serviços de apoio e assistência social. De acordo com a informação recolhida durante a entrevista, nos últimos dois anos, a idosa tem sido apoiada pelo Exército de Salvação (centro de dia), manifestando satisfação com o atendimento daquela instituição social.

Entrevistadora: E, ao longo da sua vida, recorreu a algum tipo de apoio? Alguma prestação, pediu ajuda?

Entrevistada: Não, graças a Deus não. Os meus pais também nos habituaram a viver com o que a gente tinha, e não a pedir às pessoas.

Entrevistadora: Atualmente é beneficiária da reforma. É apoiada por alguma instituição? [...] Vem aqui ao Exército de Salvação. Dão-lhe alguma coisa aqui? A nível de comida? Ou não precisa?

Entrevistada: Não. Não preciso.

Entrevistadora: Diga-me, sente-se satisfeita com a forma como é recebida aqui no Exército?

Entrevistada: Ah sim, as pessoas dão-se muito bem umas com as outras. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos)

A entrevistada P1.2_Boticas é utente do Serviço de Apoio Domiciliário da Casa do Povo local, que lhe assegura apoio nas atividades da vida diária e do qual faz uma avaliação positiva.

Entrevistada: À Casa do Povo não tenho queixa dela. São muito carinhosas, fazem tudo muito bem, e estão sempre prontas. [...] São muito boas, muito minhas amigas. Eu também não cirro com elas, nem sou exigente. Para mim está sempre tudo bem. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

As posições mais críticas acerca da relação com os serviços de segurança social reportam-se ao Serviço de Verificação de Incapacidades, no contexto do reconhecimento das condições de elegibilidade para a pensão de invalidez, no caso das entrevistadas P1.1_Montalegre e P1.1_Vila Franca do Campo.

Entrevistada: Eu fiz uns exames à coluna que disseram que estava pronto, que podia ficar reformada por causa da coluna, mas não deu. (...) Não fiquei satisfeita porque os médicos diziam que sim, que tinham motivos para me darem, afinal eu fui lá à segurança em Vila Real e já vão uns anos. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Contudo, tal ocorreu igualmente em situações de gestão das prestações sociais, como no caso da entrevistada P1.4_Montalegre, cuja insatisfação se reporta à suspensão do RSI que recebia devido a uma denúncia de trabalho informal do marido, numa fase da vida em que tinha dois filhos pequenos a cargo.

Entrevistador: Recorreu a serviços de apoio públicos ou privados?

Entrevistada: Sim, tive algum tempo com o RSI.

Entrevistador: Quanto tempo, mais ou menos?

Entrevistada: Não sei, eu tinha os filhos pequenos. Se calhar, alguns seis/sete anos. Não tenho bem a certeza. Depois, ele começou a ganhar um dinheirinho e veio aqui uma assistente social a casa e diz que andou a tirar informação, mas eu não trabalhava nada

declarado. Aqui na aldeia, um vizinho fala: «Olha, anda-me a cortar a lenha» e ele ia porque tinha que aproveitar, não é? Porque o RSI, aquilo não dá para vivermos quatro pessoas dentro da casa. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

As queixas estendem-se também aos serviços de habitação e aos serviços de saúde. No caso da habitação, as tentativas frustradas de se ter acesso a uma habitação social compõem o quadro da insatisfação de algumas entrevistadas (P1.2_Lisboa e P1.5_Porto). A entrevistada P1.5_Porto relata com amargura a sua frustração por não ter tido possibilidade de aceder a uma habitação social que lhe permitisse autonomizar-se da mãe e encarar de forma mais desafogada a sua situação económica, sendo igualmente relevante a atribuição que a entrevistada faz das dificuldades na efetivação de direitos e apoio social à falta de sorte.

Entrevistada: Não, não, não. Não fui ajudada em nadinha. Nada. Olhe, pedi ajuda para me tirarem de lá de casa, a chorar, à Junta. Não adiantou nada. Eu disse que não podia aguentar a minha mãe e que tinha duas filhas, se me podiam pedir à Câmara uma casinha pequenina. Nunca... algumas tinham sorte, eu não tinha sorte nenhuma. Por isso, olhe, eu nunca tive sorte em nada na minha vida, nunca tive sorte em nada. (...)

Entrevistadora: Mas, por exemplo, quando você foi pedir ajuda à Junta, ficou desiludida por ninguém a ter ajudado?

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistadora: Mas trataram-na bem? Receberam-na bem? Como é que foi?

Entrevistada: Oh! Até hoje, verto as minhas lágrimas. Nada. Não me ajudaram nada. Nunca tive sorte nenhuma na vida. (P1.5_Porto, 67, sexo feminino)

Em algumas situações, a avaliação da relação com os serviços de saúde foi muito crítica, particularmente pelos entrevistados afetados por problemas de saúde graves ou incapacitantes. O entrevistado P1.3_Serpa não tem um histórico longo de relação com os serviços sociais, restringindo-se este sobretudo ao período após o seu AVC e o agravamento da sua condição de saúde e de autonomia. A sua insatisfação centra-se nos serviços de saúde, acerca dos quais apresenta várias razões de queixa, quer relativas à falta de resposta de alguns tipos de serviços, como a fisioterapia, quer ao atendimento de saúde em geral.

Entrevistadora: Então não está satisfeito com os serviços, com os médicos?

Entrevistado: Não estou, não. Não estou.

Entrevistadora: E com os serviços da Segurança Social?

Entrevistado: A Segurança Social.... não tenho nada a dizer.

Entrevistadora: Existe algum episódio da sua vida que tenha sido especialmente marcante, positiva ou negativamente, na sua relação com os serviços de apoio social?

Entrevistado: Não, não. Estive sempre bem com toda a gente, dos serviços sociais.

(P1.3_Serpa, sexo masculino, 73 anos)

Experiência semelhante ocorre com o entrevistado P1.3_Amadora, cuja esposa necessita de cuidados de saúde continuados devido à síndrome de Alzheimer e com a entrevistada P1.4_Montalegre#2, no que respeita à satisfação com os serviços sociais e de saúde. A entrevistada expressa uma grande insatisfação com os serviços de saúde por razões que se relacionam com a ineficácia no processo de tratamento e recuperação da sua situação clínica, com impacto na sua capacidade para o trabalho. Relativamente aos serviços sociais, a sua avaliação é positiva, embora a apreciação deva ser entendida no contexto da pergunta e resposta específica, que se reporta mais diretamente aos apoios da Cruz Vermelha, já que face à segurança social exprimiu, como já referido, um juízo crítico.

Duplamente relevante no plano da relação dos cidadãos com os serviços e apoios sociais públicos e privados é o que respeita às iniciativas municipais de apoio às pessoas idosas em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Tratam-se de medidas pouco frequentes de intervenção municipal no domínio da assistência social, através, por exemplo, da atribuição de um cartão de saúde para a aquisição de medicamentos por parte dos munícipes idosos, como acontece no caso da Câmara Municipal de Montalegre. Sendo avaliada como uma iniciativa positiva por parte das pessoas beneficiadas, este tipo de medida foi igualmente objeto de crítica quanto à sua exploração mediática, através da exposição pública das pessoas apoiadas, o que levou a que uma das entrevistadas se sentisse discriminada e estigmatizada:

Entrevistada: Se calhar, agora, tenho para já muitas críticas por receber o cartão. É porque somos pobres.

Entrevistadora: Que tipo de crítica?

Entrevistada: Oh, nas redes sociais tem uma crítica muito grande, porque o presidente expôs as nossas fotografias ao público.

Marido da entrevistada: Até de França. Minha filha me disse: «Se vocês vissem as críticas que vai aqui, com portugueses, do trabalho que o presidente fez de dar estes cartões.»

Entrevistadora: Eu acho que o presidente ajudou, muito porque havia pobreza, não é? Nesse caso ele ajudou. Mas não havia de pôr as fotografias expostas ao público para que toda a gente visse. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 51 anos)

O evitamento do efeito de estigma causado pelo recurso à assistência social, com impacto na limitação do acesso a possíveis apoios e direitos sociais, ocorre igualmente entre os entrevistados, apesar da necessidade, da experiência de privação e da insuficiência de recursos, devido ao constrangimento causado pela abordagem dos serviços de apoio sociais, ou, para citar as palavras de entrevistada P1.1_Montalegre (género feminino, 72 anos), por «timidez e vergonha». Ainda que não seja uma dimensão expressa com frequência no decurso das entrevistas, esta perceção não deixa de estar presente enquanto um dos mecanismos de filtragem (Garcia & Kazepov, 2002) que intervém no processo de decisão de recurso à assistência social por parte dos cidadãos quando se regista uma situação de desequilíbrio entre as suas necessidades e os seus recursos, neste caso, provenientes do Estado Social, através das pensões e complementos sociais, e da reciprocidade, por via da solidariedade familiar.

Em síntese, a quase totalidade dos entrevistados integrados nesta categoria de pobreza nasceu e iniciou-se (precocemente) no mundo do trabalho num tempo histórico – político, social e cultural – do Estado Novo e da sua fase final, na transição dos anos '60, conhecida como Primavera Marcelista. Um tempo histórico caracterizado pela rutura com os valores do republicanismo e o seu modelo de proteção social, e pelo processo de instauração da previdência social corporativa, adverso à intervenção pública na esfera social e ao modelo de Estado Providência, circunstância que concorreu, de forma indelével, para o limitado padrão de proteção face ao risco de velhice, invalidez e/ou doença que hoje apresentam.

No que respeita às atividades agrícolas, o carácter tardio, as lacunas e insuficiências quanto aos riscos cobertos, por parte do sistema de proteção social português na sua componente previdencial têm relação direta com a construção de carreiras contributivas tardias, limitadas ou inexistentes, como se observa na maior parte destes entrevistados.

Relativamente aos trabalhadores de serviço doméstico, só em véspera da restauração da democracia em Portugal é processada a sua integração nas Caixas de Previdência e abono de família e na Caixa Nacional de Pensões, cobrindo o regime de benefícios a proteção na maternidade, na invalidez e na velhice, bem como a proteção em caso de morte e sobrevivência. No que se refere aos trabalhadores dos sectores do comércio, indústria e serviços, apesar da reforma da Previdência Social de 1962 ter ocorrido tardiamente, constitui um marco no processo de iniciativa pública no desenvolvimento do sistema previdencial contribui para a

constituição de carreiras contributivas por parte dos cidadãos entrevistados, abrangidos por estas atividades que, apesar da sua irregularidade em alguns casos, lhes permitiu o acesso a uma pensão estatutária da Segurança Social. Nestes casos, como nos demais em geral, a insuficiência de recursos que lhes permita superar a condição de pobreza e privação, decorre quer da falta de maturidade dos sistemas de proteção social, como assinalado, quer do baixo limiar das prestações sociais garantidas.

Os reformados e as pessoas mais idosas abrangidas no presente estudo integram o contingente dos pensionistas e pessoas idosas que não apresentam um nível de vida superior aos rendimentos e patrimónios explícitos. Assim, apesar de nalguns casos os entrevistados serem detentores de um pequeno património e vivendo na sua quase totalidade isolados ou em casal, as suas narrativas confirmam níveis expressos de privação e pobreza, para que contribuem de forma inequívoca a não suficiência das suas pensões ou complementos sociais. A relevância com as despesas com medicamentos e outros encargos resultante de doenças crónicas, como mecanismo gerador de privação e que, em várias situações conduziu também a uma retirada antecipada ou precoce do mundo do trabalho, dando lugar a pensões de invalidez.

A mitigação da pobreza é, dependendo dos casos, resultante quer do alívio que os encargos com a habitação produzem, quer da pequena agricultura doméstica ou criação de animais, quer ainda de apoios assistenciais pontuais. Outro recurso essencial de mitigação da privação é, no caso de vários entrevistados, a família enquanto mecanismo de proteção social compensador da escassez dos rendimentos provenientes da proteção social na velhice do Estado-providência. Uma família providência, cuja frequência e papel de revelo vêm confirmar a persistência de uma das dimensões estruturais dos regimes de bem-estar dos países da Europa do Sul, a sua natureza familialista.

Face aos valores das pensões auferidas pelos entrevistados e a composição dos seus agregados familiares, seria expectável que um maior número pudesse ser beneficiário do CSI, uma medida de política social contra a pobreza das pessoas idosas implementada em 2006. Os mecanismos de elegibilidade e a complexidade e opacidade da prova de recursos, agravados durante o período de crise financeira e austeridade, explicarão uma elevada taxa de não usufruto (*non take-up*), bem como a consideração, na prova de recursos, dos rendimentos dos descendentes, critério que de acordo com a avaliação da OCDE é mais exigente do que normalmente acontece numa rede típica de segurança na velhice e um fator de desigualdade social e económica. O não acesso a esta prestação tem igualmente outro efeito social importante pelo facto de terem, entretanto, sido associados a esta prestação benefícios adicionais no âmbito da saúde, dimensão particularmente relevante face às características deste

grupo populacional integrado por doentes crónicos e afetado por problemas significativos de saúde.

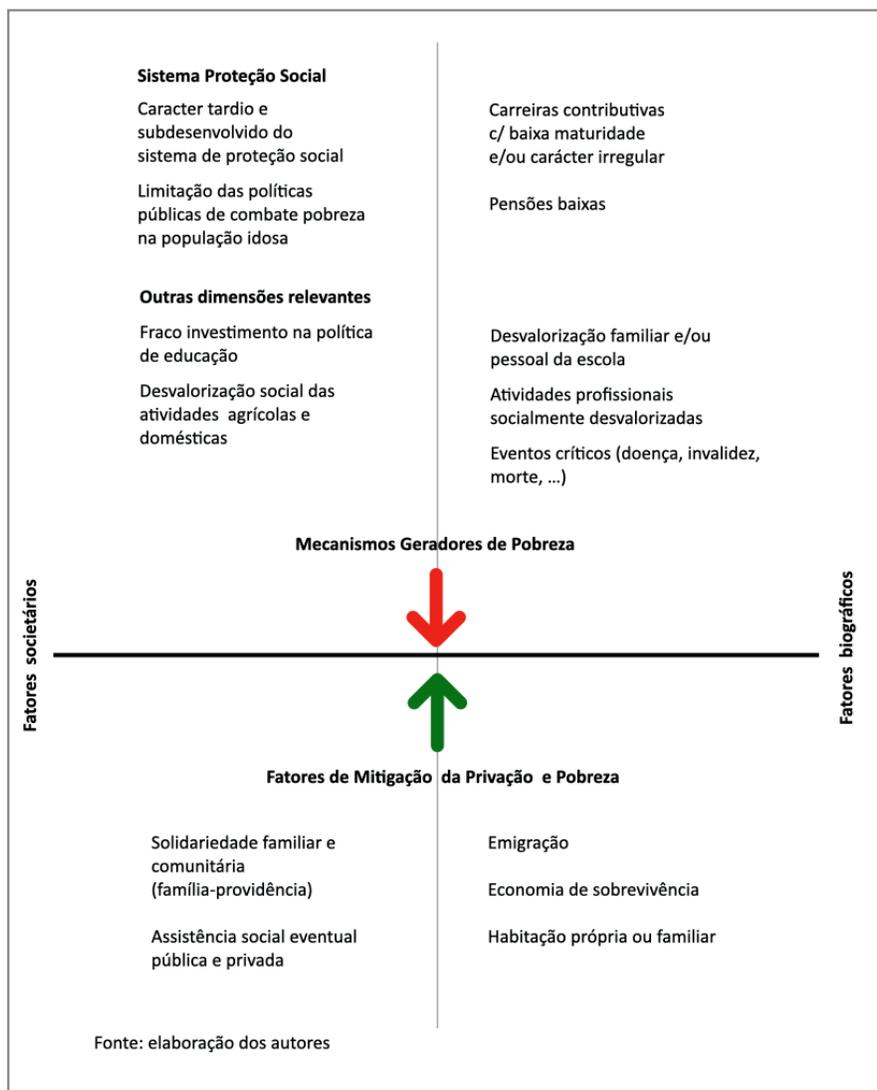
A regularidade observada da experiência da privação material não impede, ainda que de modo não consensual entre os entrevistados, a valoração das pensões e complementos auferidos. Vários entrevistados valorizam de forma clara a sua reforma, apesar desta ter um valor baixo, pois constitui a sua única ou quase exclusiva fonte de rendimento. No conjunto de entrevistados que expressam, de forma implícita, a função de segurança económica que as pensões e complementos desempenham enquanto fonte previsível e regular de rendimentos, observa-se, em regra, um processo de integração da privação material como modo de vida, designadamente no que respeita a cortes nos consumos essenciais (como por exemplo, na alimentação, na saúde e no aquecimento), ao autoconsumo e às trocas diretas e comunitárias.

Outra dimensão relevante na situação das pessoas idosas em situação de pobreza respeita à sua experiência de relação com os serviços sociais (em sentido lato). Excetuando a pequena parcela dos entrevistados que não apresentam um histórico de relação com os serviços sociais, registam-se quer relatos de um relacionamento avaliado como positivo, quer juízos críticos de maior ou menor intensidade. No primeiro caso a relação com os serviços de segurança social merece uma avaliação positiva pois cumpriu, sem problemas de maior, a sua função de mediar o acesso a direitos sociais, designadamente o acesso à reforma, a ajudas técnicas ou ao subsídio de desemprego. As posições mais críticas na relação com os serviços da Segurança Social reportam-se ao Serviço de Verificação de Incapacidades no contexto do reconhecimento das condições de elegibilidade para a pensão de invalidez. As queixas estendem-se também aos serviços de habitação e aos serviços de saúde.

O evitamento do efeito de estigma do recurso à assistência social, com impacto na limitação do acesso a possíveis apoios e direitos sociais, ocorre igualmente entre os entrevistados, apesar da insuficiência de recursos, de necessidade e experiência de privação face ao constrangimento na abordagem dos serviços de apoio social, por *timidez e vergonha* funcionando como um dos mecanismos de filtragem que intervém no processo de decisão de recurso à assistência social por parte dos cidadãos quando se regista uma situação de desequilíbrio entre as suas necessidades e os seus recursos.

Ensaando uma síntese das dimensões analisadas neste capítulo, apresentam-se na Figura 2 os principais mecanismos geradores da pobreza entre os idosos associados aos sistemas de proteção e apoio social, bem como os fatores de mitigação das situações de privação e de pobreza que os entrevistados experienciaram e experienciam, articulando fatores societários e de ordem biográfica.

Figura 2 - Mecanismos geradores e de mitigação da pobreza entre os idosos



7. Redes de apoio não institucional e território

7.1. Redes informais de apoio e vizinhança

Redes informais de apoio e vizinhança remetem-nos para um campo social da maior relevância, sobretudo quando falamos de indivíduos e famílias em situação de privação material, muitas vezes sujeitos a múltiplas expressões de exclusão social, acumulando dificuldades económicas e outras que, interagindo entre si, concorrem para tornar a existência quotidiana muito severa e sofrida. As redes informais de apoio, nomeadamente de tipo familiar, vicinal e amigável, assumem em muitas circunstâncias uma função social fundamental para a própria reprodução social dos indivíduos e suas famílias, principalmente quando as instituições do Estado-providência se revelam escassas, frágeis e insuficientes. Cabendo reconhecer que em muitos casos possuem capacidade para fazer a diferença, melhorando, ainda que transitória e parcialmente, a vida de quem delas beneficia, é importante sublinhar que estas redes, fazendo parte do que se designa, na literatura sociológica, por sociedade-providência, não são substitutas, em caso algum, do Estado-providência⁴⁰.

O debate em torno deste par é antigo, mas permanece atual. Face à crise do Estado-providência, organizada pelo neoliberalismo, expressa nomeadamente pela insuficiência crónica de recursos financeiros para atender às necessidades sociais fundamentais, levando mesmo alguns, ainda antes da viragem do milénio, a considerar muitas das políticas sociais aplicadas por esta configuração societal como inadequadas (cf. Monteiro 2008), a sociedade-providência assume um importante papel na solidariedade de curto alcance em sociedades, como a portuguesa, onde os recursos distribuídos pelo Estado-providência são limitados.

Analizada e defendida por Santos (1993), a sociedade-providência, mormente através

⁴⁰ O Estado-providência em Portugal é uma construção tardia, realizada num período marcado pelo «fim do compromisso entre a solidariedade social e a acumulação capitalista» (Silva, 2013, 29). Ainda que existam elementos constitutivos desta configuração estatal no Estado Novo, nomeadamente no domínio da previdência pública (cf. Pereirinha & Carolo 2006), «é à democracia em que vivemos que há que creditar o mérito da unificação dos regimes de protecção social e, sobretudo, do seu desenvolvimento quantitativo e qualitativo» (Dornelas, 2013, p. 47). No prefácio à edição portuguesa do livro de Esping-Andreson, M. C. Silva (2008) argumenta que, embora não seja possível afirmar que o Estado-providência compatibiliza capital e trabalho, por um lado, e capitalismo e democracia, por outro, os países onde esta configuração sociopolítica mais se aprofundou foram bem-sucedidos na criação de serviços públicos universais que proporcionaram um bem-estar social elevado, facilitando a inclusão social das classes sociais mais desfavorecidas. É atinente mencionar que o Estado-providência, decorrendo largamente das reivindicações das classes sociais exploradas e dominadas, exprime uma reconfiguração do aparelho estatal por parte das elites dirigentes, em especial as conservadoras, visando a integração e coesão sociais de acordo com os padrões desejados pelas classes dominantes.

da entreatada familiar e do apoio vicinal, bastante presentes na vida de muitos dos entrevistados, contrabalança as insuficiências do Estado-providência produzidas pelas políticas neoliberais implementadas a partir da década de '80, primeiro nos Estados Unidos da América e no Reino Unido e posteriormente em toda a Europa⁴¹. Ora, como tornam bem evidente as narrativas dos entrevistados, e sem obnubilarem as virtudes da sociedade-providência, há que fazer a crítica aos argumentos de Santos (1993), assumidos também, entre outros, por Rodrigues e Stoer (1998), para quem há em Portugal «um Estado de bem-estar bastante fraco [que] coexiste com uma sociedade de bem-estar forte» (Rodrigues & Stoer, 1998, p. 13).

Convocando Bréville (2014) e a sua síntese da evolução histórica nos últimos trinta anos da caridade e dos seus efeitos políticos na fragilização do Estado-providência nos países capitalistas ocidentais, e em linha com o discutido por Ribeiro (2017), se há que reconhecer algumas virtudes e aspetos positivos à sociedade providência, o conhecimento sociológico baseado em trabalho de campo intensivo e de longa duração coloca em evidência que, como tem sido sustentado por M. C. Silva (1998, 1999), a tal sociedade-providência é, em Portugal, atravessada por formas intensas de desigualdade e de relacionamento assimétrico entre os indivíduos, constituindo-se um terreno fértil de práticas e de produção de relações clientelares, não raramente envolvendo a Igreja Católica e até as autarquias, como veremos abaixo no discurso dos nossos entrevistados. No entanto, a este debate são também convocados os cidadãos e em especial as organizações da sociedade civil envolvidas na luta contra a pobreza e as exclusões sociais. Trata-se, como é evidente, de interpelar o lugar e as possibilidades destes atores neste campo, havendo para isso que discutir não só conceitos como solidariedade e assistencialismo, mas também, em última instância, o papel e as funções do Estado.

Não cabendo aqui prosseguir com este debate, haverá que encerrar este ponto de análise sublinhando que o Estado-providência não tem necessariamente de se opor à sociedade-providência, antes podendo produzir complementaridades, sem prejuízo de se reconhecer os limites desta última, sobretudo por esta se assumir como claramente desigual no terreno da

⁴¹ Como refere Ribeiro (2008), as redes sociais, criadas pelo primeiro Governo de António Guterres (1995-1999) inspiram-se em alguns aspetos marcantes da sociedade-providência para utilizarem de forma virtuosa os elementos mais positivos da solidariedade social nos diferentes níveis da organização político-administrativa do território. Destaca-se aqui o nível local, nomeadamente de freguesia, no qual se procura aproveitar os vários tipos de ajuda, quer formal, quer informal, implementados e/ou incentivados pelas instituições e associações coletivas da sociedade civil. Concorrem também para o sucesso desta orientação política, como refere Ruivo a propósito da organização sociopolítica em Portugal, as «redes de contacto e conhecimentos, com base de ancoragem umas vezes precisas, outras difusas, mas todas elas fazendo apelo a solidariedades partilhadas, com pontos-chave e fileiras privilegiadas [...] que serão decisivas na explicação da intervenção ou não do Poder Local na luta contra a exclusão social» (2000, p. 29).

vida quotidiana, atingindo precisamente os que mais necessitam. Enquanto a sociedade-providência depende da boa vontade de cada um, assumindo claramente uma dimensão caritativa, o Estado-providência assenta em princípios universais de solidariedade ancorados no Direito⁴².

Estas redes de apoio e suas formas de ajuda são também relevantes por outra razão: permitem mitigar os efeitos de trajetos de vida marcados pela pobreza, em regra resultantes dos pequenos salários auferidos, não raramente, sobretudo no caso dos mais idosos, sem dar lugar a contribuição para a Segurança Social ou para qualquer outro mecanismo de alocação de rendimento para a formação da pensão de reforma. Uma vez que a reforma se encontra vinculada aos descontos efetuados durante a vida ativa, os baixos rendimentos acabam por funcionar como um marcador implacável do destino de vida destas pessoas, hoje idosas, que se debatem com as dificuldades de levar até ao fim do mês uma pensão de reforma muito magra, insuficiente para suprir todas as suas necessidades essenciais à sua existência (como por exemplo, as necessidades de alimentação, de abrigo, de vestuário e de medicamentos para doenças que o avançar da idade vai multiplicando e agravando). Nestas circunstâncias, a fragilidade do Estado-providência em Portugal, num país com um dos mais baixos rendimentos *per capita* da União Europeia e com uma forte desigualdade social, concorre para aprofundar a situação de carência destes indivíduos e famílias. A isto há ainda que acrescentar as disparidades na proteção social em função da categoria social, dado que esta se concentra nos idosos, apesar das limitações aludidas, em detrimentos dos apoios às crianças e aos jovens até aos dezoito anos (cf. Diogo 2018).

Cobrindo distintos lugares do território nacional, as entrevistas mostraram que as redes

⁴² Supiot sublinha que «mesmo devendo o essencial de sua fortuna ao pensamento sociológico e político, a noção de solidariedade tem uma origem jurídica. Ela designou inicialmente (no Código Civil francês de 1804) uma técnica do direito da responsabilidade, utilizada em caso de pluralidade de credores (solidariedade ativa) ou devedores (solidariedade passiva) de uma mesma obrigação. Foi só no final do século XIX que ela adquiriu um sentido jurídico novo: o de uma organização coletiva que permite enfrentar os riscos engendrados pelo maquinismo industrial e fazer pesar sobre seus autores uma responsabilidade objetiva, independentemente de qualquer erro. Assim foram instituídos os regimes de solidariedade, que Jean-Jaques Dupeyroux descreveu como "poupanças comuns [...] em que se cotiza segundo seus recursos e das quais se tira segundo suas necessidades"» (Supiot, 2014, p. 18). Como foi já discutido em Ribeiro (2017), na esteira de Portela (2008), a solidariedade é um conceito plural, envolvendo dimensões e campos como o altruísmo, a família, o associativismo e o Estado. Procedendo a uma síntese conceptual, M. C. Silva (2009, pp. 21-22) argumenta que existem quatro perspetivas teóricas fundamentais sobre a solidariedade: i) de orientação durkheimiana e de inspiração religiosa, na qual a solidariedade se realiza através da mobilização de instituições como a família, a escola e as corporações profissionais; ii) de orientação liberal, que defende que a proteção social não deve ser da responsabilidade exclusiva do Estado, mas também da família e do mercado; iii) de orientação social-democrata, na qual o Estado assume uma especial responsabilidade, nomeadamente na definição e implementação de políticas sociais; iv) de orientação marxista, na qual a solidariedade é inseparável das mudanças a nível económico e político para a construção do socialismo.

informais de apoio e as formas de entreaajuda estão disseminadas pelo país, não sendo possível, no caso deste estudo, estabelecer uma diferença nítida em termos geográficos. A existir essa diferença, ela estará, como veremos, mais negativamente marcada em Lisboa e no Porto face ao resto do território. As formas de entreaajuda têm também de ser escrutinadas considerando as suas articulações com os apoios institucionais, sobretudo de âmbito local, com destaque para as autarquias. Estas, à medida que foram recebendo competências do Estado central, têm vindo a assumir um papel relevante nos apoios sociais, funcionando como um pilar cada vez mais importante no domínio social, complementando quer a ação da Segurança Social, enquanto braço do Estado central no domínio da proteção social, quer, como se procurará demonstrar, o apoio da família e da vizinhança.

Quadro 6 - Formas de apoio dominantes e principais atores

		Relação Social		
		Familiar	Vizinhança	Amizade
Tipo de apoio	Dinheiro	P1.4_Celorico de Basto: filhos P1.4_Montalegre: filho		
	Alimentos		P1.2_Lisboa P1.2_Porto	
	Vestuário			
	Saúde (idas ao médico, compra de medicamentos)	P1.1_Montalegre: ida ao médico - filhos P1.1_Serpa: ida ao médico - filhos P1.1_Vila Franca do Campo: Filha – apoio em tudo o que é necessário P1.2_Vila Franca do Campo: Tia – ajudava na infância, não indicado P1.2_Lisboa: filho - alojamento	P1.4_Montalegre1: vizinha, ida ao médico	

<p style="text-align: center;">Outro tipo de apoio (ou não identificado)</p>	<p>P1.2_Serpa: compras P1.3_Vila Pouca de Aguiar: filhos – não indicado</p>	<p>P1.1_Vila Franca do Campo: não indicado P1.2_Boticas: tarefas domésticas P1.2_Ferreira do Alentejo: compras P1.2_Serpa: compras P1.3_Vila Pouca de Aguiar: vizinhos – trabalhos agrícolas</p>	
---	---	--	--

Como as entrevistas permitem constatar, sem que daqui se possa extrair qualquer extrapolação de ordem estatística, a existência quotidiana dos mais pobres nas maiores cidades do país é mais penosa do que em outros lugares do território, em boa medida devido ao desenraizamento familiar produzido pelas dinâmicas da vida urbana, nomeadamente as decorrentes das mobilidades internas, que concorrem para o debilitamento dos laços fundados no parentesco (cf. Quadro 6).

Como veremos, os laços sociais fundados no parentesco permanecem como elementos fundamentais na construção e preservação das redes de apoio e nas formas de entreaajuda. No entanto, também o regime de propriedade da habitação assume um papel decisivo na situação e mesmo no destino dos aposentados mais pobres. Ao contrário do que acontece nos territórios do interior, em especial nos concelhos mais rurais, em que as famílias vivem sobretudo em habitação própria, muitos dos indivíduos entrevistados que vivem nas áreas metropolitanas encontram habitação em regime de arrendamento. Quer isto dizer que a habitação própria, mesmo que muitas vezes com condições deficientes, funciona como um abrigo seguro, afastando o risco de despejo, especialmente cruel, duplamente cruel, quando a ele estão sujeitas pessoas pobres e com uma vulnerabilidade acentuada pelo peso da idade e suas consequências, nomeadamente no que diz respeito a limitações físicas e até mentais. Mesmo quando nos confrontámos com afirmações perentórias de total autonomia em relação aos outros, o desenrolar da entrevista torna evidente que existem sempre formas de ajuda vicinal na vida quotidiana:

Entrevistador: E diga-me uma coisa, quando precisa de alguma ajuda, a quem é que recorre?

Entrevistada: Ninguém, tenho tudo em casa, sustenho-me. Não gosto de pedir nada a ninguém. (...)

Entrevistador: Percebo. E agora assim olhando para o seu passado...

Entrevistada: Olhando para o meu passado... a reforma não é muito, pronto... Não é muito, mas eu tenho ajudas...tenho ajudas... antigamente, não havia ajudas de parte nenhuma. E também tenho... sobre a reforma ainda tenho mais um gasto por mês de cem e poucos euros, juntando a renda, juntando a farmácia, água, luz ... é um bocadinho... eu vivo apertada, mas com as ajudas que vou tendo... (P1.2_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Apesar do pouco que o Estado tem sido capaz de fornecer no que diz respeito a prestações pecuniárias e outras, está sistematicamente presente na memória dos entrevistados a diferença entre um passado já distante, marcado por privações generalizadas, e o presente. Ainda que sejam escassas, existem provisões públicas, o que torna a vida menos penosa para os mais idosos e mesmo para os mais novos em idade ativa. Em termos subjetivos, apesar da persistência das dificuldades, está enraizada a percepção de que no presente se vive melhor do que no passado:

Entrevistada: Um bocadinho melhor de que quando era na minha infância, não é? Um bocadinho melhor!

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque agora já há mais trabalhos. Já havia mais pessoas a chamar a gente para trabalhar, a gente já ia trabalhar e já ganhava mais um bocadinho. Já tinha mais possibilidades de ajudar, não é? Porque quando havia pouco trabalho, se ganhasse uma jeira ou duas por semana era pouco e depois a gente a trabalhar mais alguns dias já era mais dinheiro e a gente sobrevivia melhor. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 54 anos)

Uma outra entrevistada vai mais longe, referindo que os apoios sociais atuais fazem a diferença entre viver e morrer, tornando evidente as limitações da sociedade-providência, incapaz de substituir o Estado como provedora de recursos pecuniários e de outros serviços com valor social para os reformados, sobretudo para aqueles que, auferindo pensões de baixo valor e tendo sido trabalhadores pobres ao longo de toda a vida, necessitam desses apoios para continuar a existir. No passado, a entreaajuda recíproca adquiria um papel crucial na reprodução social das famílias. A ausência dessa entreaajuda não significava somente a morte social, mas

punha até em causa a própria existência física:

Entrevistadora: Unida como? Em que é que as pessoas ajudavam?

Entrevistada: Ajudavam assim: meu avô trazia o milho da terra, as vizinhas ajudavam uns aos outros.

Entrevistadora: Sim. Ajudavam...

Entrevistada: Ajudas-me se queres ser ajudado, não é?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: É assim!

Entrevistadora: E lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio de alguma instituição?

Entrevistada: Nada. Naquele tempo, não havia nada, nada disso.

Entrevistadora: Não havia nada disso?

Entrevistada: Eu tenho dito muita vez... se não é essa ajuda do Governo que dá para a gente, a gente já tinha morrido.

Entrevistadora: Sim?

Entrevistada: Já tinha morrido e enchido de bicho e tudo.

Entrevistadora: Sim...

Entrevistada: Não, a gente não tinha nada. É verdade!

Entrevistadora: Mas, na altura, as ajudas eram sobretudo dos vizinhos?

Entrevistada: Era.

Entrevistadora: Não havia, por exemplo, nenhuma instituição religiosa, nenhuma...?

Entrevistada: Não, religiosa havia, muita gente...

Entrevistadora: E eles ajudavam?

Entrevistada: Nada, nada. Não havia, querida.

Entrevistadora: Não havia.

Entrevistada: Não havia nada, nada.

Entrevistadora: A ajuda era da vizinhança?

Entrevistada: Era, sim, senhora. Era. (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

A família continua a desempenhar um papel central na vida da maior parte dos entrevistados. Para estes indivíduos idosos, aposentados, alguns já de idade bastante avançada (acima dos oitenta anos), trata-se de uma ajuda familiar fundada na geração: são sobretudo os filhos que ajudam, das mais diversas formas, os seus pais idosos, sendo que essa ajuda pode

envolver ainda membros por afinidade, como é o caso, abaixo referido, das noras:

Entrevistadora: Quando a senhora precisa de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?

Entrevistada: Eu vou à família.

Entrevistadora: A que familiares? Os irmãos?

Entrevistada: Os irmãos, aos filhos se puderem, a minha nora levou-me ontem. Nós fomos a Chaves, o médico pediu para ela levar a Chaves, porque nós não temos carro. (P1.1_Montalegre#1, sexo feminino, 72 anos)

Na verdade, é mais recorrente o apoio nas deslocações, mormente para consultas médicas, seja porque os entrevistados não possuem viatura própria, seja porque os transportes públicos coletivos são raros ou inexistentes, seja porque a idade avançada e a doença limitam a autonomia, mesmo quando a relação com os vizinhos é apreciada. Esta ajuda é marcadamente *genderizada*, sendo mais frequentemente prestada pelas filhas:

Entrevistadora: E tem aqui amigos ou amigas? As relações são boas?

Entrevistada: Tenho aqui os vizinhos. Sim, são boas, são muito boas. Principalmente aqui com os vizinhos, ajudamo-nos uns aos outros. E principalmente aqui a D. XXXX é muito minha amiga. Até damos os números de telefone, para quando precisarmos.

Entrevistadora: Quando necessita de alguma ajuda, a quem é que recorre?

Entrevistada: Aos meus filhos. A minha filha mais vezes, para ir às compras, e o meu filho que está cá, trabalha na Câmara. O outro está longe, não pode. Mas principalmente a minha filha, só quando ela não pode é que vai o meu filho. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Se este tipo de ajudas é dominante, também existem entrevistados reformados que recebem apoio financeiro dos filhos com regularidade, normalmente numa base mensal. Em muitos casos, sem este tipo de apoio seria muito difícil conseguir chegar ao final do mês sem medidas severas de restrição de consumo (já muito contido) nomeadamente no que diz respeito a medicamentos:

Entrevistada: É para remédios, é para pagar luz, pagar o telefone, pagar água e para comprar alguma coisinha, mas o que vale é o filho, que dá alguma coisinha.

Entrevistadora: O seu filho ajuda, é?

Entrevistada: Ajuda.

Entrevistadora: O filho está aqui em Portugal?

Entrevistada: Não, ele está em França.

Entrevistadora: Ele está em França e ele ajuda com quanto?

Entrevistada: Uns cem eurinhos.

Entrevistadora: Manda cem euros por mês?

Entrevistada: Mas também, coitado, ele também tem a vida dele. (P1.4_Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

A ajuda dos filhos é sempre reconhecida pelos entrevistados, revelando sentimentos de gratidão pelas dádivas recebidas⁴³. Estas práticas mostram que, mesmo nas sociedades modernas dominadas pela troca mercantil, a troca baseada na reciprocidade está também presente. Como há muito classificou a literatura antropológica (cf., entre outros, Harris, 1987), a reciprocidade entre pais e filhos assume a forma designada por generalizada, na qual os envolvidos dão e recebem de acordo com as suas necessidades, sem se submeterem a regras de tempo, quantidade ou qualidade dos bens ou serviços trocados. Não deixando de as identificar e mesmo de as quantificar, não raramente sublinham o esforço dos seus filhos envolvido nestas dádivas, lembrando que estas não podem ser maiores pois também eles têm as suas dificuldades, encargos financeiros a que têm de fazer frente, muitas vezes com o recurso a pequenos salários. Mesmo nas grandes cidades, como é o caso do Porto, a ajuda baseada na vizinhança continua presente, muitas vezes tecida ao longo de décadas de vida no mesmo bairro, vivendo em casas próximas. A ajuda baseada na reciprocidade confunde-se frequentemente com a prestação de serviços que podem assumir uma natureza mercantil, como acontece por exemplo com a gestão do condomínio:

Entrevistadora: Quando precisa de alguma ajuda, recorre a quem?

⁴³ A reciprocidade generalizada tem como contraponto a reciprocidade equilibrada, na qual já está presente a medida e a quantificação (cf. Harris 1987). São formas de interdependência e integração económica dominantes nas sociedades ditas primitivas, que continuam presentes, ainda que de modo secundário mas relevante, nas sociedades contemporâneas, não expressando tal presença qualquer forma de disfuncionalidade, convocando os argumentos de Polanyi (1971a [1957] e 1971b [1957]), na sua crítica penetrante e enérgica sobre as consequências do mercado. O *Ensaio sobre a Dádiva*, de Mauss [1988 (1925)], fornece uma explicação teórica pioneira sobre o papel das trocas fora da esfera mercantil, sublinhando que o dar e receber desenvolve e consolida laços sociais entre os envolvidos, constituindo expressões de solidariedade, entreaajuda e aliança entre os indivíduos.

Entrevistada: Quando tenho algum problema está lá o senhor que toma conta, o gestor. O condomínio, o Sr. XXXX, [cuida de] qualquer coisa. Vai uma senhora limpar as escadas de quinze em quinze dias, pago eu e depois é a minha vizinha em frente. Sou muito amiga da minha vizinha da frente.

Entrevistadora: Pode recorrer a qualquer uma das vizinhas?

Entrevistada: A vizinha em frente, só estou a dizer à menina, não digo a ninguém. Mas a minha vizinha da frente é raro o dia em que eu não vá lá, não há semana que não lhe vá levar um prato de coisas que ela não faz. Ela vive com o filho, o marido morreu já há muitos anos e vou levar-lhe, quando aqui dão qualquer coisa eu também lhe dou. É... eu ajudo. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos).

De sublinhar que a ajuda, mesmo em situação de carência, pode ter um outro sentido, não o de receber mas sim de dar, apoiando elementos da família, nomeadamente filhos e netos com dificuldades. Como é sobejamente conhecido (Caleiras 2015), perante as crises sucessivas que o país tem vivido, ocorridas num contexto de alteração progressiva do acesso a emprego estável e bem remunerado por parte das gerações mais novas, a persistência do emprego precário, instável e intermitente, os idosos constituem-se cada vez mais como pilar de ajuda ao seus filhos e netos. As vidas destes, marcadas pelo desemprego, salários demasiado minguados para prover todas as necessidades, pode mesmo desencadear sentimentos de frustração nos idosos, ao ver que as suas pensões de reforma e recursos financeiros são insuficientes para prover todas as necessidades básicas dos seus filhos e netos:

Entrevistadora: A senhora acha que o valor que recebe supre as necessidades que tem?

Entrevistada: Não chega, mas tenho que saber governar, não é?

Entrevistadora: Sim, porque no início antes de começarmos a gravar a senhora disse que tinha três filhos. Um dos seus filhos tem três filhos e uma bisneta prematura e está a ser acompanhada.

Entrevistada: E agora uma bisneta prematura, coitadinha, não é? Ainda veio ontem do Porto e torna a ir de ontem a quinze dias.

Entrevistadora: E a senhora ainda ajuda com esse rendimento, não é?

Entrevistada: Eu tenho que ajudar porque também ela não tem possibilidades.

Entrevistadora: Então, mas teve alguma situação que a marcou? Em que ficou muito chateada por não ter condições financeiras para suprir alguma dificuldade?

Entrevistada: Eu sinto muitas vezes [isso].

Entrevistadora: Pode mencionar alguma?

Entrevistada: Eu já tive muitas vezes, porque, olhe, o meu filho fica sem emprego, eu sofro porque ele não tem e o pouquinho que tenho, tenho que dividir. E, olhe, se tivesse uma reforma grande... ainda ontem estava a falar no Euromilhões. Olhe, se me saísse, me caía bem. Eu não queria nada para mim, não queria tudo, mas um bocadinho, só para eles se governarem. Há dias que eu estou triste porque quero ajudar e não posso. (P1.1_Montalegre#1, sexo feminino, 72 anos)

As ajudas dos filhos e dos vizinhos são conjugadas com apoios institucionais, assumindo as autarquias um papel crucial, substituindo-se ao Estado central e às suas instituições, em especial à Segurança Social:

Entrevistadora: E alguma vez precisou de pedir apoios, ajudas? Algum apoio social?

Entrevistada: Apoio já pedi, para uma cama para ele [o marido]. Este cadeirão que veio há dias também. Assim... esses móveis.

Entrevistadora: A quem é que recorre para esses apoios?

Entrevistada: Foi a doutora XXXX.

Entrevistadora: É da Câmara ou da Junta? Da Câmara?

Entrevistada: Sim, sim [da Câmara]. (...) Às vezes, se os meus filhos não me ajudassem, não chegava nada o dinheiro. Quinhentos e tal euros, aquilo gasta-se que é um instante. Só medicações é um dinheirão que a gente gasta. Depois é preciso para... é luz, é água, é gás, é telefone, é... é sempre contas que uma pessoa tem que ir fazendo. Depois que for fazendo as contas, tudo, pouco sobra.

Entrevistadora: Os seus filhos ajudam-na financeiramente só pontualmente ou todos os meses?

Entrevistada: Não, os meus filhos, eles, coitadinhos, estão sempre a dizer: «Ó mãe, nós ajudamos, nós ajudamos, nós ajudamos», mas, coitados, também têm a vida deles, não é? Têm as casinhas deles, estão a pagá-las, também não queria estar a... (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 64 anos).

As autarquias desempenham também um papel relevante no apoio ao consumo de medicamentos, suportando uma parte dos custos relacionados com a aquisição. Suprindo, mais uma vez, as insuficiências do Estado central, o apoio autárquico pode ser acompanhado pelo de outras instituições, como é exemplo a Cruz Vermelha, no fornecimento de alimentação:

Entrevistador: E apoios de instituições sociais?

Entrevistada: Não. Tenho apoios da Cruz Vermelha.

Entrevistador: E como são esses apoios?

Entrevistada: Bom, os apoios, não podemos nos queixar muito mais... pronto, dão-nos umas conservas. Agora, desta vez, deram legumes, dão queijo, leite e mercearia.

Entrevistador: E isso é todos os meses?

Entrevistada: Sim, é por mês.

Entrevistador: Então o que o seu marido ganha e a ajuda da Cruz Vermelha são os únicos auxílios?

Entrevistada: Sim.

Entrevistador: São importantíssimos?

Entrevistada: Sim, muito. E esse cartão que agora me atribuíram para a medicação dele.

Entrevistador: Sim, esse cartão... os dois têm direito?

Entrevistada: Os dois.

Entrevistador: E como é que funciona?

Entrevistada: É assim, o que explicaram a nós é que temos que optar pelo medicamento mais barato. Se optarmos pelo medicamento mais barato, é na totalidade [do valor do medicamento]. Cem euros mensais é o valor do cartão. Podemos não gastar aquela medicação toda, não é? Não usufruímos deste dinheiro, fica no cartão. Pronto, das outras vezes deram cinquenta euros de medicação, meu marido foi buscar e já não pagou. Isso já ajuda muito.

Entrevistador: E isso começou há quanto tempo?

Entrevistada: Foi um dia antes agora das eleições. Entregaram-nos os cartões. Eu já tinha tratado destes papéis e depois chamaram-me, a doutora XXXX chamou-me, o presidente [da Câmara Municipal] queria entregar os cartões um dia antes das eleições (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos).

Se o apoio autárquico revela uma dimensão clientelar⁴⁴, tornando evidente que a

⁴⁴ O clientelismo é um tema largamente estudado pela antropologia e sociologia rurais. Tratando-se de uma relação social complexa, envolve sempre a existência de um cliente e de um patrono. Em termos conceptuais, o patrocínio é um «mecanismo de vinculação e coerção psicossocial e, por vezes, física, no qual se verifica a servilidade e a dependência do cliente face a uma outra pessoa social e/ou politicamente influente denominada patrono» (Silva & Van Toor, 1988, p. 54). Exprime uma relação desigual, na qual o patrono realiza favores e oferece alguns serviços em troca do apoio do cliente. Em termos históricos, o

política local se faz também através dos programas sociais, já a entrega de alimentos constitui uma expressão de carência social que perdura no tempo, atravessando a vida de gerações. Como justamente lembra uma entrevistada, no passado, a Igreja assumiu (como, aliás, ainda hoje assume) um importante papel na distribuição de alimentos:

Entrevistadora: A senhora disse que recebia uma ajuda da Igreja.

Entrevistada: Isso já foi há muitos anos, eu era pequenininha.

Entrevistadora: Sim, era pequenininha, sim, estamos a falar da época da infância, não é? Mas a senhora acha que essa ajuda de alguma maneira ajudava em algumas situações difíceis que podiam existir?

Entrevistada: Ah, ajudava, ajudava, porque enquanto tínhamos o leitinho que nos davam, que se fazia com água, eu lembro-me porque eu sou a mais velha. Era uma farinha que chamava tapioca. Eu não sei o que era aquilo, vinha dos Estados Unidos, era a Igreja que dava às pessoas mais necessitadas. Os meus pais também recebiam um queijo que havia, amarelo.

Entrevistadora: Ou seja, ajudava na alimentação dos filhos, não é?

Entrevistada: Ajudava na alimentação, sim (P1.1_Montalegre#1, sexo feminino, 72 anos).

Os problemas sociais que os mais idosos enfrentam podem ser decorrentes do deslaçamento social, isto é, da rutura dos laços sociais ancorados na família e mesmo na vizinhança e na amizade. Nestes casos, sobretudo quando as pensões de reforma são muito pequenas e se fez o afastamento sem retorno do mundo do trabalho, restam a estas pessoas em situação extrema de anomia social (para utilizar um conhecido conceito de Durkheim) o apoio de associações da sociedade civil, sejam elas religiosas, para-religiosas ou laicas:

Entrevistador: Do Centro Social...?

Entrevistado: Eu venho aqui buscar a comida.

Entrevistador: E eles dão-lhe a comida e...

Entrevistado: Já ajuda muito... ajuda muito...

fenómeno clientelar esteve presente na colonização romana, através da romanização dos chefes gentílicos para o seu envolvimento nas tarefas de controlo da população. Já do ponto de vista político-administrativo, o patrono pode desempenhar o papel de cacique, isto é, um intermediário entre os grupos sociais locais e o Estado, daí retirando benefícios pessoais. Em troca dos votos, indispensáveis à reprodução e legitimação das instituições políticas, presta um conjunto de serviços (os favores) à população (Sobral e Almeida 1982).

Entrevistador: E é diariamente?

Entrevistado: Sim, é diariamente. Tem que se saber orientar bem e isto aqui é uma grande ajuda. Já vir aqui buscar a comida é uma grande ajuda. Então, é dinheiro que a gente não.... é dinheiro que eu não gasto.

Entrevistador: O que pensa da relação que tem com os seus familiares, com os seus amigos e vizinhos? Como é que é?

Entrevistado: Isto agora, amigos, amigos... Sabe como é que se diz? Isto agora, hoje em dia, não há amigos.

Entrevistador: Porque diz isso?

Entrevistado: Ah, porque a gente confia numa pessoa ou fala, um dia depois, por trás ou, como se diz, dá uma facadinha nas costas. Hoje não há assim muitos amigos. Amigos, amigos era aqueles que antigamente, quando eu estava a trabalhar... Estes é que eram amigos...

Entrevistador: Tem ainda contacto com estas pessoas?

Entrevistado: Não. Agora não tenho. Desde que a firma fechou, não tenho mais contacto. Nunca mais falei. Sei onde eles moram, mas não, não. Nunca mais. Pronto, cada um foi para o seu lado. Isso hoje em dia, a malta hoje em dia, não sei... Hoje é diferente. Está diferente. Hoje vai para casa, sai do trabalho, mete-se em casa, não fala, nem nada! Então, eu passo semanas e semanas lá em casa que eu nem vejo meus vizinhos. Nem os vejo. Às vezes, quando vou a sair, na escada, encontro lá outro. Bom dia, boa tarde e mais nada. As pessoas hoje fecham-se muito. Hoje já não é como dantes. Antes, havia uma coisa qualquer, iam lá bater à porta: «Então, vizinha, aconteceu alguma coisa?» ou isso, ou aquilo. Hoje, não. Hoje, pode estar aí no chão, as pessoas passam, as pessoas dão a volta e a pessoa lá fica. Hoje em dia é assim.

Entrevistador: Porque acha que acontece isso?

Entrevistado: Não sei, não sei.

Entrevistador: Acha que é a correria?

Entrevistado: É a correria.

Entrevistador: Ou as pessoas estão mais egoístas?

Entrevistado: Ou isso, sim. É stresse, é todas as outras a correr e parecem que não veem o que está à volta delas. É só para elas e para elas e mais ninguém. Pronto, é assim. Hoje, é assim. Eu vejo. Vejo que as pessoas de agora já não são as mesmas que eram aqueles anos atrás. São diferentes. Andam focadas naquele objetivo e pronto. Eu vejo.

Entrevistador: E como é a relação com os seus irmãos, por exemplo? Com os outros familiares?

Entrevistado: A minha família não é muito grande. A minha família é pequena. Davam-se bem. Podia haver uma zangazita aqui ou ali, mas isso aí é normal.

Entrevistador: Os seus irmãos vêm visitar a mãe?

Entrevistado: Não, não, não.

Entrevistador: Não?

Entrevistado: Não.

Entrevistador: Nem ligam?

Entrevistado: Nem ligam. Antes davam-se bem e depois chateámos, por uma coisa qualquer, porque eles iam lá fazer a passagem de ano. Sim, convidava e eles iam lá fazer a passagem de ano e depois eles levantavam-se todos e eu é que ficava em casa a arrumar as coisas, a lavar a louça. Depois, a partir daí [faz um som sibilante com a boca], acabou, nunca mais! Pronto, eles andam lá na vida deles e eu ando na minha. Isto agora é assim.

Entrevistador: E já tem algum tempo isso?

Entrevistado: Já, já tem... já há uns anos... já não é de agora. Já foi há muitos anos atrás.

Entrevistador: Lembra-se mais ou menos de quando foi?

Entrevistado: Se calhar, já... se eu já estou em casa há dez anos, se calhar, isso já foi há mais. Quando eu estava a trabalhar, eu. Se calhar, há vinte anos.

Entrevistador: E a sua mãe sente falta deles?

Entrevistado: Sente.

Entrevistador: Ela pergunta por eles?

Entrevistado: Nem precisa perguntar, porque eles moram lá ao pé. Ela os vê... A gente vê-os. Eles passam, eles nem falam. Eles sabem. Nem os netos, nem os sobrinhos, nem nada. Falam nada.

Entrevistador: E eles sabem que ela está doente?

Entrevistado: Às vezes, sabem, outras vezes não sabem porque eu também não lhes digo. Às vezes, são pessoas de fora que dizem: «Ah, a tua mãe está doente» ou «a tua mãe foi para o hospital» Quando eles os veem. Quando não os veem, também não sabem de nada. Que eu também não digo.

Entrevistador: E sente falta deles?

Entrevistado: Eu? Não sinto falta nenhuma! Não. Também não vão lá dar nenhum prato de sopa, não vão lá dar a casa. Quanto mais... Se não estivesse a fazer tanta coisa, já tinha

morrido. Não! Eu oriento cá a coisa como eu acho que devo orientar, mas também não vou lá pedir nada a eles (P1.4_Lisboa, sexo masculino, 49 anos).

Em suma, as redes informais de apoio e vizinhança são fundamentalmente ativadas para tarefas relacionadas com saúde (deslocações a consultas e tratamentos médicos), compras de bens, nomeadamente alimentares, tarefas domésticas e trabalhos agrícolas. Tal releva a importância destas redes para a vida quotidiana dos indivíduos, sobretudo quando a idade lhes reduz a mobilidade e autonomia, situação que é exacerbada nas zonas rurais e nos pequenos aglomerados urbanos do interior do país, insuficientemente dotados de meios de transporte públicos adequados às necessidades das populações.

7.2. Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência

Debater o território implica mobilizar um vasto acervo teórico em torno de conceitos e, sobretudo, de realidades como o espaço, o lugar e a habitação, sem obnubilar o debate bem conhecido entre o rural e o urbano. Retomando os argumentos já explanados em outros textos (Ribeiro *et al.* 2009, Ribeiro 2010 e Silva *et al.* 2017), o espaço, uma realidade certamente geográfica mas também histórica, socioeconómica e simbólica, tem sido largamente escrutinado pelas mais diversas disciplinas das Ciências Sociais, com destaque para a Sociologia e a Geografia Humana. Silva (2006), entre outros, dá especial destaque à relação entre a Geografia e a Sociologia, sem esquecer a Antropologia e a História:

conceitos territoriais tais como casa, aldeia ou cidade, região ou país são simultaneamente geográficos e sociológicos. [...] Com as perspectivas geográfica e sociológica entrecruzam-se também outras, tais como a antropológica, a histórica e mesmo a psicológica e arquitectural. A casa, por exemplo, é também o lugar arquitectónico da personalidade íntima, o que implica ter presente a dimensão sociopsicológica (M. C. Silva 2006, p. 186).

O espaço não é homogéneo, antes é atravessado por desigualdades, expressivamente sentidas a nível urbano (cf. Davis, 2006). É no espaço que se concretizam as condições materiais de existência (Hall, 1986) e é no espaço que se fazem exprimir, seguindo a interpretação de Bourdieu (1979), muitas das distinções sociais através do lugar e da casa que se habita. Por outras palavras, como argumenta Baptista (2006, p. 55), ancorado em Remy e Voyé (1974), no espaço expressam-se dinâmicas que não se apresentam jamais em estado puro. Entre essas principais dinâmicas, sobre as quais se ocuparam (e ocupam) grandes debates teóricos bem conhecidos, temos o rural e o urbano. Ora, como foi recentemente afirmado por Silva *et al.*,

À velha discussão sobre a dicotomia rural-urbano seguiu-se a tese do *continuum* rural-urbano (Sorokin & Zimmerman, 1929), prosseguida por uma outra defensora da permeabilidade e diluição do rural-urbano (Gaspar, 1994), embora com alguma heterogeneidade e conflitualidade social e axiológica entre estabelecidos e forâneos recém-chegados (Elias & Scotson, 1965, Newby, 1980, Chamboredon, 1985). Sendo imprescindível proceder a uma abordagem de base territorial, esta necessita de ser articulada com a teoria da dependência e centro-periferia, aplicável a espaços rurais e urbanos a nível transnacional, nacional, regional e local (2017, p. 173).

Encerrando este breve enquadramento teórico, resta sublinhar que a habitação é essencial à vida dos seres humanos, estando no mesmo plano de relevância de outros bens sociais, como a alimentação e a saúde. Por isso, não surpreende que este direito humano vital seja protegido em muitas leis fundamentais, como é o caso da Constituição Portuguesa. Este reconhecimento jurídico-político, nomeadamente a nível constitucional, tem de ir mais longe do que a simples expressão escrita, devendo ser acionado como instrumento para a elaboração de políticas públicas, isto é, através da disponibilização de habitações que possam satisfazer as necessidades dos cidadãos e das famílias que não têm acesso em condições adequadas a este bem social essencial, vivendo em condições habitacionais precárias, como nos revelaram (e podemos observar) muitos dos nossos entrevistados.

A situação dos reformados pobres é especialmente cruel quando nos fatores que produzem a sua vulnerabilidade também se encontra a habitação. Esta vulnerabilidade pode manifestar-se não apenas através de uma má habitação (seja ela provocada pela incapacidade financeira de a aquecer no Inverno ou pelo escasso conforto devido quer a um isolamento térmico deficiente, quer a infiltrações de água, quer à falta de algum equipamento necessário ao bem-estar pessoal, como o esquentador de água, ou ainda pelos obstáculos à mobilidade causados, por exemplo, pela inexistência de elevador) mas também pelo próprio risco de se perder a casa na sequência do desalojamento decorrente da aplicação da atual lei do arrendamento⁴⁵. Trata-se, como é bem evidente, de um constrangimento que a ajuda vicinal,

⁴⁵ Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 59-A/2012, de 12 de Outubro. Assumindo uma abordagem liberalizadora no domínio dos arrendamentos, facilitou os despejos habitacionais e de lojistas, ao mesmo tempo que instituiu como regra o arrendamento de curta duração por um ano. Como se pode ler no projeto de Lei n.º 843/XIII do Partido Socialista, cujo articulado foi, em boa medida, transposto para a recente lei de bases da habitação (Lei n.º 83/2019 de 3 de Setembro), «a liberalização do arrendamento levada a cabo a partir de 2012 criou uma pressão adicional sobre as

mesmo quando existe, como é o caso seguinte, é incapaz de colmatar:

Entrevistada: É assim, hoje estou melhor. Se não fosse esta situação da casa.

Entrevistador: Porque a senhora vai ser despejada?

Entrevistada: Exatamente. Exatamente.

Entrevistador: E agora que vai ser despejada, vai sair deste local para um outro sítio?

Entrevistada: Não sei para onde é que... onde é que meu filho vai arranjar casa. Ainda não sei.

Entrevistador: A senhora vai morar com o seu filho?

Entrevistada: É que, à parte desses, ... Eu sou diabética, injeto a insulina quatro vezes ao dia e fora a medicação. E eu, às vezes, os comprimidos, já os troco. E a minha cabeça, de vez em quando, já para e já troco a medicação. Por isso é que eu estou desejando ir viver com o meu filho, ou ele comigo, porque a casa que ele arrendar fica no nome dele, claro. (...)

Entrevistador: Eu sei que a senhora agora vai sair dessa zona onde mora, mas gostava, ou gosta, de morar aqui? O que acha deste lugar?

Entrevistada: Quer dizer, eu gostava de morar aqui e tenho pena das pessoas amigas que tenho aqui. Mas como sei que não posso, que não há possibilidades de arranjar uma casa aqui assim, também me conformo a ir para a casa que o meu filho arranjar. (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos).

Relativamente ao lugar, as apreciações dos entrevistados comportam aspetos positivos e aspetos negativos, estando estes presentes quer naqueles que vivem nas grandes cidades, quer nos que habitam os concelhos do interior. No entanto, como veremos, os aspetos, sobretudo os negativos, variam de forma substancial entre os entrevistados urbanos face aos

famílias, que se acentuou nas áreas urbanas com a atratividade de novos sectores económicos, como o alojamento local, e com a procura imobiliária externa. As desigualdades no acesso à habitação alargaram-se e atingem hoje, não apenas as camadas mais vulneráveis, mas também as classes médias urbanas.» Assumindo-se hoje como um contributo crucial para a pobreza de muitos cidadãos em Portugal, a habitação é uma questão velha (cf., entre outros, Silva *et al.* 2017) que se apresenta como um problema social da maior grandeza, sobretudo nas grandes metrópoles que procuram afirmar-se como cidades globais, algumas ensaiando mesmo formas subtis de secessão em relação aos Estados a que pertencem (cf. Bréville 2020). Assim, a situação em Portugal tem de ser analisada considerando as dinâmicas mais amplas que caracterizam as cidades no atual capitalismo, marcadas pela expansão acelerada do turismo e de outras formas de mobilidade que impulsionam as atividades terciárias relacionadas com o comércio e os serviços.

mais rurais, simplificando realidades complexas acima já objeto de análise teórica. Vejamos um caso de um entrevistado residente em Lisboa:

Entrevistadora: Mas o que é que acha positivo e negativo aqui da zona?

Entrevistada: Então... é estar sossegada.

Entrevistadora: Aqui é tranquilo?

Entrevistada: Havia de ter aqui um jardimzinho e não há.

Entrevistadora: Falta um jardimzinho?

Entrevistada: Mas não há condições aqui de pôr um jardim, não é? Quando havia aqui a droga, era pior. Agora já não há. Acabou cá. Acabou aqui e foi lá para a Avenida de Ceuta. Depois fecharam aqui os cafés. Fechou aqui tudo. Fecharam cafés, padarias, mercearias, não há aqui nada na rua. Só aqui está o do XXXX, na estrada dos XXXX, que é esse que nos traz as compras. A gente telefona, é mais caro. É o dobro do preço, mas traz-me as compritas.

Entrevistadora: Pois.

Entrevistada: Pois. É assim...

Entrevistadora: Mas se a senhora pudesse mudar alguma coisa, o que seria?

Entrevistada: O que é que mudava aqui?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Ó filha, queria um jardim, que não há. Não há nada por mudar aqui, filha. Nada, nada. Isso agora não dá nada para mudar. Isso agora está tudo caro, as casas muito caras aqui na rua. Até os quartos e tudo, está tudo caro. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

A avaliação do lugar por parte da entrevistada residente em Lisboa confronta-nos com as transformações em curso na cidade, traduzindo-se na alteração dos usos dos espaços (nomeadamente comerciais) e no aumento do custo da habitação, ao mesmo tempo que critica a falta de espaços públicos de lazer, como jardins. Já em Ferreira do Alentejo, as preocupações são outras, mais relacionadas com o envelhecimento da população e a ausência de oferta cultural:

Entrevistadora: O que pensa do lugar onde vive?

Entrevistada: Não gosto muito de Ferreira. Isto aqui são tudo pessoas velhas, mas dou-me bem com toda a gente. Ainda ajudo uma vizinha a trazer as compras. Gosto muito de ajudar as pessoas.

Entrevistadora: Quais são os aspetos positivos aqui de Ferreira?

Entrevistada: Não há aqui divertimentos nenhuns. Sim, não há aqui nada! E eu gosto de me divertir. Gosto muito de dançar. Aprendi antes de começar a tocar. Dançava ali nos reformados, mas agora acabaram com isso porque cobravam as entradas e proibiram a entradas.

Entrevistadora: Sente muita falta do convívio, da festa?

Entrevistada: Sim, sinto.

Entrevistadora: Por que é que gosta de dançar?

Entrevistada: Porque aprendi a dançar e gosto.

Entrevistadora: E como é que se sente?

Entrevistada: Sinto-me triste porque não há aqui divertimentos nenhuns, nenhum sítio para dançar. (P1.2_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Também noutro lugar do Alentejo, onde o envelhecimento e a saída dos mais jovens para o litoral e para o estrangeiro vieram acentuar os sentimentos de isolamento e abandono, os mais idosos expressam que o passado surge valorizado em detrimento do presente, através de narrativas permeadas por críticas à ação autárquica, entendida como desigual, privilegiando umas aldeias em detrimento de outras:

Entrevistadora: E aqui, XXXX? O que pensa deste lugar onde vive?

Entrevistado: Com muita tristeza, vejo XXXX ir desabando. Porque não há uma força a nível camarário que resolva os problemas de XXXX.

Entrevistadora: E quais são?

Entrevistado: Não fazem nada por XXXX. A gente vê XXXX evoluindo, vê XXXX evoluindo, vê XXXX [nomes de freguesias em Serpa] evoluindo. A única freguesia que Serpa tem que não desenvolve nada é XXXX. Nada de nada de nada.

Entrevistadora: Por que é que diz isso?

Entrevistado: Digo porque vejo com os meus olhos. O meu genro levou-me a Moura e passámos por XXXX. Só aquela zona industrial que lá tem, aquilo é um luxo. E é uma terra interior, no interior! Eu quis. Eu comprei estas oliveiras aqui ao canto, para fazer um parque de estacionamento para os camionistas pararem aqui e juntar o útil ao agradável,

não é? Veio logo um guarda. Ou tirava dali aquilo, o entulho, ou pagava de três a quinze mil euros de multa. Veja bem as ruas. Andam aí, agora é a Câmara encarregue de limpar as ruas. Chegam ali à casa do Doutor XXXX, voltam para trás. A placa de XXXX está ali à frente, mas aqui não passam. A não ser a gente que varra aí a rua, não passam. Portanto, isto tudo é uma coisa mesquinha, mas a gente vê e custa...

Entrevistadora: Quais são os aspetos mais positivos aqui de XXXX?

Entrevistado: Positivos é haver gastronomia. Toda a gente corria aqui a XXXX.

Entrevistadora: É uma terra onde se come bem.

Entrevistado: Bem, bem. Sim, senhor. Eu, na minha casa, chegaram a vir pessoa de Sevilha, de Huelva e do Barreiro a passear e a vir a comer à casa XXXX, ao restaurante XXXX, diziam-me eles. Os espanhóis então, faziam bicha aí. Olhe que a minha sala leva 120 pessoas. 120 pessoas, estava cheia, o bar leva 70, estava cheio, e pessoas à espera de lugar para entrarem. Os espanhóis chegavam aqui à minha casa, não me diziam bom dia nem boa tarde. Cumprimentavam era «bacálau» [risos].

Entrevistadora: Bacalhau! [Risos]

Entrevistado: Não diziam «bom dia», era « bacálau » [risos]

Entrevistadora: Então e quais são os aspetos mais negativos aqui de XXXX?

Entrevistado: Negativos é isso, não vejo ninguém. Nada de nada de nada.

Entrevistadora: Está a decair?

Entrevistado: Está, está, está, está. Não há juventude. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Algo semelhante se pode constatar no caso de uma entrevistada residente nos Açores, também a braços com o envelhecimento populacional e a morte de vizinhos próximos, que acabam por conduzir a um crescente isolamento dos vivos mais idosos, segundo a apreciação subjetiva da entrevistada:

Entrevistadora: E o que é que pensa do lugar onde vive e da freguesia?

Entrevistada: Da freguesia... Eu já não gosto daqui.

Entrevistadora: Já não gosta. Estava a dizer... [a filha ri-se] Por que é que já não gosta?

Entrevistada: Não sei, querida. Olha, dava-me aqui bem com a Ti' Maria, nosso Senhor a levou, isso era a alegria dessa chã. Aqui a XXXX [nome de uma vizinha], no outro dia, ela morreu também. Já não tem ninguém, querida.

Entrevistadora: Já não está ninguém do seu tempo?

Entrevistada: Já não tem. Aqui há um lavrador, está fora da mulher, e este daqui morreu a mulher. Dava-se muito bem comigo também, o XXXX. Ele também é viúvo, está lá na sua casa, o de cima está lá na sua casa e é assim. Cada qual está no seu sítio.

Entrevistadora: Então, diria que não se dá bem com a vizinhança?

Entrevistada: Eu dar, dou, querida. Mas eles não há... não tem pessoal.

Filha da entrevistada: Já tem muita casa fechada aqui.

Entrevistadora: Já não tem muita gente?

Entrevistada: Não tem, querida. O que está aqui...

Filha da entrevistada: Vê-se mais movimento é por causa do café.

Entrevistada: ... Do café! (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Já em relação à apreciação que os entrevistados fazem das condições de habitação, os comentários críticos são mais numerosos, revelando o modo como a escassez de recursos económicos se repercutem nas casas onde habitam. Por exemplo, para uma residente em Montalegre, a preocupação relaciona-se fundamentalmente com o frio – uma preocupação aliás partilhada por outros que vivem em concelhos mais interiores no norte do país:

Entrevistadora: Em sua opinião, quais são os aspetos positivos e negativos do lugar onde vive?

Entrevistada: Por ser frio

Entrevistadora: É frio? Eu senti isso quando cheguei.

Entrevistada: Frio. É muito frio.

Entrevistadora: Mas aqui é quentinho agora.

Entrevistada: Mas vem frio da porta.

Entrevistadora: A senhora tem sorte de bater o sol aqui.

Entrevistada: Mas não bate, aqui é muito frio. (...)

Entrevistadora: E os positivos?

Entrevistada: Os positivos é gente alegre, é falar com toda a gente aqui.

Entrevistadora: Como é que veio viver aqui? Como é que veio morar aqui nesse bairro?

Entrevistada: Eu vim porque andavam a fazer as casas e disseram-me assim: «Vai-te inscrever, porque vão dar essas casas às pessoas que precisam, que não têm possibilidades.» E, então, fui lá acima e me inscrevi e saí-me. Pagava renda.

Entrevistadora: Pagava renda?

Entrevistada: Estive muitos anos a pagar renda, pagava quase dois contos por mês e quando resolveram vender, comprei. Pagávamos uma prestação, fizeram um adiantamento e depois pagámos por mês conforme podíamos, conforme o rendimento. Acabei de pagá-la, fizemos a escritura e é nossa, estou feliz que tenho um burquinho, uma casa.

Entrevistadora: Um burquinho, não é? E, na sua opinião, o que é que faz falta aqui no lugar onde mora?

Entrevistada: Aqui fazia falta muita coisa, mas o que a gente pediu...

Entrevistadora: O quê?

Entrevistada: Pedíamos uma capela, que era para a gente não ir lá para cima com as pessoas idosas. Fazer uma capelinha para a gente ir à missa, porque muita gente não vai, por exemplo, assim como eu, agora não posso andar muito a pé.

Entrevistadora: Era isso que a senhora mudaria?

Entrevistada: Sim, eu gostava que tivesse uma capelinha para a gente ir lá aos domingos rezar a missa, porque há muita pessoa idosa que não vão porque é longe.

Entrevistadora: E mais alguma coisa que a senhora mudaria aqui no local onde vive?

Entrevistada: Que tivesse mais atenção com as limpezas e assim, porque isso está um horror, está abandonado.

Entrevistadora: A Câmara não faz a limpeza?

Entrevistada: Eles vêm uma vez aqui limpar, mas só fazem que limpam e não limpam nada.

Entrevistadora: E em relação à sua casa, que dificuldade é que sente?

Entrevistada: Sinto que no telhado precisava...

Entrevistadora: Mudar o telhado?

Entrevistada: Mudar o telhado e depois isso é difícil, eu pedia uma porta e as janelas, mas isto não...

Entrevistadora: Por causa do frio que mencionou?

Entrevistada: Por causa do frio, porque não posso comprar, porque não podemos.
(P1.1_Montalegre#1, sexo feminino, 72 anos).

De igual modo, encontrámos dificuldades também em zonas urbanas, já não relacionadas com o frio e com as deficiências no isolamento térmico, mas outras que não deixam de expressar a degradação das casas habitadas. No caso abaixo, essas dificuldades resultam de escolhas constrangidas, impostas pelo aumento significativo das rendas que obrigaram a

entrevistada a mudar-se para uma casa com menores condições:

Entrevistadora: E quais as dificuldades que sente aqui na casa? Disse-me que...

Entrevistada: Ó filha, então aqui chove-me em casa. Aqui na cozinha chove, aqui, quando arreventam os canos lá deles, tanto se vê aqui o remendo que aqui tem [aponta para o teto do quarto com rachaduras emendadas com fita adesiva]. Cai-me água cá para baixo. Lá têm eles que arranjar os canos, não é? E é na casa-de-banho que me cai lá água. Está tudo manchado e tudo. Cai-me a água na casa-de-banho e aqui é onde eu tenho o esquentador lixado ali na rua. Tenho que ter tudo cheio de panos. Ali, em cima do frigorífico, tem que pôr para parar a água. É triste, ou não é? Pois...

Entrevistadora: Por que é que teve que sair da outra casa?

Entrevistada: Porque as rendas aumentaram e tinha que pagar quase duzentos euros de renda.

Entrevistadora: Não conseguia?

Entrevistada: Nessa altura, era a minha reforma. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

A degradação das condições habitacionais, embora não se faça sentir com a mesma intensidade, está também presente nos concelhos mais interiores, onde a regra, mesmo entre as camadas sociais mais desprovidas de recursos, é a habitação própria:

Entrevistadora: E em relação à casa onde você vive, o que é que o senhor acha?

Entrevistado: A casa, olhe, eu tenho de lhe dar um jeito porque chove ali em cima e eu tenho que ir ali, mas não vou eu, mas tenho que chamar. Se puder lá ir a cima...

Entrevistadora: O que é que tem lá em cima?

Entrevistado: Chove. Eu tenho que lá ir...

Entrevistadora 2: E normalmente é o senhor que arranja a casa?

Mulher do entrevistado: Quando é para compor uma telha ou quê. Se não, não. Também agora já não tem idade para andar muito em cima do telhado. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Fechando a análise das entrevistas, neste perfil ressalta sobretudo um certo conformismo, mesmo fatalismo, derivado da idade relativamente avançada dos indivíduos entrevistados e da situação económica da que não lhes oferece alternativa, como se tornou bem evidente. Estas fragilidades acabam assim por agir como uma forma inelutável do destino que

condiciona e se impõe às vontades individuais e à capacidade de agência de cada homem e mulher. As palavras de uma mulher do interior norte sintetizam notavelmente a vida destes reformados pobres, especialmente no que concerne o território e as condições de habitação:

Entrevistadora: Como avalia a sua aldeia?

Entrevistada: A aldeia boa é. Olhe, há pouca gente já, mas, para mim, toda a gente é boa. Para mim, toda a gente é boa. Toda a gente. Se eu algum dia me levanto mais tarde, está sempre tudo a olhar ali para porta: «Eh XXXX [nome da entrevistada], você está bem?» Se às vezes passam de noite e tenho a luz acesa: «Eh XXXX [nome da entrevistada], precisa de alguma coisa?» Não tenho nada a dizer de ninguém. Eu, para mim, toda a gente é boa.

Entrevistadora: Tem alguma coisa que a senhora acha que podia ser melhor aqui na aldeia?

Entrevistada: Olhe, podia haver o saneamento básico, não era? Mas não há. Eu tenho um filho meu, que fez a casa acolá, d'além. Tem uma horta aqui em baixo, deixou-me fazer para lá a fossa. E, para aí, há quem não tem casa-de-banho, faz nas terras. Faz a fossa nas terras, e vai para as terras. E, se houvesse o saneamento por aí abaixo, ia tudo para a rua, não era?

Entrevistadora: Sim, ia ser melhor, não?

Entrevistada: É só isso que fazia cá falta.

Entrevistadora: E em relação à sua casa, o que acha da sua casa?

Entrevistada: A minha casa bem me serve [risos]. Bem me serve. Estava muito velhinha, mandei-a forrar ao meu filho. Tenho um filho que trabalha muito bem na construção. Paguei-lhe, claro, coitado, é a vida dele. E forrou-me o betão da banda dali, que estava muito feio. Agora assim as pedras, uma trás, outra para diante, e lá arranjou. Forrou. Forrou-me por cima. A pintadela foi um neto meu, nem pintou bem, mas digo: «Ó meu filho, já está bem, já está bem.» E estou aqui. Bem me serve. Serve muito bem. Agora não preciso cá mais obras. Nem faço mais nada.

Entrevistadora: Ah... Tem alguma coisa que mudaria?

Entrevistada: Aos dias que tenho para viver, está bem assim. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Quadro 7 - Lugar e condições de habitação segundo os entrevistados

Serviços públicos	Tranquilidade	Lugar
Saneamento básico	Segurança	
Oferta cultural e de animação	Vizinhança	
Lugares de culto religioso	Gastronomia	
Transportes coletivos	Apoio vicinal	
Despovoamento		
Solidão		
Limpeza dos espaços públicos		
Jardins e outras áreas de lazer		Condições de habitação
Infiltração de água e humidade		
Isolamento Térmico		
Aquecimento no Inverno		
Ascensores em prédios		
Disponibilidade de pequenos espaços exteriores na habitação (para as moradias individuais)		
Negativo	Positivo	

Conforme se pode visualizar no Quadro 7, procedendo a uma síntese dos aspetos positivos e negativos do lugar e das condições de habitação, destacam-se as apreciações negativas. Para o lugar, há que fazer a distinção entre as grandes cidades e o interior e os Açores. Nestes últimos, as principais queixas estão relacionadas com a falta de serviços públicos, nomeadamente nas áreas da saúde, do saneamento básico, da oferta cultural e de animação, dos transportes coletivos, do despovoamento, da solidão e da limpeza dos espaços públicos. Já para os entrevistados que vivem nas cidades de Lisboa e Porto emergem outras preocupações, nomeadamente as relacionadas com a escassez de jardins e outros espaços públicos de fruição da paisagem.

Quanto às condições de habitação, se é certo que existem preocupações comuns aos entrevistados (infiltração de água e de humidade e deficiências no isolamento térmico), o problema do aquecimento é mais sentido no interior, sobretudo norte, em contraponto à falta de ascensores em prédios com muitos pisos em locais de maior densidade urbana. Quanto aos aspetos positivos, os entrevistados mencionaram questões sobre o lugar em que habitam: a tranquilidade, a segurança, a vizinhança, a gastronomia e o apoio vicinal. Não existem valorizações positivas das condições de habitação, o que revela as condições precárias em que habitam.

Em suma, as narrativas dos entrevistados revelam a importância social das redes

informais de apoio e vizinhança, sobretudo as ancoradas nos laços familiares e de parentesco, em detrimento das que envolvem as relações de amizade, que nunca foram referidas neste perfil. Interessa ainda destacar o apoio feito pelos filhos aos pais, sendo a forma dominante o apoio no campo da saúde (por exemplo, através de deslocações a consultas e a tratamentos médicos). Já no que respeita ao lugar e às condições de habitação, as avaliações subjetivas são bastante negativas, sobretudo em relação à casa em que se habita. Tal reflete situações de pobreza energética e de carência de recursos económicos de forma a garantir não só o aquecimento no Inverno, mas também a eliminação de problemas graves de infiltração de água e humidade, que acabam por se repercutir negativamente na saúde e mesmo na esperança de vida dos indivíduos sujeitos a estas condições precárias, tornando assim evidente que a pobreza é também um problema de habitação. Face a isto, dar voz a estas pessoas e suas carências está em linha com o argumento certo de Portela quando afirma que «faz falta olhar a pobreza e a riqueza a partir de onde elas estão: o fundo e o topo da escadaria social» (Portela 2008, p. 109).

As formas de ajuda de tipo informal envolvem diversos campos da vida social e alguns bens essenciais à sobrevivência material mais básica dos indivíduos (nomeadamente alimentos e vestuário), sendo que se destaca o auxílio monetário, o que revela a centralidade do dinheiro na sociedade contemporânea, na qual as trocas mercantis assumem uma posição hegemónica. Como há muito esclareceu Bloch (1994), possuindo a moeda funções fundamentalmente económicas, a sua relevância extravasa o campo estritamente económico. De facto, a moeda dispõe de outros recursos que, quando mobilizados pelos indivíduos, assumem uma função destacada nas relações sociais, permitindo aos atores sociais adquirir poder (ou simplesmente a sensação de o possuir) e funcionando como um instrumento de reforço do seu prestígio social ainda que, muitas vezes, tal se esgote no ato de consumo. Dito de outro modo, tornando evidente a importância do apoio do Estado sob a forma monetária, e seguindo Aglietta (2001, p. 21), a moeda desempenha um papel decisivo na construção e continuidade de vínculos sociais, sobretudo em sociedades onde a troca mercantil assume uma indiscutível centralidade, constituindo, pois, um elemento central na relação das pessoas com a sociedade onde vivem.

Por fim, o tipo de reciprocidade varia significativamente em função do vínculo social que une os indivíduos. Se no caso dos indivíduos com vínculos de parentesco entre si, a reciprocidade é sobretudo de tipo generalizada, não sendo medido o que se dá e recebe, muitas vezes cumprida de forma muito diferida no tempo e praticada com base em fortes imperativos morais, nomeadamente de ajuda aos filhos ou aos pais, já a reciprocidade entre vizinhos é de tipo equilibrada, em que quem dá (ou empresta) espera receber em igual medida e num tempo razoável.

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

8.1. Autoperceção da situação pessoal de pobreza e do agregado

Apesar dos relatos de uma vida difícil, uma em cada três pessoas entrevistadas afirmou não viver em situação de pobreza, alicerçando tal convicção sobretudo na comparação estabelecida com situações piores do que era naquele momento a sua, fossem elas de outras pessoas ou do seu próprio passado.

Entrevistada: Não! Estou bem, a reforma vai-me dando para as minhas coisas. Eu como pouquinho e, portanto, vou-me governando. Tenho tudo em casa. (P1.2_Ferreira Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Entrevistada: Não. Olhe, agora não. Já tive necessidade, porque éramos muitos e às vezes precisava e não tinha. Ora, agora, bem pouquinho chega-me, pronto. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

No entanto, parece ser um aspeto comum nesta perceção a confusão estabelecida relativamente a uma situação de miséria (Bellaing, 2000; AA.VV., 2010). Foram referidas, por exemplo, as situações de quem passa fome ou de quem vive numa situação de sem-abrigo.

Entrevistada: Olhe, graças a Deus, nunca passámos fome nem nunca precisei de pedir a ninguém. Consigo viver com o que tenho, embora seja pouco. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Merece estabelecer-se aqui, ainda que de forma necessariamente breve, a distinção entre estes dois conceitos, socorrendo-nos, por exemplo, da reflexão de Singer, quando refere que a

pobreza pode ser conceituada como falta de recursos monetários para a aquisição de bens e serviços essenciais a uma vida «normal». Miséria seria uma pobreza tão extrema que suas vítimas não dispõem de dinheiro sequer para adquirir uma quantidade mínima de alimentos e outras coisas essenciais à mera sobrevivência (Singer, 2010, p. 1).

A confusão com a miséria ficou bem expressa nas palavras de uma entrevistada em Montalegre, para a qual a privação que experienciava, bem evidente nas suas palavras, não era,

ainda assim, suficiente para que qualificasse a sua situação como sendo de pobreza.

Entrevistada: Pobreza, pobreza, não, mas com dificuldades. (...) Porque o que ganhamos não dá para certas coisas que nós queríamos fazer, temos que poupar muito para chegar! Ganhamos o dia-a-dia para comer e para sobreviver, para pagar a luz, a água e poupar muito. Olhe, passo aqui muito frio no Inverno porque eu tenho que ligar o aquecedor à luz e gasta muito. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Raciocínio semelhante foi utilizado por outras pessoas entrevistadas que, embora assumindo-se como pobres, relativizaram a sua situação face a outras que consideravam piores.

Entrevistada: Isso, pronto, eu não vou dizer que sou pobre, pobre, mesmo pobre, n'ê? Porque há piores do que eu, n'ê? Há quem não tenha uma casa para se manter, que não tenha... Que viva na rua e para aí, prontos. Graças a Deus, tenho ido levando a minha vida da maneira que eu tenho podido. Tenho é que lidar.

Entrevistadora: Mas então, considera ou não considera que é pobre?

Entrevistada: Eu não me considero rica. Considero-me pobre, não é? Mas também não sou aquela desgraçada ali, não é? (...) Mas pobre sim, claro que sou! (P1.4_Celorigo de Basto, sexo feminino, 64 anos)

No caso de um entrevistado em Vila Pouca de Aguiar, a primeira reação foi, aliás, de rejeição da ideia de viver numa situação de pobreza, embora o discurso posterior demonstre que, de facto, esta será uma ideia presente.

Entrevistado: Ai, valha-me Deus. Estou na pobreza?!

Mulher do entrevistado: Não, não! [um pouco indignada com a pergunta]

Entrevistadora: Está numa situação de pobreza? Acha que está?

Entrevistado: Eu não, não!

Mulher do entrevistado: Não!

Entrevistado: A gente lá vai andando, lá vai andando, não é? Não pensa nisso.

Mulher do entrevistado: Há pessoas mais pobres que a gente, não é?

Entrevistado: Lá se vai arremediando! Sabe Deus, às vezes, como há comer para pôr na mesa. Estamos como o outro... então, sinto-me... se não viesse nada de fora, como é que a gente havia de fazer?

Mulher do entrevistado: Ah, isso já se sabe! Se não tivéssemos nada, aí era! Há graus mais pobres, mais pobres sim. Mas pobres... (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Ainda que inconscientemente, algumas pessoas entrevistadas acabaram também por refletir a clássica discussão em torno dos conceitos relativos e absolutos de pobreza (cf., por exemplo, Sen, 1983; Bruto da Costa, 2008), parecendo optar por estabelecer uma espécie de linha de pobreza imaginária, talvez à escala mundial, a partir da qual definiram a sua situação como sendo de não-pobreza. No entanto, quase metade das pessoas entrevistadas não teve hesitações em assumir, sem rodeios, uma condição de pobreza. Tal como descrevem Daly e Kelly,

a vida quotidiana é descrita como viver constantemente com o dinheiro contado – de privação, adiando até pequenas despesas, não celebrando quaisquer eventos, de família ou outros; uma vida constrangida e caracterizada por tomadas de decisão a um nível muito estrito. O sacrifício e o compromisso são práticas comuns. Orçamentar e gerir o dinheiro são motivos de grande preocupação e tornam-se quase competências de sobrevivência (Daly e Kelly, 2015, p. 9).

Entrevistada: Não tenho, não tenho dinheiro! Eu vejo um casaco, uns sapatos, vejo uma saia, não posso comprar! E o pior é a alimentação. E os medicamentos. Os medicamentos cortei logo! (P1.5_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

A reflexão de uma entrevistada em Lisboa em concreto junta uma dimensão adicional a esta questão dado que, após refletir sobre a sua situação de pobreza, pareceu acabar por sentir a necessidade de justificar os motivos para a sua opinião.

Entrevistada: Então eu não sou pobre? Ó querida, veja lá, pela minha casa, pelo meu estandarte, eu ali nem quarto tenho. (...) Eu sinto-me pobre! Então eu, com quatrocentos euros, não sou pobre? Embora digam: «Ah, mas tem quatrocentos euros!» Quatrocentos euros, mas eu tenho que ir a maior parte das vezes de táxi ao hospital. Para ir ao Francisco Xavier, tenho que ir de táxi, que eu não posso atravessar a avenida. Para ir ao Egas Moniz, tenho que ir de táxi... (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

A maior parte dos respondentes afirmou que a pobreza sempre persistiu ao longo da sua vida, o que é consistente com o já expresso em outras páginas do livro e vai ao encontro do que vários estudos têm apontado (cf., por exemplo, Bruto da Costa *et al.*, 2008; Lopes, 2015).

Entrevistada: Eu nunca fui rica. Eu fui sempre dos pobres. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 64 anos)

Um número reduzido de pessoas entrevistadas hesitou em caracterizar a sua situação no momento da entrevista como sendo de pobreza dado que a avaliavam como sendo mais favorável do que outras experienciadas ao longo da vida. Esse foi o caso sobretudo daquelas que experienciaram formas mais graves de pobreza e de privação. Apenas dois dos indivíduos entrevistados afirmaram que a situação de pobreza experienciada não caracterizou trechos mais ou menos prolongados da sua vida tendo surgido apenas, ou novamente, em tempos mais recentes⁴⁶. Porém, tendo em conta a sua particularidade no contexto deste perfil e a possibilidade de, através dos seus relatos, tentar determinar que efeitos desencadeadores os levaram à pobreza, dedicaremos um pouco mais de atenção a estes casos. O primeiro caso diz respeito a um entrevistado da quota 1.3, no concelho de Serpa, que caracterizou a maioria da sua vida como não tendo decorrido em situação de pobreza. O seu discurso relativamente à infância foi semelhante ao de outras pessoas deste primeiro perfil, encontrando naquela poucas ou nenhuma recordações positivas, num contexto de pobreza potenciado pela morte do seu pai quando tinha apenas cinco anos.

Entrevistado: Brincava à vontade, era livre para brincar. Era a única coisa que tinha. Passei muita fome, passei... passei muita..! (...) Era uma sardinha para todos. Era o rabo para mim, o meio para o meu irmão, que era mais pequenino, e a cabeça para a minha mãe, que muitas vezes nem comia. Ela andava trabalhando no campo, encontrava ninhos de pássaros, tirava-lhe os ovos... À noite, era uma omelete com aqueles ovinhos... Era o que a gente comia. Passei muito mal, muito mal. (...) [A morte do pai] afetou tudo, porque ele é que trabalhava para a casa, ele e a minha mãe, e a gente vivia bem. Ele morreu, pronto. Foi-se tudo. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Depois de trabalhar para familiares, sem receber, entre os sete e os treze anos, começou a trabalhar para si aos catorze anos e a efetuar descontos com dezasseis, em 1964, o que representa uma situação pouco frequente tendo em atenção o contexto histórico e, além do mais, passível de configurar uma maior proteção na velhice. A partir desse momento não voltou

⁴⁶ Ainda que, num dos casos (P1.3_Serpa), o entrevistado não assuma uma situação de pobreza, provavelmente estabelecendo uma comparação com a situação difícil vivida durante a infância, como referido nos próximos parágrafos.

a identificar situações de pobreza como na primeira infância. Permitiu-se até constituir algum património, trabalhando por conta própria em diversos momentos e, em definitivo, a partir dos trinta e oito anos de idade. De onde derivou, então, uma nova situação de pobreza? O momento crucial dá-se quando fecha o restaurante que detinha, em 2017, aos setenta anos de idade. A partir desse momento, passou a depender apenas da sua pensão de reforma, de cerca de 400 euros mensais, que recebia já desde 2006, embora tenha, nessa altura, continuado a trabalhar no restaurante. É, pois, a partir de 2017 que, nas suas palavras, passa a viver com dificuldades.

Entrevistado: Pobreza, não. Com dificuldades, sim.

Entrevistadora: Essa situação de dificuldades, acha que é só no presente, ou esteve sempre nessa situação?

Entrevistado: É mais no presente.

Entrevistadora: Quando estava em Lisboa tinha uma boa vida?

Entrevistado: Pois... isso tinha. E mesmo aqui.

Entrevistadora: E aqui também, quando tinha saúde?

Entrevistado: Pois!

Entrevistadora: E os negócios iam para a frente.

Entrevistado: Quando tinha o restaurante. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

O segundo caso diz respeito a um outro entrevistado do perfil 1.3 no Porto. Como ele próprio referiu a propósito da sua infância:

Entrevistado: Não era [pobre]. Eu não fui assim criado. (...) Nós tínhamos vaca, cabra, porco. Galinha já nem se conta! (...) Naquela altura, na casa dos meus pais, não era preciso. Naquela altura, não. Nós tínhamos a casa cheia, de comer, de tudo, de tudo. Nós não comprávamos nem milho, nem feijão, nem nada, nem carne. (...) Nós tínhamos comida suficiente para nós e para mais. (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

Da mesma forma, não identificou qualquer situação de pobreza ao longo da sua vida adulta, durante a qual entrecortou trabalho por conta de outrem, na construção e em minas, com trabalho por conta própria, em restaurantes e como feirante, o que, tal como no caso anterior, lhe permitiu constituir algum património. Uma vez mais, como o entrevistado referiu:

Entrevistado: Não falta um pão e isso é que eu tenho que louvar a Deus (...) mas não é como antigamente que eu tinha dinheiro, porque eu já tive! (...) É ali [como feirante] que ganhava dinheiro, ali que começou, quando subi ali um bocado, foi ali que subi um pouco, um bocado. Ali, eu aumentei, eu comprei casa, eu tinha o meu apartamento. (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

Uma vez mais, de onde deriva, então, uma nova situação de pobreza? Neste caso, aparece associada de forma evidente a uma situação de doença profissional dado que, aos 52 anos, teve de deixar o trabalho na construção civil devido a «pó no pulmão» por causa do trabalho na mina (tratar-se-á, provavelmente, de silicose pulmonar) e começou a receber uma pensão por invalidez, que se situava, no momento da entrevista, pouco acima dos 400 euros mensais. Ficam, portanto, evidentes fatores desencadeadores diferentes para a pobreza. Neste segundo caso, a doença profissional levando ainda muito cedo à reforma por invalidez é fator incontornável e deve levar-nos a refletir acerca deste problema e, sobretudo, acerca das formas de (continuar) a promover a saúde, higiene e segurança no trabalho.

No primeiro caso, parece claro que, tratando-se de uma pessoa com histórico de descontos para a proteção social ao longo de quase toda a vida profissional, a maioria da qual exercida por conta própria, a razão principal para o baixo valor da pensão terá de ser encontrada em decisões tomadas pelo próprio relativamente às suas contribuições para o mesmo sistema de proteção social do qual agora depende. Aliás, algum do seu discurso durante a entrevista ajuda a clarificar esta questão. Como o próprio entrevistado referiu, o que gostava menos acerca do restaurante «era quando vinham os impostos», apresentando ainda como uma das razões para a reforma ter pensado que: «os 200 euros que eu desconto, por pouco que seja, sempre fico melhor aqui no restaurante. E não pago tanto imposto.» (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos).

Para quase todas as pessoas entrevistadas, a situação de pobreza experienciada parecia ser vivida com resignação, o que é consistente com o que nos apresenta a literatura científica, quer a nível nacional, quer internacional (cf., por exemplo, AI/REAPN/SOCIUS/ISEG-UTL, s/d.; Lötter, 2011). Aliás, a reflexão acerca da sua situação por parte de uma entrevistada em Serpa, abaixo transcrita, é bem exemplificativa da argumentação de Lötter quando refere que

atitudes de fatalismo e resignação podem levar as pessoas pobres a aceitar a sua situação como inevitável e resistir à mobilização para protestar e para mudar as suas condições de vida, tornando-se cidadãos sem poder (Lötter, 2011, p. 116).

Entrevistada: Bem, bem não se lida, mas o que é que eu hei de fazer! Vamo-nos conformando com a situação. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Numa ou noutra situação, o discurso das pessoas entrevistadas indicia uma associação da resignação a comportamentos depressivos, como aparenta ser o caso de uma entrevistada em Vila Franca do Campo.

Entrevistada: Ah, ansiedade, tristeza no coração. E eu digo tanta vez, eu não tenho nenhum sentimento para largar a esse mundo, que esse mundo não é nosso. O que é nosso é o outro e não tenho satisfação. A gente quer e não pode... (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Associada à resignação surgiram, amiúde, relatos de privação. Foi esse o caso de entrevistadas em Montalegre e no Porto, que realçaram particularmente a privação a que estavam sujeitas, sobretudo ao nível do aquecimento da habitação e da alimentação, respetivamente.

Entrevistada: O que ganhamos não dá para certas coisas que nós queríamos fazer, temos que poupar muito para chegar! (...) Ganhamos o dia-a-dia para comer e para sobreviver, para pagar a luz, a água e poupar muito. Olha, passo aqui muito frio no Inverno, porque eu tenho que ligar o aquecedor à luz e gasta muito. Tenho um a gás, mas tenho que colocar aos bocadinhos porque não tenho possibilidades. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Entrevistada: O meu irmão trazia-me sempre qualquer coisa quando vinha de lá, assim umas latinhas de atum, e assim umas coisas para comer, e a minha filha, quando vem ao domingo, quando tem o domingo que vem passar comigo, traz sempre também uma saquinha com coisas e comida e essa coisa toda. (...) Mas, mesmo assim, estou sempre a ver quando acaba. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Apenas um entrevistado no Porto verbalizou de forma clara uma tentativa de manter as aparências, tendo assumido sentir receio de dar a entender a verdadeira dimensão da sua situação, perante a eventualidade de se deparar com a negação de ajuda por parte de outras pessoas.

Entrevistadora: O senhor não dá a entender que vive numa situação de pobreza?

Entrevistado: Que eu preciso assim, não.

Entrevistadora: O senhor tem vergonha da situação?

Entrevistado: Não é muito vergonha, mas sinto receio.

Entrevistadora: Receio?

Entrevistado: Muito.

Entrevistadora: Receio de quê?

Entrevistado: De eu chegar e dizer assim: «Olha, eu precisava disto.» E você dizer: «Eu não dou!» (P1.3_Porto, sexo masculino, 76 anos)

8.2. Identificação das situações de discriminação/exclusão social

Na maior parte dos casos, os respondentes afirmaram nunca ter experienciado uma situação de discriminação ou de exclusão. Poucas, pois, foram as pessoas que, afirmando o contrário, deram exemplos concretos pelos quais passaram. Foi o caso de uma entrevistada em Montalegre que, embora reconhecendo a utilidade da medida posta em prática pela autarquia (um cartão pré-carregado com um determinado *plafond*, para ser utilizado na compra de medicamentos), da qual beneficiava, considerou que as fotografias tiradas aquando da entrega dos mesmos não deveriam ter sido colocadas no sítio do município na Internet, «para que toda a gente as visse». Para si, isso constituiu uma situação em que sentiu um rótulo de pobreza a ser-lhe associado, como já tínhamos salientado no capítulo anterior.

Entrevistada: Se calhar agora tenho [um exemplo de discriminação]. Se recebemos o cartão é porque somos pobres. (...) Nas redes sociais tem uma crítica muito grande, porque o presidente expôs as nossas fotografias ao público. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Parece estar aqui presente uma dimensão de embaraço associada sobretudo ao facto de as outras pessoas tomarem ou virem a tomar consciência da sua situação de pobreza e, por isso, as julgarem (Daly & Kelly, 2015). Do ponto de vista institucional, a situação criada parece contribuir para a outrificação da pessoa em situação de pobreza. Como referem, por exemplo, Lister (2004) e Daly e Kelly (2015), ao afirmar as identidades e poder de quem criou o rótulo, o processo «nega aos rotulados a oportunidade de criar ou manter uma identidade merecedora

de respeito – como pensarão acerca de si mesmos senão como falhados?» (Daly & Kelly, 2015, p. 152). A oposição entre nós e eles foi, aliás, vincada por uma entrevistada em Lisboa que não identificou situações concretas de discriminação/exclusão, mas antes a sensação de que esta era constante e claramente demarcada.

Entrevistada: Ficamos tristes por vivermos num país que infelizmente só sabem... só está bom para aquelas pessoas que ganham milhares e milhares e milhares. Gozam uma vida e nós vivemos nesta pobreza sem podemos arranjar uma casa em condições. (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

8.3. Identificação de medidas de política social e no combate à pobreza

Instadas a refletir acerca daquilo que, se pudessem, mudariam na sua vida, importa notar que a área da habitação concentrou respostas em maior número. Na maior parte desses casos, a opção passaria por dispor de uma casa maior e/ou com melhores condições.

Entrevistada: Fazia a casa maior. (...) Alugava esta e fazia uma grande para lá viver. Uma casa para quando os meus filhos viessem. Temos que ir lá para fora porque aqui não tenho espaço na mesa para comermos aqui todos, quando eles vêm todos. Temos que ir lá para fora. Então, fazia um salão grande e punha isso maior. Está bem... Não vale a pena sonhar. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Por vezes, como aconteceu no caso de uma entrevistada em Lisboa, as mudanças seriam ao nível das condições mínimas de habitabilidade.

Entrevistada: O que é que eu mudava na minha vida? Gostava de ter os últimos anos de vida com mais conforto e não tenho. O meu maior desgosto é por causa dos banhos. Eu, no Verão, tomo banhos com fatura, mas, no Inverno, ou tenho que ir ao balneário para tomar um banho todo completo ou tenho de carregar água quente para a casa-de-banho para levar banho de caneca. Está a perceber, querida? É só por isso, porque eu, infelizmente, não consigo ter esquentador aqui. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Ao contrário do que poderia ser esperado, apenas uma resposta se prendeu com a

mudança de habitação por questões relacionadas com a facilitação da mobilidade, tendo sido dada, curiosamente, não por uma pessoa idosa, mas pela pessoa mais nova que faz parte do perfil, pensando sobretudo na situação concreta da sua mãe, de 81 anos, com quem partilhava a habitação.

Entrevistada: Não sei. Se calhar era sair de lá onde estou a morar e ir para um sítio mais baixo. Para um rés-do-chão, pelo menos. (...) Aquilo não tem elevador. Se tivesse um elevador... Não tem. Aquilo são 70 degraus a subir! (P1.4_Lisboa, sexo masculino, 49 anos)

Em alguns casos, a mudança principal passaria, como referiram as próprias pessoas, por um «melhor aproveitamento da vida», assente, por exemplo, na possibilidade de conhecer outros lugares. No entanto, importa notar que, para algumas pessoas, parece tornar-se difícil promover um distanciamento dessa dimensão sonhada relativamente ao concreto do quotidiano, como foi o caso de uma entrevistada do perfil 1.1 em Serpa.

Entrevistada: Mudava para ter uma vida mais desafrontada. Mas então...não se pode sair para lado nenhum... Ele [o marido] não tem saúde, mas, mesmo que ele pudesse, também não podíamos gastar dinheiro em viagens. Não se goza nada na vida a não ser trabalhar, pois não temos posses para isso. Nunca gozei nada na vida. Nunca há uma praia... ou dar uma volta até às minhas irmãs, mas não dá... tomara que chegue para comer! (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Devem ainda ser notados os casos de respondentes que, como primeira reação, afirmaram já não querer mudar nada. Todas as situações em que tal aconteceu dizem respeito à quota 1.2 (mulheres idosas viúvas a viverem sós), o que contrasta de forma evidente com as respostas (mais ricas em conteúdo no que diz respeito às mudanças desejadas) dadas por respondentes das quotas 1.1 (mulheres idosas casadas ou em união de facto que residem com outra pessoa idosa) e 1.5 (mulheres idosas separadas/divorciadas a viverem sós).

Entrevistada: Olha tanta coisa! (...) Ajudaria os filhos! Isso seria uma mudança, fazia uma vida melhor. (...) Gostava de dar assim uns passeios, conhecer coisas que não conheço. Conheço pela televisão, coisa linda, não é? Mas ao vivo é mais bonito! (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Tal como referido acima a propósito da comparação entre a vida passada e a presente, pareceu ficar patente, uma vez mais, a oposição criada entre o perfil 1.2 e outros perfis de mulheres idosas reformadas, bem como a preponderância da viuvez como um dos eventos mais stressantes e disruptivos que podem ser vividos pelas pessoas idosas (cf. capítulo 5).

Uma das questões colocadas aos nossos entrevistados foi a de que medidas tomariam para combater a pobreza no nosso país, caso desempenhassem o cargo de primeiro-ministro. O nosso objetivo foi permitir às pessoas fazerem ouvir a sua voz neste estudo através de propostas concretas que pudessem apresentar. É um exercício que apresenta algumas limitações, designadamente devido às baixas qualificações escolares da maioria, o que faz com que seja grande a possibilidade de vermos devolvido no seu discurso o discurso dos órgãos de comunicação social (cf. Champagne, 1993). Não obstante, tratou-se da única forma encontrada para que pudéssemos perceber um pouco melhor o que seria prioritário mudar, de acordo com os entrevistados.

Ao contrário do que aconteceu quando o referente é a vida pessoal, a habitação não constituiu a preocupação mais veiculada pelos entrevistados caso fossem o primeiro-ministro, sendo mencionada por apenas uma respondente e parecendo refletir de forma evidente a sua situação individual.

Entrevistada: A primeira coisa que eu queria era que todos aqueles que não têm uma casinha tivessem uma casa, que tivessem uma habitação digna. Eu hoje só tenho inveja de uma coisa: é de quem tem uma casinha. É só de quem tenho inveja, é de quem tem uma casinha. Não tenho inveja de mais nada. Nem de riqueza nem...não, mas quem tiver uma casinha com a renda e económica... (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Mais pessoas referiram o aumento dos rendimentos, na maioria dos casos englobando salários e pensões.

Entrevistada: Aumentava os salários e as reformas, para as pessoas, pelo menos, conseguirem viver e já não verem os filhos ali sem lhes poderem dar de comer. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

O apoio à população mais desfavorecida foi também uma dimensão referida, sendo de notar a preponderância atribuída pelos respondentes à componente alimentar.

Entrevistada: Eu ajudaria os pobres todos. No caso de ter financiamento para poder ajudar. O essencial é dar de comer a quem não tem de comer. Acho que é o essencial. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Importa notar que muitas das pessoas entrevistadas afirmaram que, caso ocupassem o cargo de chefia de governo, levariam a cabo uma redistribuição da riqueza.

Entrevistado: Tirava aos mais ricos e dava aos mais pobres. Dividia mais os bens, dividia-os melhor. Porque você vê que qualquer Governo que entra para o Governo é só corrupção. Essa corrupção, dada aos mais pobres, acabava com os mais pobres e nem fortalecia tanto os mais ricos. [A corrupção] aumenta a pobreza, sim, sim, sim, sim. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Algumas pessoas fizeram uma distinção, a bem dizer clássica, entre pobres mercedores e não mercedores de apoio (cf., por exemplo, Diogo, 2007). A sua argumentação parece claramente colocar em discurso direto aquilo a que Lister se refere quando afirma que «o rótulo de pobre "não merecedor" tem sido conotado negativamente pelo processo de estigmatização, o qual, historicamente e na atualidade, tem tido implicações na forma como a sociedade vê os "pobres"» (Lister, 2004, p. 102).

Entrevistada: Acabar com essa gente toda. Ou trabalhas ou não tens direito a nada. Porque, afinal, os que trabalharam andaram a descontar para eles agora andarem a gozar. Ali há uma família de quatro ou cinco, todos a receber o rendimento de reinserção. São rapazes novos, deviam era de trabalhar. (...) E levava isso mesmo a sério, acabava! Ia buscar muitos milhões a esta gente toda e arranjava trabalho para eles! (P1.3_Amadora, sexo masculino, 79 anos).

Em consonância com a visão predominantemente negativa que atravessa as suas respostas, a maioria dos respondentes afirmou não se sentir uma pessoa feliz. Tal sentimento foi justificado principalmente com as agruras de uma vida que, como referia uma entrevistada em Ferreira do Alentejo, «tem sido muito madrasta». Papel relevante a este respeito é desempenhado pelas perdas a nível familiar, nomeadamente no que diz respeito a filhos e filhas, seja por situações de morte ou pelo afastamento existente, que conduzem, em conjunto com outras circunstâncias, a sentimentos de solidão.

Entrevistadora: Em geral, sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: E porquê?

Entrevistada: [demora a responder] Porque não tenho cá o meu filho. Começo a pensar na minha família e, portanto, não sou. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos)

Também os problemas de saúde constituíram um elemento referido amiúde como contribuindo para um sentimento de infelicidade.

Entrevistada: Nem por isso. Queria fazer as coisas e não posso. Não posso estar aqui sentada. Estou à rasca, pela minha saúde. Tenho dores nas costas... (P1.4Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

Pelo contrário, dispor de saúde e de contacto e bom relacionamento com a família foram as principais razões apontadas pelas pessoas que afirmaram sentirem-se felizes.

Entrevistada: Sinto! Sim, toda a gente gosta de mim. Os meus filhos todos gostam de mim. É... Sou feliz, agora sou.

Entrevistadora: Mas não foi no passado?

Entrevistada: Não. Tive muito trabalho, muitos aborrecimentos, muitas angústias, muitos desgostos. Mas agora, graças a Deus... (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Em alguns casos, as pessoas entrevistadas referiram alguns momentos de felicidade que iam, apesar de tudo, pontilhando uma existência predominantemente infeliz. Quando referidas, essas situações disseram respeito nomeadamente ao contacto com os filhos e, sobretudo, com os netos.

Entrevistadora: Em geral, sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistado: Quando estou com os meus netinhos, estou sim.

Entrevistadora: A principal razão da sua felicidade é estar com os netos?

Entrevistado: É, é.

Entrevistadora: Porque brinca com eles, fala muito com eles?

Entrevistado: É. Fazem barulho e, pronto! [Risos]

Entrevistadora: E isso fá-lo sentir bem?

Entrevistado: Faz, faz. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

O trecho abaixo insiste na importância dos momentos de felicidade, sendo particularmente importante para os compreender. A entrevistada declarou que tinha momentos de alegria, proporcionados pelos netos e netas, numa vida de outra forma triste, pautada pela morte.

Entrevistada: Não! Eu, feliz? Eu tenho alegria, sabes? Culpa das alminhas de nosso Senhor, os meus netos. Eu tiro essa coisa da cabeça. Eu até disse antes de ontem que até é a XXXX [neta, que também está na sala] quando está aqui em cima e sinto-me tão feliz. [voz embargada] Está a casa cheia! A gente só os dois é... eu já não tenho alegrias (...) todas as minhas irmãs morreram, querida, e eu fui logo para baixo... (...) e dezoito meses depois morreu a filha dela. (...) É. Desde que elas morreram que eu nunca mais tive satisfação. E disse assim: «Eh! Nosso Senhor!» Eu disse a elas: «Nosso Senhor está levando vocês. Também olhem por mim, que eu caí por vocês, eu não quero viver aqui.» [choro] (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Fica, portanto, claro que, ainda que algumas pessoas tenham apontado motivos individuais, com a saúde a desempenhar um papel relevante, a felicidade própria parece condicionada sobretudo por aspetos familiares, pela proximidade ou distância face à família e também pelo papel que o bem-estar de familiares, nomeadamente de filhos e netos, desempenha na sensação própria de felicidade.

Entrevistada: Sinto-me feliz, graças a Deus. Mas, às vezes, eu fico um bocadinho em baixo... Em baixo por causa de situações que eu tenho com os filhos, não é? Por não viverem bem o dia-a-dia, não é? Que arranjassem um empreguinho certo, que trabalhassem e ganhassem ao fim do mês. Mas não, hoje é uma jeira, amanhã é outra, daqui para oito dias é outra. Isso não dá nada e os pais sofrem. Sofrem com isso porque não têm para ajudar. Não podem ajudar, não é? (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Em síntese, verificou-se que, apesar dos relatos de uma vida difícil, uma em cada três pessoas entrevistadas afirmou não viver em situação de pobreza, alicerçando tal convicção sobretudo na comparação estabelecida com situações piores do que era naquele momento a

sua, fossem elas de outras pessoas ou do seu próprio passado. Raciocínio semelhante foi utilizado por outras pessoas entrevistadas que, embora assumindo-se como pobres, relativizaram a sua situação face a outras que consideravam piores. No entanto, ponto comum nesta percepção parece ser a confusão estabelecida relativamente a uma situação de miséria, sendo referenciadas, nomeadamente, as situações de quem passa fome ou de quem vive numa situação de sem-abrigo.

Quase metade das pessoas entrevistadas não hesitou em assumir sem rodeios uma condição de pobreza. Entre quem se considerou pobre, a maioria afirmou que a pobreza sempre persistiu ao longo da sua vida. Independentemente da forma como adjetivavam a sua situação, a pobreza era, por quase todas as pessoas entrevistadas, vivida com resignação, surgindo, amiúde, relatos de privação. Na maior parte dos casos, os respondentes afirmaram nunca ter experienciado uma situação de discriminação ou de exclusão. Instadas a refletir acerca daquilo que, se pudessem, mudariam na sua vida, é de notar que a área que concentrou respostas em maior número foi a relativa à habitação. Na maior parte desses casos, a opção passaria por dispor de uma casa maior e/ou com melhores condições. Em alguns casos, a mudança principal passaria, como referiram as próprias pessoas, por um “melhor aproveitamento da vida”, assente, por exemplo, na possibilidade de conhecer outros lugares.

Ao contrário do que aconteceu ao nível individual próprio, a habitação não constituiu a preocupação mais veiculada pelos entrevistados caso fossem primeiro-ministro. O aumento dos rendimentos, na maioria dos casos englobando salários e pensões, o apoio à população mais desfavorecida (sendo de notar a preponderância atribuída pelos respondentes à componente alimentar) e conceitos mais amplos de redistribuição da riqueza constituíram as opções mais referidas. Importa salientar ainda a distinção clássica feita por algumas pessoas entre pobres mercedores e não mercedores de apoio.

Em consonância com a visão predominantemente negativa que atravessou as suas respostas, a maioria dos respondentes afirmou não se sentir uma pessoa feliz. Tal sentimento foi justificado principalmente com as agruras de uma vida, sendo muito relevantes as perdas a nível familiar, nomeadamente no que diz respeito a filhos, seja por situações de morte ou pelo afastamento existente e que conduz, em conjunto com outras circunstâncias, a sentimentos de solidão. Também os problemas de saúde foram um elemento referido amiúde como contribuindo para um sentimento de infelicidade. Pelo contrário, dispor de saúde e de contacto e bom relacionamento com a família foram as principais razões apontadas pelas pessoas que afirmaram sentir-se felizes.

9. Perspetivas face ao futuro

Neste capítulo pretende-se apresentar os resultados da análise relativa à forma como as pessoas entrevistadas enquadradas no Perfil 1 (dos reformados) se projetam no futuro. Este é um tema ainda pouco explorado na investigação sobre pobreza em Portugal, sendo de destacar os trabalhos de Castro *et al.* (2002); Capucha (2005); de Castro *et al.* (2010) e de Diogo (2007) sobre a pobreza associada ao trabalho; e de Caleiras (2011, 2015), no que diz respeito ao empobrecimento associado ao desemprego. O conhecimento propiciado por estes estudos foi considerado na construção do modelo de análise sobre este tema, tendo presente três preocupações – uma de ordem metodológica e duas de ordem teórica.

A primeira está relacionada com a base de amostragem dos estudos. No caso de Capucha (2005), por exemplo, esta foi construída através da identificação de grupos vulneráveis pelo autor, complementada com estatísticas dispersas de amplitude variável. Por sua vez, o estudo apresentado em Castro e Guerra (2010) assenta na identificação de perfis a partir do universo dos utentes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, mais centrada por isso no universo territorial de Lisboa e com o acesso estabelecido a partir de uma relação institucional com uma entidade de provisão de serviços de ação social. Estas diferenças foram discutidas a propósito da construção dos perfis que estiveram na base deste estudo e consideradas no refinamento da análise deste tema.

Em segundo lugar é necessário considerar a dimensão temporal na projeção do futuro, nas suas aceções biográfica e histórica. Em qualquer uma das tipologias mencionadas, o futuro é equacionado na sua relação com o presente e o passado, tendo como referência as biografias individuais e familiares estudadas, no primeiro caso, dando especial destaque aos territórios em que se inserem, no segundo caso à relação instrumental com os apoios sociais de que beneficiam. Por um lado, e olhando a questão do tempo numa perspetiva estritamente biográfica, importa perceber que a experiência da pobreza pode ser vivida de forma diferenciada em diferentes momentos da vida, condicionando as expectativas face ao futuro, não apenas através de fatores biológicos e materiais, mas também culturais. Interessa, por exemplo, recordar que as pessoas idosas são afetadas por processos de exclusão, visto que o estilo de vida e a organização social dominante não facultam os meios de que estas necessitam para escolherem livremente o seu estilo de vida e para terem vidas independentes na vizinhança que lhes é familiar, durante o tempo que quiserem e puderem (Costa, 2015). Um outro exemplo está relacionado com as desigualdades de género que reconhecidamente marcam a sociedade portuguesa, em particular no que respeita à relação com o trabalho e com a família. Este fator

não deixa de ter impacto na vida dos indivíduos, em especial na das mulheres e em particular nas deste primeiro perfil. Refira-se também que revisitações mais recentes de estudos anteriormente referidos (Capucha, 2015; Guerra e Pinto, 2015) destacaram como os efeitos da crise e das políticas de austeridade vieram destabilizar o peso de cada uma das tipologias e a necessidade de equacionar a grande interpenetração entre os momentos históricos e os destinos individuais (Guerra e Pinto, 2015). Por outro lado, é essencial reconhecer uma tendência recente para a flexibilização das etapas de vida, contrastando com um passado marcado com uma periodização bastante pré-determinada. Neste sentido, é fundamental articular os tempos sociais com os tempos históricos.

A terceira reflexão tem a ver com a opção de definição de tipologias de pobreza baseadas na consideração simultânea de fatores de natureza objetiva e subjetiva e a sua problematização face ao debate teórico ação/estrutura. A este propósito, é considerada a evidência de um estudo que indicara que em contextos de especial adversidade, como foi o da depressão económica verificada na viragem da década de 2010. Ela revela que quem enfrenta uma situação de pobreza pode até conseguir lidar com a adversidade, ajustando-se às condições, sendo mais difícil a sua superação, no sentido da melhoria das condições de vida (Dagdevirin & Donoghe, 2019). O referido estudo indicou o predomínio de respostas absorventes ou adaptativas entre as pessoas entrevistadas, refletindo a predominância das condições laborais e das condições iniciais das famílias (bens e recursos), limitando o grau de liberdade e autonomia dos participantes. Mais do que mudar as condições em que vivem, as respostas foram no sentido de se encaixar e de se conformarem.

Argumenta-se neste trabalho que a vantagem do estudo das trajetórias não está na sua essencialização, mas antes na compreensão dos processos materiais, culturais e relacionais que estão na base da produção e reprodução da pobreza, e de como estes influenciam a capacidade individual de imaginação dos entrevistados sobre futuros alternativos. Assim sendo, mais do que estabelecer tipologias, procurou-se compreender o processo de formação de expectativas em relação ao futuro nas suas dimensões: materiais, marcadas pela privação no acesso aos recursos necessários para uma vida digna (como por exemplo rendimentos; emprego; saúde e habitação); culturais, incluindo aspetos normativos, subjetivos, identitários e simbólicos associados à vivência da situação de privação (como por exemplo a escolarização e as autopercepções relacionadas com a pobreza); e relacionais, inscritas na natureza (informal ou institucional) e na qualidade dos laços sociais estabelecidos durante a situação de privação ou para fazer face a esta (como por exemplo as facilidades instrumentais ou subjetivas em recorrer a medidas institucionais de apoio em situação de privação e a rede de apoio informal, composta

por família, amigos e vizinhos). Assim sendo, os dados foram analisados tendo por referência os percursos de vida das pessoas entrevistadas nas suas dimensões biográficas e históricas e tendo por referência uma questão de pesquisa fundamental: de que forma a vivência material e subjetiva da situação de pobreza condiciona a formação de expectativas relativamente ao futuro?

Uma questão crítica resultante do debate ação/estrutura será entender em que medida a análise prospetiva denota a cristalização de um processo de interiorização da privação enquanto modo de vida (*agência absorvente ou adaptativa*, na linha de Dagdevirin e Donoghe, 2019) ou se, pelo contrário, sugere a formação de expectativas e o investimento em ações sugestivas de uma agência transformadora, que ajudem não apenas na recuperação, mas também na obtenção de uma melhor situação, que seja menos vulnerável a longo prazo. Esta questão foi abordada numa perspetiva diacrónica, em dois sentidos:

- i) Quais as expectativas que se foram formando e quais os esforços despendidos ao longo do curso de vida, no sentido da transformação dessas condições de vida, qual o seu sucesso, e em que medida o seu maior ou menor sucesso poderá ter contribuído para a evolução dessas expectativas?
- ii) Até que ponto a esperança na melhoria de condições de vida foi transferida para a descendência?

Para ajudar a situar a projeção relativamente ao futuro nas representações que as pessoas entrevistadas têm do seu percurso e das suas condições de vida, foi dada especial atenção às respostas relativas a temas já abordados anteriormente, relacionados com os momentos críticos do seu percurso de vida e com as suas autopercepções.

9.1. Falta de esperança na melhoria das condições de vida

Apresentadas as grandes linhas que orientam esta segunda leitura dos dados, passamos de seguida aos resultados. A avaliação prospetiva relativamente ao futuro neste perfil é marcada pela resignação, a falta de esperança ou, pelo menos, a indeterminação:

Entrevistada: Melhor já não será. Só que seja assim, já não é má. (P1.2_Ferreira Alentejo, sexo feminino, 80 anos)

Entrevistado: A gente o que quer é um bocadinho de saúde a mais. De resto... (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Entrevistada: Melhor já não será, pois a reforma será sempre a mesma e as coisas a aumentarem sempre todos os dias. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Entrevistada: [diz não tem sonhos] Não, não, filha. Não. Que a vida cada vez aumenta mais e eles cada vez roubam mais. Eles querem lá saber dos pobres. Ai, eu agora é que vou fazer isto, vou fazer aquilo! (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Entrevistada: De certo, não. (...) Não estou a ver. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Entrevistada: Não sei, só o tempo dirá [Risos]. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Numa outra entrevista, mais do que a indeterminação, nota-se a ambivalência de quem gostaria de acreditar na melhoria, mas que, depois de uma reflexão com base em experiências anteriores, conclui o contrário:

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: Se eu melhorar. Tenho esperanças nisso, veja bem.

Entrevistadora: Se melhorar a sua saúde?

Entrevistado: A saúde, a minha saúde.

Entrevistadora: Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistado: O meu sonho é ter saúde, trabalhar. Trabalhar ainda, até aos 80 anos e ajudar os meus netos. Ajudar.

Entrevistadora: E acha que vai conseguir?

Entrevistado: Não sei, não vejo, acho que não. Não tenho esperanças nisso. (...) Não temos centro nacional de saúde capaz de resolver isso. Outro dia, fui a uma consulta, um doutor deu-me uns remédios para isto das pernas, deram-me sete convulsões. (P1.3, Serpa, sexo masculino, 72 anos)

A ideia de que o futuro «melhor já não será» está, assim, presente em muitos dos relatos que sublinham o cansaço de uma vida sofrida, afetando o estado anímico e, em alguns casos, apontando sinais de depressão. Num desses casos, uma entrevistada considerada demasiado nova para se reformar e demasiado velha para conseguir trabalho (doméstica e a mulher mais

nova do perfil), sente-se incapaz de imaginar o futuro:

Entrevistada: Penso nela com um bocadinho de dificuldades. Porque não sei o que vai ser da minha vida sem descontos em dia. Não tenho descontos para a minha reforma, não é? [chora]. (P1.4, Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

Em alguns casos, o desânimo é tal que ficou a convicção de que já não haveria nada para viver. Este foi o caso de duas entrevistadas mais idosas – uma que tinha perdido familiares recentemente e com muitos problemas de saúde, outra a enfrentar a separação recente do marido e o agravamento, também recente, da sua situação económica:

Entrevistadora: Não tem muitas esperanças?

Entrevistada: Ah, a gente deve lutar até a esperança... até um dia, não é?... Mas não tem, não tem. Não sei, querida... [suspiro] até hoje estou como [incompreensível].

Entrevistadora: E eu também não quero estar a...

Entrevistada: É...

Entrevistadora: [pausa] E qual era o seu maior sonho?

Entrevistada: É para ir para lá, para os meus pais, para as minhas irmãs. Esse mundo não interessa. (P1.1, Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Entrevistada: Eu, a fé não a quero perder. Estou sempre a dizer a Deus que me aumente a minha fé. (...)

Entrevistadora: Uma última questão. Qual era o seu maior sonho?

Entrevistada: Era deixar-me dormir e não acordar mais. Acredite. (...) Eu estou mesmo, mesmo por baixo [emociona-se]. (P1.5, Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Importa ainda salientar que algumas das perspetivas de que se chegou ao fim da vida representam não tanto uma desistência, mas o entendimento de que já não há nada para mudar. Em alguns casos, assinalando-se o final de uma jornada que, afinal, durou uma vida:

Entrevistada: Nesta idade já não há nada a mudar. Já não tenho idade. (...)

Entrevistadora: Em geral, sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistada: Sim. Se tivesse saúde, sentia-me mais feliz, mas como não tenho, não me sinto muito feliz.

Entrevistadora: Acha que a sua vida no futuro pode vir a ser melhor?

Entrevistadora: Esperemos que sim. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Entrevistadora: E agora como acha que vão ser os próximos anos da sua vida?

Entrevistado: Olhe, estou com 78/79, fiz 79 em Junho no dia de S. Pedro, 79. Agora daqui para baixo é para morrer. Só ainda não encomendei o caixão, falei com os caixões que é aqui logo a seguir, pedi-lhe para me tirar as medidas, ele diz que não é preciso «porque há sempre fatos para ti.» (P1.3, Amadora, sexo masculino, 79 anos)

A sensação de que se está a finalizar uma jornada de vida é expressa de forma particularmente marcante por uma das entrevistadas, que afirma desejar morrer de forma serena, sem dar trabalho a ninguém:

Entrevistada: Era amanhecer um dia assim muito santinha [risos].

Entrevistadora: [risos] Calminha?

Entrevistada: Calminha e não dar trabalho a ninguém, mas sem sofrer. Isso é um sonho. E ver os meus filhos todos bem, e netinhos, bisnetos, e tudo, que todos os dias rezo por todos. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

As poucas expectativas positivas identificadas e os desejos expressos estão sobretudo relacionados com o futuro dos filhos e descendentes, embora algumas respostas assinalem algum tipo de esperança no futuro, referindo uma expectativa de mudança para breve, por exemplo, na situação habitacional ou de saúde:

Entrevistada: (...) Vai, porque estou acompanhada e além disso a refeição vai ser diferente, porque o meu filho, ele é diabético e tem muito cuidado com ele na alimentação. (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Entrevistada: Vamos lá ver, vamos lá ver. (...) Vou ao médico, vamos ver o que vai dizer o médico no Porto. (P1.4, Montalegre, sexo feminino, 63 anos)

São poucos os registos de esperança, embora sejam muitos aqueles para quem a fé, baseada numa crença religiosa ou na sorte, constitui uma forma de lidar com as adversidades:

Entrevistado: Primeiro, eu tinha uma boa casa. (...) mas ter uma casa, [sem] preocupação com casa, com luz... Nós aqui já estivemos um mês sem luz, aqui! E água. Mas nós estamos a viver a lei, já estamos habituados, já. Agora nós temos que continuar até Deus tirar daqui! (...)

Entrevistadora: Já estamos a acabar. Acha que será melhor no futuro?

Entrevistado: Eu estou a pensar que sim! Tenho fé em Deus que ainda vou ganhar o Euromilhão! (...) Acabava a minha miséria! (P1.3_Porto, sexo masculino, 79 anos).

Por fim, assinale-se que o entrevistado mais jovem deste perfil apresenta uma avaliação prospetiva claramente distinta, centrada no futuro e assente no desenvolvimento de diligências (incluindo procurar apoio), que espera virem a ser bem-sucedidas, de inserção no mercado de trabalho:

Entrevistadora: O que espera do futuro?

Entrevistado: Futuro, para mim, é para se agarrar na altura que for. Quando eu for para arranjar, se tiver que arranjar alguma coisa, tem que arranjar, pois eu não vou ficar em casa a olhar para as paredes. Tem que arranjar uma coisita qualquer. Não há na minha profissão, mas pode ser de outra. Uma coisa mais levezinha, pode ser outra coisa. Depois, olha, o futuro o dirá. Para a frente, olhar para a frente. A gente não olha para trás. O que for, o que vier...

Entrevistador: E o que acha que é necessário para que isso aconteça?

Entrevistado: Depende de mim. Eu peço ajuda a alguém. Alguém há de me ajudar.

Entrevistador: A encontrar trabalho?

Entrevistado: Exato. O que for é o que é.... Pronto. Se for eu, posso falar aí com pessoas que eu conheça, pode ser que eles me arranjem algo. Se não conseguir, falo com pessoas que tenham mais conhecimento que eu na área. Sim, pessoas que têm mais conhecimento do que eu e esta pessoa tenta-me arranjar: «Quer isso assim, assim.» «Sim, senhora. está feito.» Andar para a frente... (P1.4, Lisboa, sexo masculino, 49 anos)

Estas disposições poderão ser mais facilmente compreendidas quando as contextualizamos nas biografias individuais e familiares estudadas, assim como nos tempos históricos em que ocorreram, o que constituirá o centro da análise que de seguida se apresenta. No entanto, convém fazer aqui um pequeno comentário metodológico. Como foi anteriormente descrito, a maioria das pessoas enquadradas neste perfil tem 65 anos ou mais e apenas três

pertencem ao segmento imediatamente anterior (45-64 anos), estando estas últimas a cumprir tarefas domésticas e de cuidado (referimo-nos aqui a entrevistas enquadradas na quota P1.4, como é o exemplo desta última entrevista⁴⁷). Saliente-se também que este entrevistado (P1.4, Lisboa, sexo masculino, 49 anos) distingue-se das entrevistadas do mesmo segmento etário em duas características, uma individual e outra relativa à inserção no agregado doméstico:

- i) é um homem (as outras duas são mulheres) a exercer funções domésticas e de cuidado, o que constitui uma situação pouco comum no contexto português, segundo o assinalado na análise ACM;
- ii) contrariamente aos outros dois casos aqui considerados (P1.4, Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos e P1.4, Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos), é um descendente e não um cônjuge do segundo elemento do agregado do familiar.

Neste sentido, a excecionalidade detetada na análise prospetiva da sua situação individual poderá apontar uma marca geracional, que fornece pistas relevantes para a densificação e diferenciação sociológica deste perfil.

Procuraremos agora olhar este tema tendo por referência os percursos de vida das pessoas entrevistadas nas suas dimensões biográficas e históricas e tendo em mente a questão de pesquisa já enunciada anteriormente: de que forma a vivência material e subjetiva da situação de pobreza terá condicionado a formação de expectativas relativamente ao futuro? Abordaremos esta questão numa perspetiva diacrónica: primeiro, em direção ao passado e, depois, em direção ao futuro. Numa primeira análise tentaremos compreender como se foram formando as expectativas dos entrevistados ao longo do curso de vida, quais os esforços investidos na tentativa de ultrapassar a situação de privação e qual o seu sucesso. Numa segunda análise será abordada a forma como o futuro é projetado na descendência, equacionando até que ponto a esperança na melhoria de condições de vida é transferida para as próximas gerações.

9.2. **Cristalização da privação como modo de vida?**

Uma análise mais detalhada do processo de formação de expectativas aponta para a cristalização da privação enquanto modo de vida. Para compreender como se foram formando as expectativas, é essencial considerar as biografias e os contextos históricos em que estas vidas

⁴⁷ Note-se que a outra entrevista enquadrada nesta quota (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 65 anos) refere-se a uma mulher com 65 anos, mas que ainda não tinha conseguido, à data da realização da entrevista, aceder à reforma.

se desenvolveram. Como podemos discernir a partir da leitura deste capítulo, estamos perante maioritariamente vidas duras de pessoas em situação de pobreza que foram envelhecendo, em muitos casos marcadas pela acumulação de desvantagens (Lopes, 2015).

Um primeiro elemento comum ao perfil está relacionado com o abandono da escola e com as baixas qualificações, associadas à precocidade da sua entrada (remunerada ou não) no mundo do trabalho. As baixas qualificações que predominam neste perfil são um bom indicador do desinvestimento na educação como fator de estreitamento das oportunidades laborais e sociais, de aumento de vulnerabilidades e de acumulação, a médio e a longo prazo, das dificuldades. Vimos anteriormente como isto terá sido reflexo de fatores estruturais de natureza institucional, cultural e económica. Ainda assim, procuramos agora aprofundar o seu impacto na capacidade de agência e na formação e cristalização das expectativas em relação ao futuro. Em algumas trajetórias, a saída da escola terá sido motivada sobretudo por falta de interesse na escola e pela sua substituição pelo trabalho, que passou a ser uma parte fundamental da sua vida:

Entrevistado: Se eu tivesse estudo, conforme o meu pai queria que eu estudasse, eu não estava assim nessa crise sem necessidade. Que eu estou a sofrer agora, que eu estou arrependido. É, quando eu vinha para Portugal ou na tropa, já eu tive muita sorte! (P1.3, Porto, sexo masculino, 76 anos)

Entrevistado: Eu dizia para meu pai e minha mãe: «Não quero ir à escola porque a professora não me ensinava nada e aqui eu me ensino eu mesmo.» Meu pai continuava me mandando para a escola e eu fugia de casa e pronto, deixei de ir à escola. (...)

Entrevistador: O senhor em algum momento teve vontade de voltar a estudar?

Entrevistado: Não, nunca tive. Não tive vontade de escola nenhuma. (P1.3_Montalegre, sexo masculino, 89 anos)

Entrevistadora: Gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistado: Nessa altura, não... Não. Gostava mais de trabalhar do que de estudar. Ainda hoje. Quem me dera, eu estaria bem. Isto estava a andar.

Entrevistadora: Por que é que não gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistado: Porque a minha vida começou no campo e a minha ideia era sempre ser alguém na agricultura, no campo. Sempre pensei isso. Nunca invejei quem tivesse muitos estudos. Nunca. (P1.3, Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Com o abandono precoce da escola e uma vida marcada pelo trabalho enquanto necessidade essencial à sobrevivência, pouco espaço foi dado à imaginação de futuros alternativos e grande parte dos esforços nesse sentido parecem ter saído gorados. Aparentemente, o que começa por ser uma alternativa à falta de vontade em estudar, parece ir dando lugar à ideia do trabalho-necessidade (Karlsson, 2004) e, nesse sentido, parte de um processo de cristalização da privação enquanto modo de vida:

Entrevistadora: E do que é que o senhor gostava mais do trabalho?

Entrevistado: Olha, eu trabalho não escolho!

Entrevistadora: Trabalho não escolhe? O senhor gosta de tudo?

Entrevistado: Eu... trabalho você tem que ir, o patrão é assim. O meu fim do mês é que conta para mim, eu tenho que trabalhar para dar rendimento para você poder me pagar. Eu chego ao fim do mês, eu trabalho o que você deu o trabalho. Você gostou do meu trabalho, chega o fim do mês foge, isso é que eu fico [palavrão]. Eu gosto de trabalhar «tá, tá» com o patrão. O patrão aceita o meu trabalho, eu faço o trabalho. Agora no fim, chega o fim do mês, manda-me lixar, é isso.

Entrevistadora: E, se pudesse, o que é que o senhor mudava na sua trajetória de trabalho?

Entrevistado: Olha, eu não podia mudar nada. Porque motivo? Não tenho escola suficiente. Para o que eu faço, estava a receber também, não podia reclamar! (P1.3, Porto, 76 anos)

Noutro caso referido anteriormente a responsabilidade de provisão de sustento dos filhos impulsionou a necessidade como parte de uma identidade associada ao trabalho:

Entrevistado: Pois, foi trabalhar para nós. Para criarmos os filhos. (...) No campo, no campo. Trabalhar para quem chamava. Trabalhar para ganhar dinheiro. (...) Sempre a trabalhar no campo. Empregado de escritório não [risos]. Sempre no campo. (...) Era andar neste e naquele lado com o gado. Era o que eu gostava mais, era com o gado. Não tinha outra coisa para fazer. (...) Eu fui sempre no campo, pronto. Foi sempre o que foi. (P1.3, Montalegre, sexo masculino, 89 anos)

Nestas trajetórias, todas de homens, a saída da escola terá sido motivada sobretudo por falta de interesse, contrastando com o que se verificou em grande parte das entrevistas a

mulheres, cujo desinvestimento na escolarização não se ficou a dever ao desinteresse, mas sobretudo a fatores estruturais, de natureza económica ou relacionados com o seu papel na instituição familiar. Tendencialmente, as entrevistadas deste perfil começaram por abandonar a escola para trabalhar, por necessidade, para ajudar os pais:

Entrevistadora: E saiu da escola na 4.^a classe, é isso?

Entrevistada: Sim, sim. Só fazíamos a 4.^a classe. Quem podia estudar, ia estudar, quem não podia... e como sou filha de trabalhadores pobres... (...) tive pena, que eu gosto muito de ler, que eu agora não posso ler por causa da vista. (...) Os meus pais não tinham posses de me porem a estudar... (P1.5, Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Entrevistadora: E porque deixou a escola?

Entrevistada: Porque tinha de vir com a minha mãe cá para Serpa e porque as possibilidades também eram poucas. A minha mãe não podia continuar a ter-me a estudar, não tinha posses para isso.

Entrevistadora: Gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Se pudesse, gostaria de ter continuado, mas infelizmente não pude continuar.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Ora, para ter uma vida melhor, não é? Para aprender mais. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

À saída forçada da escola acresce a desistência de perspetivas profissionais para se assumir o papel de esposa e mãe. Esta entrevistada de Serpa começou a namorar aos 15 anos e casou aos 19, altura em que deixou de trabalhar fora de casa. Ainda assim, não chegou a exercer a profissão:

Entrevistada: Antigamente, as mestres não nos mostravam quando estavam a cortar. Para aprender o corte, tinha de ir aprender e pagar. E como não tinha possibilidades, na altura não aprendi. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Uma outra entrevistada, de Boticas, diz que até gostaria de ter continuado a estudar, mas aponta a rigidez dos papéis de género e a escassez de oportunidades para as mulheres, não tendo muitas expectativas de que o investimento na escolarização se pudesse ter traduzido na

melhoria das suas condições de vida:

Entrevistadora: Ainda sobre a sua infância, avalia a sua infância como boa ou má?

Entrevistada: Olhe, como as outras. Naquele tempo, as infâncias era tudo assim. Assim que a gente pudesse pegar na sacola, já ia trabalhar para o campo. (...)

Entrevistadora: Sim. E se pudesse, teria estudado mais?

Entrevistada: Ah, pois. Se tivesse vaidade, tinha estudado mais, pois tinha, que eu aprendia bem. E ia muito longe à escola. Ia muito longe à escola, a subir e a nevar, e cheiinha de frio. E a minha mãe, quando podia, ia-me levar a sopinha a meio do caminho, que não dava tempo para vir à casa. E, naquele tempo, havia escola de manhã e de tarde. Quando podia, ia de manhã e de tarde. Mas não dava tempo de vir comer à casa e tornar a ir. Era muito longe. Era de uma povoação a outra. (...)

Entrevistadora: Acha que a sua vida teria sido melhor se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Sei lá. Mas talvez, não sei. Naquele tempo, não havia estes empregos para mulheres. Mulheres não tinha... não. As mulheres não valiam nada. Naquele tempo, as mulheres não valiam nada. Não, não tinha empregos como agora. Por isso é que diziam: «Para que uma mulher quer saber ler? Não é preciso saber ler». Diziam assim: «Ai, deixá-las ir à escola para quê? Para namorarem por cartas?» Era as respostas das pessoas. Muitas que não... eu até, da minha igualha, poucas aprenderam. Eram raparigas, não precisavam de ir à escola. A minha mãe, como ela não sabia nada, lá tinha aquela ideia. Gostava, mas não me podia deixar ir sempre porque precisava de mim para lhe guardar os outros meninos, para ela trabalhar. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Uma outra entrevistada, de Vila Franca do Campo, também começou a trabalhar cedo, ainda quando frequentava a escola, ajudando a mãe no trabalho doméstico e em serviços domésticos (lavavam para fora). A entrevistada saiu da escola, por decisão da mãe, para ser aprendiz de costureira e de bordadeira em regime doméstico, com a mãe:

Entrevistadora: Gostava de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Gostava. E disse à minha mamã: «Deixa-me tirar a 4.ª classe.» «Para quê? já sabes ler, o que é que tu queres mais?» E disse: «Eh mamã, mas todos vão até à 4.ª classe». No tempo, era só até à 4.ª classe. É, pelo menos tinha a coisa de ter a 4.ª classe. «Não, filha, vocês não vão.»

Entrevistadora: E por que é que gostava de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Era só para a gente ter o diploma.

Entrevistadora: E acha que a sua vida teria sido melhor se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Não sei, agora Nosso Senhor é que sabe. Eu não sei.

Entrevistadora: E nunca pensou nisso?

Entrevistada: Agora é que está... isto agora está mais evoluído, para ser empregado ou alguma coisa. No meu tempo não havia nada, não havia... (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Esta entrevistada chegou também a trabalhar no campo, mas sempre sem qualquer tipo de vínculo formal, enquadrada na economia familiar. Quando se casou, foi viver para a casa da sogra e deixou de trabalhar:

Entrevistadora: Portanto, até casar...

Entrevistada: Sim, senhora. Bordando e lavando. Oh, eu casei-me num sábado e na segunda-feira fui lavar o cesto da [incompreensível] do XXXX, ali pela rua da farmácia. Fui lavar e disse: «Eh, mulher! Tu vais lavar na semana que te vais casar?» e eu disse assim: «Isso é até morrer.» E fui lavar o cesto de roupa. Ela então é que estendeu e eu fui-me embora. E depois estavam, então, a preparar o casamento para mim e eu casava-me no sábado. (...) Eu trabalhei até... para casa. Até ao dia de eu sair de casa. (...) Eu queria... Eu tive dois dias que eu fui (...) com a tia XXXX [nome da tia] para as uvas, sentada. Ele chegou de mota, guerreou tanto comigo. «Eu fui buscar mulher para eu sustentá-la, não é para tu ires trabalhar.» E eu tinha o [nome do filho mais velho] pequenino. (...)

Entrevistadora: E, entretanto, o seu marido decidiu que não era para continuar a trabalhar.

Entrevistada: A trabalhar... que eu não podia e estava a criar o pequeno. (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Duas outras entrevistadas, de Celorico de Basto e de Montalegre, escolarizadas numa época em que estava já instituída a obrigatoriedade da 4.ª classe, apontam a motivação económica como a principal para a saída da escola, mostrando como isso terá condicionado o seu percurso de vida:

Entrevistadora: E alguma vez pensa nisso? Gostaria de ter continuado a estudar ou...?

Entrevistada: Não sei. Se eu pudesse, estudava, não é? Mas, naquela altura, não havia hipótese.

Entrevistadora: Acabava a 4.ª classe e já...

Entrevistada: É, é. Só até à 4.ª classe. Depois era mesmo só quem tivesse dinheiro. (...) Quem tivesse dinheiro ia estudar, quem não tivesse dinheiro ia embora.

Entrevistadora: E na altura teve pena de não ter continuado? Gostava de estudar? Gostava de ter condições?

Entrevistada: Ah, sim. Se fosse que eu tivesse possibilidades, eu só estudava, não é?

Entrevistadora: E o que é que acha que poderia ter sido diferente na sua vida se tivesse estudado?

Entrevistada: Sei lá. Poderia ter arranjado um trabalhinho melhor do que o que arranjei. Que assim foi sempre no duro. (P1.4_Celorigo de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Entrevistador: E porque é que acabou por deixar a escola?

Entrevistada: Imagine, pais com oito filhos, como é que nós podíamos andar todos na escola? Não podíamos. Sem ajudas de nada. (...) Até à 4.ª classe, toda a gente estudou. A partir daí, ... porque era escolaridade obrigatória, a partir daí já não tivemos recursos para mais estudos. (...)

Entrevistador: Se tivesse a oportunidade, teria gostado de continuar a estudar?

Entrevistada: Ah, sim. Pelo menos para melhorar a forma de vida.

Entrevistador: E como acha que melhoraria, se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Eu, por exemplo, agora este trabalho que tinha, trabalhava na escola, na cozinha. Era trabalho de esforço e por isso fiquei com o problema que tenho no tendão. E, se calhar, se eu tivesse outros estudos, se calhar tinha outras oportunidades que não tenho assim. (P1.4_Montalegre#2, sexo feminino, 54 anos)

A análise da trajetória da entrevistada que neste perfil apresenta maiores qualificações (11.º ano) sugere que, apesar do interesse e do investimento em atividades educativas e formativas, estes esforços podem não representar uma melhoria das condições de vida. Apesar da penosidade, a entrevistada diz que gosta de trabalhar. Investiu nas suas qualificações, concluindo a 4.ª classe aos 23 anos (em 1970), o 11.º ano aos 33 (em 1980), um curso de Agricultura aos 60 anos (em 2007) e um curso Tecnologia da Informação, em 2008, aos 61 anos. Reformou-se por invalidez, mas enfrentou dificuldades para conseguir a reforma.

Entrevistada: Sim, mas não acabei, não me servia para ir trabalhar, nem nada. Por causa da idade, não é? Mas é bom saber! Quando era nova, não tive a oportunidade de aprender e aprendi muitas coisas e eu tenho tudo escrito aí. Gostei muito! (P1.1, Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Na linha do que foi referido anteriormente a propósito da análise das transições para a fase adulta, as expectativas das mulheres terão sido modeladas pelo confinamento ao espaço doméstico, segundo uma lógica patriarcal de controlo social; pela escassez de oportunidades de escolarização e de emprego ou pelo ingresso em trabalhos que representam a continuação dos papéis de género desempenhados no espaço doméstico.

Num outro caso, do Porto, o abandono escolar terá sido influenciado pela falta de crença nas capacidades da entrevistada, na sequência um acidente vascular:

Entrevistadora: Na altura, por que é que deixou a escola?

Entrevistada: Não deixei a escola. Eu ia estudar, mas como aconteceu aquilo, a professora disse assim «Ó filha, eu sei que tu queres estudar, e fizeste tudo muito bem» e essa coisa toda. E as meninas que iam estudar fizeram a admissão como eu. «Mas eu já disse à tua mãe, e o teu pai também já explicou por carta, que foi um milagre teres ressuscitado.» Que eu já vi a morte muitas vezes. E, por isso, o meu pai teve que escrever para a professora se eu podia estudar ou se eu não podia. (...) O meu pai disse à professora que visse, mas que não valia a pena. Que eu não ia muito longe.

Entrevistadora: Mas você gostava de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Eu gostava, pois. Eu queria ser advogada. E tenho uma sobrinha, filha da minha irmã, que é advogada, que é o que eu queria ser.

Entrevistadora: E acha que a sua vida teria sido melhor se tivesse tido mais estudos?

Entrevistada: Tinha-me posto a andar! (...) Para fora, de fora da casa da minha mãe.

Entrevistadora: A vida tinha seguido um rumo diferente?

Entrevistada: Exato, filha, exato. Não ia ganhar 20 escudos/25 escudos por semana, porque eu punha-me a bulir, a andar... mal ganhasse uns tostões para conseguir ter uma casinha, eu punha-me a andar! Mas, assim, eu tive que aguentar. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Nas descrições anteriores salientámos como as expectativas de uma geração marcada pela restrição e austeridade foram sendo moldadas em função de uma norma ética do trabalho.

À precocidade do início da atividade laboral, acresce a penosidade, a pluriatividade e a precariedade, deixando marcas nos percursos laborais deste perfil. Isto remete-nos para um segundo traço do perfil, comum a ambos os géneros, relacionado com o facto de, com a saída precoce da escola, ter-se consolidado uma identidade associada ao trabalho e à ideia do trabalho-necessidade (Karlsson, 2004), reforçada pela assunção da responsabilidade de provisão de sustento dos filhos. Também nesta linha de ideias salientámos como a transição para a idade adulta se deu de forma linear e padronizada (trabalho, autonomia residencial, casamento e parentalidade), moldando as expectativas de uma geração marcada pela restrição e austeridade em função de uma ética do trabalho. Assim, à precocidade do início da atividade laboral acresce a penosidade, a pluriatividade e a precariedade, deixando marcas dos percursos laborais neste perfil.

O desinvestimento na escolarização e a cristalização da privação enquanto modo de vida acontecem associados a uma rigidez dos papéis de género, ao confinamento ao espaço doméstico e à escassez de oportunidades para as mulheres, nomeadamente no que diz respeito ao emprego. Para muitas, foi reservado o trabalho doméstico, não pago, baseado num modelo de provedor masculino, sendo que para a maioria das restantes o acesso ao mercado de trabalho foi realizado através do desempenho de tarefas que representam, de uma forma ou de outra, a continuidade do trabalho doméstico no mundo do trabalho. Embora essencial à economia do Estado Novo, este era um trabalho desvalorizado, o que foi sustentado e legitimado graças à perpetuação de uma cultura patriarcal. Em qualquer dos casos, uma carreira contributiva diminuta ou inexistente limitou o acesso a uma reforma digna.

Também as exceções nos papéis de género são indicadoras da norma dominante. Para algumas entrevistadas, como é o caso da P1.2_Ferreira do Alentejo, o casamento não parece ter constituído um elemento de restrição evidente das possibilidades e oportunidades de vida, até pelo facto de a entrevistada não apenas acompanhar a atividade profissional do marido, associada ao pequeno comércio, como ainda por ter um *hobby* – tocar acordeão – que lhe permitia permanecer no espaço público. Noutras situações, como referido a propósito da análise do capítulo 3, verificaram-se episódios de separação ou divórcio que tiveram origem em situações de infidelidade, maus-tratos e violência doméstica (é este o caso da P1.5_FAentejo; P1.5_Porto). Num outro caso, a morte precoce do marido terá representando o fim de uma situação de violência doméstica. Apesar das dificuldades iniciais, a entrevistada demonstra uma grande capacidade de adaptação, acabando por educar os filhos sozinha (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos).

Quando fazem um balanço do seu percurso, grande parte dos relatos assinalaram a

importância da capacidade de auto-provisão e de gestão do orçamento familiar. Poucos são os casos em que esses esforços representaram uma melhoria, a médio ou longo prazo, do bem-estar e das condições de vida. Na maior parte dos casos, à medida que a vida foi decorrendo foi-se acumulando a percepção de que a privação foi persistindo:

Entrevistada: Era só o meu marido a ganhar e algum dinheirito das costuras. Também era pouco nessa altura.

Entrevistadora: Então foi muito difícil criar os três filhos?

Entrevistada: Sim, sim. Foi muito difícil, mas, graças a Deus, nunca passaram fome. Era pouco nessa altura. Depois, a minha mãe quando podia na altura também dava uma ajudinha. Depois, os filhos começaram a crescer e a trabalhar. O meu filho do meio trabalhava enquanto estudava, fazia uns biscates no supermercado. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Por outro lado, especialmente quando surgiram problemas de saúde na família, mais incapacitantes ou não superados, esta faceta fundamental do bem-estar torna-se particularmente relevante para compreender o processo de cristalização da resignação e interiorização da privação enquanto modo de vida:

Entrevistada: O melhor da minha vida foi a minha juventude e foi, como é que eu hei de dizer? Eu, quando me casei, eu estive só um ano sem doenças em casa. Esse [referindo-se ao marido, presente na sala] logo apanhou a pneumonia. Depois tratou-se da pneumonia, dos pulmões. Ele esteve no hospital internado quase acho que foi quatro ou cinco semanas, por causa do pulmão, que saiu-lhe do seu lugar e para aqui para cima. Eu tenho passado, depois de eu ter casado, e não tenho satisfação no coração. [fica emocionada] (P1.1, Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Entrevistadora: Como vê o seu percurso de vida até agora?

Entrevistado: Desde que me deu isto (...) desmaiei e fiquei com a boca para baixo no caminho. As artérias entupiram e então fiquei (...) foi há sete anos. Exatamente, sete anos. Ando nisto, para trás e para a frente.

Entrevistadora: (...) Já esteve melhor do que agora?

Entrevistado: Já esteve melhor que agora! Agora não é nada. (...) Olhe, queremos fisioterapia. Está à espera, não chamam. Porque já somos velhos e ninguém se lembra da

gente [emociona-se]. Estão sempre outros à frente. Há dois anos que espero pela fisioterapia. Chega-se lá, a minha mulher vai lá, fala lá com a doutora. «Está quase, está quase.» (P1.3, Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Entrevistadora: E, quando pensa assim na sua vida como um todo, acha que ela tem vindo a melhorar? Tem vindo a piorar?

Entrevistada: A piorar. Sim, a piorar. (...) As doenças, o que me aconteceu, o que aconteceu a ele a dar aquela doença, tão novo ainda, foi mesmo atirar uma pessoa ao charco. Difícil mesmo. (...) Eu tinha... quando lhe deu o primeiro AVC, eu tinha os filhos ainda todos comigo. Não foi fácil, ainda andavam alguns na escola.

Entrevistadora: Portanto, cuidava dele, cuidava dos filhos e trabalhava na lavoura nessa altura?

Entrevistada: Trazia o meu filho mais velho, já andava a trabalhar fora e deixou de trabalhar para vim para cá. (...) Um bocado difícil, mas pronto [emocionada]. (P1.4_Celorigo de Basto, sexo feminino, 65 anos)

Neste sentido, a impossibilidade de superação de problemas de saúde, especialmente quando mais incapacitantes, será um fator particularmente relevante para compreender o processo de cristalização da resignação e interiorização da privação enquanto modo de vida:

Entrevistadora: Em geral, sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistada: Sim, se tivesse saúde sentia-me mais feliz, mas, como não tenho, não me sinto muito feliz. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Numa outra entrevista esta ideia está particularmente presente ao longo da narrativa da entrevistada:

Entrevistadora: Como é que vê o seu percurso de vida até agora?

Entrevistada: Ora, muito ruim. Não tem sido fácil, com a doença do meu marido, com dois tumores que já teve, temos de nos governar com o que temos. (...)

Entrevistadora: Se pudesse, o que é que mudava na sua vida?

Entrevistada: Olhe, mudava para melhor. Mudava para ter uma vida mais desafrontada. Mas então... não se pode sair para lado nenhum. Ele não tem saúde, mas, mesmo que ele pudesse, também não podíamos gastar dinheiro em viagens. Não se goza nada na vida a

não ser trabalhar, pois não temos posses para isso. Nunca gozei nada na vida. Nunca há uma praia... ou dar uma volta até à das minhas irmãs, mas não dá... tomara que chegue para comer. (...)

Entrevistadora: Em geral, sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistada: Eu, graças a Deus, tenho tido saúde, o meu marido é que não, mas eu sinto-me bem. (...)

Entrevistadora: Quais são os seus maiores sonhos?

Entrevistada: Ter uma vida melhor, que não tenho, e termos saúde, todos. Não sou só eu. Peço também para os meus filhos, netos e toda a gente em geral. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

A questão da autonomia coloca-se não apenas nas suas escolhas em relação ao futuro mas também na forma de viver o presente. A este propósito importa destacar alguns exemplos de como essa autonomia se expressa em algumas entrevistas, como é o caso da P1.2_Boticas, que, reconhecendo o percurso de privações pelo qual passou, se sente apreciada. Terá feito escolhas claras, dentro das suas possibilidades, sobre como viver o final da sua vida. Mal a entrevista tinha começado, a entrevistada estava já a explicitar os seus objetivos, resumindo a sua vida da seguinte maneira:

Entrevistadora: É mais a ideia de entender a sua trajetória de vida e o seu quotidiano.

Entrevistada: A minha vida foi ruim. Trabalhar muito... criei seis filhos. Tive sete, tive dois gémeos. Trabalhei muito, muito para poder viver. O que é, depois, coitados... cada qual seguir a sua vida... foram inteligentes, e agora lá se governam. E eu, olha, enquanto pude trabalhar, estava dois ou três anos com uns, uns meses com outros, a ajudá-los a criar os meninos. Andei por todos. Agora não posso. Vim para a minha casinha e estou aqui. (P1.2_Boticas, género feminino, 92 anos)

Mais adiante, a entrevistada explica melhor esta ideia.

Entrevistada: Olha, o que foi vivido, vivi mal. E agora vivo sossegadinha, no meu cantinho, pronto. Olha, agora queria era saúde. Ninguém me aborrece, não aborreço ninguém, e cá vivo... como o comerzinho que me trazem. Se me sabe bem, como mais. Se me sabe menos, como menos. E pronto, para já, está tudo bem. Comigo, não faço zaragata com nada, está sempre tudo bem.

Entrevistadora: A senhora acha que a sua vida é melhor agora ou que já foi melhor antes?

Entrevistada: Eu vivo melhor agora. Só queria era ser nova! (P1.2_Boticas, género feminino, 92 anos)

De seguida, quando questionada se era pobre, responde:

Entrevistada: Não. Olhe, agora não. Já tive necessidade, porque éramos muitos e... e às vezes precisava e não tinha. Ora, agora, bem poupadinho, chega-me, pronto.
(P1.2_Boticas, género feminino, 92 anos)

Apesar do percurso de dificuldades, para esta entrevistada, dispor de saúde e de contacto e bom relacionamento com a família foram as principais razões apontadas para se sentir felizes e apreciada:

Entrevistada: Sinto! Sim, toda a gente gosta de mim. Os meus filhos todos gostam de mim. É...sou feliz, agora sou.

Entrevistadora: Mas não foi no passado?

Entrevistada: Não. Tive muito trabalho, muitos aborrecimentos, muitas angústias, muitos desgostos. Mas agora, graças a Deus... (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Não obstante as exceções, é a falta de esperança que parece dominar a avaliação prospetiva. Com o abandono precoce da escola e uma vida marcada pelo trabalho enquanto necessidade essencial à sobrevivência, pouco espaço foi dado à imaginação de futuros alternativos, sendo que grande parte dos esforços nesse sentido parecem ter saído gorados. Ainda assim, estratégias de auto-provisão e de poupança foram permitindo fazer face às adversidades, mas pouco mais do que isso. Especialmente nos casos em que se enfrentou uma doença incapacitante ou prolongada, muitas das pessoas entrevistadas parecem conformar-se com o presente, encontrando pouco espaço para equacionar algo para além da gestão da privação.

É também de salientar como a família terá assumido um papel crucial nas trajetórias de vida estudadas: não apenas por serem moldadas pelos papéis (*genderizados*) associados à conjugalidade e à parentalidade (cf. capítulo 3), mas também por ser fonte de satisfação e realização pessoal, e pelo papel crucial que assume para fazer face às adversidades, à privação, às dificuldades associadas à idade avançada e aos problemas de saúde (cf. capítulo 5). Como

vimos anteriormente, baseados numa lógica de reciprocidade generalizada e não mercantil, este tipo de apoio tem uma carga afetiva forte, de gratidão, prologando-se no tempo e sem regras específicas quanto ao tipo e qualidade de bens e serviços trocados, assumindo muitas vezes o sentido inverso, no apoio a descendentes – a filhos e netos.

Embora se considere que estes dados não permitem uma resposta aprofundada a esta questão, procuramos ainda assim levantar algumas reflexões sobre até que ponto a esperança em relação ao futuro é transferida para a descendência. Neste sentido, importa destacar que, quando questionadas sobre os seus sonhos, várias das pessoas entrevistadas que anteriormente se tinham mostrado cétricas em relação à melhoria da sua própria vida, evidenciaram sonhos de um futuro melhor para filhos e netos, mesmo quando equacionam outros desejos⁴⁸:

Entrevistada: Os meus sonhos é que os meus filhos e os meus netos estejam bem na vida. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Entrevistada: Eu só peço para os filhos e para os netos. (...) Estivessem bem na vida... e os netos, saúde e que tivessem, pronto, o que precisam. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Entrevistado: Eu gostava que os filhos governassem bem a vida. (...) Oh, menos até quando eu morrer. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino)

Entrevistada: Ter uma vida melhor, que não tenho, e termos saúde. todos, não sou só eu. Peço também para os meus filhos, netos e toda a gente em geral. Todos precisam e há tanta gente sem nada [emociona-se bastante]. (P1.1_Serpa, sexo feminino, 78 anos)

Entrevistada: Olhe, eu gostava de, quando era nova, se pudesse ter sido, ter um *atelier*. Não é *atelier* que se chama, era um salão de cabeleireira, e de beleza e de tudo! (...) Era um sonho. E ter uma casinha minha. E ver as minhas filhas todas bem. (P1.5_Porto, sexo feminino, 67 anos)

Uma das entrevistadas tinha já perdido o filho, perda relativamente à qual expressou um sentimento de vazio. Neste caso, a representação de um futuro melhor parece estar investida na geração seguinte:

⁴⁸ Considerando que esta pergunta foi feita a seguir à das expectativas quanto à vida dos filhos, estes resultados foram analisados com cautela, considerando as representações sobre o percurso de vida e as respostas anteriores sobre as próprias expectativas face ao futuro.

Entrevistadora: Em geral, sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistada: Não. (...) porque não tenho cá o meu filho. Começo a pensar na minha família e, portanto, não sou.

Entrevistadora: Quais são os seus maiores sonhos, o que gostava de ver realizado ainda na sua vida?

Entrevistada: Na minha vida, a minha neta mais velha está casada, está bem, graças a Deus. Era a outra minha neta [casar-se]. É solteira, já tem 30 e poucos anos, é. (...) E o meu neto, coitadinho, anda a estudar, nunca perdeu nenhum ano. (P1.2_Porto, sexo feminino, 86 anos)

Em alguns casos, os sonhos pessoais explicitam o desejo de se ser parte da construção de uma vida melhor para a descendência:

Entrevistado: O meu sonho é ter saúde, trabalhar. Trabalhar ainda até aos 80 anos e ajudar os meus netos. Ajudar. (P1.3, Serpa, sexo masculino, 72 anos)

Entrevistada: Um sonho que eu gostava de realizar era que a Câmara me desse uma casa, que era para ficar já para o meu filho. O meu sonho era esse. Porque as rendas estão tão caras que, de hoje para amanhã, a reforma dele não chega para pagar a renda de casa e depois vai-lhe acontecer o que aconteceu à mãe, é isso. (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Algumas destas pessoas expressam esperança na realização desses sonhos, outras nem tanto. No entanto, na sua maioria, os relatos referem-se a trajetórias de incorporação da privação enquanto modo de vida. Uma leitura das narrativas sobre as representações que fazem dos seus trajetos de vida, comparando-os com o seu futuro e dos descendentes, dá pistas interessantes de como história e biografia se cruzam na forma de viver as privações, as adversidades e na forma de perspetivar o futuro. Isto acontece, por exemplo, no contraste entre o antes e o agora das condições de vida, nomeadamente pela perceção de que os tempos são outros, menos duros, com mais facilidades, ou muito simplesmente ancorando-se na esperança ou na fé. É muito frequente a menção a um passado mais difícil, por comparação a um presente mais fácil, nomeadamente nas condições de escolarização ou nos meios técnicos que suavizam a dureza do trabalho:

Entrevistada: Agora dão-lhes livros, dão tudo. Naquele tempo não davam nada [refere-se aos filhos]. (...) E trabalhava de noite e de dia. De dia, na lavoura e de noite, à luz da candeia, na máquina. E de dia quantos bocadinhos apanhava e vinha para aqui para o tear, tecer para fora, para ganhar alguma coisa. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Mulher do entrevistado: Naquela altura, quando saiu da escola, eu é que digo, talvez seria para ir soltar o gado, ou andar diante das vacas, para andar a lavar, que naquela altura era assim. Que agora já temos tratores que fazem isso, os tratores. Não é preciso andarmos aí a lavar, mas antes era, assim essas coisas. (...)

Entrevistado: Construção civil. Andava lá enterrado nas valas, andava lá com as máquinas. Tínhamos que abrir, não era com as máquinas, nem lá se fazia, quanto mais aqui. Agora já se faz tudo com máquinas, antes não. (P1.3_Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Entrevistada: Servir...hoje é empregada. Hoje chamam de empregada. Naquela época, era...a pessoa ia servir. Estava um ano, estava dois. Depois, se não gostassem, ia sair para outra casa. (...) (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Entrevistada: Agora é que está. Isto agora está mais evoluído, para ser empregado ou alguma coisa. No meu tempo não havia nada, não havia... (P1.1_Vila Franca do Campo, sexo feminino, 79 anos)

Entrevistada: E adorava. Eu sei fazer a lida toda do campo, porque fui acostumada de pequena. Porque, na província, onde nós vivíamos, era nessas alturas... era assim... de haver muito... era assim... eram outros tempos, não é? E, então, nós tínhamos que trabalhar para comer. Pois... ganhávamos pouco... aquilo ganhava pouco. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

No entanto, os sinais dos tempos parecem ser contraditórios, com a precaridade do emprego e a falta de perspectivas laborais a insinuarem-se no futuro dos filhos e descendentes:

Entrevistada: Eu já tive muitas vezes [dificuldades], porque, olhe, o meu filho fica sem emprego, eu sofro porque ele não tem e o pouquinho que tenho, tenho que dividir e olhe, se tivesse uma reforma grande... ainda ontem estava a falar no Euromilhões. Olha, se me

saísse, me caía bem. Eu não queria nada para mim, não queria tudo, mas um bocadinho, só para eles se governarem. Há dias que eu estou triste porque quero ajudar e não posso.

Entrevistadora: Como é que a senhora vê o seu percurso de vida até agora, com 72 anos?

Entrevistada: Com muitas dificuldades, muitas dificuldades, mas vou superando tudo. Olha, lá se vai andando um bocadinho.

Entrevistadora: E pode-me contar as vitórias que teve nesse percurso?

Entrevistada: Vitória, olha, são os meus filhos e netos. É a coisa mais linda do mundo que tenho. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Entrevistadora: Então foi muito difícil criar os três filhos?

Entrevistada: Sim, sim. Foi muito difícil, mas, graças a Deus, nunca passaram fome. Era pouco nessa altura. Depois, a minha mãe, quando podia, na altura também dava uma ajudinha. Depois, os filhos começaram a crescer e a trabalhar. O meu filho do meio trabalhava enquanto estudava, fazia uns biscates no supermercado. (...)

Entrevistadora: E quais foram as suas maiores alegrias?

Entrevistada: Os meus filhos. Ter conseguido criar os meus filhos. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Tal como acontece em várias das conversações, ao elaborar os seus desejos de mudança relativamente ao futuro, uma outra entrevistada começa a desenvolver a importância da sua relação com os filhos, que estão emigrados, explicitando imediatamente a falta de esperança de que as coisas mudem, o que sugere como os projetos pessoais se confundem com os da descendência:

Entrevistadora: E se pudesse, o que é que mudaria na sua vida?

Entrevistada: Tanta coisa que mudava.

Entrevistadora: Então diga-me lá algumas dessas tantas coisas.

Entrevistada: Mudava para melhor, não é? Tinha que pensar... (...) é difícil porque eu havia de mudar de tanta coisa que havia para mudar. (...) Para já, mudava... se eu pudesse, eu trazia os meus filhos todos para a minha beira.

Entrevistadora: Pronto. Então uma das coisas: trazia os filhos. E mais?

Entrevistada: Fazia a casa maior.

Entrevistadora: Aqui? Em XXXX?

Entrevistada: Sim, ficava. Agora já não me importava de ir assim para outros lados. Os meus pais já cá não estão. Eu só tenho um irmão lá. E o resto agora já vivi mais tempo aqui do que vivi lá. Agora já não saía daqui. Mesmo agora os meus filhos já gostam mais daqui. Eu para ir para lá então... deixava-os aqui, não?

Entrevistadora: Portanto, fazia uma casa maior aqui em XXXX.

Entrevistada: Sim, sim. Alugava esta e fazia uma grande para lá viver.

Entrevistadora: E punha essa para alugar.

Entrevistada: Se pudesse, sim.

Entrevistadora: Claro.

Entrevistada: (...) Uma casa para quando os meus filhos viessem. Temos que ir lá para fora porque aqui não tenho espaço na mesa para comermos aqui todos, quando eles vêm todos. Temos que ir lá para fora. Então fazia um salão grande e punha isso maior. Está bem... não vale a pena sonhar. (P1.4_Celorigo de Basto, sexo feminino, 73 anos)

Nas perspetivas menos otimistas (ou possivelmente mais pragmática), o país continua a ser incapaz de proporcionar aos mais jovens um outro horizonte de vida, empurrando-os para a emigração, também ela produtora de sofrimento devido à distância que separa pais e filhos.

Em síntese, destaca-se que, salvo algumas exceções, a avaliação prospetiva neste perfil é marcada pela resignação, pela falta de esperança ou, pelo menos, pela indeterminação em relação ao futuro. Depressão, cansaço ou até o desejo de chegar ao fim da vida (para obter paz?) são algumas das disposições que são identificadas nas narrativas, afetando o estado anímico e as expectativas em relação ao futuro. São poucos os registos de esperança embora sejam muitos aqueles para quem a fé em Deus constitui uma forma de lidar com as adversidades.

Uma análise mais detalha do processo de formação de expectativas aponta para cristalização de privação enquanto modo de vida. É importante ter em conta que a maior parte das pessoas são idosas, estão reformadas, tiveram vidas duras e marcadas pela acumulação de desvantagens – pessoas em situação de pobreza que foram envelhecendo, parafraseando Lopes (2015). Com o abandono precoce da escola e uma vida marcada pelo trabalho enquanto necessidade essencial à sobrevivência, pouco espaço foi dado à imaginação de futuros alternativos e grande parte dos esforços nesse sentido parecem ter saído gorados. No caso das mulheres, o desinvestimento na escolarização e a cristalização da privação enquanto modo de vida acontece associada a uma rigidez dos papéis de género e à escassez de oportunidades de emprego. Para muitas foi reservado o trabalho doméstico, não pago, baseado num modelo de provedor masculino; para a maioria das restantes o acesso ao mercado de trabalho foi realizado

através do desempenho de tarefas que representam, de uma forma ou de outra, a continuidade do trabalho doméstico no mundo do trabalho. Em qualquer dos casos, uma carreira contributiva diminuta ou inexistente limitou o acesso a uma reforma digna.

Estratégias de auto-provisão e de poupança foram permitindo, ao longo da vida, fazer face a algumas adversidades no percurso dos entrevistados, mas pouco mais do que isso. Especialmente quando enfrentam a doença, incapacitante ou prolongada, boa parte parece conformar-se com o presente, encontrando pouco espaço para equacionar algo que vá além da gestão da privação. É também de salientar como a família assumiu um papel crucial nas trajetórias de vida estudadas: baseados numa lógica de reciprocidade generalizada, numa lógica não mercantil, o tipo de apoio familiar tem uma carga afetiva forte, de gratidão, assumindo muitas vezes o sentido inverso, no apoio a descendentes – a filhos e netos. Embora as respostas sejam insuficientes para uma análise mais conclusiva sobre as expectativas relativas aos descendentes, importa destacar que algumas das narrativas mais cétricas relativamente ao futuro pessoal são um pouco mais otimistas quanto ao futuro da descendência, nomeadamente pela perceção de que os tempos são outros, menos duros, com mais facilidades, ou muito simplesmente ancorando-se na esperança ou na fé. Noutros casos, as perspetivas são menos otimistas, seja considerando as escassas oportunidades de emprego no país ou na região em que vivem, seja porque a emigração terá sido o principal portal de oportunidades para a descendência, trazendo com isso o sofrimento que a distância acarreta.

Conclusão

Encerrando este livro sobre os reformados entrevistados, destaca-se a persistência de situações de pobreza ao longo da vida. Os reformados são pobres porque sempre nasceram e cresceram em agregados familiares com poucos recursos, desde logo económicos, sem grandes expectativas de mudar o destino. A larga maioria abandonou precocemente a escola, sobre a qual depositava poucas esperanças, tendo esse fracasso escolar acabado por determinar o seu destino de vida, não muito diferente daquele que tiveram os seus progenitores. A sua incorporação precoce no mundo do trabalho fez-se através de trabalhos pouco qualificados, isto é, de trabalhos muitas vezes precários e, mesmo quando assim não acontecia, mal pagos, com salários que não os deixaram escapar a uma vida constrangida, marcada pela privação material e a certeza de que o futuro próximo ou distante dificilmente seria diferente do seu presente. Em poucas palavras, os reformados entrevistados são pobres porque sempre foram pobres ao longo da vida, colocando-se assim no centro do debate sobre a pobreza dos mais idosos, já no Outono da vida, a questão dos salários ao longo da vida. Estando o sistema de pensões estruturalmente condicionado pelos rendimentos provenientes do trabalho ao longo da vida contributiva, qualquer solução para quebrar a pobreza a que a larga maioria dos nossos reformados, como os que foram objeto deste estudo, enfrenta e nela permaneceu desde o nascimento depende da melhoria significativa dos salários, sobretudo dos mais baixos, quebrando assim uma característica da economia portuguesa, a da escassa valorização do trabalho e dos trabalhadores, sobretudo dos que exercem tarefas pouco qualificadas, precárias e intermitentes, seja na agricultura, na indústria ou nos serviços.

Observando o quadro familiar na infância dos nossos entrevistados, confrontamo-nos com narrativas de infâncias sofridas, privadas do acesso a bens humanos hoje reconhecidos como direitos inalienáveis, como a escola, fundamentais para a construção das bases de uma vida digna. Sendo as recordações da infância heterogéneas, muitas revelam situações de instabilidade e crise familiares, destacando-se a morte prematura de um dos progenitores. Destacam-se também os problemas de saúde dos progenitores, com impacto no rendimento familiar, a que se somavam por vezes situações de violência familiar. Daqui decorre a entrada precoce no mundo do trabalho, sobretudo em contexto rural, sempre encarado como um fatalismo, uma imposição do destino que nada pode contrariar. A escola foi assim uma experiência muito transitória, de curta duração, pois a escassez de recursos ditava com urgência o ingresso no trabalho. Assim, nos discursos dos nossos entrevistados está muito marcada uma certa resignação face à situação vivida, assumindo-se como inevitáveis situações que

implicavam passar fome e, nas palavras dos próprios, «não se ter nada».

Face a este cenário de privações múltiplas, a entreatajuda e a solidariedade fundadas na família e no parentesco não são capazes de superar as dificuldades impostas pela privação económica, embora possam, em alguns casos, mitigar as carências sentidas pelas famílias. Se a pobreza tem impacto nos percursos escolares, afeta igualmente as suas perspetivas de vida, limitando severamente as suas aspirações. Tendo um horizonte de expectativas marcadamente reduzido, não constitui surpresa que a maior parte dos nossos entrevistados exprima um olhar cético em relação às possibilidades de a escola funcionar como alavanca para um outro futuro, para uma outra vida menos marcada pela privação.

Como é sabido, o lugar social da escola depende do tempo histórico. No caso dos nossos entrevistados, a escola estava longe de possuir a relevância que hoje detém. Por isso, o abandono precoce da escola é entendido com uma certa naturalidade, não se assumindo que tal é sobretudo consequência da privação material a que a família estava sujeita. Decerto, muitos dos nossos entrevistados não se sentiam como legítimos destinatários da escola, considerando que a sua presença nela não poderia ir para lá da escolaridade obrigatória a que estavam sujeitos, ou até a menos que isso. Este olhar em relação à escola é também alimentado pelo escasso capital escolar detido pelas famílias, em si mesmo limitador da construção de representações mais positivas da instituição escolar e, sobretudo, das suas possibilidades de proporcionar um outro futuro às crianças.

Encontrámos até entrevistados que não atribuem à escola qualquer elemento positivo na infância, mantendo-se essa opinião em relação à idade adulta. Este ceticismo permite mesmo a alguns considerar que a escola em nada contribui para uma vida melhor, constatando dois dos nossos entrevistados que muitas pessoas estudam sem que isso tenha qualquer impacto positivo nas suas condições materiais de existência. Em contraponto, temos ainda relatos positivos sobre a escola, reveladores do lugar muito importante que alguns dos entrevistados atribuíam à aprendizagem da leitura e da escrita, bem como da relação com pares, visto ser a escola também um espaço de brincadeira. Já em relação aos professores, as memórias pessoais de muitos dos nossos entrevistados estão marcadas pela violência exercida por aqueles sobre os seus alunos, sob a forma de castigos corporais que, na verdade, mais não faziam do que repetir as punições a que estavam habituados a sofrer em casa.

Por fim, mas não menos importante, a reduzida escolarização na infância, marcada pelo abandono precoce, fazendo com que muitos ficassem aquém da escolaridade obrigatória, não foi compensada com o retorno à escola ou à formação profissional na idade adulta. Apesar de à data da entrevista considerarem que a escola e a formação poderiam ter efeitos vantajosos na

situação profissional, os entrevistados entendem não existir uma tradução direta entre a sua frequência e a melhoria do rendimento, seja através de uma mudança de profissão, seja por garantir o acesso a uma outra condição profissional. Se é certo que alguns dos entrevistados voltaram a estudar, visando nomeadamente a obtenção de equivalências a diferentes níveis de escolaridade, pesaram também neste desinteresse os constrangimentos de ordem familiar, podendo-se assim afirmar que a frequência de cursos que abrissem perspectivas de acesso a outras profissões não constitui uma realidade representativa deste perfil.

Por viverem infâncias e adolescências precárias e marcadas pela privação, a passagem à idade adulta foi feita sem que os nossos entrevistados sentissem saudades do período que deixaram para trás. Um dos elementos marcantes é o da precocidade na entrada no mundo do trabalho. Na verdade, a larga maioria começou a trabalhar ainda criança, com doze e até menos anos, na sequência de um trajeto escolar muito curto, permanecendo na escola quatro anos, alguns um pouco mais (existem mesmo indivíduos analfabetos neste perfil). De acordo com alguns dos nossos entrevistados, o abandono escolar era permitido e mesmo incentivado, de modo a que as crianças pudessem contribuir ativamente para a economia doméstica, minimizando assim a privação material, desde logo alimentar, a que a família estava sujeita.

Relativamente à conjugalidade e à autonomia residencial, esta baseada no princípio da neolocalidade, estão fortemente associadas, uma implicando a outra, sendo condições necessárias, em regra, para a parentalidade. Esta é mais precoce nas mulheres do que nos homens entrevistados. Os casamentos são de longa duração, sendo raros as separações e os divórcios. Se tal é decorrente em primeiro lugar de um contexto político e legal onde o próprio divórcio estava interdito aos casamentos católicos (regra entre os nossos entrevistados), é necessário aduzir o quadro moral onde estes homens e mulheres viveram, marcado pela força do princípio religioso (e moral) católico do casamento até que a morte os separe, reforçado pela subordinação das mulheres à dominação masculina, ancorada em velhas e muitas vezes inconscientes lógicas patriarcais, segundo a qual a mulher deve obedecer ao marido, sendo impensável que dele se separe, rompendo o casamento. Se esta realidade tinha muita força durante o regime fascista, não deixou de perdurar no pós-25 de Abril, não obstante as alterações jurídicas no domínio da conjugalidade e as próprias mudanças sociais que abriram uma sociedade sufocada pelo conservadorismo moral do regime, amparado por uma Igreja conservadora e receosa do que via ao seu redor, na Europa e do outro lado do Atlântico, com a crescente contestação a uma ordem moral que aprisionava os indivíduos, nomeadamente no campo sexual. Contudo, esta resiliência do casamento explica-se também pela impossibilidade material de o romper. De facto, como se poderia viver fora do casamento, se dentro dele já mal

se conseguia sobreviver? A separação significava, assim, uma perda de economia de escala, que obrigava a encontrar uma nova habitação e a suportar despesas acrescidas.

As responsabilidades da parentalidade estão muito marcadas pela divisão imposta pelos valores de género dominantes: o cuidado das crianças fica a cargo das mulheres, cabendo aos homens a tarefa principal de prover com o rendimento necessário ao sustento da família. Para muitas mulheres, tal implicou o afastamento prolongado e até definitivo da esfera do trabalho assalariado, consequência em boa medida da falta de uma rede pública de educação preparada para dar o devido acolhimento às crianças, de modo a libertar tempo para que as mães pudessem trabalhar. Mostrando também aqui as insuficiências da chamada sociedade-providência, estas deficiências do Estado (seja antes, seja após o 25 de Abril) revelam de um modo ou de outro que somos um país pobre no contexto europeu, ainda que, com a adesão à hoje designada União Europeia, se tenha passado a imaginar centro (Sousa Santos 1993). De modo algum, a entreatuda familiar ou vicinal (isto é, as redes de ajuda informais) foi capaz de colmatar as deficiências e mesmo a ausência do Estado-providência, o que não deixou de ter consequências no próprio bem-estar do núcleo doméstico, tendo o afastamento da mulher do trabalho remunerado acentuado ainda mais a privação a que as famílias estavam sujeitas.

Ao contrário do que recorrentemente escutamos (e do que é até assumido pelo senso comum) acerca de os pobres não trabalharem e de ser essa a causa da sua pobreza, estas entrevistas revelam-nos que os pobres inseridos neste perfil sempre trabalharam, aliás com intensidade e penosidade, ainda que daí não tenham tirado grandes proventos. Com a exceção de uma das entrevistadas, todos tiveram atividades que lhes permitiram obter rendimento. Como é regra em sociedades sem escrita e sem escola, como há muito nos mostrou a antropologia social, a aprendizagem foi baseada no «ver fazer», tendo como mestre principal o progenitor do mesmo género nas tarefas específicas para o seu género. A este modo de aprendizagem inicial, foram acrescentados outros modos de aprendizagem, sobretudo em contexto profissional, baseado no modelo clássico dos ofícios, em que um artífice conhecedor e experiente transmite a sua arte a um jovem aprendiz, não raramente ainda criança.

O acesso ao emprego faz-se sobretudo por via da mobilização de redes de conhecimento pessoal, em vez de pelas práticas mais correntes, relacionadas com a pesquisa e candidatura a ofertas de trabalho. Ausente está também a procura de emprego por vias institucionais, mobilizando entidades como a escola, incluindo as profissionais, os centros de emprego ou os serviços de ação social. Esta ausência é, em primeiro lugar, explicada pela época em que estas pessoas entraram no mercado de trabalho, na qual a maioria destas instituições não existiam. A idade precoce de entrada no mercado de trabalho dos entrevistados remete-nos para um perfil

económico em que o trabalho infantil imperava, não só na agricultura mas também na indústria, tendo persistido depois do 25 de Abril e das alterações legais que o impediram. Tal revela um país com uma economia pobre, assente na utilização intensiva da força de trabalho, incluindo a infantil e juvenil, o que não deixou de contribuir para a reprodução social da pobreza, não sendo esta ditada por qualquer acidente ou evento inesperado na vida individual. Interpelando as teses meritocráticas, a vida dos nossos entrevistados demonstra a força das origens familiares na estruturação das suas vidas e na pobreza na qual sempre viveram. Fatalmente, tiveram vidas marcadas por trajetórias de emprego em carrossel, tingidas pela precariedade, na qual esse emprego se vê cortado regularmente por períodos de desemprego. Sendo muito variadas, as atividades desempenhadas tiveram sempre como cimento de ligação entre elas escassos salários e qualificações. Mesmo os entrevistados que tiveram alguma estabilidade ao longo da vida sempre se confrontaram com um salário que não lhes permitiu escapar à pobreza, o que acabaria por se repercutir na velhice. Perante isto, não constituirá surpresa constatar que a maioria dos reformados entrevistados considera a sua experiência laboral passada de modo negativo. Até nas situações em que se percebe algum apreço pelo trabalho, releva-se sempre a sua penosidade e sofrimento, sendo que a satisfação está associada ao salário auferido (condição fundamental para a sobrevivência) e ao convívio com os companheiros de profissão. Esta penosidade é ora produzida, ora agravada, pelas doenças, muitas delas de origem profissional. Assim, doença e penosidade contribuíram para produzir uma relação muito negativa com o trabalho, permitindo aplicar aqui com a mais completa pertinência o conhecido conceito de alienação, que consiste numa experiência pessoal de sofrimento que o trabalhador só aceita viver por falta real de alternativa, conformando-se.

Em linha com o que foi sendo descrito e analisado ao longo dos capítulos, a quase totalidade dos entrevistados sublinhou com precisão indiscutível que o rendimento auferido sempre foi insuficiente relativamente às necessidades, fazendo com que tivessem, mês atrás de mês, ano após ano, de o esticar, de modo a que a fome ou outras situações de privação material extrema não batessem à porta antes do fim de cada mês. Esta situação é especialmente mais cruel nas cidades, onde a falta de uma horta para a produção de alimentos e para a criação de animais para consumo alimentar coloca a vida dos indivíduos que nela residem totalmente ancorada no salário, não permitindo beneficiar do conhecido apoio proporcionado pela posse do terreno agrícola.

É interessante constatar a relação dos entrevistados com as dívidas. Sendo variável, havendo até quem nunca se tenha endividado, sobressai nos relatos dos nossos entrevistados uma moral dominada pelo respeito imperioso do pagamento da dívida. Na verdade, isso parece

ser uma marca forte de uma moral que impõe o respeito pelos compromissos assumidos, entendidos como uma questão de honra e orgulho, sendo interessante notar que essa moral parece ser até mais forte nestes contextos sociais marcados pela pobreza do que entre as classes plutocratas, cujas práticas recentes, que tão severamente golpearam o país na última década, revelam a descoincidência entre o discurso e a prática. Interessa ainda relevar que o balanço sobre a situação em que se encontram no presente apresenta olhares diferentes. Se, para uns, a vida hoje é algo melhor, para outros, a situação é pior, sendo particularmente agravada pela multiplicação de doenças geradoras de sofrimento e incapacidades.

Como vimos, a quase totalidade dos entrevistados nasceu e iniciou-se precocemente no trabalho, fazendo-o ainda no período do Estado Novo, alguns deles na transição iniciada em finais dos anos '60 do século passado, no processo político que ficou conhecido por Primavera Marcelista. Tratou-se de um período longo, entre 1926 e 1974, marcado pela rutura em relação aos valores republicanos, inclusivamente no domínio da proteção social, desconfiado da intervenção pública neste campo e mais amplamente, do modelo de Estado-providência. Conjugado com uma política de baixos salários como estratégia fundamental para garantir o funcionamento da economia portuguesa, esta rutura concorreu para condicionar o futuro dos que hoje se encontram aposentados, sendo isso especialmente evidente entre aqueles que trabalharam na agricultura, cujos mecanismos de contribuição e proteção na velhice só tardiamente foram estabelecidos no ordenamento jurídico português. Para estas pessoas, este contexto político significou carreiras contributivas tardias e curtas, nalguns casos mesmo inexistentes. Algo que também se aplica aos trabalhadores, em regra mulheres, dos serviços domésticos. O mesmo não ocorreu com os restantes trabalhadores que, não obstante as irregularidades e lacunas, beneficiaram de regimes contributos mais longos, devido às reformas previdenciais de 1962.

Apesar de alguns entrevistados possuírem um património modesto (residência familiar e pequenas propriedades agrícolas onde fazem agricultura para consumo doméstico) que pretendem deixar aos filhos, as suas narrativas exprimem situações de privação e pobreza, mostrando a insuficiência dos rendimentos resultantes das pensões e de outros complementos sociais. As despesas com medicamentos e outros encargos provocados pelas doenças crónicas que os atingem (que muitas vezes causa o abandono precoce do trabalho) concorrem para agravar as dificuldades decorrentes de uma pensão de pequeno valor, sobretudo quando se trata de uma pensão de invalidez. Assim, como já foi acima enunciado, a mitigação da privação depende da existência de produção alimentar para o consumo doméstico, a que se soma, nalguns casos, o apoio familiar dos seus filhos, mostrando, apesar da sua manifesta erosão, a

importância desta instituição no apoio aos mais idosos. De certo modo, surpreende que o número de entrevistados beneficiários do CSI seja relativamente baixo. Porém, se atendermos aos efeitos restritivos produzidos pelos filtros de acesso colocados pelo legislador, a que acresce a obrigatoriedade da prova de recursos dos descentes (em si mesma uma expressão perversa da vontade do legislador de diminuir a ação do Estado-providência, convocando os filhos ao apoio aos pais), entende-se que existe claramente um desfasamento entre o que está escrito na lei e o que é por ela aplicado. Não se tratando, obviamente, de um lapso do legislador, daqui decorre um impacto relevante nos mais pobres. Até porque, é atinente não o obliterar, não aceder ao CSI implica não beneficiar de apoios adicionais no domínio da saúde, algo crucial, sabendo-se que estes reformados, como quase todos os cidadãos desta faixa etária, padecem de doenças crónicas. De qualquer modo, há que sublinhar que, reconhecendo o valor monetário reduzido das suas pensões, muitos entrevistados admitem a sua importância, de certo modo assumindo o velho e pragmático princípio de ser «melhor do que nada».

Não obstante os avanços produzidos pelas políticas sociais e o enraizamento do direito aos apoios sociais, não é unânime a apreciação dos serviços sociais, sendo notórias as críticas relacionadas com a saúde ou com a verificação das incapacidades físicas ou mentais para o acesso à pensão de invalidez. Nalguns casos, o acesso a estes direitos sociais pode também ser limitado pela condição social, fazendo emergir o estigma do assistido (cf. Simmel [1998 (1907)]). Não raramente, a vergonha condiciona a ação dos indivíduos, sobretudo quando se confunde a justa reivindicação de direitos com a prestação de um favor por uma qualquer forma de assistencialismo. Mais uma vez, emerge como contraponto e complemento o papel desempenhado pelos mecanismos de apoio informal e de vizinhança, em especial o prestado pelos filhos, sendo que, como já foi referido, o tipo de reciprocidade varia segundo o vínculo social que se estabelece entre as pessoas.

Vimos que os relatos são dominados por situações de vida marcadas pela privação. Ora, embora possa parecer surpreendente, uma parte relevante (cerca de um terço) dos inquiridos afirmou não se reconhecer como pobre, justificando tal posição a partir de uma comparação com outros em pior situação. Isso mostra que os entrevistados evitam sobretudo perder a face, no sentido goffmaniano, recusando ser catalogados como pobres, logo passíveis de cair na categoria dos que necessitam de apoio, seja do Estado, seja da família, dos vizinhos ou de alguma instituição de caridade. Sendo situações altamente desqualificadoras, tal permite distingui-los dos que vivem em situação de miséria extrema, como é o caso dos sem-abrigo. Esta recusa é conjugada por muitos com a resignação, assumindo que tiveram uma vida que não escolheram, não podendo hoje fazer muito para a mudar. Entre aqueles que referem que

gostariam de alterar o trajeto provável da sua vida, temos como principais desejos a melhoria da habitação e as viagens. Quando interpelados sobre o que fariam se tivessem poder político, a maioria dos entrevistados referiu a melhoria dos salários e das pensões, olhando para as camadas mais desfavorecidas da população, sem deixar de estabelecer a conhecida distinção entre quem merece e quem não merece ser apoiado.

Por fim, resta destacar que a maioria dos entrevistados olha para a sua vida passada com pessimismo, argumentando não ter tido uma vida feliz, mas antes marcada por múltiplas privações e acontecimentos funestos, a que se junta, para muitos, a solidão e as doenças.

Para encerrar esta longa conclusão, devemos sublinhar que a resignação emerge nos relatos dos entrevistados, sendo esta alimentada pela ausência de um futuro melhor. Não projetando qualquer tipo de mudança positiva nas suas vidas, em muitas das narrativas destacam-se também expressões que nos remetem para situações de depressão, falta de esperança e até para um desejo de que a sua vida termine. Deste modo fica claro que a pobreza se traduz muitas vezes em formas de cristalização da privação como modo de vida, na qual a imaginação de outros futuros esteve sempre ausente. No presente, esta resignação é especialmente viva quando esses entrevistados se confrontam com a doença crónica. No entanto, apesar de tudo o que nos disseram e sentem, muitos dos membros deste perfil desejam um futuro melhor para os seus filhos, quando comparado com o seu, ainda que outros, com um forte realismo, considerem que o país continua a ser incapaz de proporcionar aos mais jovens um outro horizonte de vida, empurrando-os para a emigração, também ela produtora de sofrimento devido à distância que separa pais e filhos.

Bibliografia

- AA.VV. (2010), *Pauvreté et misère dans l'histoire de la pensée économique, Cahiers d'économie politique*, 59, Paris: L'Harmattan.
- ABOIM, S. (2006), *Conjugalidades em mudança. Percursos e dinâmicas da vida a dois*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- AGGARWAL, A.; MONSIVAIS P.; COOK A. J. & DREWNOWSKI, A. (2011), «Does diet cost mediate the relation between socioeconomic position and diet quality?», *European Journal of Clinical Nutrition*, 2011 Sep; 65(9): 1059-1066.
- AGLIETTA, Michel (2001); «El capitalismo en el cambio de siglo. La teoría de la regulación y el desafío del cambio social», *New Left Review*, 7, pp. 16-70.
- AI/REAPN/SOCIUS/ISEG-UTL, *Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal. Algumas considerações e recomendações*, (s/d.).
- AMARAL, L. (1994), «Portugal e o passado. Política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)», *Análise Social*, 29, pp. 889-906.
- AMARO, A. R. (2008), «O modelo de Previdência Social do Estado Novo (1933-1962)», Torgal, L. R. & Paulo, H. (eds.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações. Propaganda, ideologia, historiografia e memória*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- AMARO, I. & BRANCO, F. (2010), «Perfis de pobreza na cidade de Lisboa. Notas metodológicas e principais resultados do estudo qualitativo dos utentes do serviço de acolhimento social da SCML», *Cidade solidária*, s/n, pp. 6-11.
- ATTREE, P. (2006), «The social costs of child poverty. A systematic review of the qualitative evidence», *Children & Society*, 20, pp. 54-66.
- AUGÉ, M. (1998), *Les formes de l'oubli*, Paris: Payot & Rivages.
- BAPTISTA, L. V. (2006), «Urbanização, ruralidade e suburbanidade. Conceitos e realidades», Balsa, C. (org.), *Relações sociais de espaço. Homenagem a Jean Remy*, Lisboa: Colibri/Ceos, pp. 55-66.
- BATALHA, L (2008), «Cabo-Verdianos em Portugal. "Comunidade" e identidade», Gois, P. (Ed), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s). As múltiplas faces dos cabo-verdianos em Portugal*, Lisboa: ACIDI, pp. 25-36.

- BEAUD, S. & WEBER, F. (2007), *Guia para pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*, Rio de Janeiro: Vozes.
- BELLAING, L.M. (2000), «Economie de la pauvreté et économie de la misère», *Socio-Anthropologie*, 7.
- BEN-ARIEH, A.; CASAS, F.; FRØNES, I. & KORBIN, Jill E. (2014). «Multifaceted concept of child well-being», Ben-Arieh, A.; Casas, F.; Frønes, I. & Korbin, J. E. (eds.), *Handbook of child well-being*, Springer Science+Business Media Dordrech, pp. 1-27.
- BENNETT, K. M.; SMITH, P. T. & HUGHES, G. M (2005), «Coping, depressive feelings and gender differences in late life widowhood», *Aging & Mental Health*, 9, vol. 4, pp. 348–353.
- BERTAUX, D. (2001), *Les récits de vie*, Paris: Nathan.
- BERTHELOT, J. M. (1990), *L'intelligence du social*, Paris: PUF.
- BIGGART, A. & WALTHER, A. (2006), «Coping with yo-yo-transitions. Young adults' struggle for support, between family and state in comparative perspective», Leccardi, C. & Ruspini, E. (edits.), *New youth? Young people, generations and family life*, Aldershot: Ashgate Publishing Limited, pp. 41-62.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S.K. (2003), *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*, 10.ª Edição, Porto: Porto Editora.
- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction. Critique sociale do jugement*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, P. (2008 [1993a]), «Compreender», *ibid.*, pp. 693-732.
- BOURDIEU, P. (2008 [1993b]), «Pós-escrito», *ibid.* pp. 733-736.
- BOURDIEU, P. (1986), «L'illusion biographique». *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 63(63), pp. 69-72.
- BOURDIEU, P., (dir.) (1993), *La misère du monde*, Paris: Seuil.
- BRANCO, F. (2001), *A face lunar dos direitos sociais*, São Paulo: PUC.
- BRANCO, F. (2015), *A procura da assistência social em Portugal como revelador da pobreza e vulnerabilidade social*, F. Diogo; A. Castro e P. Perista (ed.) *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus, pp. 231-249.
- BRÉBANT, B. (1984), *La pauvreté, un destin?* Paris: L'Harmattan.
- BRÉVILLE, B. (2014), «Quando os cidadãos substituem o Estado de bem-estar», *Le Monde Diplomatique*, (edição brasileira), ano 8, 89, pp. 20-22.
- BRÉVILLE, B., «Em nome do progressismo. Quando as grandes cidades entram em secessão», *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª série, 161, pp. 26-29.
- BRUTO DA COSTA, A.; BAPTISTA, I.; PERISTA, P.; CARRILHO, P. (2008), *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.

- BRYMAN, A. (2004), *Social research methods*, Oxford: Oxford University Press.
- BURGUESS, R. G. (1997), *A pesquisa de terreno: Uma introdução*, Oeiras: Celta Editora.
- CALEIRAS, J. (2015), *Para lá dos números: As consequências pessoais do desemprego*, Coimbra: Almedina.
- CAPUCHA, L. (2005), *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- CARMAN, KG & ZAMARRO, G. (2016), «Does financial literacy contribute to food security?», *Int J Food Agric Econ.*, 4, vol.1, pp. 1-19.
- CARMO, R.; CANTANTE, F. & BAPTISTA, I. (2010), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa: Mundos Sociais.
- CARNELLEY, K. B.; WORTMAN, C. B.; BOLGER, N. & BURKE, C. T. (2006), «The time course of grief reactions to spousal loss. Evidence from a national probability sample», *Journal of Personality and Social Psychology*, 91, vol. 3, pp. 476-492.
- CARREIRA, M. (1996), *As políticas sociais em Portugal*, Lisboa: Gradiva.
- CARRILHO, M. J. (1995), *População activa. Conceito e extensão através dos Censos*, Lisboa: INE.
- CASTRO, A.; CAVALHEIRO, C.; QUEDAS, M. J.; RODRIGUES, F.; GUERRA, F. & GUERRA, I. (2002a), *Os Beneficiários do RMG. Trajectórias de vida, vivências e impactes diferenciados (avaliação de impactes do RMG)*, Lisboa: IDS.
- CASTRO, A.; GUERRA, I. (Coord.); AMARO, I.; BRANCO, F.; OLIVEIRA, A. & SANTOS, M. (2010), *Os caminhos da pobreza. Perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- CASTEL, R. (1995), *Les métamorphoses de la question sociale*, Paris: Fayard.
- CASTRO, A.; CAVALHEIRO, C.; QUEDAS, M. J.; RODRIGUES, F.; GUERRA, F. & GUERRA, I. (2002a), *Os Beneficiários do RMG. Trajectórias de vida, vivências e impactes diferenciados (avaliação de impactes do RMG)*, Lisboa: IDS.
- CASTRO, A.; GUERRA, I. (Coord.); AMARO, I.; BRANCO, F.; OLIVEIRA, A. & SANTOS, M. (2010), *Os caminhos da pobreza. Perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- CAUDAU, J. (1996), *Anthropologie de la mémoire*, Paris: Presses Universitaires de France.
- CHAMPAGNE, P. (1993), «La vision médiatique», Bourdieu, P. (dir.), *La misère du monde, «Libre examen»*, Paris: Seuil, pp. 61/79.
- CLEMENTE, M. (2011), *Storie dominicane. Uno studio qualitativo della prostituzione minorile in contesti di turismo sessuale*, Roma: Nuova Cultura.
- CRÉPIN, C. (2006), «Serge Paugam. Les formes élémentaires de la pauvreté», *Recherches et prévisions. Comptes rendus de lectures*, 86, pp. 101-103.

- CROMPTON, R. (1997), «Diferença sexual e análise das classes», *Revista crítica de Ciências Sociais*, 49, pp. 23-43.
- CUTILEIRO, J. (1972), «Ricos e pobres no Alentejo. Uma análise da estrutura social», *Análise Social*, IX, vol. 34, 265-292.
- DAGDEVIREN, H. & DONOGHUE, M. (2019), «Resilience, agency and coping with hardship. Evidence from Europe during the Great Recession», *Journal of social policy*, vol.3, 48, pp. 547-567.
- DALY, M. & LEONARD, M. (2002), *Against all odds: Family life on a low income in Ireland*, Dublin: Combat Poverty Agency.
- DALY, M. & LEONARD, M. (2015), *Families and poverty. Everyday life on a low income*, Bristol: Policy Press.
- DAVIS, M. (2006), *Planeta favela*, S. Paulo: Boitempo.
- DELORY-MOMBERGER, C. (2012), «Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica», *Revista brasileira de educação* vol. 17, 51, pp. 523-536.
- DGEC (2016). *Desigualdades socioeconómicas e resultados escolares II – 2.º Ciclo do Ensino Público Geral*. DGEC: Lisboa.
- DIOGO, F. & ROQUE, R. (2002), *Vidas no feminino. Um estudo dos impactos biográficos do RMG nas famílias monoparentais femininas*, Lisboa: IDS.
- DIOGO, F. & ROQUE, R. (2005), «Le foyer, les enfants et moi. Gérer la confiance dans des quotidiens féminins de pauvreté», Balsa, C. (ed.), *Confiance et lien social*, Fribourg: Academic Press Fribourg, pp. 179-193.
- DIOGO, F. (2007), *Pobreza, trabalho, identidade*, Oeiras: Celta.
- DIOGO, F. (2010), «Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel. O caso dos beneficiários do RSI», *Fórum sociológico*, 20, pp. 29-38.
- DIOGO, F., CASTRO, A., & PERISTA, P. (Orgs.) (2015), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus.
- DIOGO, F.; PALOS, A. C. & SILVA, O. (2017), «Da escola para o mundo do trabalho. Perfis de transição para a vida ativa», Rocha, G. P. N.; Gonçalves, R. L. e Medeiros, P. D., *Juventude(s). Pensar e agir*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 253-280.
- DOMINY, N. & KEMPSON, E. (2006), *Understanding older people's experiences of poverty and material deprivation*, Research report 363, Bristol: Dept. for Work and Pensions, University of Bristol.

- DORNELAS, A. (2013), «Portugal: A construção do Estado-providência em Contexto Desfavorável» em F. C. da Silva (org.), *Os Portugueses e o Estado-providência: Uma Perspetiva Comparada*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 45-83.
- DUBAR, C. (1991), *La socialization. Constrution des identités sociales et professionnelles*, Paris: Armand Colin.
- DUBAR, C. (2000), *La crise des identités*, Paris: PUF.
- DUNCAN G. J.; BROOKS-GUNN J. & KLEBANOV, P. K. (1994), «Economic deprivation and early childhood development», *Child Development*, 65, vol. 2, pp. 296–318.
- ELDER, G. H.; JOHNSON, M. K. & CROSNOE, R. (2003), «The emergence and development of life course theory», *Handbook of the life course*, New York: Kluwer, pp. 3-19.
- ELDER, G. H., Jr. & GIELE, J. Z. (2009), «Life course studies. An evolving field», G. H., Jr. & Giele, J. Z. (eds.), *The craft of life course research*, The Guilford Press, pp. 1-24.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1999), *Social foundations of postindustrial economies*, Oxford University Press.
- ESTANQUE, E. (2000), *Entre a fábrica e a comunidade. Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*, Porto: Edições Afrontamento.
- FERNANDES, S. G. (2017), *Insegurança alimentar em idosos a viver na comunidade em Portugal*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Escola Nacional de Saúde Pública, dissertação de mestrado.
- FINCH, H. & ELAM, G. (1995), *Managing money in later life. Qualitative research among retirement pensioners*, Dept. of Social Security, Social and Community Planning Research.
- FLICK, U. (2002), *Métodos qualitativos na investigação científica*, Lisboa: Monitor.
- FONTAINE, R. (2000), *Psicologia do envelhecimento*, Climepsi Editores.
- FREITAS, J. & MICHEL, L. (2014), «A maior dor do mundo. O luto materno em uma perspectiva fenomenológica», *Psicologia em Estudo*, Maringá, 2, vol. 19, pp. 273-283.
- FURSTENBERG, F., (2008). «The intersections of social class and the transition to adulthood», Mortimer, J. T. (ed.), *Social class and transitions to adulthood. New directions for child and adolescent development*, 119, pp. 1–10.
- GAISBAUER, H.; SCHWEIGER, G. & SEDMARK, C. (2019), *Absolute poverty in Europe. Interdisciplinary perspectives on a hidden phenomenon*, Bristol: Policy Press.
- GARCIA, J.; JERÓNIMO, L.; MATEUS, H.; NORBERTO, R. & AMARO, M. I. (2000), *Estranhos. Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*, Oeiras: Celta Editora.

- GARCIA, M. & KAZEPOV, Y. (2002), «Why some people are more likely to be on social assistance than others», Saraceno, C. (ed.), *Social assistance dynamics in Europe*, Bristol: The Policy Press, pp. 127-172.
- GASKELL, G. & BAUER, M.W. (2004), «Para uma prestação de contas públicas. Além da amostra, da fidedignade e da validade», M. W. Bauer & G. Gaskell (eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*, Petrópolis: Vozes Editora.
- GASPAR, J. (1980), *Urban growth trends in Portugal*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- GAULEIAC, V. & LÉONETTI, I. T. (orgs.) (1994), *La lutte des places*, Paris/Marselha: Hommes et Perspectives e Desclée de Brouwer.
- GÓIS, P. (2008), «Introdução. Entre Janus e Hydra de Lerna: As múltiplas faces dos Cabo-Verdianos em Portugal», em Góis, P. (Ed), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As múltiplas faces dos Cabo-Verdianos em Portugal*, Lisboa: ACIDI, pp. 9-24.
- GOUVEIA, M. & RODRIGUES, C. F. (2003), *Para que servem as pensões mínimas?* ensaio apresentado na 2.ª Conferência do Banco de Portugal, Lisboa.
- GUERREIRO, M.D.; TORRES, A. & LOBO, C. (2007), «Famílias em mudança. Configurações, valores e processos de recomposição», em Guerreiro, M. D.; Torres, A. e Capucha, L. (org.), *Quotidiano e qualidade de vida. Portugal no contexto europeu*, Oeiras: Celta, pp. 7-37.
- HACKSTAFF, K. B.; KUBFERBERG & NÉGRONI, C. (2012), *Biography and turning points in Europe and America*, Bristol: Bristol University Press.
- HALL, E. T. (1986), *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio d'Água.
- HALPERN-MEEKIN; S., EDIN, K., TACH, L. & SYKES, J. (2015), *It's not like I'm poor. How working families make ends meet in a post-welfare world*, Oakland: University of California Press.
- HARPER C; MARCUS R & MOORE, K. (2003), «Enduring poverty and the conditions of childhood. Lifecourse and intergenerational poverty transmissions», *World Development*, 31, vol. 3, pp. 535–554
- HARRIS, M. (1987), *El desarrollo de la teoria antropológica. Una historia de las teorías de la cultura*, Madrid: Siglo Veintiuno de Espanha.
- HESPANHA, P. & MATOS, A. (2000), «Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego», *Sociologias*, vol.2, 4, pp. 88-109.
- HESPANHOL, R. M. (2019), «Agricultura urbana em Portugal. Práticas espontâneas e institucionalizadas», *Confins*, 43.
- IESE (2015), *Referencial de coesão social 2014*, Lisboa: Instituto de Segurança Social.

- JURAS, M. M. & COSTA, L. F. (2016), «Não foi bom pai, nem bom marido. Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda», *Psicologia. Teoria e Pesquisa*, n.º esp, vol. 32, Brasília, pp. 1-9.
- KELLERHALS, J.; PERRIN, J. F.; STEINAUER-CRESSON, G.; VONECHE, L. & WIRTH, G. (1982), *Mariages au quotidien. Inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Lausanne: Éd. Favre.
- LISTER, R. (2004), *Poverty*, Cambridge: Polity Press.
- LOPES, A. (2008), *Rendimento e privação entre os idosos portugueses. Uma análise dos dados do painel dos agregados da comunidade europeia*, Porto: FL/UP.
- LOPES, A. (2015), «Pobres que envelhecem ou velhos que empobrecem? Alguns apontamentos sobre o tema da pobreza na população idosa», Diogo, F.; Castro, A. & Perista, P., *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus.
- LÖTTER, H. (2011), *Poverty, ethics and justice*, Cardiff: University of Wales Press.
- LOURENÇO, T. (2018), *Sentimentos de solidão e depressão em idosos institucionalizados*, Escola Superior de Educação de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Tese de mestrado.
- LUCENA, M. D. (1999), «Previdência social», Barreto, A. & Mónica M. F. (eds.), *Dicionário de história de Portugal*, vol. XIX, Porto: Figueirinhas, pp. 152-167.
- MACDONALD, R.; SHILDRICK, T.; WEBSTER, C. & SIMPSON, D. (2005), «Growing up in poor neighbourhoods. The significance of class and place in the extended transitions of “socially excluded” young adults», *Sociology*, 39, vol. 5, pp. 873-891.
- MACHIN, S., (2006). «Social disadvantage and education experiences», *OECD social, employment and migration working papers*, 32, DELSA/ELSA/WD/SEM(2006)1.
- MAIA, F. (1985), *Segurança Social em Portugal*, Lisboa: IED.
- MARTIN, C. (1997), «Social Welfare and the family in Southern Europe», Rhodes, M. (Ed.), *Southern European Welfare states. Between crisis and reform*, Londres: Frank Cass, pp. 23-41.
- MARTINELLI, B. (2000), *Entre systématique et empathie. Réflexion sur la démarche ethnologique*, Aix-en-Provence: Université de Provence.
- MAUSS, M. (1988 [1925]), *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa: Edições 70.
- MIDDLETON, S.; ASHWORTH, K. & WALKER, R. (1994), *Family fortunes. Pressures on parents and children in the 1990s*, Londres: Child Poverty Action Group.

- MONTEIRO, R. (2010), «Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo», Ferreira, V. (org.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 31-56.
- MORSE, J.M. & NIEHAUS, L. (2009), *Mixed method design. Principles and procedures*, California, Lerf Coast Press.
- MORTIMOR, J. T. & SHANAHAN, M. J. (eds.). (2003), *Handbook of the life course*, New York: Kluwer Academic Publishers.
- PAIS, J. M. (2001), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Porto: Âmbar.
- PAUGAM, S. (1991), *La desqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris: PUF.
- PAUGAM, S. (2014), *L'intégration inégale. Force, fragilité et rupture des liens sociaux* (dir.), coll. «Le Lien Social», Paris, PUF.
- PAUGAM, S. (2008), *Las formas elementares de pobreza*, Conférence FOESSA, http://ibdigital.uib.es/greenstone/collect/portal_social/import/caritas/caritas0006.pdf, Madrid.
- PEREIRINHA, J. & CAROLO, D. F. (2006), *Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado Novo (1935-1974). Notas sobre a evolução da despesa social*, Lisboa: CISEP/ISEG.
- POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S. & RAYBANT P. (1995), *Histórias de vida. Teoria e prática*, Lisboa: Celta, 1995.
- POLANYI, K. (1971b [1957]), «Our obsolete market mentality», Dalton, G. (ed.), *Primitive, archaic and modern economies. Essays of Karl Polanyi*, New York: Beacon Press.
- POLANYI, K. (1971b [1957]), «The economy as instituted process», Dalton, G. (ed.), *Primitive, archaic and modern economies. Essays of Karl Polanyi*, New York: Beacon Press.
- PORTELA, J. (2008), «Urge pensar a pobreza portuguesa, a partir do chão e muito para lá dos pobres», Monteiro, A.M. & Ribeiro F. B. (orgs.), em *Redes sociais. Experiências, políticas e perspectivas*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 109-136.
- PORTES, A. & HALLER, W. (2005). «The informal economy», N. J. Smelser & R. Swedberg (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*, 2 ed., Oxford: Princeton University Press, pp. 403-425.
- REMY, J. & VOYÉ, L. (1974), *La ville et l'urbanisation*, Bruxelas: Duculot.
- RHODES, M. (1997), «Southern European Welfare States. Identity, problems and prospects for reform», Rhodes, M. (ed.), *Southern European Welfare States. Between crisis and reform*, Londres: Frank Cass, pp. 1-22.

- RIBEIRO, F. B. (2008), «Das políticas que se fazem à acção esclarecida», Monteiro, A. A. & Ribeiro, F. B., *Redes sociais. Experiências, políticas e perspectivas*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 161-170.
- RIBEIRO, F. B. (2010), *Entre martelos e lâminas. Dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*, Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, F. B. (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- RIBEIRO, F. B., PORTELA, J. & GERRY, C. (2009), «A terra dos heróis. Espaço urbano e vida comercial em Manjacaze (Moçambique)», *Análise Social*, 193, vol. XLIV (4.º), pp. 825-847.
- RIBEIRO, F. B. & SILVA, M. C. (2019), «Perseguir ou reconhecer? Abolicionismo, autodeterminação e reconhecimento de direitos para o trabalho sexual», *Gazeta de Antropologia*, 35 (1), pp.1-16.
- RIBEIRO, M. (2002), «E como é que, realmente, se chega às pessoas? Considerações introdutórias sobre as notas e o trabalho de campo como processo social», T. H. Caria (org.), *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, pp. 99-114.
- RIBEIRO, M.; SILVA, M. C.; SCHOUTEN, J., RIBEIRO, F. B., & SACRAMENTO, O. (2007), *Vidas na raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto: Afrontamento.
- RIDGE, T. (2011), «The everyday costs of poverty in childhood. A review of qualitative research exploring the lives and experiences of low-income children in the UK», *Children & Society*, vol. 25, pp. 73–84.
- RIDGE, T. (2002), *Childhood and social exclusion. From a child's perspective*, Bristol: Polity Press.
- RODRIGUES, C. F.; FIGUEIRAS, R. & JUNQUEIRA, V. (2016), *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal. As consequências sociais do programa de ajustamento*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- RODRIGUES, E. V. (2010), «O Estado e as políticas sociais em Portugal. Discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção», *Sociologia*, n.º 20, pp. 191-230.
- RODRIGUES, F. (1999), *Assistência social e políticas sociais em Portugal*, Lisboa: ISSSL/CHIPTS.
- RODRIGUES, F. & STOER, S. (1998), «Entre parceria e partenariado. Amigos, amigos, negócios à parte», Oeiras: Celta.
- ROKER D. (1998), *Worth more than this. Young people growing up in family poverty*, Londres: The Children's Society.

- ROLLO, M.F. (2007), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- ROSAS, F. (1994), «Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40). Uma industrialização sem reforma agrária», *Análise social*, XXIX vol. 128, pp. 871-887.
- ROSAS, F. (2001), «O salazarismo e o homem novo. Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, XXXV, vol. 157, pp. 1031-1054.
- SANTOS, B. S. (1993), «O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia. O caso português», Santos, B. S. (dir.). *Portugal. Um retrato singular*, Porto: Afrontamento, pp. 17-56.
- SANTOS, M. C. (1965), «Estrutura e evolução da população activa em Portugal», *Análise Social*, III, vol. 12, pp. 441-474.
- SARMENTO, M. J. (2015), «O trabalho das crianças é na escola. Debates e controvérsias sobre trabalho infantil e a educação como trabalho», Arroyo, M. G.; Viella, M. A. & Silva, M. R. (Orgs.), *Trabalho infância: Exercícios tensos de ser criança. Haverá espaço na agenda pedagógica?* Petrópolis: Vozes, pp. 55-82.
- Scottish Government (2017), *Child poverty in Scotland. What we know and what the public's views are*, Edinburgh.
- SEN, A. (1999), *Development as freedom*, New York: Anchor Books.
- SERRACANT, P. (2011), «Changing youth? Continuities and ruptures in transitions into adulthood among catalan young people», *Journal of Youth Studies*, 15, vol.2, pp. 161–176.
- SILVA, F. C. (2013), «O modelo português de Estado-providência. Análise e perspectiva», Silva, F. C. (org.), *Os portugueses e o Estado-providência. Uma perspectiva comparada*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-42.
- SILVA, M. (1982), «Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-1974)», em *Análise Social*, vol. XVIII, pp. 1077-1086.
- SILVA, M. C. & VAN TOOR, M. (1988), «Camponeses e patronos. O caso de uma aldeia minhota», *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, pp. 51-80.
- SILVA, M. C. (1998), *Resistir e adaptar-se. Estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, M. C. (1999), «Sociedade-providência em meio rural. Virtualidades e limites», Lucas Marin, A. & Ruiz, P. G. (orgs.), *La participación en un mundo en crisis*, Madrid: Subcomité Iberoamericano do Comité de Investigação 10 da Associação Internacional de Sociologia, pp. 155-179.

- SILVA, M. C. (2006), «Entre o infra-estatal e o supra-estatal. O Estado-nação e a democracia em perda», em Silva, M. C. (org.), *Nação e Estado. Entre o global e o local*, Porto: Afrontamento, pp. 125-149.
- SILVA, M. C. (2008), Prefácio à edição portuguesa, em Esping-Anderson (com Palier, B.), *Três lições sobre o Estado-providência*, Porto: Campo da Comunicação, pp. 11-24.
- SILVA, M. C. (2009), *Classes sociais. Condição objectiva, identidade e acção colectiva*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- SILVA, M. C.; RIBEIRO, F. B.; CARDOSO, A. & FELIZES, J. (2017), «O espaço urbano e o problema da habitação. Uma primeira aproximação às ilhas e bairros sociais no Porto e em Braga», Rodrigues, F. M.; Silva, M.C.; Fontes, A.C.; Mourão S. & Baptista, L. (orgs.), *Por uma estratégia de cidade sustentável. Expansão urbana planeada, quadro legal e financiamento autárquico*, Porto: Afrontamento, pp. 169-183.
- SILVA, P. A. (2002) «O modelo de Welfare da Europa do Sul. Reflexões sobre a utilidade do conceito», *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol. 38, pp. 25-59.
- SILVA, T. M. & MONTE, M. (2014), «Hortas urbanas em Lisboa. Da importância histórica ao processo de formalização actual», *Congresso Anual da Comissão Internacional para a História das Cidades*, Lisboa: Centro Estudos História Contemporânea Portuguesa.
- SIMMEL, G. (1998 [1907]), *Les pauvres*, Paris: PUF.
- SINGER, P. (2010), *A Erradicação Da miséria. Uma abordagem inicial*, <https://pt.scribd.com/document/273088577/A-Eradicacao-Da-Miseria-Uma-Abordagem-Inicial?>
- SOBRAL, J. M. & ALMEIDA, P. T. (1982), «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901», *Análise Social*, XVIII vols. 72-74, pp. 649-671.
- SOUZA, L., & MATOS, A. (2006), «O apoio das instituições de protecção social às famílias multiproblemáticas», *PSI – Rev. Psicol. Soc. Instit.*, Londrina, vol. 3, 1, pp. 1-23.
- SPOSATI, A. & RODRIGUES, F. (1995), «Sociedade-Providência. Uma estratégia de regulação social consentida», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, pp. 77-104.
- SUPIOT, A. (2014), «Nem assistencialismo nem caridade. Solidariedade – fundamento da cidadania social», *Le Monde Diplomatique* (edição brasileira), ano 8, 89, pp. 18-19.
- TASHAKKORY, A. & TEDDLIE, C. (2003), *Handbook of mixed methods in social and behavioral research*, Thousand Oaks: Sage Publications.
- TASHARKORY, A., & TEDDLIE, C. (2003), *Mixed methods in social & behavioral research*, California: Sage Publications.

- TEIXEIRA, M. C. (1993), «A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes», *Análise Social*, XXVIII vol. 121, pp. 371-390.
- UNICEF (2017). *Narrowing the Gaps: The power of investing in the poorest children*. New York: Unicef.
- VALA, J. (1999), «A Análise de conteúdo», Silva, A. & Pinto, J. (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, pp. 129-148.
- VALA, J. (2000), «Mudanças nos valores associados ao trabalho e satisfação com o trabalho», Cabral M. V.; Vala, J. & Freire, J., *Trabalho e cidadania*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais [ICS].
- VANDECASTEELE, L. (2010) «Poverty trajectories after risky life course events in different European Welfare regimes», *European Societies*, 12, vol. 2, pp. 257-278.
- VASCONCELOS, P. (2002), «Redes de apoio familiar e desigualdade social. Estratégias de classe», *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 507-544.
- WALKER, R., «Measuring Absolute Poverty: Shame Is All You Need», em H. Gaisbauer; G. Schweiger, & C. Sendmark, (eds.), *Absolute Poverty in Europe: Interdisciplinary Perspectives on a Hidden Phenomenon*, Bristol, Policy Press, 2019.
- WALKER, R.; KYOMUHENDO, G. B.; CHASE, E.; CHOUDHRY, S.; GUBRIUM, E. K.; NICOLA, J. Y. & MING, Y. (2013), «Poverty in global perspective. Is shame a common denominator?», *Journal of Social Policy*, vol. 2, 42, pp. 215-233.
- WALL, K. (1998), *Famílias no campo. Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- WALL, K. (2007), «Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa», Wall, K. & Amâncio, L. (orgs.), *Família e género em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 211-257.
- ZONABEND, F. (1989), *La prequ'île au nucléaire*, Paris: Odile Jacob.

Anexos

A. Tabela dos perfis

		N.º Cluster				Total
		C1 (27.5 %)	C2 (26.6 %)	C3 (13.0 %)	C4 (32.9 %)	
Sexo	Masculino	37.0 %	46.9 %	49.0 %	48.2 %	44.9 %
	Feminino	63.0 %	53.1 %	51.0 %	51.8 %	55.1 %
Idade 4 Categorias	18-24	0.00 %	29.6 %	17.7 %	5.5 %	12.0 %
	25-44	0.2 %	33.0 %	30.4 %	40.7 %	26.2 %
	45-64	14.6 %	36.5 %	50.3 %	52.3 %	37.5 %
	65+	85.2 %	0.9 %	1.6 %	1.5 %	24.4 %
Estado Civil	Solteiro(a)	11.0 %	61.0 %	49.3 %	23.4 %	33.4 %
	Casado(a)	52.6 %	23.4 %	21.0 %	70.8 %	46.7 %
	Viúvo(a)	29.8 %	1.2 %	7.0 %	0.8 %	9.7 %
	Divorciado(a)	6.6 %	14.4 %	22.7 %	5.0 %	10.2 %
Educação	Básico	98.6 %	66.4 %	79.5 %	74.2 %	79.5 %
	Secundário	1.1 %	26.9 %	14.4 %	20.0 %	15.9 %
	Superior	0.3 %	6.6 %	6.1 %	5.8 %	4.5 %
N_Adultos	1_ad	34.5 %	13.9 %	33.5 %	0.9 %	17.9 %
	2_ad	50.1 %	33.2 %	40.8 %	49.2 %	44.1 %
	3+_ad	15.4 %	52.8 %	25.6 %	49.8 %	38.0 %

N_Crianças	0_cr	95.8 %	56.9 %	57.7 %	42.8 %	63.1 %
	1_cr	2.1 %	25.4 %	18.2 %	29.8 %	19.5 %
	2_cr	1.8 %	13.2 %	14.3 %	19.4 %	12.2 %
	3+_cr	0.2 %	4.5 %	9.8 %	8.0 %	5.2 %
Composição Familiar do Agregado	1_ad	34.3 %	8.6 %	26.8 %	0.6 %	15.4 %
	2_ad_s_crian_dep_amb_65-	3.2 %	15.2 %	17.4 %	16.5 %	12.6 %
	2_ad_s_crian_dep_1+ad_65+	46.2 %	3.6 %	0.9 %	1.9 %	14.4 %
	Out_agr_s_crian_dep	11.4 %	18.9 %	6.5 %	14.4 %	13.8 %
	Um adulto com uma ou mais crianças dependentes	0.1 %	9.5 %	15.5 %	0.6 %	4.8 %
	Dois adultos com uma criança dependente	1.5 %	10.4 %	7.4 %	18.7 %	10.3 %
	Dois adultos com duas crianças dependentes		12.7 %	9.2 %	20.7 %	11.4 %
	Dois adultos com três ou mais crianças dependentes	0.1 %	4.3 %	4.5 %	6.7 %	4.0 %
	Outros agregados com uma ou mais crianças dependentes	3.2 %	16.8 %	11.8 %	19.8 %	13.4 %
Indivíduo com Doença Crônica do ADP	Não	15.7 %	34.6 %	32.4 %	34.4 %	29.1 %
	Sim	84.3 %	65.4 %	67.6 %	65.6 %	70.9 %
Grau de Urbanização	Urbano	57.4 %	68.3 %	71.4 %	67.1 %	65.3 %
	Rural	42.6 %	31.7 %	28.6 %	32.9 %	34.7 %
Principal Fonte de Rendimento do ADP	Rend_Trab	1.5 %	54.5 %	4.8 %	94.3 %	46.6 %
	Pensões	97.5 %	27.7 %	18.8 %	4.2 %	38.0 %

	Out_Tr_Sociais	0.6 %	13.3 %	67.8 %		12.5 %	
	Out_Tip_Rend	0.4 %	4.5 %	8.6 %	1.5 %	2.9 %	
Profissão	F_Armadas		0.6 %		0.1 %	0.2 %	
	Dirig_Direct	4.0 %	3.7 %	2.3 %	6.6 %	4.7 %	
	Espec_at_int_cientif	0.4 %	3.6 %	4.0 %	3.4 %	2.6 %	
	Tec_p_n_inter	3.1 %	3.2 %	3.4 %	5.0 %	3.9 %	
	Pess_adm	1.6 %	5.5 %	4.5 %	6.1 %	4.4 %	
	Trab_ser_pess	11.4 %	21.8 %	15.9 %	22.3 %	18.2 %	
	Agr_trab_qual_APF	13.8 %	6.7 %	4.2 %	6.0 %	8.2 %	
	Trab_qual_ICA	13.7 %	14.8 %	20.1 %	17.4 %	16.0 %	
	Oper_Inst_MTM	16.5 %	13.6 %	14.2 %	12.3 %	14.1 %	
	Trab_n_qual	35.4 %	26.5 %	31.4 %	20.8 %	27.7 %	
	Nacionalidade do Indivíduo de Referência	European Union		0.1 %		0.2 %	0.1 %
		Local / PT	99.6 %	97.7 %	98.1 %	96.5 %	97.8 %
Others		0.4 %	2.2 %	1.9 %	3.3 %	2.0 %	
Condição perante Trabalho	Empregados	3.2 %	29.0 %	4.2 %	76.8 %	34.4 %	
	Desempregados	0.9 %	33.2 %	61.1 %	9.0 %	20.0 %	
	Estudantes	0 %	19.4 %	8.8 %	0 %	6.3 %	
	Reformados	78.5 %	0.6 %	3.7 %	1.8 %	22.8 %	
	Domésticos	15.0 %	10.4 %	8.5 %	11.0 %	11.6 %	

	Out. inativos	2.3 %	7.4 %	13.7 %	1.4 %	4.8 %
Intensidade Laboral per Capita Muito Reduzida (LWI)	Não está em intensidade laboral per capita muito reduzida	1.6 %	62.9 %	3.3 %	92.8 %	48.1 %
	Está em intensidade laboral per capita muito reduzida	1.2 %	6.6 %	83.6 %		13.0 %
	Não se aplica	97.2 %	30.5 %	13.1 %	7.2 %	38.9 %

(Legenda: C1: Reformados; C2: Precários; C3: Desempregados; C4: Trabalhadores)

B. Distribuição dos perfis por quotas

Perfil		Características		Observações
Cluster	Sub-perfil	Individuais	Agregado	
1 – Reformados	1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	2 adultos com 65 ou mais anos e sem crianças dependentes; pensões como a principal fonte de rendimento	
	2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
	3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	2 adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; pensões como a principal fonte de rendimento	
	4	Homens ou mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casado(a)s, em união de facto ou viúvos, reformados ou doméstico(a)s ⁴⁹	Sem crianças dependentes; Pensões como a principal fonte de rendimento	Em agregados com a) um único adulto sem crianças dependentes ou b) com dois adultos sem crianças dependentes e com pelo menos um adulto com 65 ou mais anos
	5	Homens ou mulheres, solteiros ou divorciados, com 65 ou mais anos, reformados	Isolados; Pensões como a principal fonte de rendimento	
2 - Indivíduo em idade ativa, dependentes ou trabalhadores	1	Estudantes com idades entre 18 e 24 anos, solteiros, a viverem em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como a principal fonte de rendimento	

⁴⁹ A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência.

, em agregados sem baixa intensidade de trabalho	2	Homens ou mulheres, desempregados, com idades entre 18 e 44 anos, solteiros	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como a principal fonte de rendimento; a viver em casa dos pais	
	3	Mulheres com idades entre 25 e 64 anos, solteiras, casadas ou em união de facto, ou divorciadas, domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou pensões como fonte principal de rendimento; No caso dos agregados sem crianças, integram predominantemente e agregados com dois adultos, ambos com menos de 65 anos; no caso dos agregados com crianças dependentes integram dois ou mais adultos	Inclui agregados sem crianças (59,3 %) e agregados com crianças (40,7 %). No primeiro caso, distinguem-se do 1.4 por predominarem os casos de dois adultos, sem crianças dependentes, ambos com menos de 65 anos
	4	Homens ou mulheres com idades entre 25 e 64 anos, casados, em união de facto (com mais frequência), solteiros ou divorciados (apenas um caso), desempregados	Sem crianças dependentes; trabalho como a principal fonte de rendimento; não vivem com os pais, vivem com cônjuge ou outro	
	5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Agregados de um adulto com ou sem crianças; Trabalho como principal fonte de rendimento	

3 – Desempregados e outros inativos mais velhos	1	Mulheres com idades entre 45 e 64 anos, casadas ou em união de facto, divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais	Predominam os agregados sem crianças dependentes (3/4 deste subperfil)
	2	Homens com idades entre 45 e 64 anos, casados ou em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais	Predominam os agregados sem crianças dependentes (3/4 deste subperfil)
	3	Mulheres, entre 18 e 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com uma ou mais crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	Predominam os agregados com crianças dependentes (mais de 3/4 deste subperfil)
	4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com e sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	Cerca de metade dos agregados com crianças dependentes
	5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Sem crianças dependentes com um ou dois adultos; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	
4 – Trabalhadores	1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

	3	Mulheres, com idade entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	5	Homens ou mulheres, com idades entre 18 e 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

C. Distribuição territorial das quotas (primeira aproximação)

Grandes Dicotomias	Concelho	Entradas	Perfil	Características	
				Individuais	Agregado
Norte Litoral Urbano	Guimarães <i>Industrialização difusa e desemprego</i>	10	P1.4	Mulheres com idades entre 45 e 64 anos, casadas ou em união de facto, domésticas ⁵⁰	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre 18 e 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com e sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (um caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento; Não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro
			P2.5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciadas, empregados	Agregados de um adulto, com ou sem crianças dependentes, Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos

⁵⁰ A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência

			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Porto <i>Urbano consolidado e marginalização o urbana</i>	15	P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.4	Homens ou mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto ou viúvos, reformados ou doméstico(a)s	Sem crianças dependentes; a maior parte (90 %) a viverem sós ou em agregados 2 adultos (com 65 ou mais anos); Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.5	Homens ou mulheres, solteiros ou divorciados, com 65 ou mais anos, reformados	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.2	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, desempregados, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como

			divorciados, empregados	principal fonte de rendimento
		P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
		P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregados com (3/4 dos casos) ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
		P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes (50%/50%); outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
		P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Castelo de Paiva <i>Transição, desemprego e envelhecimento</i>	5	P1.4	Homens com idade entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto ou viúvos, reformados (ou domésticos) ⁵¹	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.4	Homens, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Sem crianças dependentes, com um ou dois adultos; Pensões ou outras transferências sociais como principais fontes de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
					P4.5
Norte Interior Rural	Vila Nova de Paiva <i>Rurais médios e envelhecimento agudo</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças

⁵¹ A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência

				dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
			P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas ou em união de facto, ou divorciadas; domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou as pensões como principais fontes de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (+ frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P2.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.4	Homens, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com	Agregados de um ou dois adultos, sem crianças dependentes;

				invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Pensões e outras transferências sociais como principais fontes de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes
Sernancelhe <i>Rural deprimido e envelhecimento agudo</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Agregados de dois adultos com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.4	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, ou viúvos, reformados (ou domésticos)	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.5	Homens com 65 ou mais anos, solteiros ou divorciados, reformados	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
		P2.4	Homens ou mulheres, com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não	

				(mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Agregados com um ou dois adultos, sem crianças dependentes; Pensões ou outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos
Sul Litoral Urbano	Lisboa	15	P1.2	Mulheres com 65 anos ou mais, viúvas, reformadas.	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.4	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, viúvas ou em união de facto, domésticas ou reformadas	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.5	Mulheres com 65 ou mais anos, solteiras ou divorciadas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos
			P2.2	Desempregados com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes;

				Trabalho como principal fonte de rendimentos	
			P2.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Isolados ou outros agregados com (3/4) ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Agregados com um ou dois adultos sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idade entre 18 e 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Com e sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Amadora <i>Urbano consolidado marginalização e desemprego</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
P1.3			Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
P2.2			Desempregados com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
P2.5			Pessoas, homens ou mulheres, c/ idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Isolados, com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

			P3.3	Mulheres entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com (3/4) ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Com um ou dois adultos, sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Mafra				
	<i>Com forte atividade e marginalização o moderada</i>	5	P2.1	Estudantes com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.2	Desempregados, com idades entre os 18 e os 44 anos,	Com ou sem crianças dependentes;

				solteiros, a viver em casa dos pais	Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Sul Interior Rural	Aljustrel ou Ferreira do Alentejo ou Redondo ou Vidigueira	8	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.2	Desempregados, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.3	Mulheres c/ idade entre 25 e 64 anos, casadas ou em união de facto, solteiras ou divorciadas, domésticas (a	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou pensões como principais fontes
	<i>Agrícola envelhecido e marginalizaçã o rural</i>				

				cumprir tarefas domésticas ou de assistências)	de (não são agregados de 65 ou mais anos)
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregados com uma ou mais crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Alvito <i>Rural deprimido e marginalização o rural</i>	7	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
P1.2			Mulheres com 65 anos ou mais, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
P1.3			Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
P1.5			Mulheres com 65 ou mais anos, solteiras ou divorciadas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
P3.1			Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou	Sobretudo sem crianças dependentes; Outras	

				divorciadas, desempregadas	transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Ilhas	Ponta Delgada	5	P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com crianças dependentes; Trabalho ou Pensões como principal fonte de rendimento (Agregados com menos de 65 anos)
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com [3/4] ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento

			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Vila Franca do Campo	5		P1.5	Homens ou mulheres, com 65 ou mais anos, solteiros ou divorciados, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

D. Credencial de identificação

CREDECIAL DE ENTREVISTADOR

Declara-se, para os devidos efeitos, que **XXXXXXX** é entrevistadora no âmbito do Projeto *Trajeto e quotidianos de pobreza em Portugal*, estando credenciada para entrevistar pessoas que, de forma voluntária e informada, aceitem participar neste projeto de investigação.

Esclarece-se ainda que a pesquisa é promovida pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc), integrando dez investigadores de sete universidades do país, sendo financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, visando aprofundar conhecimento sobre a caracterização da população pobre em Portugal.

Na sua componente intensiva, o projeto prevê a realização de entrevistas semi-estruturadas com vista a conhecer as trajetórias e formas de viver e enfrentar a situação de pobreza. Estas entrevistas serão conduzidas nos seguintes concelhos: Aljustrel; Alvito; Amadora; Castelo de Paiva; Guimarães; Lisboa; Mafra; Ponta Delgada; Porto; Sernancelhe; Vila Nova de Paiva; Vila Franca do Campo.

O trabalho de campo decorrerá de Março a Junho de 2019.

Esclarecemos também que este projeto norteia-se segundo os critérios éticos inerentes a este tipo de investigação, nomeadamente o consentimento informado e a garantia da confidencialidade e do anonimato. O Guião de entrevista foi aprovado pela comissão de ética da Universidade dos Açores.

Desde já agradecendo a disponibilidade em participar nesta pesquisa,

Cordialmente,

Ponta Delgada e Universidade dos Açores, 27 de Março de 2019

O Investigador Responsável

Professor Doutor Fernando Diogo

E. Consentimento informado

Consentimento de participação em projeto

Foi selecionado para realizar uma entrevista sobre trajetórias de vida e quotidianos num projeto de investigação realizado por um conjunto de universidades portuguesas, financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Agradecemos a sua participação e as suas respostas à nossa entrevista.

Gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre diversos assuntos importantes na sua vida de forma a que possamos usá-la para compreender melhor como é que os portugueses com mais dificuldades económicas vivem. Não existem respostas certas ou erradas às questões que iremos colocar. A sua participação é muito importante e comprometemo-nos a fazer chegar as conclusões do estudo a um público muito alargado onde se incluem os principais responsáveis do país.

Aceito participar neste projeto e compreendo que:

A minha participação é voluntária;

A minha participação se traduz em responder a uma entrevista;

A entrevista serve para efeitos de investigação e tem uma duração aproximada de uma _____ hora, embora possa, em função das minhas respostas, ter duração maior ou menor;

Posso terminar a entrevista a qualquer momento, se assim o entender;

A informação recolhida será utilizada apenas para investigação, e poderá ser utilizada para efeitos de congressos, publicação de artigos científicos, etc...

O meu nome será sempre confidencial em qualquer produto que surja da investigação;

Posso deixar de participar no projeto a qualquer momento. Se quiser retirar a minha entrevista devo ligar para o 296 650 065 e solicitá-lo ao secretário(a) do CICS.NOVA.UAc ou, preferencialmente, mandar um email nesse sentido para fernando.ja.diogo@uac.pt.

Li e aceito participar

_____ (local), aos _____, de 20__

F. Guião de entrevista

Nota para os entrevistadores

Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal Guião de Entrevista

Procurando responder à pergunta de partida da pesquisa – «Quem são e como vivem os pobres em Portugal?» –, esta entrevista é pensada como uma ENTREVISTA DE ORIENTAÇÃO BIOGRÁFICA pelo que se organiza em termos cronológicos, a partir do qual se procurará identificar um evento estruturador da situação de pobreza (por exemplo, requerimento do RSI/RMG desemprego, doença grave, acidente de trabalho...).

Pressupõe-se que esse evento estruturador pode ajudar a orientar a entrevista para um **registo narrativo**, não apenas nas suas dimensões biográficas (as trajetórias e os quotidianos), mas também nas suas dimensões mais subjetivas (perceções e reflexões).

Entende-se também que a **situação atual no mundo do trabalho** é o eixo estruturador que melhor pode ajudar a explorar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos.

Sublinha-se que, tratando-se de uma entrevista de orientação biográfica e natureza semiestruturada, esta pode fluir de uma forma que não siga obrigatoriamente a ordem dos blocos temáticos, sendo, no entanto, desejável que uma vez que seja oportuno abordar um desses tópicos, pelo desenrolar da entrevista, este seja preferencialmente explorado nas suas diferentes dimensões, evitando saltar excessivamente entre assuntos.

Parte importante do trabalho de preparação da entrevista implica, assim, adaptar a entrevista ao perfil da pessoa a entrevistar, procurando ter em mente todos os tópicos considerados no guião mas que este seja usado para que aquela decorra não tanto na forma de coleção de dados biográficos, mas antes de narrativa em torno da trajetória e experiência de pobreza.

1. Enquadramento familiar na infância

Esta secção pretende explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Será importante perceber que visão constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?

O importante é deixar falar e perceber que imagem subjetiva têm desses tempos e identificar os principais episódios e os respetivos protagonistas, mesmo que estes não sejam da família.

1. Pedia-lhe que me falasse um pouco das suas recordações de infância. No geral, considera que teve uma infância boa ou má?
2. Que recordações positivas e negativas guarda desse período? (Exemplos de contextos: em casa, na escola, no grupo de amigos, na comunidade...)
3. 3. Lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio, de alguma instituição social, religiosa ou comunitária? Que tipo de apoios eram esses? Ajudavam a resolver algumas situações difíceis que possam ter existido?
4. Recorda-se de existirem situações graves que tenham afetado membros da sua família durante a sua infância (perdas significativas, problemas de saúde, problemas com a justiça...)? De que forma afetaram a sua família?

2. Relação com o sistema educativo

2.1. Relação com a escola

Nesta secção, procura-se explorar como foi – ou é, no caso de estudantes – construída a relação com a escola, enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade». Será fundamental explorar se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigma e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares. Explorar as razões dessas imagens da vivência escolar.

Explorar, também, os fatores de permanência ou de recusa da escola, se isso mudou com a idade e porquê.

Podíamos agora falar um pouco sobre a sua relação com a escola. Fale-me um pouco acerca do período em que andou na escola em criança/jovem. (adaptar perguntas para o caso dos estudantes)

1. Até que ano andou na escola? E até que idade? Alguma vez reprovou de ano? Quantas vezes? Porque acha que isso aconteceu?
2. Do que é que gostava mais e gostava menos na escola? Como era a sua relação com os professores?
3. Porque deixou/abandonou a escola? (está a pensar abandonar a escola? porquê?)

2.2. A escola e o futuro

Interessa aqui explorar de que forma e até que ponto a escola é encarada como uma plataforma de distribuição e democratização de oportunidades. Por outro lado, perceber se a pessoa entrevistada sente que foi condicionada no seu projeto de vida por um eventual *drop-out* e o que é que o motivou.

1. Gostaria de (continuar) ter continuado a estudar? Porquê?
2. Acha que a sua vida (será) seria melhor se (continuar) tivesse continuado a estudar? Porque tem essa opinião? (termos laborais, sociais, etc.)
3. Mais tarde voltou a estudar ou fez formação profissional? Fale-me desse período.

3. Transições para a vida adulta

Transição Escola-Trabalho (se aplicável).

Esta secção cruza-se com a anterior e será expectável que muitas das perguntas sejam respondidas numa sequência narrativa despoletada pelas perguntas sobre a saída da escola. Aqui interessa perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de efeito-causa entre estas variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente, permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorar também que inatividade foi esta: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?

Fale-me um pouco da fase da sua vida depois de sair da escola (se aplicável).

1. Começou logo a trabalhar? Que idade tinha? Tinha algum contrato? Como é que conseguiu esse primeiro emprego? O que é que fazia? Durante quanto tempo esteve nesse primeiro emprego?

3.2. Saída de casa dos pais (se aplicável)

Explorar as condições de construção da autonomia e de ameaças a essa autonomia.

E sobre a fase da sua vida em que deixou de morar com os seus pais... (no caso de já ter saído da casa dos pais.)

1. Que idade tinha? Com quem foi viver? Como se sustentava?
2. Depois de ter saído da casa dos seus pais teve de regressar alguma vez? Porquê? Já tinha companheiro (a) nessa altura?

3.3. Primeira experiência conjugal e parental (se aplicável)

Fale-me agora da época da sua vida em que casou/se juntou com um/a companheiro (a) (pela primeira vez)?

1. Já tinha saído da escola? Já estava a trabalhar? Que idade tinha?
2. Teve filhos? O seu primeiro filho ou filha nasceu em que momento da sua vida?
3. Continua a viver com o seu/sua companheiro(a)?
4. Em que é que essa separação alterou a sua vida? (se aplicável)

4. Relação com o mundo do trabalho

Trajectoria Profissional/Laboral

Nesta secção pretende-se explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais, se se sente recompensada, realizada, se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc.

Importa começar por referir a condição em relação ao mundo laboral em que se encontra atualmente quem está a ser entrevistado, convidando-o a falar dela, **tendo em mente o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos (evento estruturador)**. Procurar desenvolver a entrevista a partir desse evento.

Começemos, então, a entrevista pela sua situação atual em relação ao trabalho.

Pelo que percebi neste momento está **empregado/desempregado/reformado/a estudar/ não está a trabalhar**. É assim? (explorar situação laboral; explorar restantes eixos a partir de evento estruturador).

- 1) O que faz e como conseguiu o emprego atual (ou o último que teve), pode contar-nos a história? E que tipo de contrato tem (teve)? **[se nunca teve um emprego passar para a questão 6]**
- 2) O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)? E o que gosta (gostava) menos? Se pudesse mudar, o que é que mudava? Em geral, está satisfeito com o seu trabalho (esteve satisfeito com o último que teve)?
- 3) Mais ou menos quantos trabalhos/empregos diferentes já teve na sua vida? E que tipos de contrato teve?
- 4) Está ou esteve alguma vez desempregado/a? Por que motivo está/esteve desempregado/a? Por quanto tempo é que está/esteve desempregado/a? Lembra-se especialmente de alguma vez em que esteve desempregado/a? E como lidou com essa situação?
- 5) Qual é que foi o emprego que mais gostou? Porquê?
- 6) Acha que tem dificuldades em arranjar emprego? Porque motivos?
- 7) Se nunca trabalhou por que é que isso aconteceu?
- 8) Se está reformado, quando se reformou e porque motivo (atingiu a idade de reforma, por questões de saúde / incapacidade para o trabalho, outra situação...)?

5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada

Explorar a visão geral sobre a sua vida e a avaliação que faz sobre o percurso, os pontos de destaque e os momentos-crítico.

1. Qual é a sua principal fonte de rendimento (trabalho, reforma, outra, qual)? Acha que os rendimentos que tem são suficientes para responder as suas necessidades?
2. Lembra-se duma situação/momento da sua vida em que tenha sentido/percebido que os seus rendimentos não são suficientes? (se resposta negativa)
3. Como vê o seu percurso de vida até agora? Quais foram os aspetos positivos, os sucessos, as vitórias?
4. Nesse percurso quais foram os momentos mais difíceis? Em algum desses momentos a sua vida mudou muito? (saída de casa dos pais, saída da escola, entrada no mercado de trabalho, conjugalidade, parentalidade, doenças, institucionalização, relação com sistema de justiça...)
5. Quando olha para trás, para o seu percurso, acha que teve altos e baixos, que tem vindo a melhorar ou que já esteve melhor do que agora? Em que aspetos? Porquê?

6. Redes de apoio não institucional e território

6.1. Redes de apoio não institucional

Explorar qual é a rede de suporte informal que a pessoa entrevistada considera que tem e em que medida lhe dá a ajuda e segurança que considera que necessita. Quais os atores chave que suportam a sua sobrevivência (mãe, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utiliza na relação com esses atores.

1. O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos? (explorar os três tipos de atores)
2. Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?

6.2. Avaliação dos territórios de habitação

Exploração da relação entre o território habitacional e a condição de vida. A forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas também redes informais de suporte. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?

1. O que pensa do lugar onde vive? Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos. Quando e como veio/foi viver para este/esse lugar?
2. Na sua opinião o que faz falta no lugar onde mora? O que mudaria se pudesse? (serviços, transportes, segurança...)
3. Em relação à sua casa: Que dificuldades é que sente?

7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social

Nesta secção explora-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.

7.1. Histórico

Nesta secção, há que explorar toda a relação com os apoios do Estado, desde a Segurança Social (RSI, subsídio de desemprego, baixas médicas, etc.) até à ação social (banco alimentar, ajudas pontuais, ...). Explorar também momentos em que se beneficiou de apoios pontuais ou mais focalizados (ação social escolar, etc.).

1. Ao longo da sua vida fez descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes? Sempre ou apenas em alguns períodos? Se não porquê?
2. Ao longo da sua vida recorreu a apoios ou serviços de apoio, públicos ou privados? De que tipo?

7.2. Situação Atual

1. Atualmente é beneficiário de algumas prestações/subsídios da Segurança Social? Quais? (Subsídio de desemprego/ Subsídio de Doença/Pensão de Reforma/ RMG-RSI/CSI/Prestação Social para a Inclusão)? E do abono de família e da Ação Social Escolar (para os/as filhos/as)?
2. É apoiado(a) por alguma outra Instituição de Apoio Social? Qual/Quais?
3. Em que medida essas prestações e apoios são importantes na fase atual da sua vida?

7.3. Perceção da relação com os Serviços Sociais

1. Qual o seu grau de satisfação quanto ao modo como tem sido atendido/a e acompanhado/a nos diferentes serviços de apoio social?
2. Existe algum episódio que tenha sido para si especialmente marcante (positivo ou negativo) na sua relação com os serviços de apoio social, saúde ou outros...? (discriminação, ajuda...)

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

Nesta secção vai ser explorada a autoperceção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber como é que considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido.

É preciso ter em conta tudo o que foi dito e interessa perceber como é que a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.

1. Quando pensa na sua vida atual considera-se uma pessoa/família que vive em situação de pobreza? Porquê? É uma perceção da sua situação no presente ou acha que sempre esteve nessa condição?
2. Como tem lidado com essa condição? (idem) (resignação, isolamento, manter as aparências) [**se aplicável**]
3. Alguma vez se sentiu discriminado ou excluído? O que o/a fez sentir-se assim?
4. Se pudesse, o que mudaria na sua vida?
5. E se fosse primeiro/a-ministro/a que medida(s) tomaria para combater a pobreza no nosso país?
6. Em geral, sente-se uma pessoa feliz? Qual a principal razão de se sentir como refere?

9. Perspetivas face ao futuro

Explorar como a entrevistado/a se projeta no futuro, que esperança deposita no futuro.

1. Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro? Acha que poderá vir a viver sem subsídios e apoios do estado e de instituições de apoio social? [**se aplicável**] Se sim, o que é necessário para que isso aconteça? Se não, porquê?
2. E a vida dos seus filhos e/ou filhas?
3. Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados? Acha que vai conseguir concretizá-los?

G. Grelha de codificação (versão base)

Objetivos de Investigação/ Secção da Entrevista – Temas	Subtemas	Questões	Categorias	Sub-Categorias		
<p>1. Enquadramento familiar na infância</p> <p>Esta secção pretende explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Será importante perceber que visão constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?</p>	A) Recordações e contextos da infância	1.1. No geral, considera que teve uma infância boa ou má?	Classificação da infância	Infância boa		
				Infância nem boa nem má		
				Infância má		
				1.2. a) Que recordações positivas guarda desse período?	Contexto em casa	Recordações dos pais Recordações de outros familiares
					Contexto na escola	Recordações da escola/espço Recordações dos professores Recordações dos funcionários
					Contexto no grupo de amigos	Recordações de amigos na escola Recordações de amigos na vizinhança
					Contexto na comunidade	Elementos de vizinhança Instituições na comunidade
				1.2. b) Que recordações negativas guarda desse período?	Contexto em casa	Recordações dos pais Recordações de outros familiares
			Contexto na escola	Recordações da escola/espço Recordações dos professores		

				Recordações dos funcionários
			Contexto no grupo de amigos	Recordações de amigos na escola Recordações de amigos na vizinhança
			Contexto na comunidade	Elementos de vizinhança Instituições na comunidade
B) Eventos e situações potenciadoras da pobreza na infância	1.3. Lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio, de alguma instituição social, religiosa ou comunitária? Que tipo de apoios eram esses? Ajudavam a resolver algumas situações difíceis que possam ter existido?	Tipos de apoios identificados	Apoios formais – instituições sociais, instituições religiosas, instituições comunitárias; outro tipo de instituições Apoios informais – vizinhança, redes primárias Apoio pontual Apoio sistemático	
			Eficácia dos apoios na resolução de problemas	Resolveu situações difíceis Não resolveu situações difíceis Resolveu situações de modo pontual
	1.4. Recordar-se de existirem situações graves que tenham afetado membros da sua família durante a sua infância	Sem situações graves		
		Perdas significativas	Na Família nuclear Na Família alargada	
		Problemas de saúde	Da família nuclear Da família alargada	

		(perdas significativas, problemas de saúde, problemas com a justiça...)? De que forma afetaram a sua família?	Problemas com a justiça	Da família nuclear Da família alargada
			De que forma situações graves afetaram a família	Alteraram significativamente Não alteraram significativamente Alteraram num período longo Alteraram num período curto de tempo
<p>2. Relação com o sistema educativo explorar como foi – ou é, no caso de estudantes – construída a relação com a escola, enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade». Explorar se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada</p>	<p>C) Percurso escolar durante a infância/juventude</p>	<p>2.1.1. Até que ano andou na escola? E até que idade? Alguma vez reprovou de ano? Quantas vezes? Porque acha que isso aconteceu?</p>	Até que idade andou na escola	Nunca frequentou Frequentou até
			Número de reprovações	Nenhuma reprovação 1 a 3 reprovações Mais do que 3 reprovações
			Razões para sucesso escolar	Apoio dos professores da escola Apoio dos auxiliares da escola Apoio de instituições na comunidade/projetos Apoio da família nuclear e alargada Apoio de amigos/pares Trabalho próprio
			Razões para insucesso escolar	Ausência de Apoio dos professores da escola

<p>às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigma e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares. Explorar as razões dessas imagens da vivência escolar. Explorar, também, os fatores de permanência ou de recusa da escola, se isso mudou com a idade e porquê.</p>				<p>Ausência de Apoio dos auxiliares da escola Ausência de Apoio de instituições na comunidade/projetos Ausência de Apoio da família nuclear e alargada Ausência de Apoio de amigos/pares Ausência de trabalho próprio</p>
	D) Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar	2.1.2. Do que é que gostava mais e gostava menos na escola? Como era a sua relação com os professores?	Do que gostava mais na escola	<p>Dos professores Dos auxiliares Dos amigos/pares (inclui momentos de convívio no recreio) Das aprendizagens</p>
			Do que gostava menos na escola	<p>Dos professores Dos auxiliares Dos amigos/pares (inclui momentos de convívio no recreio) Das aprendizagens</p>
			Elementos relacionais com professores	<p>Positivos Negativos indiferentes</p>
		2.1.3. Porque deixou/a abandonar a	Porque deixou a escola	Ingressou no mercado de trabalho (para ganhar

		escola? (está a pensar abandonar a escola? porquê?)		<p>dinheiro para si ou para a família de origem)</p> <p>Número elevado de retenções</p> <p>Má relação com professores</p> <p>Má relação com amigos/pares</p> <p>Não ver utilidade do percurso escolar</p>
			Porque pensa sair da escola	<p>Ingresso no mercado de trabalho (apoio à família ou autonomia financeira)</p> <p>Não utilidade/necessidade de percurso escolar</p>
E) Representações sobre escola e futuro	2.2.1. Gostaria de (continuar) ter continuado a estudar? Porquê?		Porque gostaria de ter continuado a estudar	<p>Obter um futuro melhor</p> <p>Desenvolver horizontes sociais e culturais</p> <p>Maiores oportunidades financeiras</p> <p>Maiores conhecimentos</p> <p>Exercício de profissão desejada</p>
			Porque não gostaria de ter continuado a estudar	<p>Insucessos na aprendizagem</p> <p>Inutilidade do percurso escolar</p>

				Má relação com professores Má relação com amigos/pares								
			Porque gostaria de continuar a estudar	Obter um futuro melhor Desenvolver horizontes sociais e culturais Maiores oportunidades financeiras Maiores conhecimentos Exercício de profissão desejada								
			Porque não gostaria de continuar a estudar	Insucessos na aprendizagem Inutilidade do percurso escolar Má relação com professores Má relação com amigos/pares								
		2.2.2.	Acha que a sua vida (será) seria melhor se (continuar) tivesse continuado a estudar ? Porque tem	<table border="1"> <tr> <td>Porque a vida seria melhor se tivesse continuado a estudar</td> <td>Socialmente Economicamente Culturalmente</td> </tr> <tr> <td>Porque a vida não seria melhor se tivesse continuado a estudar</td> <td>Socialmente Economicamente Culturalmente</td> </tr> <tr> <td>Porque a vida será melhor se continuar a estudar</td> <td>Socialmente Economicamente Culturalmente</td> </tr> <tr> <td>Porque a vida não será</td> <td>Socialmente</td> </tr> </table>	Porque a vida seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente	Porque a vida não seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente	Porque a vida será melhor se continuar a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente	Porque a vida não será	Socialmente
Porque a vida seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente											
Porque a vida não seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente											
Porque a vida será melhor se continuar a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente											
Porque a vida não será	Socialmente											

		essa opinião ? (termos laborais , sociais, etc.)	melhor se continuar a estudar	Economicamente Culturalmente
	F) Formação profissional	2.2.3. Mais tarde voltou a estudar ou fez formação profissional? Fale-me desse período .	Continuidade do percurso escolar	Área de percurso escolar
			Continuidade do percurso formativo	Área de formação profissional
3. Transição Escola-Trabalho (se aplicável). Esta secção cruza-se com a do trabalho. Aqui interessa: perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de efeito-causa entre estas	G) Processo de saída da escola	3.1.1. Começou logo a trabalhar? Que idade tinha? Tinha algum contrato? Como é que conseguiu esse primeiro emprego? O que é que fazia? Durante quanto tempo esteve no primeiro emprego	Começou logo a trabalhar	Começou logo a trabalhar
				Não começou logo a trabalhar
			Idade no 1.º emprego	Antes dos 16 anos Depois dos 16 anos
			Tipo de contrato	Sem contrato
				Recibos verdes
Contrato temporário Contrato permanente				
Estratégias de entrada no mercado de trabalho	Meios formais (Através da escola/instituição de formação profissional/Centro de Emprego) Meios informais			

variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente, permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorar também que inatividade foi esta: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?				(Procura ativa de trabalho Candidaturas espontâneas Contactos de familiares/amigos)	
				Quais as tarefas desempenhadas	
				Tempo de permanência no 1.º emprego	Trabalho sazonal Período de experiência Até 6 meses Entre 6 meses a 1 ano Superior a 1 ano
H) Processo de saída de casa dos pais		3.2.1. Que idade tinha? Com quem foi viver? Como se sustentava?	Idade de autonomização		
			Com quem foi viver	Conjugalidade	
				Familiares	
				Outras situações (amigos, apartamento de autonomia, etc)	
			Quais eram as fontes de rendimento do agregado	Apenas do trabalho	
				Apenas sem ser do trabalho	
3.2.2 Depois de ter saído da casa dos seus pais, teve de regressar alguma vez? Porquê? Já	Retorno a casa dos pais	Não retornou			
		Separação conjugal			
		Motivos económicos			
		Outros motivos para retorno			

		<p>tinha companheiro (a) nessa altura?</p>	<p>Com ou sem companheiro/a na altura do retorno</p>	<p>Com companheiro/a na altura do retorno</p> <hr/> <p>Sem companheiro/a na altura do retorno</p>
I) Modelos de conjugalidade		3.3.1. Já tinha saído da escola? Já estava a trabalhar? Que idade tinha?	Idade na primeira conjugalidade	
			Primeira conjugalidade e escola	<p>Simultânea</p> <hr/> <p>Não simultânea</p>
		Primeira conjugalidade e trabalho	Simultânea	
			<p>Conjugalidade antes de trabalho</p> <hr/> <p>Trabalho antes da conjugalidade</p>	
3.3.3. Continua a viver com o seu/sua companheiro(a)?	Permanência da primeira relação de conjugalidade /rutura	<p>Permanência da primeira relação de conjugalidade</p> <hr/> <p>Rutura da primeira relação de conjugalidade</p>		
3.3.4. Em que é que essa separação alterou a sua vida? (se aplicável)	Alterações resultantes da rutura da primeira relação de conjugalidade	<p>Sem alterações</p> <hr/> <p>Mudança de emprego</p> <hr/> <p>Mudança de residência</p>		
J) Modelos de parentalidade	3.3.2. Teve filhos? O seu primeiro filho ou filha nasceu em que momento da sua vida?	Vivências de parentalidade (idade, evento de vida)	<p>Sem filhos/as</p> <hr/> <p>Com filhos</p>	

<p>4. Relação com o mundo de trabalho (Trajetória Profissional/Laboral) Explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais, se se sente recompensada, realizada, se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc Identificar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos (evento estruturador).</p>	<p>K) Emprego atual (população empregada)</p>	<p>4.1. O que faz e como conseguiu o emprego atual (ou o último que teve)? Pode contar-nos a história? E que tipo de contrato tem (teve)?</p>	<p>Estratégias de entrada no emprego atual /último que teve</p>	<p>Meios formais e meios informais: Procura ativa de trabalho Candidaturas espontâneas Contactos de familiares/amigos Por convite da instituição empregadora atual, Centro de Emprego</p>
			<p>Tipo de contrato no emprego atual /último que teve</p>	<p>Sem contrato</p>
				<p>Recibos verdes</p>
				<p>Contrato temporário</p>
	<p>L) Perceções de satisfação sobre o emprego atual</p>	<p>4.2. O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)? E o que gosta (gostava) menos? Se pudesse mudar o que é que mudava? Em geral está satisfeito com o seu trabalho (esteve satisfeito com o último que teve)?</p>	<p>O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)</p>	<p>Nada</p>
			<p>O que é que gosta menos no trabalho que faz (ou no último que teve)</p>	<p>Nada</p>
				<p>Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilidade</p>
			<p>O que mudava</p>	<p>Não mudava nada</p>
<p>Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho</p>				

				Níveis de responsabilida de
			Satisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilida de
			Nem satisfação nem insatisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilida de
			Insatisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilida de
M) Vivências no mercado de trabalho e trajetória de desemprego N) Inexperiências no mercado de trabalho O) Reformados	4.3. Mais ou menos quantos trabalhos/empregos diferentes já teve na sua vida? E que tipos de contrato teve?	Número		
		Tipos de contrato	Sem contrato Recibos verdes Contrato temporário Contrato permanente Ao dia ou à tarefa	
	4.4. Está ou esteve alguma vez	Motivos para desemprego	Doença temporária Invalidez	

		<p>desempregado/a? Por que motivo está/esteve desempregado/a? Por quanto tempo é que está/esteve desempregado/a?</p> <p>Lembra-se especialmente de alguma vez em que esteve desempregado/a? E como saiu dessa situação?</p>		<p>Transição para um novo emprego</p> <p>Despedimento pela entidade empregadora</p> <p>Despedimento espontâneo</p> <p>Finalização de período contratual</p>
			Tempo de desemprego	<p>< a 3 meses</p> <p>De 3 meses a 6 meses</p> <p><a 6 meses e < a 1 ano</p> <p>Superior a 1 ano</p>
			Situação particular de desemprego	
			Saída da situação particular de desemprego	
		4.5. Qual é que foi o emprego que mais gostou. Porquê?	Emprego de que mais gostou	
			Razão para ter gostado do emprego	<p>Remuneração</p> <p>Condições de trabalho</p> <p>Condições de progressão</p> <p>Horários de trabalho</p> <p>Níveis de responsabilidade</p>
		4.6. Acha que tem dificuldades em arranjar emprego?	Motivos para ter dificuldades em arranjar emprego	Sem dificuldades
				Falta de habilitações
				Falta de qualificações
				Falta de sorte

		Porque motivos?		Idade/situação particular de saúde
		4.7. Se nunca trabalhou, por que é que isso aconteceu?	Razões explicativas para a não entrada no mercado de trabalho	Nunca tentou entrar Saúde Ausência de oportunidades/falta de sorte Outra razão
		4.8. Se está reformado, quando se reformou e porque motivo (atingiu a idade de reforma, por questões de saúde / incapacidade e para o trabalho, outra situação...)?	Idade de reforma	Idade limite
			Motivos para a reforma	Questões de saúde
				Incapacidade para o trabalho
				Outra situação
5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada. Explorar a visão geral sobre a sua vida e a avaliação que faz sobre o percurso, os pontos de destaque e	P) Percepções sobre adequação de níveis de rendimento	5.1. Qual é a sua principal fonte de rendimento (trabalho, reforma, outra, qual)? Acha que os rendimentos que tem são suficientes para responder as suas necessidades?	Identificação da principal fonte de rendimento,	Trabalho
				Pensão
				Outras transferências sociais
				Outra fonte
			Percepção sobre a suficiência de recursos em resposta às necessidades	Rendimentos sempre suficientes para as necessidades
				Rendimentos nem sempre suficientes para as necessidades
				Rendimentos nunca suficientes

os momentos-crítico.				para as necessidades
	5.2. Lembra-se de uma situação/momento da sua vida em que tenha sentido/percebido que os seus rendimentos não são suficientes?	Prevalência		Nenhuma situação em concreto
			Pouco frequente	
			Muito frequente	
Atores			Contexto familiar	
			Contexto de vizinhança	
			Contexto profissional	
			Contexto institucional	
			Outro contexto	
Tempos			Quando criança	
			Quando adolescente	
			Quando jovem adulto	
			Quando adulto	
Lugares			Em casa	
			No território de residência	
			No trabalho	
			Numa organização	
			Noutro local	
Acontecimentos			Não ligado a nenhum acontecimento específico	
			Doença do/a próprio/a	
			Doença de familiar	
		Morte de familiar		
		Rutura familiar		
		Recomposição familiar		
		Desemprego		

Q) Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento	5.3. Como vê o seu percurso de vida até agora? Quais foram os aspetos positivos, os sucessos, as vitórias?	Sem aspetos positivos	Dificuldades no emprego (ex. salários em atraso)
			Despesa inesperada
			Outra situação
		Contexto familiar	Relacionado com parceiro/a
			Nascimento de filho/a(s)
			Relacionado com filho/a(s) (não relacionado com nascimento)
			Outros aspetos
		Contexto profissional	Obtenção de um emprego
			Percurso profissional
			Outros aspetos
		Condições materiais de vida	Alimentação
			Habitação
		Outros contextos	
		Tempos	Passado – infância
			Passado – jovem adulto
Passado remoto - adulto			
Passado próximo/presente			
5.4. Nesse percurso quais foram os momentos	Prevalência	Nenhuma situação em concreto	
		Pouco frequente	

		<p>mais difíceis? Em algum desses momentos a sua vida mudou muito? (saída de casa dos pais, saída da escola, entrada no mercado de trabalho, conjugalidade, parentalidade, doenças, institucionalização, relação com sistema de justiça...)</p>		Muito frequente
			Atores	Contexto familiar
				Contexto de vizinhança
				Contexto profissional
				Contexto institucional
				Outro contexto
			Tempos	Quando criança
				Quando adolescente
				Quando jovem adulto
				Quando adulto
			Lugares	Em casa
				No território de residência
				No trabalho
				Numa organização
			Acontecimentos	Noutro local
				Não ligado a nenhum acontecimento específico
				Doença do/a próprio/a
				Doença de familiar
				Morte de familiar
				Rutura familiar
		Recomposição familiar		
		Desemprego		
		Dificuldades no emprego (ex. salários em atraso)		
		Despesa inesperada		

				Outra situação Sem momentos deste género Saída de casa dos pais Saída da escola Entrada no mercado de trabalho Conjugalidade Parentalidade Doenças Institucionalização Relação com sistema de justiça Outros motivos
		5.5. Quando olha para trás, para o seu percurso, acha que teve altos e baixos, que tem vindo a melhorar ou que já esteve melhor do que agora? Em que aspetos? Porquê?	Percurso com altos e baixos Percurso que tem vindo a melhorar Percurso que tem vindo a piorar	
6. Redes de apoio não institucional e território <i>Redes de apoio não institucional: Explorar</i>	R) Redes informais de apoio e vizinhança S) Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência	6.1.1. O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos? (explorar os	Perceção subjetiva da relação com familiares Perceção subjetiva da relação com amigos	Marcada pela positiva Marcada pela inconstância Marcada pela negativa Marcada pela positiva Marcada pela inconstância

<p>qual é a rede de suporte informal que a pessoa entrevistada considera que tem e em que medida lhe dá a ajuda e segurança que considera que necessita. Quais os atores chave que suportam a sua sobrevivência (mãe, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utiliza na relação com esses atores</p> <p><i>Avaliação dos territórios de habitação:</i> Exploração da relação entre o território habitacional e a condição de vida. A forma como, eventualmente, o território produz exclusão e</p>	três tipos de atores)		Marcada pela negativa	
			Perceção subjetiva da relação com vizinhos	Marcada pela positiva
				Marcada pela inconstância
				Marcada pela negativa
	6.1.2. Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?	Suportes ativos em caso de necessidade	Nunca necessita	
			Nunca recorre	
			Relações familiares	
			Relações de amizade	
	6.2.1. O que pensa do lugar onde vive? Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos. Quando e como veio/foi viver para este/esse lugar?	Perceção subjetiva do território onde vive	Eminentemente positiva	
			Eminentemente neutra	
			Eminentemente negativa	
		Aspetos positivos do território onde vive	Localização	
Condições de habitação				
Habitat / habitus				
Sociabilidades				
Aspetos negativos do território onde vive		Outros aspetos		
		Localização		
		Condições de habitação		
		Habitat / habitus		
Quando foi viver para o território onde vive		Sociabilidades		
	Outros aspetos			
	Quando criança			
	Quando adolescente			
			Quando jovem adulto	
			Quando adulto –	

segregação, mas também redes informais de suporte. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?				passado remoto
				Quando adulto – passado recente
				Sempre lá viveu
				Realojamento – com família de origem
				Realojamento - próprio
				Associado à conjugalidade
				Associado a relações familiares / sociabilidades
				Resultado da procura de casa – critério económico
				Resultado da procura de casa – acaso
				Outro processo
6.2.2. Na sua opinião, o que faz falta no lugar onde mora? O que mudaria se pudesse? (serviços, transportes, segurança...)			Necessidades sentidas no território onde vive	Sem necessidades sentidas
				Serviços
				Transportes
				Segurança
				Espaços públicos
6.2.3. Em relação à sua casa: Que dificuldades é que sente?			Dificuldades sentidas relativamente à residência	Outras necessidades
				Não mudaria nada
				Sem dificuldades sentidas
				Acessibilidade
				Tamanho
				Qualidade construção

				Gastos
				Outras dificuldades
<p>7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção</p> <p>Nesta secção explora-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.</p>	<p>T) Relação com descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes</p> <p>U)</p> <p>V)</p> <p>W) Relação com apoios estatais ao longo do percurso de vida</p>	<p>7.1.1. Ao longo da sua vida fez descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes? Sempre ou apenas em alguns períodos? Se não porquê?</p>	Historial de descontos para sistemas de Segurança Social e outros	Nunca fez descontos
			Apenas em alguns períodos	
		Sempre fez descontos		
		Motivos para nem sempre ter feito descontos para sistemas de Segurança Social e outros	Responsabilidade da entidade empregadora	
		Decisão própria		
		Outros motivos		
	<p>7.1.2. Ao longo da sua vida recorreu a apoios ou serviços de apoio, públicos ou privados? De que tipo?</p>	<p>Recurso a serviços de apoio públicos e privados, por tipo de apoio</p>	Nunca recorreu	
			Recurso apenas a serviços de apoio públicos	
		Recurso apenas a serviços de apoio privados		
		Recurso a serviços de apoio públicos e privados		
	Regular/pontual	Regular		
	Pontual			
<p>X) Relação atual com apoios estatais e de outras instituições</p>	<p>7.2.1. Atualmente é beneficiário de algumas prestações/subsídios da Segurança Social? Quais? (Subsídio de desemprego / Subsídio de</p>	<p>Tipo de benefício auferido</p>	Não é beneficiário de nenhuma prestação/subsídio da Segurança Social	
			Subsídio de desemprego	
			Subsídio de Doença	
			Pensão de Reforma	
			RSI	

		Doença/Pensão de Reforma/RSI/CSI/Prestação Social para a Inclusão)...? E do abono de família e da Ação Social Escolar (para os/as filhos/as)?		Complemento Solidário para Idosos
				Prestação Social para a Inclusão
		7.2.2. É apoiado(a) por alguma outra Instituição de Apoio Social? Qual/Quais?	Tipo de instituição	Abono de Família / Ação Social Escolar
				Outros benefícios
Y) Impacto das prestações na fase atual do percurso de vida	7.2.3. Em que medida essas prestações e apoios são importantes na fase atual da sua vida?	Perceção sobre a importância dos apoios no momento atual	Sem apoio por outra instituição	
			Instituição pública	
			Instituição privada	
			Instituição pública e privada	
			Grande importância	
			Importância média	
Z) Relação atual com serviços sociais	7.3.1. Qual o seu grau de satisfação quanto ao modo como tem sido atendido/a e acompanhado/a nos diferentes serviços de apoio social?	Grau de satisfação perante o atendimento e acompanhamento social	Pouca/nenhuma importância	
			Grande satisfação	
			Satisfação média	
			Pouca/nenhuma satisfação	

		7.3.2. Existe algum episódio que tenha sido para si especialmente marcante (positivo ou negativo) na sua relação com os serviços de apoio social, saúde ou outros...? (discriminação, ajuda...)	Identificação de episódios marcantes com serviços de apoio – positivo	Nenhum episódio marcante 1 episódio marcante Vários episódios marcantes
			Identificação de episódios marcantes com serviços de apoio – negativo	Nenhum episódio marcante Discriminação Negação de apoio Outras situações
<p>8. Percepção de si como pobre e do combate à pobreza</p> <p>Nesta secção vai ser explorada a autopercepção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber como é que considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido. É preciso ter em conta tudo o que foi dito e interessa</p>	<p>AA) Autopercepção da situação pessoal de pobreza e do agregado</p> <p>BB) Identificação de situações de discriminação/exclusão social</p> <p>Z1) identificação de medidas de política social no combate à pobreza</p>	<p>8.1. Quando pensa na sua vida atual considera-se uma pessoa/família que vive em situação de pobreza? Porquê? É uma percepção da sua situação no presente ou acha que sempre esteve nessa condição?</p>	Autopercepção como pobre	Em situação de pobreza Não em situação de pobreza
			Percepção de persistência de pobreza	Em situação persistente de pobreza Não em situação persistente de pobreza
		Reação à condição atual de pobreza	Resignação Isolamento Manter as aparências Privação Pro-atividade Outras reações	
			Reação à condição	Resignação Isolamento

perceber como é que a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.	[se aplicável]	persistente de pobre	Manter as aparências
			Privação
			Pro-atividade
			Outras reações
	8.3. Alguma vez se sentiu discriminado/a ou excluído/a? O que o/a fez sentir-se assim?	Sentimento de discriminação /exclusão	Sem sentimento de discriminação /exclusão
			Ocasional sentimento de discriminação /exclusão
		Razões para sentimento de discriminação /exclusão	Permanente sentimento de discriminação /exclusão
			Atores
			Tempos
			Lugares
			Acontecimentos
	8.4. Se pudesse, o que mudaria na sua vida?	Ação individual de mudança (perspetiva incondicional)	Económica
Condições materiais de vida			
Escolaridade			
Trabalho			
Familiares			
		Outros aspetos	
8.5. E se fosse primeiro/a-ministro/a, que medida(s) tomaria para combater a pobreza no nosso país?	Ação de mudança coletiva (combate à pobreza)	Salários	
		Mais emprego	
		Apoio social	
		Melhores condições de habitação	
		Outras ações	
8.6. Em geral, sente-se uma pessoa feliz? Qual a principal razão de se	Motivos para sensação de felicidade	Familiares	
		Saúde	
		Profissionais	
		Sociabilidades	
		Outros motivos	
		Familiares	

		sentir como refere?	Motivos para não sensação de felicidade	Saúde Profissionais Sociabilidades Outros motivos	
<p>9. Perspetivas face ao futuro Explorar como o/a entrevistado/a se projeta no futuro, que esperança deposita no futuro.</p>	<p>CC) Perspetivas face ao futuro e ações para melhoria da qualidade de vida</p>	<p>9.1. Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro? Acha que poderá vir a viver sem subsídios e apoios do Estado e de instituições de apoio social? [se aplicável] Se sim, o que é necessário para que isso aconteça? Se não, porquê?</p>	Análise prospetiva da situação individual	Melhoria Manutenção Pioria	
			Análise prospetiva da situação individual sem apoio institucional	Possível Não possível Incerteza	
			Critérios para a dependência futura de apoio institucional	Desemprego Incapacidade para trabalho Salários baixos Baixa intensidade laboral do agregado Outros aspetos	
				Critérios para a independência futura face ao apoio institucional	Emprego Salários mais elevados Maior intensidade laboral do agregado Acaso / sorte Outros aspetos
			9.2. E a vida dos seus filhos e/ou filhas?	Análise prospetiva da situação de descendentes	Melhoria Manutenção Pioria
			9.3. Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados? Acha que vai	Sonhos que gostaria de ver realizados	Pessoais Familiares Saúde Profissionais Sociabilidades Outros motivos
					Expectativa de

		conseguir concretizá-los?	concretização dos sonhos	Incerteza
--	--	---------------------------	--------------------------	-----------